



Número: **3000278-66.2018.8.06.0004**

Classe: **CUMPRIMENTO DE SENTENÇA**

Órgão julgador: **12ª Unidade do Juizado Especial Cível**

Última distribuição : **01/03/2018**

Assuntos: **Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
FRANCISCA GOMES DA SILVA (EXEQUENTE)		KATIA MARIA BASTOS FURTADO (ADVOGADO) LIANA CLODES BASTOS FURTADO (ADVOGADO)	
BRADESCO SEGUROS S/A (EXECUTADO)		FABIO POMPEU PEQUENO JUNIOR (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
17673198	19/09/2019 16:37	Documento de Comprovação	Documento de Comprovação
17673207	19/09/2019 16:37	AR 3000278-66.2018 CAIXA ECONOMICA FORUM FORTALEZA	Documento de Comprovação
17634823	16/09/2019 17:17	Certidão	Certidão
17634826	16/09/2019 17:17	OFICIO 3000278-66.2018.8.06.0004 RESPOSTA CAIXA ECONÔMICA	Documento de Comprovação
17505571	04/09/2019 15:14	Certidão	Certidão
17421089	27/08/2019 16:11	Ofício	Ofício
17420682	27/08/2019 12:49	Certidão	Certidão
17420689	27/08/2019 12:49	DOC010	Ofício
17418231	27/08/2019 11:59	Despacho	Despacho
17418082	27/08/2019 10:46	Certidão	Certidão
17418088	27/08/2019 10:46	DOC008	Documento de Comprovação
17288158	12/08/2019 18:04	Documento de Comprovação	Documento de Comprovação
17288159	12/08/2019 18:04	AR 300027866.2018	Documento de Comprovação
17108471	24/07/2019 09:39	Certidão	Certidão
17038083	16/07/2019 11:18	Ofício	Ofício
17027135	15/07/2019 14:55	Ofício	Ofício
16990762	10/07/2019 14:34	Petição	Petição
16990784	10/07/2019 14:34	150177 PETICAO INTERLOCUTORIA EXEC 01	Petição
15868414	06/06/2019 11:56	Decisão	Decisão
12479282	05/02/2019 11:16	Petição	Petição

12479 304	05/02/2019 11:16	150177 PETICAO EXPEDICAO OFICIO	Petição
60565 92	16/02/2018 13:50	Intimação	Intimação
60562 37	16/02/2018 13:33	Petição	Petição
60562 44	16/02/2018 13:33	55.470-7 87a172.compressed	Petição
60562 47	16/02/2018 13:33	55.470-7 2a 86.compressed	Petição
60562 02	16/02/2018 13:33	Petição Inicial	Petição Inicial
60562 15	16/02/2018 13:33	55.470-7 87a172.compressed	Petição
60562 18	16/02/2018 13:33	55.470-7 2a 86.compressed	Petição Inicial

AVISO RECEBIMENTO



INDOC. DE IDENTIDADE



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**12ª UNIDADE DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS DA COMARCA DE FORTALEZA
Rua: Visconde de Mauá, nº 1.940 – Aldeota - Fones: (85)3433 1260**

Processo: **3000278-66.2018.8.06.0004**

CERTIDÃO

Certifico para os devidos fins, em observância ao despacho, id **17418231**, foi expedido ofício, id **17421089**, considerando resposta anexa do respectivo destinatário, seguem os autos conclusos para providências cabíveis, respeitando ordem cronológica nos termos do Art.153 do Código de Processo Civil. O referido é verdade. Nada mais a constar.

Fortaleza-CE, na data da assinatura digital.

Gilda Araújo – Servidora Geral

Assinado digitalmente, nos termos do art. 1º, § 2º, inciso III, alínea a, da Lei nº 11.419/06





Forum Clóvis Beviláqua
Av. Desembargador Floriano Benevides 220
Edson Queiroz
60.811-690 - Fortaleza - CE

PROTOCOLO 12ª UIECC
RECEBI <u>o ofício</u>
Fortaleza, 16 de 09 de 2019 às 14:16 horas
<u>Rafael A. de Jesus</u> Servidor responsável/Matricula 1011-200082

Ofício nº 2184/2019

Fortaleza, 10 de setembro de 2019

Ao
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ
12ª Unidade dos Juizados Especiais Cíveis

Processo nº 3000278-66.2018.8.06.0004
Referência: Ofício 145/2019

Excelentíssimo (a) Senhor (a),

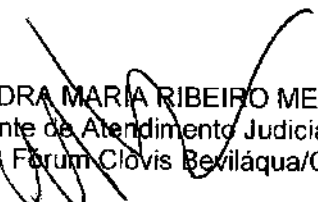
Em atendimento ao ofício em epígrafe, de autoria de vossa excelência, apresentamos as informações abaixo e seu anexo, protegidos pelo sigilo bancário e fiscal, passando desde agora para a guarda desse Juízo.

Informamos que a transferência da conta 642174 foi recepcionada pela conta judicial normal 4030.040.01585021-1 e migrada para a conta judicial escritural 4030.040.01605496-6 cujo saldo nesta data é de R\$ 5.587,22, conforme demonstrativo anexo.

Colocamo-nos à disposição para quaisquer outros esclarecimentos necessários.

Cordialmente,


JOSÉ WELLINGTON NUNES MARCELINO
Escriturário
PAB Fórum Clóvis Beviláqua


NAYANDRA MARIA RIBEIRO MENDES
Gerente de Atendimento Judiciário
PAB Fórum Clóvis Beviláqua/CE





Sem título

JCIY C037260 ADMINISTRACAO DE DEPOSITOS DA JUSTICA COMUM 09/09/2019
 CAIXA - SIADC CONSULTA CONTA MIGRADA ADCP0070#10 ADCM070 16:08:59

PG.: 000001 / 000001

BANCO ORIGEM: 004 AG ORIG: 0000 CONTA ORIGEM: 00000000642174
 DATA DE ABERTURA: 00 / 00 / 0000

AGEN/OPE/CONTA CAIXA BCO ORI AG ORI/PARC CONTA ORIGEM DATA ABERTURA
 4030/040/01585021-1 004 0001 00000000642174 1 21.11.2013

JCIY C037260 ADMINISTRACAO DE DEPOSITOS DA JUSTICA COMUM 09/09/2019
 CAIXA - SIADC CONSULTA CONTA MIGRADA ADCP0070#10 ADCM070 16:09:28

PG.: 000001 / 000001

BANCO ORIGEM: 000 AG ORIG: 4030 CONTA ORIGEM: 00000001585021
 DATA DE ABERTURA: 00 / 00 / 0000

AGEN/OPE/CONTA CAIXA BCO ORI AG ORI/PARC CONTA ORIGEM DATA ABERTURA
 4030/040/01605496-6 104 4030 00000001585021 1 01.03.2016

JCIY C037260 ADMINISTRACAO DE DEPOSITOS DA JUSTICA COMUM 09/09/2019
 CAIXA - SIADC DADOS CADASTRAIS ADCP0052#10 ADCM052 16:10:00

INFORMACOES SOBRE A CONTA

AGENCIA: 4030 OPERACAO: 040 CONTA: 01605496 - 6 AG.ORIGEM: 4030
 ORIGEM : NAT.ACAO : MAO TRIBUTARIA DT.ABERTURA: 01/03/2016
 ORIG.ABERTURA: SIADC SIT.CONTA: CONTA ATIVA DT.SITUACAO: 01/03/2016

INFORMACOES SOBRE DEPOSITANTE

NOME DEPOSIT.: MIGRACAO DEPOSITO TRIBUTARIO
 CPF/CNPJ(1/2): 2 00.360.305/0001-04
 NOME FAVOREC.: MIGRACAO DEPOSITO TRIBUTARIO

INFORMACOES SOBRE PROCESSO

UF/TRIB.: CE TJ CEARA PROCE: 0000000000554702007
 MUNIC.: FORTALEZA NR. GUIA: 000000000000
 VARA : 120 JUIZADO ESPECIAL VARA TRIBUNAL: 540000000
 FINALID.: CONTA REMANEJADA : N
 AC/FEITO: OUTROS MAO ESPECIFICADOS TIPO CONTA: ESCRITURAL
 ESTAGIO : ATIVA OBS.: DEPOSITO TRIBUTARI P.UNI:
 AUTOR : FRANCISCA GOMES DA SILVA
 CPF/CNPJ(1/2): 1 025.595.813-70
 REU : BRADESCO SEGUROS S A
 CPF/CNPJ(1/2): 2 33.055.146/0001-93 SUBTIPO: 0014

CONSULTA EFETUADA
 F1=HELP F3=RET F4=HIST F5=SLD,ESC F6=HIST.REMAN. F9=SALDO F10=CTA.MIGR. F12=FIM
 JCIY C037260 ADMINISTRACAO DE DEPOSITOS DA JUSTICA COMUM 09/09/2019
 CAIXA - SIADC CONSULTA SALDO ADCP0053#10 ADCM053 16:10:07

DADOS CONTA : 4030 040 01605496 - 6

EST.DA CONTA : ATIVA DATA ABERTURA : 01/03/2016
 NUM.PROCESSO : 0000000000554702007
 AUTOR : FRANCISCA GOMES DA SILVA
 REU : BRADESCO SEGUROS S A

VALOR DISPONIVEL.....: 0,00
 VALOR BLOQUEADO.....: 0,00
 SALDO DA CONTA.....: 0,00

CONTROLE ESCRITURAL:

VALOR REMANESCENTE.....: 5.587,22
 PRE-LEVANTAMENTO INCLUIDO.....: 0,00
 SALDO ESCRITURAL.....: 5.587,22

CONSULTA EFETUADA
 F1=HELP F3=RETORNAR F12=FIM







ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
12ª UNIDADE DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS DA COMARCA DE FORTALEZA
Rua: Visconde de Mauá, nº 1.940 – Meireles – Fones: (85) 3433-1260 / e-mail: for.12jecc.jus.br

PROCESSO Nº3000278-66.2018.8.06.0004

CERTIDÃO DE ATO ORDINATÓRIO

Certifico para os devidos fins, que encaminhei, nesta data, pelo sistema de postagem dos correios, o ofício nº 145/2019, com o código de postagem nº BI214019400BR. Nada mais a constar. Dou fé.

Fortaleza, 4 de setembro de 2019.

JOSÉ DE RIBAMAR LIMA SANTOS FILHO
Servidor Geral

Assinado digitalmente, nos termos do art. 1º, § 2º, inciso III, alínea “b”, da Lei nº 11.419/06

A autenticidade deste documento pode ser confirmada através de consulta ao site <https://pje.tjce.jus.br/pje1grau/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>, digitando a numeração que se encontra ao final do presente documento, abaixo do código de barras.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE FORTALEZA
12ª UNIDADE DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS
Rua: Visconde de Mauá, 1940 – Aldeota, tel: (85) 3422-1260

Fortaleza, 27 de agosto de 2019

Ofício n.º 145/2019

Processo: 3000278-66.2018.8.06.0004

Autor: FRANCISCA GOMES DA SILVA, CPF nº 025.595.813-70

Reú: BRADESCO SEGUROS S.A CNPJ nº 33.055.146/0001-93

Senhor(a) Gerente,

Dirijo-me a V.Sª para determinar, que informe a este Juízo, no prazo de 10 (dez) dias, sobre o valor bloqueado na conta 642174, referente ao ID de nº 072013000012210144.

Atenciosamente,

Juiz Marcelo Roseno de Oliveira

Titular do 12º JEC

Ao Ilmo. Sr.

Gerente da Caixa Econômica Federal (no Fórum Clóvis Beviláqua)

End: Rua Des. Floriano Benevides Magalhães, 220 - Edson Queiroz, Fortaleza- CE.

CEP: 60.811-690





ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

12ª UNIDADE DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS DA COMARCA DE FORTALEZA
Rua Visconde de Mauá, nº 1.940 – Aldeota – Fones: (85) 3433-1260 / e-mail: for.12jecc@tjce.jus.br

CERTIDÃO

Certifico para os devidos fins, que juntei resposta do Ofício expedido no Id 17038083, oriundo do Banco do Brasil, conforme documento que segue(m). Nada mais a constar.

Fortaleza, na data da assinatura digital.

José de Ribamar Lima Santos Filho

Supervisor de Secretaria – 12º JEC

Assinado digitalmente, nos termos do art. 1º, § 2º, inciso III, alínea a, da Lei nº 11.419/06





São Paulo, 07 de agosto de 2019
INFO 124/2019
AOF 2019/486482

Processo : 3000257-56.2019.8.06.0004
Exequente : FRANCISCA GOMES DA SILVA
Executado : BRADESCO SEGUROS S.A.
Ofício : 114/2019

Excelentíssimo (a) Juiz (a) MARCELO ROSENO DE OLIVEIRA,

Em atenção à solicitação contida em ofício supracitado, pedimos vênica para solicitar maiores informações, haja vista em consulta ao Portal TJCE o processo **3000257-56.2019.8.06.0004** vinculado à 12ª Unidade do Juizado Especial Cível possui como partes José Wagner Teixeira Júnior X COELCE (anexo).

Colocamo-nos à sua disposição para quaisquer outras informações que se fizerem necessárias, ao tempo em que renovamos nossos votos de elevada estima e distinta consideração.

BANCO DO BRASIL S.A.
CENTRO DE SERVIÇO ATACADO SÃO PAULO I SP
AVENIDA PAULISTA, 2300 – 1º ANDAR
BELA VISTA – SÃO PAULO – SP
CEP 01310-300


Emerson Cord
Gerente


Aline Meira Ferraz
Gerente

EXMO(A) JUIZ(A) DE DIREITO,
12ª UNIDADE DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS DA COMARCA DE FORTALEZA – TJCE
RUA VISCONDE DE MAUÁ, 1940 – FÓRUM – ALDEOTA
CEP.: 60.125-058 FORTALEZA – CE





**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
12ª UNIDADE DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS DA COMARCA DE FORTALEZA**

PROCESSO N 3000278-66.2018.8.06.0004

DESPACHO

Vistos etc.

Ante a resposta do Banco do Nordeste, Id 17418088, oficie-se a Caixa Econômica Federal requisitando a informação solicitada no Id 17027135.

Cumpra-se com urgência.

Expedientes necessários.

Fortaleza, data digital.

Juiz Marcelo Roseno de Oliveira

TITULAR DO 12º JEC

Assinado digitalmente, nos termos do art. 1º, § 2º, inciso III, alínea “b”, da Lei nº 11.419/06

A autenticidade deste documento pode ser confirmada através de consulta ao site <https://pje.tjce.jus.br/pje1grau/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>, digitando a numeração que se encontra ao final do presente documento, abaixo do código de barras.





ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

12ª UNIDADE DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS DA COMARCA DE FORTALEZA
Rua Visconde de Mauá, nº 1.940 – Aldeota – Fones: (85) 3433-1260 / e-mail: for.12jecc@tjce.jus.br

CERTIDÃO

Certifico para os devidos fins, que juntei resposta do Ofício expedido no Id 17027135, oriundo do Banco do Nordeste, conforme documento que segue(m). Nada mais a constar.

Fortaleza, na data da assinatura digital.

José de Ribamar Lima Santos Filho

Supervisor de Secretaria – 12º JEC

Assinado digitalmente, nos termos do art. 1º, § 2º, inciso III, alínea a, da Lei nº 11.419/06





DEPJUD-2019/579
Fortaleza (CE), 06 de agosto de 2019.

À
12ª UNIDADE DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS
Exmo. Sr. Dr. Marcelo Roseno de Oliveira
Rua Visconde de Mauá, 1.940, Aldeota – CEP 60125-058
FORTALEZA - CE.

Assunto: resposta ofício 112/2019 - Processo: N° 3000278-66.2018.8.06.0004

Exmo. Sr. Juiz,

Reportamo-nos ao ofício retromencionado, para informar-lhe que localizamos a conta 642174, referente ao ID 072013000012210144.

Informamos ainda, que os referidos valores foram migrados em 17/02/2016 para Caixa Econômica Federal conta centralizadora 4030.040.01548231-0, conforme ofício e extrato anexos.

Sem mais para o momento, colocamo-nos à disposição para maiores esclarecimentos.

Atenciosamente,

Pelo Banco do Nordeste do Brasil
Agência Fortaleza Aldeota

Raimundo Nunes Pinheiro Júnior
Gerente de Negócios

AG 152 - FORTALEZA ALDEOTA
Av Santos Dumont, nº 2287 - Aldeota
60150-161 - Fortaleza-CE - Brasil
SAC/Ouvidoria: 0800 7283030
E-mail: relacionamento@bnb.gov.br
Homepage: www.bnb.gov.br





ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

BNB - GAPRE

2015/ 3155

DATA 17 NOV 2015

HORA: 16 : 55

Ofício.n.1649/2015 – GAPRE

Fortaleza, 16 de novembro de 2015.

Ao Senhor

José Valter Bento de Freitas

Superintendente do Banco do Nordeste

Senhor Superintendente

Considerando a contratação da Caixa Econômica Federal para gerenciamento dos Depósitos sob Aviso à Disposição da Justiça, tendo em vista a celebração do Contrato n. 26/2014, cujo objeto consiste na contratação de Instituição Financeira Oficial para gerenciamento financeiro dos Depósitos Sob Aviso à Disposição da Justiça;

Considerando a existência de depósitos judiciais nessa instituição bancária oficial e que não houve, até então, a transferência da totalidade dos valores para a Caixa Econômica Federal, assim como ainda existir a possibilidade de ingresso de novos valores;

Determinamos a imediata transferência dos Depósitos Sob Aviso à Disposição da Justiça com o fito de cumprir, mais fielmente, o Contrato n. 26/2014 que estabelece o gerenciamento de tais depósitos à Caixa Econômica Federal- CEF.

Atenciosamente,

Maria Iracema Martins do Vale

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará



Depósito Judicial

Consulta de Extrato de Conta Judicial

Filtro Selecionado:

Número da Conta 642174

Data do Extrato 01/01/2000 à 20/05/2019

Dados da Conta

Réu BRADESCO SEGUROS S/A
 Autor FRANCISCA GOMES DA SILVA
 Agência 152

Data	Histórico	Agência	Valor Lançamento	Tipo
	SALDO ANTERIOR		0,00	(+)
21/11/2013	Depósito Judicial - via BNB	152	3.899,90	(+)
	SALDO		3.899,90	(+)
29/11/2013	RENDIMENTO (JUROS + CORREÇÃO)		5,36	(+)
	SALDO		3.905,26	(+)
31/12/2013	RENDIMENTO (JUROS + CORREÇÃO)		21,61	(+)
	SALDO		3.926,87	(+)
31/01/2014	RENDIMENTO (JUROS + CORREÇÃO)		21,21	(+)
	SALDO		3.948,08	(+)
28/02/2014	RENDIMENTO (JUROS + CORREÇÃO)		20,46	(+)
	SALDO		3.968,54	(+)
31/03/2014	RENDIMENTO (JUROS + CORREÇÃO)		21,42	(+)
	SALDO		3.989,96	(+)
30/04/2014	RENDIMENTO (JUROS + CORREÇÃO)		21,45	(+)
	SALDO		4.011,41	(+)
30/05/2014	RENDIMENTO (JUROS + CORREÇÃO)		22,28	(+)
	SALDO		4.033,69	(+)
30/06/2014	RENDIMENTO (JUROS + CORREÇÃO)		20,94	(+)
	SALDO		4.054,63	(+)
31/07/2014	RENDIMENTO (JUROS + CORREÇÃO)		21,69	(+)
	SALDO		4.076,32	(+)
29/08/2014	RENDIMENTO (JUROS + CORREÇÃO)		21,37	(+)
	SALDO		4.097,69	(+)
30/09/2014	RENDIMENTO (JUROS + CORREÇÃO)		23,29	(+)
	SALDO		4.120,98	(+)
31/10/2014	RENDIMENTO (JUROS + CORREÇÃO)		14,08	(+)
	SALDO		4.135,06	(+)
28/11/2014	RENDIMENTO (JUROS + CORREÇÃO)		20,52	(+)
	SALDO		4.155,58	(+)
31/12/2014	RENDIMENTO (JUROS + CORREÇÃO)		25,77	(+)
	SALDO		4.181,35	(+)
30/01/2015	RENDIMENTO (JUROS + CORREÇÃO)		22,71	(+)

<http://d001mfpl.capgv.intra.bnb/DepositoJudicial/report?cmd=extrato&format=html...> 06/08/2019


	SALDO		4.204,06	(+)
27/02/2015	RENDIMENTO (JUROS + CORREÇÃO)		20,49	(+)
	SALDO		4.224,55	(+)
31/03/2015	RENDIMENTO (JUROS + CORREÇÃO)		20,98	(+)
	SALDO		4.245,53	(+)
30/04/2015	RENDIMENTO (JUROS + CORREÇÃO)		23,75	(+)
	SALDO		4.269,28	(+)
29/05/2015	RENDIMENTO (JUROS + CORREÇÃO)		11,05	(+)
	SALDO		4.280,33	(+)
30/06/2015	RENDIMENTO (JUROS + CORREÇÃO)		28,16	(+)
	SALDO		4.308,49	(+)
31/07/2015	RENDIMENTO (JUROS + CORREÇÃO)		27,99	(+)
	SALDO		4.336,48	(+)
31/08/2015	RENDIMENTO (JUROS + CORREÇÃO)		29,33	(+)
	SALDO		4.365,81	(+)
30/09/2015	RENDIMENTO (JUROS + CORREÇÃO)		29,94	(+)
	SALDO		4.395,75	(+)
30/10/2015	RENDIMENTO (JUROS + CORREÇÃO)		28,92	(+)
	SALDO		4.424,67	(+)
30/11/2015	RENDIMENTO (JUROS + CORREÇÃO)		28,45	(+)
	SALDO		4.453,12	(+)
31/12/2015	RENDIMENTO (JUROS + CORREÇÃO)		32,67	(+)
	SALDO		4.485,79	(+)
29/01/2016	RENDIMENTO (JUROS + CORREÇÃO)		27,56	(+)
	SALDO		4.513,35	(+)
17/02/2016	Saque - via TED	152	4.530,04	(-)
	RENDIMENTO (JUROS + CORREÇÃO)		16,69	(+)
	SALDO		0,00	(+)
	Saldo Previsto		0,00	
	Saldo Bloqueado		0,00	



OFICIO ANEXO.



Correios AR		AVISO DE RECEBIMENTO		AGF JOAO XXIII 23/07/2019		MP											
DESTINATÁRIO BANCO DO NORDESTE DO BRASIL AVENIDA DDUTDR SILAS MUNGUBA, 5700 PASSARE - FORTALEZA - CE 60743-902				BI214016828BR 													
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR FCB JEC 12 UNIDADE RUA VISCONDE DE MAUA 1940 MEIRELES FORTALEZA CE 60125-160				OFICIO NO 112/19 NO 300027866.2018													
TENTATIVA DE ENTREGA 1º / / h 2º / / h 3º / / h				DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (OU INFORMAÇÕES DE INTERESSE DO CLIENTE - OPCIONAL) - OFICIO NO 112/19 NO 300027866.2018 MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO <table border="1"> <tr> <td>☐ 1 MUDOU-SE</td> <td>☐ 3 RECUSADO</td> </tr> <tr> <td>☐ 2 ENDEREÇO INSUFICIENTE</td> <td>☐ 6 NÃO PROCEDEU</td> </tr> <tr> <td>☐ 3 NÃO EXISTE O NÚMERO</td> <td>☐ 7 ATRIBUIÇÃO DE SERVIÇO DE ENTREGA</td> </tr> <tr> <td>☐ 4 DESCONHECIDO</td> <td>☐ 8 ATRIBUIÇÃO DE SERVIÇO DE ENTREGA</td> </tr> <tr> <td>☐ 9 OUTROS</td> <td></td> </tr> </table>				☐ 1 MUDOU-SE	☐ 3 RECUSADO	☐ 2 ENDEREÇO INSUFICIENTE	☐ 6 NÃO PROCEDEU	☐ 3 NÃO EXISTE O NÚMERO	☐ 7 ATRIBUIÇÃO DE SERVIÇO DE ENTREGA	☐ 4 DESCONHECIDO	☐ 8 ATRIBUIÇÃO DE SERVIÇO DE ENTREGA	☐ 9 OUTROS	
☐ 1 MUDOU-SE	☐ 3 RECUSADO																
☐ 2 ENDEREÇO INSUFICIENTE	☐ 6 NÃO PROCEDEU																
☐ 3 NÃO EXISTE O NÚMERO	☐ 7 ATRIBUIÇÃO DE SERVIÇO DE ENTREGA																
☐ 4 DESCONHECIDO	☐ 8 ATRIBUIÇÃO DE SERVIÇO DE ENTREGA																
☐ 9 OUTROS																	
ASSINATURA DO RECEBEDOR 				DATA DA ENTREGA: 													
NOME E SOBRENOME DO RECEBEDOR				Nº DDC. DE IDENTIDADE													







CARTÓRIO ALENCAR FURTADO

1º OFÍCIO DA COMARCA DE PACATUBA – CEARÁ

Rua Cel. José Libânio, n.º 100, bairro Centro, Pacatuba/CE. Contato (85) 3345.1371
Alexandre Magno Medeiros Alencar- 1.º Tabelião Público

SUBSTABELECIMENTO DE PROCURAÇÃO PÚBLICA, na forma abaixo

LIVRO: 078

FOLHA: 231

1º TRASLADO

SAIBAM quantos este público Instrumento virem que, aos vinte e sete dias do mês de março do ano de dois mil e dezessete(21/03/2017), nesta cidade de Pacatuba/CE, Estado do Ceará, nestas Notas, sito na Rua Cel. José Libânio, nº 100, bairro Centro, perante este Tabelião Público de Notas, compareceu(ram) como **OUTORGANTE(S) SUBSTABELECENTE(S), HENRIQUE TEIXEIRA MOURA**, brasileiro, casado, contador, Diretor de Administração do Banco do Nordeste do Brasil S.A., portador da carteira de identidade nº 4981935, expedida pela SSP-PE, inscrita no CPF (MF) sob o nº 233.105.969-15, residente e domiciliado em Fortaleza-CE, com endereço profissional na Av. Dr. Silas Munguba, nº 5.700, Bairro Passaré, CEP 60.743-902. O(s) presente(s) outorgante(s), cuja capacidade ora reconheço, assim como sua(s) identidade(s), face o(s) documento(s) original(is) apresentado(s), nos termos do inciso II do § 1º do artigo 215 do Código Civil Brasileiro, é dado fé por este Tabelião Substituto. E, pelo(a)(s) OUTORGANTE(S), foi dito que por este público instrumento e nos melhores termos de direito, **SUBSTABELECE, com reservas de iguais poderes para si**, na pessoa do(a)(s) outorgado(a)(s), os poderes que lhe foram outorgados por PROCURAÇÃO do BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A., representado por seu presidente, o Sr. MARCOS COSTA HOLANDA, conforme procuração lavrada nestas notas, às fls. 119 do livro nº 078, datado de 23/01/2017, para o(a)(s) Sr.(s)(a) **GLAUCIO DE MELO PINHEIRO**, brasileiro, casado, bancário, portador da cédula de identidade RG nº 21940081 emitida pela SSP/CE, inscrito(a) no CPF/MF sob nº 209.524.303-04, **JOSÉ FERNANDO PEREIRA LIMA**, brasileiro, casado, bancário, portador da cédula de identidade RG nº 98002363829 emitida pela SSP/CE, inscrito(a) no CPF/MF sob nº 142.321.973-20, e, **HUMBERTO BARRETO DA COSTA**, brasileiro, casado, bancário, portador da cédula de identidade RG nº 92006049453, SSP-CE, inscrito(a) no CPF/MF sob nº 561.828.133-34, gerente executivo, assistente bancário e Coordenador de Serviços logísticos respectivamente, residentes e domiciliados (a) em Fortaleza-CE, com endereço profissional na Avenida Dr. Silas Munguba nº 5.700, bairro Passaré; os seguintes poderes que lhes foram outorgados pelo Banco do Nordeste do Brasil S/A: Receberem, individualmente, junto à **EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS- DIRETORIA REGIONAL DO CEARÁ**, cartas e impressos registrados destinados ao outorgante, bem como entregas por meio do serviço "Entrega ao Próprio Destinatário- Mão Própria (MP)", podendo ditos procuradores para tal finalidade, tudo fazer, promover, requerer, aceitar e firmar compromissos, assinar, juntar, apresentar quaisquer documentos, bem como praticar, enfim, todos os demais atos que se fizerem necessários para o fiel desempenho deste instrumento, podendo inclusive substabelecer com reservas de poderes. **O presente substabelecimento terá validade de dois anos a contar desta data. SOB MINUTA.** Poderes aqueles que ficam fazendo parte integrante do presente instrumento.

CARTÓRIO ALENCAR FURTADO
MARIA VITÓRIA DE SOUSA
DECRETO Nº 1.000/2017



para que produza os seus efeitos legais. O(s) nome(s) e dado(s) do(a)(s) procurador(a)(es) e os elementos relativos ao objeto do presente instrumento foram, fornecidos pelo(a)(s) outorgante(s), e por ele(a)(s) conferidos, responsabilizando-se pelos mesmos. **DECLARAÇÕES DO(A) OUTORGANTE(S):** declara para os devidos fins de direito, SOB PENA DE RESPONSABILIDADE CIVIL E PENAL, que todos os serviços solicitados a este Ofício foram prestados e solicitados nas dependências desta Serventia, tendo comparecido à comarca sede deste tabelionato para assinatura do presente ato. As testemunhas foram dispensadas de conformidade com o art. 215, § 5º do Código Civil Brasileiro (Lei Nº 10.406/2002). Assim o disse, dou fé, me pediu e eu lhe lavrei este instrumento, o qual lido e achado em tudo conforme, aceitou(aram) e assinou(aram) tudo perante o Tabelião. as) ALEXANDRE MAGNO MEDEIROS ALENCAR- 1.º TABELIÃO PÚBLICO. Eu, Maria Vitória de Sousa, Escrevente Autorizada, digitei, encerro o presente, sussebevo e dou fé. (aa) **HENRIQUE TEIXEIRA MOURA.** Nada mais. Trasladata em seguida.

Emolumentos R\$ 29,26

FERMOJU: R\$ 3,69

SELO: R\$ 4,75

SELO Nº AD 016.098



Maria Vitória de Sousa
Escrevente Autorizada

CARTÓRIO ALENCAR FURTADO
MARIA VITÓRIA DE SOUSA
ESCREVENTE AUTORIZADA





ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
12ª UNIDADE DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS DA COMARCA DE FORTALEZA
Rua: Visconde de Mauá, nº 1.940 – Aldeota - Fones: (85)3433 1257

CERTIDÃO

Certifico para os devidos fins, que encaminhei, nesta data, pelo sistema de postagem dos correios, os ofícios nº 112 e 114, com os respectivos códigos de postagem nº BI214016828BR e BI214016788BR . Nada mais a constar. Dou fé.

Fortaleza, na data da assinatura digital.

Gilda Valesca Braga Costa – Técnica Judiciária

Assinado digitalmente, nos termos do art. 1º, § 2º, inciso III, alínea a, da Lei nº 11.419/06





ESTADO DO CEARÁ

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

12ª UNIDADE DOS JUÍZADOS ESPECIAIS CÍVEIS

Rua Visconde de Mauá, nº 1.940 – Aldeota – Fones: (85) 3433-1260 / e-mail: for.12jecc.jus.br

Ofício n.º 114/2019 Fortaleza, 16 de Julho de 2019.

Processo: 3000257-56.2019.8.06.0004

Exequente: FRANCISCA GOMES DA SILVA, CPF nº 025.595.813-70

Executado: BRADESCO SEGUROS S.A CNPJ nº 33.055.146/0001-93

Senhor(a) Gerente,

Dirijo-me a V.Sª para determinar, que informe a este Juízo, no prazo de 10 (dez) dias, sobre o valor bloqueado na conta ID de nº 072013000012210144.

Atenciosamente,

Marcelo Roseno de Oliveira

Juiz de Direito

Ao Ilmo. Sr. Gerente do Banco do Brasil

End: R. Des. Floriano Benevides Magalhães - Edson Queiroz, Fortaleza - CE

CEP: 60811-690





ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMARCA DE FORTALEZA

12ª UNIDADE DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS

Rua: Visconde de Mauá, nº 1.940 – Aldeota - Fones: (85)3433 1260

Fortaleza, 15 de julho de 2019.

Ofício nº 112/2019

Processo nº 3000278-66.2018.8.06.0004

Exequente: FRANCISCA GOMES DA SILVA, CPF nº 025.595.813-70

Executado: BRADESCO SEGUROS S.A CNPJ nº 33.055.146/0001-93

Senhor(a) Gerente,

Dirijo-me a V.S^a para determinar, que informe a este Juízo, no prazo de 10 (dez) dias, sobre o valor bloqueado na conta ID de nº 072013000012210144.

Atenciosamente,

Marcelo Roseno de Oliveira

Juiz de Direito

Ao Ilmo responsável legal pelo do Banco do Nordeste do Brasil - BNB

End: Av. Dr. Silas Munguba, 5700 - Passaré, Fortaleza – CE

CEP: 60.743-902



PETIÇÃO INTERLOCUTÓRIA EXEC.





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO 12º JEC DA COMARCA DE FORTALEZA/CE

Processo: 3000278-66.2018.8.06.0004

BRADESCO SEGUROS S.A., previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **FRANCISCA GOMES DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem, mui respeitosamente, à presença de V. Exa., informar para ao final requerer o que segue:

Inicialmente, informa a Ré que tem interesse sim no prosseguimento do recurso inominado interposto, uma vez que não há exaurimento do objeto, ante o não julgamento do recurso.

Há de ser observado ainda, que não houve caução para o levantamento dos valores tidos como garantia de juízo, assim, caso sobrevenha decisão favorável ao recurso, o exequente deve ser responsável a reparar os danos que o executado haja sofrido.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

FORTALEZA, 10 de julho de 2019.

JOÃO BARBOSA
OAB/CE 27954-A

FABIO POMPEU PEQUENO JUNIOR
OAB/CE 14752



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE FORTALEZA
12a UNIDADE DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS
Rua: Visconde de Mauá, 1940 – Aldeota

Processo nº 3000278-66.2018.8.06.0004 (Processo físico - 55.470/2007)

DESPACHO

Defiro o petítório de Id.12479304, todavia determinando o direcionamento de expedientes ao Banco do Nordeste e ao Banco do Brasil, dada a possibilidade de migração da conta para depósito judicial.

Determino, ainda, a intimação da Bradesco Seguros para que informe se ainda persiste o interesse no processamento do recurso inominado interposto no Id. 6056244 - Pág. 69, e já admitido (Id. 6056244 - Pág. 127), tendo em vista o decurso de prazo desde o oferecimento da peça e o aparente exaurimento do objeto da demanda, uma vez que a beneficiária já teve expedido alvará em seu prol desde novembro de 2014 (vide Id. 6056244 - Pág. 165).

Intime-se.

Cumpra-se.

Expedientes necessários.

Fortaleza, data digital.

Juiz Marcelo Roseno de Oliveira

TITULAR DO 12º JEC

(assinatura eletrônica, na forma do art. 1º, § 2º, inciso III, alínea "a", da Lei Federal nº 11.419, de 19 de dezembro de 2006).



PETIÇÃO EXPEDIÇÃO DE OFICIO





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO 12º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE FORTALEZA/CE

Processo: 1339-83.2013.8.06.0005

BRADESCO SEGUROS S.A e SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **FRANCISCA GOMES DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem, mui respeitosamente, à presença de V. Exa., informar para ao final requerer o que segue:

Inicialmente, vem requerer a V. Exa., a EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO AO BANCO DO NORDESTE para que seja juntado aos autos o EXTRATO DE CONTA JUDICIAL do valor bloqueado na monta de R\$ 3.899,90 (três mil oitocentos e noventa e nove reais e noventa centavos inscrito no ID sob o nº 072013000012210144 , possibilitando ao patrono da Ré realizar prestação de contas com maior clareza e transparência.

Página 1 de 1

BacenJud 2.0 - Sistema de Atendimento ao Poder Judiciário

Desbloqueio de Valores

Protocolamento de Ordens Judiciais de Transferências, Desbloqueios e/ou Reiteraões para Bloqueio de Valores

Clique aqui para obter ajuda na configuração da impressão, e clique aqui para imprimir

Ordem do Bloqueio: 20120001170401

Nº do Protocolo: 55470/2007

Nº do Processo: TRIB DE JUSTICA DO CEARA

Juiz: 20721 - 12ª Unidade do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Fortaleza

Solicitante do Bloqueio: LUIZ ROBERTO OLIVEIRA DUARTE

Nº/Natureza da Ação: Ação Cível

CNPJ do Autor/Exequente da Ação: 029.595.813-70

Nº do Autor/Exequente da Ação: FRANCISCA GOMES DA SILVA

Ação de réus/executados

Para exibir os detalhes de todos os réus/executados clique aqui

Para ocultar os detalhes de todos os réus/executados clique aqui

33.055.146/0001-93 - BRADESCO SEGUROS S/A

Total bloqueado (bloqueio original e reiteraões): R\$3.899,90 [Quantidade atual de não respostas: 0]

Respostas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R\$)	Resultado (R\$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R\$)	Data/Hora Cumprimento
02/05/2012 10:12	Bloq. Valor	LUIZ ROBERTO OLIVEIRA DUARTE	3.899,90	(01) Cumprida integralmente.	3.899,90	02/05/2012 19:35
19/11/2013 11:17:39	Transf. Valor	LUIZ ROBERTO OLIVEIRA DUARTE	3.899,90	Não enviada		

ID: 072013000012210144
Instituição: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL SA
Agência: 0152
Tipo cred. Jud: Geral



Por derradeiro, requer, ainda a ré que seja observado exclusivamente o nome do advogado JOÃO BARBOSA ALVES FILHO, inscrito na OAB/CE sob o nº 27954-a e FABIO POMPEU PEQUENO JUNIOR, INSCRITO NA OAB/CE SOB O Nº 14.752, para efeito de intimações futuras, sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes Termos,
Pede Deferimento.

FORTALEZA, 19 de dezembro de 2017.

JOÃO BARBOSA
OAB/CE 27954-A

FABIO POMPEU PEQUENO JUNIOR
OAB/CE 14752





Poder Judiciário do Estado do Ceará
12ª Unidade do Juizado Especial Cível e Criminal
Rua Visconde de Mauá, 1940, Aldeota, 60125-160

Processo nº 3000278-66.2018.8.06.0004

Promovente(s): Nome: FRANCISCA GOMES DA SILVA

Endereço: CEL ERNESTO MATOS, 2, MESSEJANA, FORTALEZA - CE - CEP: 60840-000

Fortaleza, 16 de fevereiro de 2018.

Ilmo(a).Sr(a).

Dirijo-me a V.Sª. para **INTIMÁ-LO(A) do Recurso Inominado interposto.**
Cordialmente,

CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA LOPES FILHO



Processo Físico 55.470/2007





ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE FORTALEZA
12ª UNIDADE DOS JUIZADOS ESPECIAIS
CÍVEIS E CRIMINAIS

CERTIDÃO

Processo nº 55.470/2007

Certifico, na forma facultada por lei, decorreu o prazo pelo MM. Juiz concedido à executada nos termos do art. 475-J do CPC. O referido é verdade. Dou fé. Remeto os autos ao contador.

Fortaleza, 22 de março de 2012.


Marcus Cristian de Queiroz e Silva
Diretor de Secretaria

Rua Visconde de Mauá, 1940 – Aldeota – Fortaleza – CE – CEP 60125-160 – Fone: 85.3433.1260







ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE FORTALEZA
12ª UNIDADE DOS JUÍZADOS ESPECIAIS
CÍVEIS E CRIMINAIS
Rua: Visconde de Mauá, 1940 - Aldeota

88/4

Processo nº 55.470/2007
DESPACHO

R.h

Em petição de fl. 85/86, a parte executada requereu a devolução de prazo, uma vez que na publicação da sentença de fls. 67/71, a publicação saiu em nome do Dr. Manuel Mendes Diogo OAB/CE 21.154, quando na verdade seria Dr. Emanuel Mendes Diogo OAB/CE 21.154.

Compulsando detidamente os presentes autos, verifiquei que na publicação de fls. 76, realmente saiu a intimação do Dr. Manuel Mendes Diogo, quando deveria ser Emanuel Mendes Diogo, porém o número do processo, as partes e o teor do despacho foi feito de maneira correta. A meu ver, não se deve declarar a nulidade da publicação da sentença, uma vez que o erro é insignificante e seria possível a identificação do processo.

Neste sentido trago o seguinte julgado:

INTIMAÇÃO. ERRO NA GRAFIA DO NOME DO ADVOGADO. POSSIBILIDADE DE IDENTIFICAÇÃO DO FEITO. AUSÊNCIA DE PREJÚÍZO. 1. Não se deve declarar a nulidade da publicação de acórdão do qual conste, com grafia incorreta, o nome do advogado se o erro é insignificante (troca de apenas uma letra) e é possível identificar o feito pelo exato nome das partes e número do processo. (REsp 254.267/SP, Rel. Min. Eliana Calmon, 2ª Turma, DJ de 08.04.2002). 2. A abreviatura de sobrenomes é prática comum nas intimações judiciais, não inviabilizando a ciência por parte de seu patrono, a gravação de 'RODRIGO B CURI', enquanto seu nome correto é 'RODRIGO BRANDEBURGO CURI', mormente em face da correção das demais informações processuais. 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (704902 SC 2005/0146264-4, Relator: Ministro VASCO DELLA





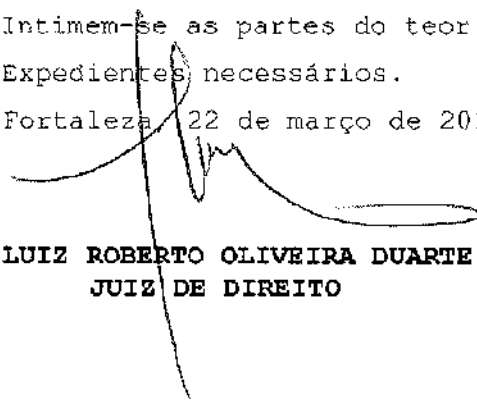
GIUSTINA (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/RS), Data de
Julgamento: 07/04/2011, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de
Publicação: DJe 15/04/2011).

Isto posto, **INDEFIRO** o pedido de fls. 85/86.
Certifique-se o decurso do prazo da publicação de fls. 84, e
empós, atualize-se o débito e proceda-se ao bloqueio on-line de
ativos financeiros no nome de **BRDESCO SEGUROS S/A (CNPJ
33.055.146/0001-93)**, até o limite do valor atualizado do débito.

Intimem-se as partes do teor deste despacho.

Expedientes necessários.

Fortaleza 22 de março de 2012.


LUIZ ROBERTO OLIVEIRA DUARTE
JUIZ DE DIREITO





Cálculo de Atualização Monetária para simples verificação
Correção a partir de Março/1965
INPC atualizado até Fevereiro/2012

CORREÇÃO MONETÁRIA (dd/mm/aaaa)

Data Inicial: 09/01/2012

Data Término: 22/03/2012

RESULTADO DO CALCULO (em Real)

Total R\$ 3.816,56

Índice: INPC

PRINCIPAL (moeda da época - nnnnnn,nn)

Valor: 3338,43

PRINCIPAL (atualizado em Real)

Valor R\$ 3.368,54

ACESSÓRIOS (percentual - nn,nnnn)

Juros (an): 1 %

Multa: 10 %

Advogado: %

ACESSÓRIOS (atualizado em Real)

Valor dos Juros R\$ 101,06

Valor da Multa R\$ 346,96

Processo nº 55.470/07

Baseado em cálculo de fl.

Multa do art. 475-J do CPC.

Goellho
600978







ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE FORTALEZA
12ª Unidade do Juizado Especial Cível e Criminal
Rua Visconde de Mauá, 1940, Aldeota

Processo nº 55470/07.

CERTIDÃO DE ENVIO PARA DJ

CERTIFICO que foi enviado para publicação, despacho/sentença
de fls. 88/89, expediente nº 50 /2012. O referido é verdade. Dou fé.
Fortaleza/CE, 09/04/2012.

FC Wagner Silva
p/ **Marcus Cristian de Queiroz e Silva**
DIRETOR DE SECRETARIA







DEZOITO REAIS E VINTE E CINCO CENTAVOS) E NO VALOR DE R\$ 1.440,47 (UM MIL, QUATROCENTOS E QUARENTA REAIS E QUARENTA E SETE CENTAVOS), AMBOS EM PROL DA PARTE CREDORA (...). FORTALEZA, 23 DE JANEIRO DE 2012." INT. DR. ALFREDO LEOPOLDO FURTADO PEARCE OAB/CE 9.698; DR. GUSTAVO LEAL OAB/CE 10.682; DR. JOAQUIM ROCHA DE LUCENO NETO OAB/CE 16.042; DR. JOSÉ MENESCAL DE ANDRADE JÚNIOR OAB/CE 6.018 E DR. GIOVANNI PAULO DE VASCONCELOS SILVA OAB/CE 8.579.

3) 2008.0032.8232-1 - TOMBO: 55.470/2007 - AÇÃO DE COBRANÇA COM PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. PROMOVENTE: FRANCISCA GOMES DA SILVA. PROMOVIDA: BRADESCO SEGUROS S/A. DESPACHO. R.H.(...) ISTO POSTO, INDEFIRO O PEDIDO DE FLS. 85/86. CERTIFIQUE-SE O DECURSO DO PRAZO DA PUBLICAÇÃO DE FLS. 84, E EMPÓS. ATUALIZE-SE O DÉBITO E PROCEDA-SE AO BLOQUEIO ON-LINE DE ATIVOS FINANCEIROS NO NOME DE BRADESCO SEGUROS S/A (CNPJ 33.055.146/0001-93), ATÉ O LIMITE DO VALOR ATUALIZADO DO DÉBITO(...). FORTALEZA, 16 DE DEZEMBRO DE 2011. INT. DR. EMANUEL MENDES DIOGO OAB/CE 21.154 E DRA. KATARINA COSTA ALENCAR OAB/CE 17.657

4) 2004.17.00835-0 - TOMBO: 38.226/2004 - AÇÃO DE COBRANÇA DE SALDO REMANESCENTE. PROMOVENTE: MARIA STELA PEREIRA DE OLIVEIRA. PROMOVIDA: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS. DESPACHO. R.H.(...) ISTO POSTO, DEFIRO O PEDIDO DE FLS. 70/71, PARA O FIM DE DETERMINAR A INTIMAÇÃO DA PROMOVIDA, NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, POR SEUS ADVOGADOS, VIA DIÁRIO DA JUSTIÇA, PARA FORNECER A ESTE JUÍZO A CÓPIA INTEGRAL DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO EM NOME DA PARTE AUTORA, SOB PENA DE MULTA DIÁRIA DE R\$ 100,00 (CEM REAIS) FORTALEZA, 27 DE OUTUBRO DE 2011. INT. DR. FRANCISCO JEAN OLIVEIRA SILVA OAB/CE 16.190 E DR. SAMUEL MARQUES CUSTÓDIO DE ALBUQUERQUE OAB/CE 20.873-A

5) 2003.17.00131-0 - TOMBO: 32.542/2003 - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS COM OBRIGAÇÃO DE FAZER. PROMOVENTE: FRANCISCO DE ASSIS ALVES CALDAS. PROMOVIDO: HAPVIDA - ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA. DESPACHO. R. H. (...) SOBRE PETIÇÃO DE FLS. 150/157, FALE A PARTE PROMOVENTE, EM 10 (DEZ) DIAS, ATRAVÉS DE SEU ADVOGADO, VIA DJ ELETRÔNICO (...). FORTALEZA, 27 DE MARÇO DE 2012. INT. DR. RENATO LUIS LEITE BARBOSA BARROSO OAB/CE 15.300

6) 2007.17.00378-7 - TOMBO: 53.326/2007 - RESTITUIÇÃO DE QUANTIA PAGA C/C DANOS MORAIS. PROMOVENTES: ANTÔNIO MÉRIO FREIRE BATISTA VIEIRA. PROMOVIDA: SUL AMÉRICA CAPITALIZAÇÃO S/A. DESPACHO R.H.(...) INTIME-SE A PARTE EXEQUENTE, POR SEU ADVOGADO, ATRAVÉS DO DIÁRIO DA JUSTIÇA, PARA SE MANIFESTAR, NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, SOBRE A RESPOSTA DE OFÍCIO DE FLS. 52, SOB PENA DE EXTINÇÃO.(...). FORTALEZA, 11 DE AGOSTO DE 2011. INT. DR. ANTONIO RODRIGUES DA SILVA OAB/CE 10.558

7) 2005.17.00706-1 - TOMBO: 43.963/2005 - AÇÃO ORDINÁRIA DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO. PROMOVENTE: FRANCISCO JOSÉ DO NASCIMENTO. PROMOVIDO: BANCO BMG S/A. DESPACHO. R.H. (...) INTIME-SE A PARTE PROMOVENTE, POR SEU ADVOGADO, ATRAVÉS DO DIÁRIO DA JUSTIÇA, PARA FALAR, NO PRAZO DE 05(CINCO) DIAS, SOBRE DEPÓSITO JUDICIAL DE FLS. 108/110(...). FORTALEZA, 05 DE ABRIL DE 2011. INT. DRA. ALESSIA PIOL OAB/CE 16.492

8) 2008.17.00132-8 - TOMBO: 56.338/2008 - AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO. PROMOVENTE : KLEBER LIMA. PROMOVIDO: BRADESCO SEGUROS S/A. SENTENÇA(...) ISTO POSTO, DECRETO A EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO, O QUE FAÇO COM AMPARO NO ART. 794, INCISO I DO CPC. EXPEÇAM-SE ALVARÁS DE LEVANTAMENTO DA QUANTIA BLOQUEADA ÀS FLS. 222/224, NO VALOR DE R\$ 5.810,88 (CINCO MIL, OITOCENTOS E DEZ REAIS E OITENTA E OITO CENTAVOS), EM PROL DA PARTE CREDORA(...). FORTALEZA, 08 DE OUTUBRO DE 2011." INT. DR. ROSTAND INACIO DOS SANTOS OAB/PE 22.718 E DR. AGRILBERTO DA SILVA COUTINHO JÚNIOR OAB/CE 12.689

9) 2003.17.05404-0 - TOMBO: 37.326/2003 - AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS E MORAIS. PROMOVENTE: DÉCIA CLÁUDIA DE CARVALHO MELO. PROMOVIDO: MARCUS VINÍCIUS ROCHA SILVA. DESPACHO R.H. (...) INTIME-SE A PARTE EXEQUENTE, POR SEU ADVOGADO, ATRAVÉS DO DIÁRIO DA JUSTIÇA, PARA SE MANIFESTAR, NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, SOBRE A RESPOSTA DE OFÍCIO DE FLS. 241, SOB PENA DE EXTINÇÃO.(...). FORTALEZA, 11 DE AGOSTO DE 2011. INT. DR. SHEILA DANTAS BANDEIRA DE MELO OAB/CE 14.439 E DR. SANDRO PRADO ALBUQUERQUE OAB/CE 20.574

10) 2005.17.01046-1 - TOMBO: 44.620/2005 - AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS. PROMOVENTE: WALDIR PEREIRA DA SILVA. PROMOVIDO: SIEMENS LTDA. DESPACHO. R. H. (...) FALE A PARTE PROMOVIDA, POR SEU ADVOGADO, ATRAVÉS DO DIÁRIO DA JUSTIÇA, PARA FALAR SOBRE PETIÇÃO DE FLS. 131/133, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS (...). FORTALEZA, 26 DE MARÇO DE 2012. INT. DR. IGOR MACEDO FACÓ OAB/CE 16.470.

EXPEDIENTES DO JUIZADO ESPECIAL - 25ª UNIDADE COMARCA FORTALEZA - VARJOTA

Juiz(a) Titular : ICLÉA AGUIAR ARAÚJO ROLIM
Diretor(a) de Secretaria: GEORGIA FURTADO BRASIL DE CASTRO
EXPEDIENTE nº 10/2012 em: Vinte e sete (27) de Março de 2012

OAB	Seq.	OAB	Seq.
CE/8499	1	CE/8175	1
CE/3667	2	CE/8462	3
CE/12738	4	CE/6286	4
CE/19917	4	CE/8764	4







ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE FORTALEZA
12ª UNIDADE DOS JUIZADOS ESPECIAIS
CÍVEIS E CRIMINAIS

CERTIDÃO

Processo nº 55.470/2007

Certifico, na forma facultada por lei, decorreu o prazo pelo MM. Juiz concedido ao executado nos termos do art. 475-J do CPC. O referido é verdade. Dou fé. Remeto os autos ao contador.

Fortaleza, 25 de abril de 2012.

Joellus
Marcus Cristian de Queiroz e Silva
p. Diretor de Secretaria

Rua Visconde de Mauá, 1940 – Aldeota – Fortaleza – CE – CEP 60125-160 – Fone: 85.3433.1260





94

Cálculo de Atualização Monetária para simples verificação
Correção a partir de Março/1965
INPC atualizado até Março/2012

CORREÇÃO MONETÁRIA (dd/mm/aaaa)

Data Inicial: 22/03/2012

Data Término: 25/04/2012

RESULTADO DO CALCULO (em Real)

Total R\$ 3.899,90

Índice: INPC

PRINCIPAL (moeda da época - nnnnnn,nn)

Valor: 3816,56

PRINCIPAL (atualizado em Real)

Valor R\$ 3.823,43

ACESSÓRIOS (percentual - nn,nnnn)

Juros (an): 1 %

Multa: %

Advogado: %

ACESSÓRIOS (atualizado em Real)

Valor dos Juros R\$ 76,47

PROCESSO Nº 55.470/2007

BASEADO EM CÁLCULO DE FL. 90





95

	BacenJud 2.0 - Sistema de Atendimento ao Poder Judiciário	ejuce.060138563 quarta-feira, 02/05/2012
Minutas Protocolamento Ordens judiciais Não Respostas Contatos de J. Financeira Relatórios	Gerenciais Ajuda Sair	

Recibo de Protocolamento de Bloqueio de Valores

 Clique [aqui](#) para obter ajuda na configuração da impressão, e clique [aqui](#) para imprimir.

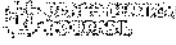
Dados do bloqueio		
Situação da Solicitação:	Ordem Judicial ainda não disponibilizada para as Instituições Financeiras As ordens judiciais protocoladas até às 19h00min dos dias úteis serão consolidadas, transformadas em arquivos de remessa e disponibilizadas simultaneamente para todas as Instituições Financeiras até às 23h00min do mesmo dia. As ordens judiciais protocoladas após às 19h00min ou em dias não úteis serão tratadas e disponibilizadas às Instituições Financeiras no arquivo de remessa do dia útil imediatamente posterior.	
Número do Protocolo:	20120001170401	
Data/Horário de protocolamento:	02/05/2012 16h12	
Número do Processo:	55470/2007	
Tribunal:	TRIB DE JUSTICA DO CEARA	
Vara/Juízo:	20721 - 12ª Unidade do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Fortaleza	
Juiz Solicitante do Bloqueio:	LUIZ ROBERTO OLIVEIRA DUARTE	
Tipo/Natureza da Ação:	Ação Cível	
CPF/CNPJ do Autor/Exequente da Ação:	025.595.813-70	
Nome do Autor/Exequente da Ação:	FRANCISCA GOMES DA SILVA	

Relação dos Réus/Executados		
Réu/Executado	Valor a Bloquear	Contas e Aplicações Financeiras Atingidas
33.055.146/0001-93 :BRADESCO SEGUROS S/A	3.899,90	Instituições financeiras com relacionamentos com o CPF/CNPJ no momento da protocolização.

[Voltar para a tela inicial do sistema](#)





	BacenJud 2.0 - Sistema de Atendimento ao Poder Judiciário	ejuce.060138563 segunda-feira, 07/05/2012
Minutas Protocolamento Ajuda Sair	Ordens judiciais Não Respostas Contatos de J. Financeira	Relatórios Gerenciais

Detalhamento de Ordem Judicial de Bloqueio de Valores

Os valores apresentados podem sofrer alterações devido a oscilações em aplicações financeiras e/ou a incidência de impostos.

 Clique [aqui](#) para obter ajuda na configuração da impressão, e clique [aqui](#) para imprimir.

Dados do bloqueio	
Situação da solicitação:	Respostas recebidas, processadas e disponibilizadas para consulta As respostas recebidas das Instituições Financeiras foram processadas e disponibilizadas para consulta.
Número do Protocolo:	20120001170401
Número do Processo:	55470/2007
Tribunal:	TRIB DE JUSTICA DO CEARA
Vara/Juízo:	20721 - 12ª Unidade do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Fortaleza
Juiz Solicitante do Bloqueio:	LUIZ ROBERTO OLIVEIRA DUARTE
Tipo/Natureza da Ação:	Ação Cível
CPF/CNPJ do Autor/Exequente da Ação:	025.595.813-70
Nome do Autor/Exequente da Ação:	FRANCISCA GOMES DA SILVA

Relação de réus/executados

- Para exibir os detalhes de todos os réus/executados [clique aqui](#).
- Para ocultar os detalhes de todos os réus/executados [clique aqui](#).

33.055.146/0001-93 - BRADESCO SEGUROS S/A						
Total Bloqueado (Bloqueio original e reiterações): R\$ 3.899,90 [Quantidade atual de não respostas: 0]						
Respostas						
BCO BRADESCO/ Todas as Agências/ Todas as Contas						
Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R\$)	Resultado (R\$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R\$)	Data/Hora Cumprimento
02/05/2012 16:12	Bloq. Valor	LUIZ ROBERTO OLIVEIRA DUARTE	3.899,90	(01) Cumprida integralmente. 3.899,90	3.899,90	02/05/2012 19:35
Ação -				Valor -		
BCO BRASIL/ Todas as Agências/ Todas as Contas						
Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R\$)	Resultado (R\$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R\$)	Data/Hora Cumprimento
02/05/2012 16:12	Bloq. Valor	LUIZ ROBERTO OLIVEIRA DUARTE	3.899,90	(02) Réu/executado sem saldo positivo. 0,00	0,00	03/05/2012 05:27
Nenhuma ação disponível						
BCO ESTADO RIO GRANDE DO SUL/ Todas as Agências/ Todas as Contas						
Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R\$)	Resultado (R\$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R\$)	Data/Hora Cumprimento

<https://www3.bcb.gov.br/bacenjud2/pesquisarPorProtocolo.do?method=pesquisarPorPro...> 7/5/2012





02/05/2012 16:12	Bloq. Valor	LUIZ ROBERTO OLIVEIRA DUARTE	3.899,90	(02) Réu/executado sem saldo positivo. 0,00	0,00	03/05/2012 04:37
Nenhuma ação disponível						
BCO ESTADO SERGIPE/ Todas as Agências/ Todas as Contas						
Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R\$)	Resultado (R\$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R\$)	Data/Hora Cumprimento
02/05/2012 16:12	Bloq. Valor	LUIZ ROBERTO OLIVEIRA DUARTE	3.899,90	(02) Réu/executado sem saldo positivo. 0,00	0,00	03/05/2012 16:41
Nenhuma ação disponível						
BCO HSBC BRASIL/ Todas as Agências/ Todas as Contas						
Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R\$)	Resultado (R\$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R\$)	Data/Hora Cumprimento
02/05/2012 16:12	Bloq. Valor	LUIZ ROBERTO OLIVEIRA DUARTE	3.899,90	(00) Resposta negativa: réu/executado não é cliente ou possui apenas contas inativas. 0,00	0,00	03/05/2012 07:00
Nenhuma ação disponível						
BCO ITAÚ UNIBANCO/ Todas as Agências/ Todas as Contas						
Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R\$)	Resultado (R\$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R\$)	Data/Hora Cumprimento
02/05/2012 16:12	Bloq. Valor	LUIZ ROBERTO OLIVEIRA DUARTE	3.899,90	(02) Réu/executado sem saldo positivo. 0,00	0,00	03/05/2012 20:40
Nenhuma ação disponível						
BCO MERCANTIL DO BRASIL/ Todas as Agências/ Todas as Contas						
Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R\$)	Resultado (R\$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R\$)	Data/Hora Cumprimento
02/05/2012 16:12	Bloq. Valor	LUIZ ROBERTO OLIVEIRA DUARTE	3.899,90	(00) Resposta negativa: réu/executado não é cliente ou possui apenas contas inativas. 0,00	0,00	02/05/2012 22:31
Nenhuma ação disponível						
BCO SAFRA/ Todas as Agências/ Todas as Contas						
Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R\$)	Resultado (R\$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R\$)	Data/Hora Cumprimento
02/05/2012 16:12	Bloq. Valor	LUIZ ROBERTO OLIVEIRA DUARTE	3.899,90	(00) Resposta negativa: réu/executado não é cliente ou possui apenas contas inativas. 0,00	0,00	03/05/2012 16:25

<https://www3.bcb.gov.br/bacenjud2/pesquisarPorProtocolo.do?method=pesquisarPorPro...> 7/5/2012





Nenhuma ação disponível						
BCO SANTANDER/ Todas as Agências/ Todas as Contas						
Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R\$)	Resultado (R\$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R\$)	Data/Hora Cumprimento
02/05/2012 16:12	Bloq. Valor	LUIZ ROBERTO OLIVEIRA DUARTE	3.899,90	(05) Réu/executado sem saldo disponível devido a bloqueio total anterior. 0,00	0,00	03/05/2012 07:01
Nenhuma ação disponível						
CAIXA ECONOMICA FEDERAL/ Todas as Agências/ Todas as Contas						
Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R\$)	Resultado (R\$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R\$)	Data/Hora Cumprimento
02/05/2012 16:12	Bloq. Valor	LUIZ ROBERTO OLIVEIRA DUARTE	3.899,90	(02) Réu/executado sem saldo positivo. 0,00	0,00	03/05/2012 05:18
Nenhuma ação disponível						
Não Respostas						
Não há não-resposta para este réu/executado						

Dados para depósito judicial em caso de transferência	
Instituição Financeira para Depósito Judicial Caso Transferência:	
Agência para Depósito Judicial Caso Transferência:	
Nome do Titular da Conta de Depósito Judicial:	FRANCISCA GOMES DA SILVA
CPF/CNPJ do Titular da Conta de Depósito Judicial:	025.595.813-70
Tipo de Crédito Judicial:	
Código de Depósito Judicial:	
Nome de usuário do juiz solicitante no sistema:	ejuce. 060138563



PROCESSO Nº 18021613262023200000005903872
AUTUAÇÃO
Folha 1ª de 1 - 1ª vez - Auto: PETIÇÃO
que contém o valor de R\$ 100,00 de honorários
advocatícios.
Petição de 21 de Maio de 2018
Assinado eletronicamente por: CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA LOPES FILHO - 16/02/2018 13:26:43



JOÃO BARBOSA Advogados Associados

João Barbosa	Flávia Nanato	Klariisse Mirella	Nicole Riente
Henrique A. F. Motta	Paula Pinheiro	Patrícia Cavalcanti	Cristina Ferreira
Fábio João Soito	Osmar Aquino	Paula Barroso	Amanda Silva
Pedro H. B. Sousa	Fernanda Barbosa	Thathiana Cusnir	Rodrigo Gaspar
Joselaine Moura Figueiredo	Rafael Bandeira	José Pinto	Renato Carvalho
João Paulo Martins	Lanessa Alves	Carolina Lima	
Marcelo Cêco	Cecília Chequer	João Renato Paulon	

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO XII JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA
COMARCA DE FORTALEZA/CE.

PROCESSO Nº 2008.0032.82321

21 MAR 2008 11:29

Processo Nº. 2008.0032.82321 TOMBO: 55.470/2007

BRADESCO SEGUROS S.A., empresa seguradora já qualificada nos autos, neste ato representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, em fase de Execução para cumprimento de sentença, movida por **FRANCISCA GOMES DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem, mui respeitosamente, à presença de V. Exa., com fulcro no artigo 475-L, inciso V, do Código de Processo Civil, e, demais cominações legais pertinentes à espécie, apresentar seus

EMBARGOS DO DEVEDOR

Consoante as seguintes razões de fato e de direito a seguir aduzidas:





108

GARANTIA DO JUÍZO - TEMPESTIVIDADE

Preliminarmente cabe a Embargante ressaltar que, em cumprimento ao disposto na Lei Adjetiva Civil, deveria a mesma providenciar a garantia do juízo para, desta forma, estar apta a apresentar sua irresignação à execução movida pela Embargada.

Diante disso, a ora executada acostou, em 11 de maio de 2012, aos autos guia judicial, no valor da execução, qual seja, R\$ 3.831,44 (três mil oitocentos e trinta e um reais e quarenta e quatro centavos, momento em que se garantiu o juízo.

Assim requer a Embargante o recebimento e julgamento do presente *petitum*, vez que cumpridas todas as formalidades legais aplicáveis ao caso em questão.

DA SÍNTESE DA DEMANDA

A Autora, ora embargada, ajuizou a presente demanda em face da Ré, ora Embargante, requerendo a sua condenação ao pagamento da indenização em virtude da morte de seu parente, após acidente de trânsito ocorrido em 10/10/2004.

Assim, este MM. Juízo proferiu sentença, julgando procedente o pedido autoral, nos seguintes termos, verbis:

"(...)Diante do exposto, julgo procedente o pedido formulado por FRANCISCA GOMES DA SILVA para condenar a promovida BRADESCO SEGUROS S.A. ao pagamento de R\$ 1.739,14 (mil setecentos e trinta e nove reais e quatorze centavos), com incidência de juros e correção pelo INPC desde a citação...."

A parte ré restou impossibilitada de recorrer da sentença de primeiro grau, tendo em vista que publicação no Diário Oficial se ocorreu com erro material no nome do advogado patrocinador da empresa ré.

Conforme observa-se nos autos, o Embargado promoveu a execução do julgado, requerendo fosse a Embargante intimada ao pagamento em voga.

Após tal procedimento, o juízo determinou o prosseguimento da execução sobre o valor supracitado, desconsiderando a petição





que chamou o feito à ordem requerendo a republicação da sentença devido ao erro material ocorrido em sua publicação, razão pela qual pede escusa para expor a presente peça de Embargos do Devedor devido ao valor excessivo executado pela autora.

NECESSÁRIA REPUBLICAÇÃO DA SENTENÇA

Inicialmente, ressalte-se que a r. sentença de primeiro grau foi publicada no dia 22/11/2011.

Contudo, a ré tomou ciência do teor do *decisum* tão somente com a publicação da intimação que determinou à exequente que atualizasse os cálculos da execução, ocorrida em 03/02/2012.

Ocorre que, a referida sentença NÃO FOI PUBLICADA em nome do patrono da Ré, DR. EMANUEL MENDES GUEDES DIOGO, OAB/CE sob o n° 21.154, conforme requerido pela embargante, sob pena de nulidades das intimações.

Como se constata, a publicação da r. sentença se deu em nome do seguinte advogado: DR. MANUEL MENDES DIOGO.

Em razão do equívoco, a embargante não foi intimada da r. sentença, não tomando ciência do *decisum* condenatório em momento hábil a prática de eventual recurso ou pagamento da condenação.

Cabe salientar o teor do art. 183, *caput*, e §§ 1º e 2º, do Código de Processo Civil, que assim dispões:

"Art. 183 - Decorrido o prazo, extingue-se, independentemente de declaração judicial, o direito de praticar o ato, ficando salvo, porém, à parte provar que não realizou por justa causa.

§ 1º - Reputa-se justa causa o evento imprevisto, alheio à vontade da parte, e que a impediu de praticar o ato por si ou por mandatário.

§ 2º - Verificada a justa causa o juiz permitirá à parte a prática do ato no prazo que lhe assinar."





102
Isto posto, haja vista a justa causa na ausência de interposição de recurso, assim como inércia de pagamento da condenação pela empresa ora embargante, requer a republicação da sentença, com a devida anulação de TODOS OS ATOS POSTERIORES, e por conseguinte, a devolução do prazo recursal, possibilitando a ré o exercício de seu direito de defesa, consubstanciado no seu direito a revisão de sentença.

DO EXCESSO DA EXECUÇÃO

Conforme consta dos autos, a Embargada realizou a execução de valor este que entende devido, em razão da indenização na monta integral, devidamente acrescida de correção monetária, juros legais, honorários de execução e multa prevista no art. 475-J.

Ocorre que, conforme cálculo realizado pela ora Embargante, o valor da execução encontra-se equivocado, já que em excesso, conforme restará claro mediante cálculos apresentados em anexo.

Desta forma, resta claro que a presente execução de condenação é manifestamente excessiva!

Conforme o cálculo demonstrado, realizado através do site <http://www.drccalc.net/easycalc/>, o valor total da condenação é de R\$ 3.419,05 (três mil quatrocentos e dezenove reais e cinco centavos), demonstrando-se descabido o valor executado.

Por todo o exposto, fica comprovado que o valor bloqueado encontra-se equivocado por excesso, sendo certo que caso seja mantida o prosseguimento da execução contra a ré, a monta total a ser paga não pode ultrapassar a quantia de R\$ 3.419,05 (três mil quatrocentos e dezenove reais e cinco centavos), conforme amplamente demonstrado pelos cálculos em anexo.

DA NECESSIDADE PRÉVIA DE INTIMAÇÃO DO DEVEDOR PARA PAGAMENTO DA CONDENAÇÃO -IMPOSSIBILIDADE INCLUSÃO DA MULTA DE 10 % PREVISTA NO ART. 475 J DO CPC

Necessário ainda esclarecer a V. Exa. que não deve ser aplicada a multa do art. 475 J, CPC, sem a intimação prévia do devedor.

Isso porque, a jurisprudência firmou entendimento já pacificado neste sentido, estabelecendo que a regra da execução deve seguir consoante disposto no art. 632, do CPC, in verbis:

Art. 632 - Quando o objeto da execução for obrigação de fazer, o devedor será citado para





satisfazê-la no prazo que o juiz lhe assinar, se outro não estiver determinado no título executivo.

103
7

Não há óbice que o pedido do exequente, pelos quais não merece ser atendido, posto que na fase de execução de sentença proferida em ação de indenização, a jurisprudência é pacífica neste Estado quanto a necessidade de intimação do devedor, pela imprensa oficial ou pessoal na pessoa do advogado da parte devedora, para pagamento do débito, sob pena de incidência da multa, deixando de fixar honorários advocatícios.

Inobstante jurisprudência oscilante a respeito do tema, a intimação prévia do devedor, via diário oficial, melhor se coaduna ao espírito sincretista da reforma processual da Execução em cotejo com os princípios do Contraditório e Ampla Defesa. Assim é que a correta hermenêutica do tipo processual contido no Art. 475-J, CPC, é aquela que determina a incidência da multa processual se, intimado o devedor através de seus patronos, este deixar transcorrer o prazo para cumprimento espontâneo do julgado, na forma da regra geral do Art. 240, CPC.

No mesmo sentido a jurisprudência sedimentada pelo Egrégio Superior Tribunal de Justiça:

Informativo nº 0429 do STJ. - MULTA DO ART. 475 J DO CPC. CUMPRIMENTO. SENTENÇA. INTIMAÇÃO. Tratou-se de REsp remetido pela Terceira Turma à Corte Especial, com a finalidade de obter interpretação definitiva a respeito do art. 475-J do CPC, na redação que lhe deu a Lei n. 11.232/2005, quanto à necessidade de intimação pessoal do devedor para o cumprimento de sentença referente à condenação certa ou já fixada em liquidação. Diante disso, a Corte Especial entendeu, por maioria, entre outras questões, QUE A REFERIDA INTIMAÇÃO DEVE SER FEITA NA PESSOA DO ADVOGADO, APÓS O TRÂNSITO EM JULGADO, EVENTUAL BAIXA DOS AUTOS AO JUÍZO DE ORIGEM, E A APOSIÇÃO DO "CUMpra-SE"; pois só após se iniciaria o prazo de quinze dias para a imposição da multa em caso de não pagamento espontâneo, tal como previsto no referido dispositivo de lei. Como destacou o Min. João Otávio de Noronha em seu voto vista, a intimação do devedor mediante seu advogado





103

é a solução que melhor atende ao objetivo da reforma processual, visto que não comporta falar em intimação pessoal do devedor, o que implicaria reeditar a citação do processo executivo anterior, justamente o que se tenta evitar com a modificação preconizada pela reforma. Aduziu que a dificuldade de localizar o devedor para aquela segunda citação após o término do processo de conhecimento era um dos grandes entraves do sistema anterior, por isso ela foi eliminada, conforme consta, inclusive, da exposição de motivos da reforma. Por sua vez, o Min. Fernando Gonçalves, ao acompanhar esse entendimento, anotou que, apesar de impor-se ônus ao advogado, ele pode resguardar-se de eventuais acusações de responsabilidade pela incidência da multa ao utilizar o expediente da notificação do cliente acerca da necessidade de efetivar o pagamento, tal qual já se faz em casos de recolhimento de preparo. A hipótese era de execução de sentença proferida em ação civil pública na qual a ré foi condenada ao cumprimento de obrigação de fazer, ao final convertida em perdas e danos (art. 461, § 1º, do CPC), ingressando a ora recorrida com execução individual ao requerer o pagamento de quantia certa, razão pela qual o juízo determinou a intimação do advogado da executada para o pagamento do valor apresentado em planilha, sob pena de incidência da multa do art. 475-J do CPC. Precedentes citados: REsp 954.859-RS, DJ 27/8/2007; REsp 1.039.232-RS, DJe 22/4/2008; Ag 965.762-RJ, DJe 1º/4/2008; Ag 993.387-DF, DJe 18/3/2008, e Ag 953.570-RJ, DJ 27/11/2007. REsp 940.274-MS, Rel. originário Min. Humberto Gomes de Barros, Rel. para acórdão Min. João Otávio de Noronha, julgado em 7/4/2010.

AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 1.052.774 - RS (2008/0093774-1) - AGRADO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. EXECUÇÃO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. ARTS. 475-I E 475-J DO CPC. LEI N. 11.232 DE 2005. CRÉDITO EXEQÜENDO. MEMÓRIA DE CÁLCULO. MULTA. PRAZO DO ART. 475-J DO





105
CPC. TERMO INICIAL. PRIMEIRO DIA ÚTIL POSTERIOR À PUBLICAÇÃO DA INTIMAÇÃO DO DEVEDOR NA PESSOA DO ADVOGADO.

1. A fase de cumprimento de sentença não se efetiva de forma automática, ou seja, logo após o trânsito em julgado da decisão. De acordo com o art. 475-J combinado com os arts. 475-B e 614, II, todos do CPC, cabe ao credor o exercício de atos para o regular cumprimento da decisão condenatória, especialmente requerer ao juízo que dê ciência ao devedor sobre o montante apurado, consoante memória de cálculo discriminada e atualizada.

2. Concedida a oportunidade para o adimplemento voluntário do crédito exequendo, o não-pagamento no prazo de quinze dias importará na incidência sobre o montante da condenação de multa no percentual de dez por cento (art. 475-J do CPC), compreendendo-se o termo inicial do referido prazo o primeiro dia útil posterior à data da publicação da intimação do devedor na pessoa de seu advogado.

3. Agravo regimental desprovido.

ACÓRDÃO - Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Luis Felipe Salomão, Honildo Amaral de Mello Castro (Desembargador convocado do TJ/AP) e Fernando Gonçalves (Presidente) votaram com o Sr. Ministro Relator. Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Aldir Passarinho Junior. Brasília, 05 de novembro de 2009 (data de julgamento)
MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA - Relator.





Ainda, já se posicionou o SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no acórdão do Agravo Regimental no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 1.058.769 - RS (2008/0133445-3), em que foi relator o MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, conforme aresto a seguir transcrito:

AGRAVO REGIMENTAL. PROCESSO CIVIL.
EXECUÇÃO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. ART.
475-J DO CPC. MULTA.

1. A fase de cumprimento de sentença não se efetiva de forma automática, ou seja, logo após o trânsito em julgado da decisão. De acordo com o art. 475-J combinado com os arts. 475-B e 614, II, todos do CPC, cabe ao credor o exercício de atos para o regular cumprimento da decisão condenatória, especialmente requerer ao juízo que dê ciência ao devedor sobre o montante apurado, consoante memória de cálculo discriminada e atualizada.

2. Observado pelo credor o procedimento relativo ao cumprimento do julgado na forma do art. 475-J do CPC e ciente o advogado da parte devedora acerca da fase executiva, o descumprimento da condenação a que lhe fora imposta implica na imposição de multa de 10% sobre o montante devido.

Portanto, transitada em julgado a decisão condenatória, cabe ao credor o exercício de subsequentes atos para o seu regular cumprimento, especialmente o de requerer ao juízo que dê ciência ao devedor sobre o montante apurado, consoante memória de cálculo discriminada e atualizada, de acordo com o art. 475-J combinado com os arts. 475-B e 614, II, todos do CPC.

Concedida a oportunidade para o adimplemento voluntário do crédito exequendo, o não-pagamento no prazo de quinze dias importará na incidência da multa no percentual de dez por cento, compreendendo-se o termo inicial do referido prazo o primeiro dia útil posterior à data da publicação de intimação do devedor na pessoa de seu advogado.





107
Certifico que a egrégia QUARTA TURMA, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

A Turma, por unanimidade, deu provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Corrobora com o entendimento a jurisprudência do Egrégio Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, in verbis:

2009.002.12537 - AGRADO DE INSTRUMENTO - 2ª Ementa

DES. VERA MARIA SOARES VAN HOMBEECK - Julgamento: 09/06/2009 - PRIMEIRA CAMARA CIVEL - AGRADO INOMINADO. AGRADO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZATÓRIA EM FASE DE EXECUÇÃO. INCIDÊNCIA DA MULTA COERCITIVA. AUSÊNCIA DE PRÉVIA INTIMAÇÃO PESSOAL PARA CUMPRIMENTO. IMPOSSIBILIDADE. DESPROVIMENTO DO AGRADO. - A obrigação de fazer é ato pessoal e exige, para fins de execução, o efetivo descumprimento da obrigação.- Dessa forma, a pena pecuniária só começará a fluir se o devedor, pessoalmente intimado, não cumprir o comando judicial no prazo que lhe for determinado (art. 632 do CPC).

2009.002.12537 - AGRADO DE INSTRUMENTO - 1ª Ementa

DES. VERA MARIA SOARES VAN HOMBEECK.- Julgamento: 20/05/2009 - PRIMEIRA CAMARA CIVEL - AGRADO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZATÓRIA EM FASE DE EXECUÇÃO. INCIDÊNCIA DA MULTA COERCITIVA. AUSÊNCIA DE PRÉVIA INTIMAÇÃO PESSOAL PARA CUMPRIMENTO. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO A QUE SE NEGA SEGUIMENTO NA FORMA DO ART. 557, CAPUT, DO CPC.- A obrigação de fazer é ato personalíssimo e exige, para fins de execução, o efetivo descumprimento da obrigação. Dessa forma, a pena pecuniária só começará a fluir se o devedor, pessoalmente intimado, não cumprir o comando judicial no





prazo que lhe for determinado (art. 632 do CPC)

108

2009.002.10994 - AGRAVO DE INSTRUMENTO - 1ª
Ementa - DES. CAETANO FONSECA COSTA -
Julgamento: 24/03/2009 - SETIMA CAMARA CIVEL
- Agravo de Instrumento. Execução. Bloqueio
on line. Se não houve prévia intimação do
Devedor não seria adequado bloquear valores
relativos a multa e honorários de execução,
permanecendo quanto ao restante a penhora
pelo princípio da economia processual.
Provimento liminar e parcial do Recurso.

2008.002.19664 - AGRAVO DE INSTRUMENTO - 1ª
Ementa - DES. SERGIO JERONIMO A. SILVEIRA -
Julgamento: 12/08/2008 - NONA CAMARA CIVEL
- AGRAVO DE INSTRUMENTO, IMPUGNAÇÃO AO
CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. EXCESSO DE
EXECUÇÃO. EXISTÊNCIA DA MULTA DO 475-J DO
CPC. NECESSIDADE DE PRÉVIA INTIMAÇÃO DO
DEVEDOR, POR MEIO SEU PROCURADOR, PARA
CUMPRIMENTO VOLUNTÁRIO. DESNECESSIDADE DE
INTIMAÇÃO PESSOAL DO DEVEDOR. HONORÁRIOS
ADVOCATÍCIOS. 1. O VALOR EXECUTADO ENCONTRA-
SE EM CONSONÂNCIA COM A PLANILHA APRESENTADA
NA FASE EXECUTÓRIA. 2. A MULTA PREVISTA NO
ART. 475-J DO CPC (INCLUÍDO PELA LEI Nº
11.232, DE 2005) SOMENTE É CABÍVEL APÓS SE
OPORTUNIZAR A INTIMAÇÃO DO DEVEDOR, POR MEIO
DE SEU PROCURADOR, E ESTE NÃO ADIMPLIU A
OBRIGAÇÃO IMPOSTA. NO PRESENTE FEITO, O
DEVEDOR FOI INTIMADO VIA PUBLICAÇÃO DA
DECISÃO JUDICIAL.

2008.002.16705 - AGRAVO DE INSTRUMENTO - 2ª
Ementa - DES. ELISABETE FILIZZOLA -
Julgamento: 09/07/2008 - SEGUNDA CAMARA
CIVEL - AGRAVO INOMINADO. AGRAVO DE
INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. LEI
11.232/05. PRAZO DE 15 DIAS PARA PAGAMENTO
DO DÉBITO SOB PENA DE MULTA DE 10% SOBRE O
VALOR DA EXECUÇÃO (ART. 475-J, CPC). TERMO
INICIAL PARA A CONFIGURAÇÃO DA MORA.
CONTROVÉRSIA. EVOLUÇÃO JURISPRUDENCIAL.
DESNECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL DO
DEVEDOR. IMPOSSIBILIDADE, CONTUDO, DE SE





COMPUTAR A ALUDIDA MULTA DO SIMPLES TRÂNSITO EM JULGADO, SENDO NECESSÁRIA, AO MENOS, A PRÉVIA INTIMAÇÃO DE SEU ADVOGADO VIA D.O. PARA FINS DE CONFIGURAÇÃO DA MORA. POSICIONAMENTO MAJORITÁRIO DESTES E. TJ/RJ E JÁ PACIFICADO NESTE COLEGIADO. Tratam os autos de Agravo Inominado interposto contra a decisão monocrática desta Des. Relatora que, com base no art. 557, caput, do CPC, negou seguimento ao Agravo de Instrumento interposto pelo ora agravante que se insurgiu contra a decisão que determinou a exclusão da planilha do débito dos valores referentes à multa e honorários advocatícios, eis que indevidos visto que o réu não havia sido intimado para o cumprimento do acórdão e nem para pagamento, na forma do artigo 475-J do CPC. A decisão recorrida foi proferida com justo e perfeito amparo no art. 557 do CPC. Resta claro que a decisão monocrática ora impugnada logrou apontar com ampla suficiência todos os fundamentos que levaram à negativa de seguimento do recurso do ora Agravante. Apesar da controvérsia doutrinário-jurisprudencial ainda existente acerca do tema, certo é que a jurisprudência majoritária deste E. Tribunal Estadual - e pacífica desta E. Câmara Cível - a referida multa e os novos honorários somente devem incidir quando o devedor não cumprir espontaneamente a obrigação no prazo de quinze dias estipulado pelo artigo 475-J, caput, do CPC, o qual deve fluir após a sua devida intimação através de seu advogado, devendo ser afastada apenas a exigência de intimação pessoal do devedor. Pretensão do Agravante de obter a incidência da inquinada multa e dos novos honorários a contar do simples trânsito em julgado que não merece acolhimento. RECURSO DESPROVIDO.

Assim sendo, não há que se falar em acréscimo no quantum indenizatório referente a multa prevista no art. 475 J, do CPC, sem a intimação prévia do devedor para pagamento, ora Embargante, conforme os preceitos supracitados do Código de Processo Civil Brasileiro e jurisprudências colecionadas.





Portanto, inexistente fundamento nas razões suscitadas pela embargada quando requer antecipadamente seja acrescida a condenação a multa de 10% do art. 475, J, do CPC, vez que estão fundamentadas contrariamente a lei e ao entendimento jurisprudencial, pugnando pelo desacolhimento em parte da execução formulada pela parte Embargada, tendo em vista o excesso de execução.

CONSIDERAÇÕES FINAIS E PEDIDO

Versou a presente impugnação a execução sobre a necessária anulação de todos os atos processuais após a sentença de primeiro grau, assim como o excesso do crédito exequendo apresentado na planilha de débitos do exequente na presente execução de saldo remanescente, além da impossibilidade de aplicação da multa do art. 475-j do CPC, devido as razões já expostas.

Diante do exposto, espera e requer a Embargante seja acolhida a presente Impugnação a Execução, para:

- (i) ANULAR TODOS OS ATOS POSTERIORES A SENTENÇA DE PRIMEIRO GRAU, DEVENDO ESTA SER REPUBLICADA EM DIÁRIO OFICIAL;
- (ii) DECLARAR O EXCESSO DA EXECUÇÃO, com fulcro no artigo 475-L, inciso V, do Código de Processo Civil, haja vista os cálculos apresentados de maneira equivocada, conforme comprovou o anteriormente exposto pela Embargante.
- (iii) INAPLICABILIDADE DA MULTA DO ART. 475-j, tendo em vista jurisprudência pacífica no sentido de ser necessária a intimação prévia.
- (iv) Outrossim, caso pairar alguma dúvida quanto ao valor cobrado em excesso pelo exequente, e os cálculos corretos apresentados pela Embargante, requer a este Juízo que submeta o presente confronto matemático ao crivo de Contador Judicial ao encargo deste Juízo.
- (v) Após manifestação do contador do juízo, requer seja concedido prazo para manifestação das partes, e julgada a presente impugnação a execução, na forma da Lei.

Termos em que,

Espera Deferimento.





Fortaleza, 21 de maio de 2012.

João Barbosa
OAB/RJ 134.307

Henrique A F Motta
OAB/RJ 113.815

Fabio João Soito
OAB/RJ 114.089

Emanuel Mendes Guedes Diogo
OAB/CE 21.154

Rua São José nº 90 grupo 810 a 812 Centro Rio de Janeiro/RJ Cep: 20010-020
PABX: 21-3265-5600 FAX: 21-3265-5622/3265-5628
corporativo@joaobarbosaadv.com.br





PLANILHA DE DÉBITOS JUDICIAIS

Data de atualização dos valores: março/2012

Indexador utilizado: INPC-IBGE

Juros moratórios simples de 1,00% ao mês - a partir de 17/10/2007

Acréscimo de 0,00% referente a multa.

Honorários advocatícios de 0,00%.

ITEM	DESCRIÇÃO	DATA	VALOR SINGELO	VALOR ATUALIZADO	JUROS COMPENSATÓRIOS 0,00% a.m.	JUROS MORATÓRIOS 1,00% a.m.	MULTA 0,00%	TOTAL
1		17/10/2007	1.739,14	2.234,67	0,00	1.184,38	0,00	3.419,05
Sub-Total								R\$ 3.419,05
TOTAL GERAL								R\$ 3.419,05

(*) Data informada é maior que a data da correção.







ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE FORTALEZA
12ª UNIDADE DOS JUIZADOS ESPECIAIS
CÍVEIS E CRIMINAIS

Processo nº 55.470/2007

Vistos etc.

Dispensado o relatório nos termos do artigo 38 da Lei 9.099/95.

Esclareço, todavia, que se trata de **Impugnação à Execução** oposta por **BRADESCO SEGUROS S/A**, identificada(s) nos autos, em face de **FRANCISCA GOMES DA SILVA**, também individuado(a).

Inicialmente, cumpre reconhecer a **tempestividade da impugnação de fls. 99/112**, eis que oposta dentro do prazo de quinze dias da data em que a impugnante foi intimada da penhora.

A Impugnação à Execução, conforme o novo procedimento adotado pela Lei nº11.232, de 22 de dezembro de 2005 que introduziu o artigo 475-L ao Código de Processo Civil, somente poderá versar sobre falta o nulidade da citação, se o processo correu à revelia; inexigibilidade do título; penhora incorreta ou avaliação errônea; ilegitimidade das partes ou excesso de execução.

Sem dúvida, a impugnação em apreço de fls. 99/112 imerece qualquer acolhimento, pela ausência de demonstração

Carlos Alberto de Oliveira Lopes Filho
J. Carlos Lopes - SUCRE Nº 223





dos fatos alegados pela parte impugnante e por não se encontrar amparada no ordenamento jurídico em vigor.

À arguição de **excesso de execução**, não trouxe a impugnante prova cabal demonstrando que os cálculos encontram-se equivocados, não se tratando de cálculos aleatórios, pois utilizado sistema informatizado para a elaboração deles e obedecido aos ditames da sentença condenatória executada e da lei.

Ressalte-se que, em face dos critérios da simplicidade, informalidade e celeridade previstos no art. 2º da Lei 9.099/95, é admissível que a atualização monetária do crédito executado seja realizada por servidor deste Juizado, tal como ocorreu no caso dos autos.

Critério primordial prescrito no Código de Processo Civil sobre o ônus probatório, impõe ao autor provar os fatos que constituem o direito que alega (art. 333, inciso I, do CPC).

Destarte, o impugnante não desimcubiu o encargo previsto no artigo 333, I, do CPC, uma vez que o documento juntado à fl. 112, não menciona a aplicação da multa do artigo 475-J do CPC, diferente dos cálculos devidamente elaborados pelo servidor deste Juizado, conforme fl.90.

Quanto ao pedido de republicação da sentença e anulação de todos os atos posteriores à mesma, verifico que este pedido já restou decidido, conforme despacho de fls 88/89 dos presentes autos.

Logo, diante da ausência de comprovação clara e robusta por parte do impugnante quanto à ausência de

Carlos Alberto de Oliveira Lopes Filho
Juizado - JUCJ nº 320





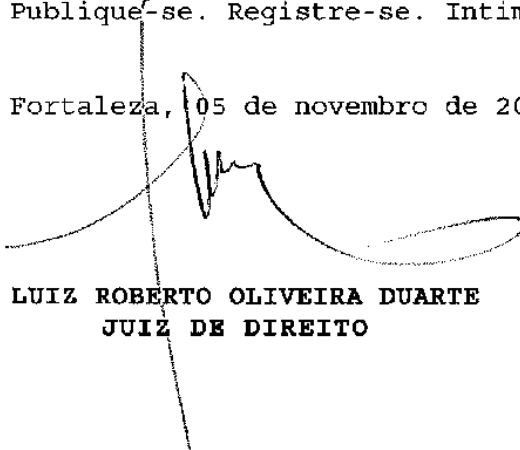
liquidez, certeza e exigibilidade do crédito executado, ante a falta de comprovação de excesso de execução e inexistindo qualquer vício ou nulidade no presente feito, deve ser julgada inteiramente improcedente a impugnação apresentada.

Diante do exposto, julgo **IMPROCEDENTE** a impugnação de fls. 99/112, para declarar subsistente a penhora e ordenar que a execução prossiga em seus próximos termos, com as providências necessárias à expedição de alvará para o levantamento da quantia bloqueada e a sua entrega à parte exequente, mediante recibo nos autos.

Com base no art. 55, parágrafo único, incisos II e III, da Lei 9.099/95, condeno a embargante no pagamento das custas e despesas processuais. Sem honorários, na forma da lei. Eventual recurso sujeito ao recolhimento das custas processuais, sob pena de deserção.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Fortaleza, 05 de novembro de 2012.


LUIZ ROBERTO OLIVEIRA DUARTE
JUIZ DE DIREITO



CERTIDÃO

Certifico que REGISTREI e PUBLIQUEI a

SENTENÇA de fls. 135/137 em 12/02/2018.

Fortaleza, 12/02/2018

12/02/2018
Diretor(a) de Secretaria





ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE FORTALEZA
12ª Unidade do Juizado Especial Cível e Criminal
Rua Visconde de Mauá, 1940, Aldeota

116
[Assinatura]

Processo nº SS 4701/07

CERTIDÃO DE ENVIO PARA DJ

CERTIFICO que foi enviado para publicação, despacho/sentença de fls. 333/335, expediente nº 49/2012. O referido é verdade. Dou fé.
Fortaleza/CE, 22/35/2012.

P/ *Fo* *Jaguer*
Marcos Cristian de Queiroz e Silva
DIRETOR DE SECRETARIA





PAGAR AO JORGE FONTENELE NETO, QUALIFICADO NESTES AUTOS, A TÍTULO DE DANOS MATERIAS. O VALOR DE R\$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS). A REFERIDA QUANTIA DEVERÁ SER ATUALIZADA PELOS ÍNDICES OFICIAIS DE CORREÇÃO MONETÁRIA, ACRESCIDADA DE JUROS DE MORA DE 1% AO MÊS, CONTADOS A PARTIR DO EVENTO DANOSO. CONDENO AINDA, AO PAGAMENTO A TÍTULO DE DANO MORAL, NO VALOR DE R\$ 3.400,00 (TRÊS MIL E QUATROCENTOS REAIS), COM CORREÇÃO A PARTIR DA DATA DO ARBITRAMENTO. EXTINGO O PROCESSO, NOS TERMOS DO ART. 269, I, DO CPC. SE A RÉ NÃO EFETUAR O PAGAMENTO DO VALOR DA CONDENAÇÃO, NO PRAZO DE 15 DIAS, CONTADOS DO TRÂNSITO EM JULGADO DA SENTENÇA, APLIQUE-SE O ART. 475-J, DO CPC. ISENÇÃO DE CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS (ART. 55 DA LEI Nº 9.099). FORTALEZA 25 DE SETEMBRO DE 2012. INT. DR. ANTONIO INIMÁ FERNANDES LIMA OAB/CE 19.505 E DR. RODRIGO SARAIVA MARINHO OAB/CE 15.807. E DRA. NELIE ALINE SARAIVA MARINHO OAB/CE 17.232

5) 2007-17.01436-3 - TOMBO: 55.4702007 - AÇÃO DE COBRANÇA. PROMOVENTE: FRANCISCA GOMES DA SILVA. PROMOVIDA: BANCO BRADESCO S/A. SENTENÇA (...) DIANTE DO EXPOSTO, JULGO IMPROCEDENTE A IMPUGNAÇÃO DE FLS. 99/112. PARA DECLARAR SUBSISTENTE A PENHORA E ORDENAR QUE A EXECUÇÃO PROSSIGA EM SEUS PRÓXIMOS TERMOS, COM AS PROVIDÊNCIAS NECESSÁRIAS À EXPEDIÇÃO DE ALVARÁ PARA O LEVANTAMENTO DA QUANTIA BLOQUEADA E A SUA ENTREGA À PARTE EXEQUENTE, MEDIANTE RECIBO NOS AUTOS. COM BASE NO ART. 55, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISOS II E III, DA LEI 9.099/95, CONDENO A EMBARGANTE NO PAGAMENTO DAS CUSTAS E DESPESAS PROCESSUAIS SEM HONORÁRIOS, NA FORMA DA LEI. EVENTUAL RECURSO SUJEITO AO RECOLHIMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS. SOB PENA DE DESERÇÃO. FORTALEZA, 05 DE NOVEMBRO DE 2012. INT. DR. EMANUEL MENDES GUEDES DIOGO, OAB/CE 21.154 E DRA. KATARINA COSTA ALENCAR OAB/CE 17.657

6) 2003-17.03221-6 - TOMBO: 34.162/2003 - AÇÃO DE COBRANÇA. PROMOVENTE: CONDOMÍNIO ED. ARMANDO SABOYA FILHO. PROMOVIDO: FÁBIO ALBERTO NUNES CAVALCANTE. DESPACHO. R. H. (...) FALE A PARTE AUTORA SOBRE O DEPÓSITO EFETUADO PELO EXECUTADO, ÀS FLS. 113. NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS. FORTALEZA, 12 DE NOVEMBRO DE 2012. INT. DRA. NIVEA DE MATOS NUNES ROLIM OAB/CE 2.287

7) 2005-17.02172-2 - TOMBO: 46.520/2007 - AÇÃO DE COBRANÇA. PROMOVENTE: MARTA RODRIGUES FERREIRA. PROMOVIDO: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS. DESPACHO. R. H. (...) INTIME-SE A PARTE EXEQUENTE, POR SEU PATRONO JUDICIAL, PARA SE MANIFESTAR SOBRE A IMPUGNAÇÃO À EXECUÇÃO DE FLS. 177/190, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS. FORTALEZA, 03 DE AGOSTO DE 2012. INT. DR. WILSON DE NORÕES MILFON NETO OAB/CE 15.286

8) 2005-17.02359-8 - TOMBO: 47.056/2005 - AÇÃO DE COBRANÇA. PROMOVENTE: LUIS MARCELO VITAL. PROMOVIDO: SUL AMÉRICA CIA NACIONAL DE SEGUROS. DESPACHO. R. H. (...) ATUALIZE-SE O DÉBITO E, CASO TENHA SALDO REMANESCENTE, INTIME-SE A SUL AMÉRICA CIA. NACIONAL DE SEGUROS, POR SEU ADVOGADO, ATRAVÉS DO DIÁRIO DA JUSTIÇA, NOS TERMOS DO ART. 475-J DO CPC. FORTALEZA, 12 DE NOVEMBRO DE 2012. INT. DR. SAMUEL MARQUES OAB/CE 20.673-A OAB/PE 20.111

9) 2002-17.1670-2 - TOMBO: 29.280/2002 - AÇÃO DE RESTITUIÇÃO. PROMOVENTE: SEUSA LEITE TAVARES. PROMOVIDA: ITÁLIA TURISMO ALDEOTA LTDA. DESPACHO. R. H. (...) FALE A PARTE EXEQUENTE SOBRE A QUANTIA BLOQUEADA NO VALOR DE R\$ 984,00 (NOVECIENTOS E OITENTA E QUATRO REAIS) CONVERTIDA EM DEPÓSITO JUDICIAL DE FLS. 83, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS. FORTALEZA 15 DE NOVEMBRO DE 2012. INT. DR. MARCELO HOLANDA LUZ OAB/CE 11.665

10) 2005-17.2213-3 - TOMBO: 46.850/2005 - AÇÃO DE EXECUÇÃO. PROMOVENTE: FORTALEZA ALUGUEL DE MÁQUINAS LTDA. PROMOVIDO: CONSTRUTORA RENOVAR LTDA. DESPACHO. R. H. (...) MUITO EMBORA REDIGIDA A SENTENÇA EM CLARO VERNÁCULO COGNOSCÍVEL A QUALQUER OPERADOR DO DIREITO, APRESENTOU O PROMOVENTE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO COM O MANIFESTO PROPÓSITO PROTETATÓRIO E INFRINGENTE. O MANEJO DESSE ATALHO CONFIGURA INDEVIDA TENTATIVA DE MODIFICAR O MÉRITO DA DECISÃO JUDICIAL CUJA AUTORIDADE NÃO SE DESAFIA NA SEDE EM QUE PROLATADA. COM EFEITO, CONHEÇO DOS ACLARATÓRIOS E NEGO PROVIMENTO. APÓS O TRÂNSITO EM JULGADO, ARQUIVEM-SE OS AUTOS COM BAIXA NA DISTRIBUIÇÃO, SENDO VEDADA NOVA JUNTADA DE QUAISQUER PETIÇÕES NESTE PROCESSO. FORTALEZA 04 DE OUTUBRO DE 2012. INT. DR. DOMINGOS SÁVIO OLIVEIRA SOARES OAB/CE 17.884 E DR. LEONARDO SANTOS DE SOUZA OAB/BA 14.926. DR. HERCULES BELARMINO JUNIOR OAB/CE 16.486 E DR. JOSÉ MAURÍCIO CAVALCANTE FILHO OAB/CE 17.550

11) 2007-17.00719-7 - TOMBO: 54.216/2007 - AÇÃO DE EXECUÇÃO. PROMOVENTE: ROBERTO DE BARROS LEAL PINHEIRO. PROMOVIDO: FERNANDO ARAÚJO CAPELO. DESPACHO. R. H. (...) SOBRE OS EMBARGOS DO DEVEDOR INTERPOSTOS ÀS FLS. 39/133, FALE A PROMOVENTE, ATRAVÉS DE SEU ADVOGADO, NO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS, NOS TERMOS DO ART. 730 DO CPC. FORTALEZA 11 DE OUTUBRO DE 2012. INT. DRA. PATRÍCIA PINHEIRO DE ALMEIDA OAB/CE 18.446

EXPEDIENTES DO JUIZADO ESPECIAL - 14ª UNIDADE COMARCA FORTALEZA - BOM SUCESSO

14ª UNIDADE DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE FORTALEZA
JUIZA TITULAR: DRA. MARIA LÚCIA FALCÃO NASCIMENTO
DIRETORA DE SECRETARIA: BELA. FRANCISCA NELZENY FEITOSA
EXPEDIENTE Nº 27/2012

INTIMAÇÕES DE CERTIDÕES, DESPACHOS, SENTENÇAS E DECISÕES PARA ADVOGADOS ATUANTES NOS PROCESSOS ABAIXO RELACIONADOS:

1. RONALDO MAIA UCHOA OAB/CE 11286.
1. MONICA NOGUEIRA DE LIMA OAB/CE 14271.

1. PROCESSO Nº: 2006.18.01284-2 TOMBO Nº 9184/2006. AÇÃO: EXECUÇÃO. EXEQUENTE: CLAUDIO DE ARAUJO

Handwritten squiggle or signature.

JACO 22°
JUNTADA
Fago Juntada a este autor *Perce*
que adiante se segue. — com os seus
documentos, anexos.
Fortaleza 29 de junho de 2012

[Signature]
Directoria de Socia



PROTOCOLO 12ª UJEC
RECEBI
29 de maio de 2018
Carimbo e Assinatura

JOÃO BARBOSA Advogados Associados

João Barbosa	Flávia Nanato	Gabrielle Souza	Cristina Ferreira
Henrique A. F. Motta	Evelyn Castillo	Nicole Riente	Vivian S. de Araújo
Fabio João Soito	Osmar Aquino	Patrícia Diogo	Augusto Acquarone
João Paulo Martins	Rafael Bandeira	Graziela Cruz	Wagner Rodrigues
Joselaine Maura Figueiredo	Fernanda Silveira	Jonatã T. Brandão Lima	Amanda Mendes
Marcelo Côco	Flávia Seixas	Roberto Marinho	
Fernando Barbosa	Natália Quirino	Amanda Silva	
Alessandra Modolo	Cecília Chequer	Tiago Stoler	

EXMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 12ª UNIDADE DO JUIZADO
ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE FORTALEZA / CE

PEDIDO DE URGÊNCIA!!!

Processo n.º 55.470/2007

BRDESCO SEGUROS S/A, já devidamente qualificada nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT** promovida por **FRANCISCA GOMES DA SILVA**, vem, mui respeitosamente a presença de V. Excelência, expor para ao final requerer o que se segue:

O Autor propôs a presente demanda pleiteando a indenização do seguro obrigatório DPVAT por conta da invalidez apresentada pela mesma em decorrência de acidente de trânsito.

Temos que a seguradora Ré fora condenada no pagamento da indenização pleiteada, havendo por consequência o bloqueio de valores em suas contas correntes.

A Seguradora Ré tem 1 (uma) de suas contas correntes bloqueadas o que vem causando sérios transtornos à empresa, uma vez que o bloqueio efetuado retirou de seus administradores parcela dos valores que visariam ao atendimento de folha de pagamento, impostos, fornecedores entre outros compromissos financeiros.





A Ré pede vênia para destacar quais contas correntes de sua titularidade encontram-se ainda constribas até a presente data, senão vejamos:

- Banco do Brasil

Juiz Solicitante: Luiz Roberto Oliveira Duarte

Diante do exposto, requer a Seguradora Ré seja determinado o DESBLOQUEIO de suas contas com a devida expedição de certidão ou ofício direcionado à instituição bancária acima mencionadas, por esta serventia, por ser medida de inteira justiça!

Nesses Termos,
Pede deferimento.

Fortaleza/CE, 26 de Novembro de 2012

João Barbosa
OAB/RJ 134.307

Henrique A F Motta
OAB/RJ 113.815

Fabio João Soito
OAB/RJ 114.089

Sirlene B. Barreto
Sirlene Barbosa Barreto
OAB/CE 24.452

Rua São José nº 90 grupo 810 a 812 Centro Rio de Janeiro/RJ Cep: 20010-020
PABX: 21-3265-5600 FAX: 21-3265-5622/3265-5628
corporativo@joaobarbosaadvass.com.br





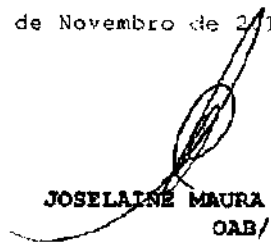
SUBSTABELECIMENTO

140


JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o N° 144.819, JOSELAINÉ MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO, brasileira, casada, advogada inscrita na OAB/RJ sob o N° 140.522, NICOLE VIANNA RIENTE, brasileira, solteira, advogada inscrita na OAB/RJ sob o N° 162.543 e FERNANDO DE FREITAS BARBOSA, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/RJ sob o N° 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa da advogada Sirlene Barbosa Barreto, inscrita na OAB/CE sob o n.º 24.452, os poderes que lhe foram conferidos por SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A e BRADESCO SEGUROS S.A, nos autos da Ação de Cobrança de Seguro DPVAT que lhe move FRANCISCA GOMES DA SILVA, em curso perante a 12ª UNIDADE DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE FORTALEZA / CE nos autos do Processo n.º 554702007.

Rio de Janeiro, 22 de Novembro de 2012.

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS
OAB/RJ 144.819


JOSELAINÉ MAURA DE S. FIGUEIREDO
OAB/RJ 140.522

NICOLE VIANNA RIENTE
OAB/RJ 162.543

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA
OAB/RJ 152.629



5

JUNTADA
Faço juntada a este autos Recor
que adiante se segue, com os seus
documentos anexos.
Foi feita em de Dezembro de 2012
Diretor de Secret.



JOÃO BARBOSA Advogados Associados

João Barbosa
Henrique A. F. Motta
Fabio João Soito
João Paulo Martins
Joselaine Maura Figueiredo
Marcelo Côco
Fernanda Barbosa
Alessandra Modolo

Flávia Nanato
Evelyn Castillo
Osmar Aquino
Rafael Bandeira
Fernanda Silveira
Flávia Seixas
Natália Quirino
Cecília Chequer

Gabrielle Souza
Nicole Riente
Patrícia Diogo
Graziela Cruz
Jonatã T. Brandão Lima
Roberta Marinho
Amanda Silva
Tiago Staler

Cristina Ferreira
Vivian S. de Araújo
Augusto Acquarone
Wagner Rodrigues
Amanda Mendes

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO XII JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA
COMARCA DE FORTALEZA/CE.

Processo Nº. 2008.0032.82321 TOMBO: 55.470/2007

BRADESCO SEGUROS S.A., por meio de seus advogados que esta subscrevem, vem mui respeitosamente a presença de V. Excelência, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT** promovida por **FRANCISCA GOMES DA SILVA**, não se conformando, d.m.v., com a r. sentença de fls., interpor o presente **RECURSO INOMINADO**, o que faz consubstanciado nas razões anexas, requerendo seu recebimento no efeito devolutivo e suspensivo com regular processamento e posterior envio a Egrégia Turma Recursal deste Estado.

Por oportuno, requer-se desde já a juntada da inclusa guia de custas referente ao pagamento do preparo para os devidos fins de direito.

Nestes Termos,

Pede Procedência.

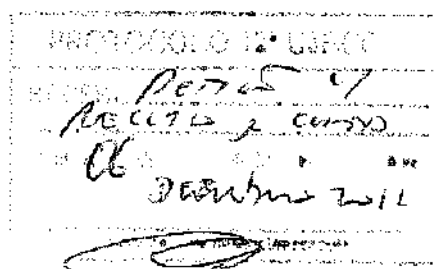
Fortaleza, 6 de dezembro de 2012.

João Barbosa
OAB/RJ 134.307

Henrique A. F. Motta
OAB/RJ 113.815

Fabio João Soito
OAB/RJ 114.089

Fabio Pompeu Pequeno Junior
OAB/CE 14752





PROC. ORIGINÁRIO DO XII JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE FORTALEZA/CE.
Processo n.º 2008.0032.82321 TOMBO: 55.470/2007
RECORRENTE: BRADESCO SEGUROS S.A
RECORRIDO: FRANCISCA GOMES DA SILVA

122
A

RAZÕES DA RECORRENTE

ÍNCÍTOS JULGADORES!

Em que pesem o conhecimento do culto Magistrado prolator da r. sentença a quo que julgou improcedente a Impugnação ao Cumprimento de Sentença de fls. , está a merecer reforma integral, eis que incorreu em flagrante erro *in judicando*, não dando a lide o desfecho merecido, conforme se demonstrará.

BREVE SÍNTESE DA FASE EXECUTIVA

A Recorrida, ajuizou a presente demanda em face da Ré, ora Embargante, requerendo a sua condenação ao pagamento da indenização em virtude da morte de seu parente, após acidente de trânsito ocorrido em 10/10/2004.

Assim, este MM. Juízo proferiu sentença, julgando procedente o pedido autoral, nos seguintes termos, verbis:

"(...) DIANTE DO EXPOSTO, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO FORMULADO POR FRANCISCA GOMES DA SILVA PARA CONDENAR A PROMOVIDA BRADESCO SEGUROS S.A. NO PAGAMENTO DE R\$ 1.739,14 (MIL SETECENTOS E TRINTA E NOVE REAIS E QUATORZE CENTAVOS), COM INCIDÊNCIA DE JUROS E CORREÇÃO PELO INPC DESDE A CITACÃO (...)."

A parte Recorrente restou impossibilitada de recorrer da sentença de primeiro grau, tendo em vista que publicação no Diário Oficial se ocorreu com erro material no nome do advogado patrocinador da empresa ré.

Conforme observa-se nos autos, o Embargado promoveu a execução do julgado, requerendo fosse a Embargante intimada ao pagamento em voça.

Após tal procedimento, o juízo determinou o prosseguimento da execução sobre o valor supracitado, desconsiderando a petição que chamou o feito à ordem requerendo a republicação da sentença devido ao erro material ocorrido em sua publicação, razão pela qual pede escusa para expor a presente peça de Embargos do Devedor devido ao valor excessivo executado pela autora.

Assim sendo, decidiu o juízo a quo pela improcedência dos embargo de devedor interposto pela Ré no seguinte teor:





123

(...) DIANTE DO EXPOSTO, JULGO IMPROCEDENTE A IMPUGNAÇÃO DE FLS. 99/112, PARA DECLARAR SUBSISTENTE A PENHORA E ORDENAR QUE A EXECUÇÃO PROSSIGA EM SEUS PRÓXIMOS TERMOS, COM AS PROVIDÊNCIAS NECESSÁRIAS À EXPEDIÇÃO DE ALVARÁ PARA O LEVANTAMENTO DA QUANTIA BLOQUEADA E A SUA ENTREGA À PARTE EXEQUENTE, MEDIANTE RECIBO NOS AUTOS. COM BASE NO ART. 55, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISOS II E III, DA LEI 9.099/95, CONDENO A EMBARGANTE NO PAGAMENTO DAS CUSTAS E DESPESAS PROCESSUAIS. SEM HONORÁRIOS, NA FORMA DA LEI. EVENTUAL RECURSO SUJEITO AO RECOLHIMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS. SOB PENA DE DESERÇÃO (...).

Data vênio, não houve com o habitual acerto o Ilustre Magistrado a quo, pois, conforme se passa a demonstrar, esta r. decisão não guarda sintonia com as questões de fato e de direito ventiladas nos autos.

Diante do exposto, inconformada, vem a Recorrente esposar as razões de fato e de direito para reforma da d. sentença ora quetizada.

DO MÉRITO RECURSAL

DOS PRESSUPOSTOS PARA IMPUGNAR A EXECUÇÃO

Conforme redação do artigo 52, IX, alínea "b", da Lei 9.099/95 combinado com o art. 475-L do CPC, que tem aplicação subsidiária, para que a impugnação a execução seja aceita, necessita preencher os requisitos do referido artigo, senão vejamos:

"Art. 52. (...)

IX- o devedor poderá oferecer embargos, nos autos da execução, versando sobre:

(...)

b) manifesto excesso de execução, (...)."

No caso em apreço, tem-se que alguns equívocos ocorreram na demanda executiva, vez que houve **excesso de execução**, conforme se demonstrará.

Assim, vem a ora Recorrente expor seus motivos para que ao final seja reformada a r. sentença a quo, para redução da execução, haja vista o excesso da mesma, senão vejamos:

NECESSÁRIA REPUBLICAÇÃO DA SENTENÇA

Inicialmente, ressalta-se que a r. sentença de primeiro grau foi publicada no dia 22/11/2011.

Contudo, a ré tomou ciência do teor do *decisum* tão somente com a publicação da intimação que determinou à exequente que atualizasse os cálculos da execução, ocorrida em 03/02/2012.

Ocorre que, a referida sentença NÃO FOI PUBLICADA em nome do patrono da Ré, DR. EMANUEL MENDES GUEDES DIOGO, OAB/CE sob o nº 21.154, conforme requerido pela embargante, sob pena de nulidades das intimações.

Como se constata, a publicação da r. sentença se deu em nome do seguinte advogado: DR. MANUEL MENDES DIOGO.





124
A

Em razão do equívoco, a embargante não foi intimada da r. sentença, não tomando ciência do decisum condenatório em momento hábil a prática de eventual recurso ou pagamento da condenação.

Cabe salientar o teor do art. 183, caput, e §§ 1º e 2º, do Código de Processo Civil, que assim dispões:

"Art. 183 - Decorrido o prazo, extingue-se, independentemente de declaração judicial, o direito de praticar o ato, ficando salvo, porém, à parte provar que não realizou por justa causa.

§ 1º - Reputa-se justa causa o evento imprevisto, alheio à vontade da parte, e que a impediu de praticar o ato por si ou por mandatário.

§ 2º - Verificada a justa causa o juiz permitirá à parte a prática do ato no prazo que lhe assinar."

Isto posto, haja vista a justa causa na ausência de interposição de recurso, assim como inércia de pagamento da condenação pela empresa ora embargante, requer a republicação da sentença, com a devida anulação de TODOS OS ATOS POSTERIORES, e por conseguinte, a devolução do prazo recursal, possibilitando a ré o exercício de seu direito de defesa, consubstanciado no seu direito a revisão de sentença.

DA NECESSIDADE PRÉVIA DE INTIMAÇÃO DO DEVEDOR PARA PAGAMENTO SOB PENA DA INCLUSÃO DA MULTA DE 10 % PREVISTA NO ART. 475 J DO CPC

Pleiteia o exeqüente, o cumprimento da sentença, através da execução forçada a compeli-la a executada a pagar a condenação com inserção de multa do art. 475 J, CPC, sem a intimação prévia do devedor, através de ordem judicial determinando a penhora on line, esta de maneira antecipada.

Porém, a jurisprudência firmou entendimento já pacificado no sentido contrário, e neste sentido ficou estabelecido que a regra da execução deve seguir consoante disposto no art. 632, do CPC, in verbis:

Art. 632 - Quando o objeto da execução for obrigação de fazer, o devedor será citado para satisfazê-la no prazo que o juiz lhe assinar, se outro não estiver determinado no título executivo.

Não há óbice que o pedido do exequente, pelos quais não merece ser atendido, posto que na fase de execução de sentença proferida em ação de indenização, a jurisprudência é pacífica neste Estado quanto a necessidade de intimação do devedor, pela imprensa oficial ou pessoal na pessoa do advogado da parte devedora, para pagamento do débito, sob pena de incidência da multa, deixando de fixar honorários advocatícios.

Inobstante jurisprudência oscilante a respeito do tema, a intimação prévia do devedor, via diário oficial, melhor se coaduna ao espírito sincretista da reforma processual da Execução em cotejo com os princípios do Contraditório e Ampla Defesa. Assim é que a correta hermenêutica do tipo processual contido no Art.475-J, CPC, é aquela que determina a incidência da multa processual se, intimado o devedor através de seus patronos, este deixar transcorrer o prazo para cumprimento espontâneo do julgado, na forma da regra geral do Art. 240, CPC.

No mesmo sentido a jurisprudência sedimentada pelo Egrégio Superior Tribunal de Justiça:

Informativo nº 0429 do STJ. - MULTA DO ART. 475 J DO CPC. CUMPRIMENTO. SENTENÇA. INTIMAÇÃO. Tratou-se de Resp remetido pela Terceira Turma à Corte Especial, com a finalidade de obter interpretação definitiva a respeito





125
A

do art. 475-J do CPC, na redação que lhe deu a Lei n. 11.232/2005, quanto à necessidade de intimação pessoal do devedor para o cumprimento de sentença referente à condenação certa ou já fixada em liquidação. Diante disso, a Corte Especial entendeu, por maioria, entre outras questões, QUE A REFERIDA INTIMAÇÃO DEVE SER FEITA NA PESSOA DO ADVOGADO, APÓS O TRÂNSITO EM JULGADO, EVENTUAL BAIXA DOS AUTOS AO JUÍZO DE ORIGEM, E A APOSIÇÃO DO "CUMpra-SE"; pois só após se iniciaria o prazo de quinze dias para a imposição da multa em caso de não pagamento espontâneo, tal como previsto no referido dispositivo de lei. Como destacou o Min. João Otávio de Noronha em seu voto vista, a intimação do devedor mediante seu advogado é a solução que melhor atende ao objetivo da reforma processual, visto que não comporta falar em intimação pessoal do devedor, o que implicaria reeditar a citação do processo executivo anterior, justamente o que se tenta evitar com a modificação preconizada pela reforma. Aduziu que a dificuldade de localizar o devedor para aquela segunda citação após o término do processo de conhecimento era um dos grandes entraves do sistema anterior, por isso ela foi eliminada, conforme consta, inclusive, da exposição de motivos da reforma. Por sua vez, o Min. Fernando Gonçalves, ao acompanhar esse entendimento, anotou que, apesar de impor-se ônus ao advogado, ele pode resguardar-se de eventuais acusações de responsabilidade pela incidência da multa ao utilizar o expediente da notificação do cliente acerca da necessidade de efetivar o pagamento, tal qual já se faz em casos de recolhimento de preparo. A hipótese era de execução de sentença proferida em ação civil pública na qual a ré foi condenada ao cumprimento da obrigação de fazer, ao final convertida em perdas e danos (art. 461, § 1º, do CPC), ingressando a ora recorrida com execução individual ao requerer o pagamento de quantia certa, razão pela qual o juízo determinou a intimação do advogado da executada para o pagamento do valor apresentado em planilha, sob pena de incidência da multa do art. 475-J do CPC. Precedentes citados: REsp 954.859-RS, DJ 27/8/2007; REsp 1.039.232-RS, DJe 22/4/2008; Ag 965.762-RJ, DJe 1º/4/2008; Ag 993.387-DF, DJe 18/3/2008, e Ag 953.570-RJ, DJ 27/11/2007. REsp 940.274-MS, Rel. originário Min. Humberto Gomes de Barros. Rel. para acórdão Min. João Otávio de Noronha, julgado em 7/4/2010.

AgRg do RECURSO ESPECIAL Nº 1.032.774 - RS (2008/0093774-1) - AGRADO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. EXECUÇÃO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. ARTS. 475-I E 475-J DO CPC. LEI N. 11.232 DE 2005. CRÉDITO EXEQUENDO. MEMÓRIA DE CÁLCULO. MULTA. PRAZO DO ART. 475-J DO CPC. TERMO INICIAL. PRIMEIRO DIA ÚTIL POSTERIOR À PUBLICAÇÃO DA INTIMAÇÃO DO DEVEDOR NA PESSOA DO ADVOGADO.

1. A fase de cumprimento de sentença não se efetiva de forma automática, ou seja, logo após o trânsito em julgado da decisão. De acordo com o art. 475-J combinado com os arts. 475-B e 614, II, todos do CPC, cabe ao credor o exercício de atos para o regular cumprimento da decisão condenatória, especialmente requerer ao juízo que dê ciência ao devedor sobre o montante apurado, consoante memória de cálculo discriminada e atualizada.

2. Concedida a oportunidade para o adimplemento voluntário do crédito exequendo, o não-pagamento no prazo de quinze dias importará na incidência sobre o montante da condenação de multa no percentual de dez por cento





126
A

(art. 475-J do CPC), compreendendo-se o termo inicial do referido prazo o primeiro dia útil posterior à data da publicação de intimação do devedor na pessoa de seu advogado.

3. Agravo regimental desprovido.

ACÓRDÃO - Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Luis Felipe Salomão, Ronildo Amaral de Mello Castro (Desembargador convocado do TJ/AP) e Fernando Gonçalves (Presidente) votaram com o Sr. Ministro Relator. Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Aldir Passarinho Junior. Brasília, 05 de novembro de 2009 (data de julgamento) MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA - Relator.

Ainda, já se posicionou o SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no acórdão do Agravo Regimental no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 1.058.769 - RS (2008/0133445-3), em que foi relator o MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, conforme aresto a seguir transcrito:

AGRAVO REGIMENTAL. PROCESSO CIVIL. EXECUÇÃO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. ART. 475-J DO CPC. MULTA.

1. A fase de cumprimento de sentença não se efetiva de forma automática, ou seja, logo após o trânsito em julgado da decisão. De acordo com o art. 475-J combinado com os arts. 475-B e 614, II, todos do CPC, cabe ao credor o exercício de atos para o regular cumprimento da decisão condenatória, especialmente requerer ao juízo que dê ciência ao devedor sobre o montante apurado, consoante memória de cálculo discriminada e atualizada.

2. Observado pelo credor o procedimento relativo ao cumprimento do julgado na forma do art. 475-J do CPC e ciente o advogado da parte devedora acerca da fase executiva, o descumprimento da condenação a que lhe fora imposta implica na imposição de multa de 10% sobre o montante devido.

Portanto, transitada em julgado a decisão condenatória, cabe ao credor o exercício de subsequentes atos para o seu regular cumprimento, especialmente o de requerer ao juízo que dê ciência ao devedor sobre o montante apurado, consoante memória de cálculo discriminada e atualizada, de acordo com o art. 475-J combinado com os arts. 475-B e 614, II, todos do CPC.

Concedida a oportunidade para o adimplemento voluntário do crédito exequendo, o não-pagamento no prazo de quinze dias importará na incidência da multa no percentual de dez por cento, compreendendo-se o termo inicial do referido prazo o primeiro dia útil posterior à data da publicação de intimação do devedor na pessoa de seu advogado.

Certifico que a egrégia QUARTA TURMA, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

A Turma, por unanimidade, deu provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.





127
AB

Corrobora com o entendimento e jurisprudência do Egrégio Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, in verbis:

2009.002.12537 - AGRADO DE INSTRUMENTO - 2ª Ementa
DES. VERA MARIA SOARES VAN HOMBEECK - Julgamento:
09/06/2009 - PRIMEIRA CAMARA CIVEL - AGRADO INOMINADO.
AGRADO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C
INDENIZATÓRIA EM FASE DE EXECUÇÃO. INCIDÊNCIA DA MULTA
COERCITIVA. AUSÊNCIA DE PRÉVIA INTIMAÇÃO PESSOAL PARA
CUMPRIMENTO. IMPOSSIBILIDADE. DESPROVIMENTO DO AGRADO. - A
obrigação de fazer é ato pessoal e exige, para fins de
execução, o efetivo descumprimento da obrigação.- Dessa
forma, a pena pecuniária só começará a fluir se o devedor,
pessoalmente intimado, não cumprir o comando judicial no
prazo que lhe for determinado (art. 632 do CPC).

2009.002.12537 - AGRADO DE INSTRUMENTO - 1ª Ementa
DES. VERA MARIA SOARES VAN HOMBEECK - Julgamento:
20/05/2009 - PRIMEIRA CAMARA CIVEL - AGRADO DE INSTRUMENTO.
AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZATÓRIA EM FASE DE
EXECUÇÃO. INCIDÊNCIA DA MULTA COERCITIVA. AUSÊNCIA DE
PRÉVIA INTIMAÇÃO PESSOAL PARA CUMPRIMENTO. IMPOSSIBILIDADE.
RECURSO A QUE SE NEGA SEGUITMENTO NA FORMA DO ART. 557,
CAPUT, DO CPC.- A obrigação de fazer é ato personalíssimo e
exige, para fins de execução, o efetivo descumprimento da
obrigação.-Dessa forma, a pena pecuniária só começará a
fluir se o devedor, pessoalmente intimado, não cumprir o
comando judicial no prazo que lhe for determinado (art. 632
do CPC)

2009.002.10994 - AGRADO DE INSTRUMENTO - 1ª Ementa - DES.
CARTANO FONSECA COSTA - Julgamento: 24/03/2009 - SETIMA
CAMARA CIVEL - Agrado de Instrumento. Execução. Bloqueio on
line. Se não houve prévia intimação do Devedor não seria
adequado bloquear valores relativos a multa e honorários de
execução, permanecendo quanto ao restante a penhora pelo
princípio da economia processual. Provisamento liminar e
parcial do Recurso.

2008.002.19664 - AGRADO DE INSTRUMENTO - 1ª Ementa - DES.
SERGIO JERONIMO A. SILVEIRA - Julgamento: 12/08/2008 - NONA
CAMARA CIVEL - AGRADO DE INSTRUMENTO, IMPUGNAÇÃO AO
CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. EXCESSO DE EXECUÇÃO. EXISTÊNCIA
DA MULTA DO 475-J DO CPC. NECESSIDADE DE PRÉVIA INTIMAÇÃO
DO DEVEDOR, POR MEIO SEU PROCURADOR, PARA CUMPRIMENTO
VOLUNTÁRIO. DESNECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL DO DEVEDOR.
HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. 1. O VALOR EXECUTADO ENCONTRA-SE
EM CONSONÂNCIA COM A PLANILHA APRESENTADA NA FASE
EXECUTÓRIA. 2. A MULTA PREVISTA NO ART. 475-J DO CPC
(INCLUÍDO PELA LEI Nº 11.232, DE 2005) SOMENTE É CABÍVEL
APÓS SE OPORTUNIZAR A INTIMAÇÃO DO DEVEDOR, POR MEIO DE SEU
PROCURADOR, E ESTE NÃO ADIMPLIU A OBRIGAÇÃO IMPOSTA. NO
PRESENTE FEITO, O DEVEDOR FOI INTIMADO VIA PUBLICAÇÃO DA
DECISÃO JUDICIAL.

2008.002.16703 - AGRADO DE INSTRUMENTO - 2ª Ementa - DES.
ELISABETE FILIZZOLA - Julgamento: 09/07/2008 - SEGUNDA
CAMARA CIVEL - AGRADO INOMINADO. AGRADO DE INSTRUMENTO.
CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. LEI 11.232/05. PRAZO DE 15 DIAS
PARA PAGAMENTO DO DÉBITO SOB PENA DE MULTA DE 10% SOBRE O
VALOR DA EXECUÇÃO (ART. 475-J, CPC). TERMO INICIAL PARA A
CONFIGURAÇÃO DA MORA. CONTROVÉRSIA. EVOLUÇÃO



128
A

JURISPRUDENCIAL, DESNECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL DO DEVEDOR. IMPOSSIBILIDADE, CONTUDO, DE SE COMPUTAR A ALUDIDA MULTA DO SIMPLES TRÂNSITO EM JULGADO, SENDO NECESSÁRIA, AO MENOS, A PRÉVIA INTIMAÇÃO DE SEU ADVOGADO VIA D.O. PARA FINS DE CONFIGURAÇÃO DA MORA. POSICIONAMENTO MAJORITÁRIO DESTA E. TJ/RJ E JÁ PACIFICADO NESTE COLEGIADO. Tratam os autos de Agravo Inominado interposto contra a decisão monocrática desta Des. Relatora que, com base no art. 557, caput, do CPC, negou seguimento ao Agravo de Instrumento interposto pelo ora agravante que se insurgiu contra a decisão que determinou a exclusão da planilha do débito dos valores referentes à multa e honorários advocatícios, eis que indevidos visto que o réu não havia sido intimado para o cumprimento do acórdão e nem para pagamento, na forma do artigo 475-J do CPC. A decisão recorrida foi proferida com justo e perfeito amparo no art. 557 do CPC. Resta claro que a decisão monocrática ora impugnada logrou apontar com ampla suficiência todos os fundamentos que levaram à negativa de seguimento do recurso do ora Agravante. A despeito da controvérsia doutrinário-jurisprudencial ainda existente acerca do tema, certo é que a jurisprudência majoritária deste E. Tribunal Estadual - e pacífica desta E. Câmara Cível - a referida multa e os novos honorários somente devem incidir quando o devedor não cumprir espontaneamente a obrigação no prazo de quinze dias estipulado pelo artigo 475-J, caput, do CPC, o qual deve fluir após a sua devida intimação através de seu advogado, devendo ser afastada apenas a exigência de intimação pessoal do devedor. Pretensão do Agravante de obter a incidência da inquinada multa e dos novos honorários a contar do simples trânsito em julgado que não merece acolhimento. RECURSO DESPROVIDO.

Assim sendo, não há que se falar em acréscimo no quantum indenizatório referente a multa prevista no art. 475 J, do CPC, sem a intimação prévia do devedor para pagamento, ora Impugnante, conforme os preceitos supracitados do Código de Processo Civil Brasileiro, estando no mais, já pacificada a matéria no Egrégio Tribunal de Justiça, tratando-se de entendimento majoritário.

Portanto, inexistente fundamento nas razões suscitadas pelo Impugnado quando requer antecipadamente seja acrescida a condenação a multa de 10% do art. 475, J, do CPC, vez que estão fundamentadas contrariamente a lei e ao entendimento jurisprudencial, pugnando pelo desacolhimento em parte da execução formulada pela parte Impugnada, tendo em vista o excesso de execução quanto a supracitada multa.

DO EXCESSO DA EXECUÇÃO

Conforme consta dos autos, a Embargada realizou a execução de valor este que entende devido, em razão da indenização na monta integral, devidamente acrescida de correção monetária, juros legais, honorários de execução e multa prevista no art. 475-J.

Ocorre que, conforme cálculo realizado pela ora Embargante, o valor da execução encontra-se equivocado, já que em excesso, conforme restará claro mediante cálculos apresentados em anexo.

Desta forma, resta claro que a presente execução de condenação é manifestamente excessiva!

Conforme o cálculo demonstrado, realizado através do site <http://www.drcalc.net/easycalc/>, o valor total da condenação é de R\$ 3.419,05 (três mil quatrocentos e dezenove reais e cinco centavos), demonstrando-se descabido o valor executado.

Por todo o exposto, fica comprovado que o valor bloqueado encontra-se equivocado por





129

excesso, sendo certo que caso seja mantida o prosseguimento da execução contra a ré, a monta total a ser paga não pode ultrapassar a quantia de R\$ 3.419,05 (três mil quatrocentos e dezenove reais e cinco centavos), conforme amplamente demonstrado pelos cálculos em anexo.

CONCLUSÃO

Ex Positis, aguarda-se, serenamente pela reforma in totum da d. sentença ora debatida, dando-se provimento ao presente Recurso Inominado interposto pela Recorrente conforme segue:

(i) ANULAR TODOS OS ATOS POSTERIORES A SENTENÇA DE PRIMEIRO GRAU, DEVENDO ESTA SER REPUBLICADA EM DIÁRIO OFICIAL;

(ii) DECLARAR O EXCESSO DA EXECUÇÃO, com fulcro no artigo 475-L, inciso V, do Código de Processo Civil, haja vista os cálculos apresentados de maneira equivocada, conforme comprovou o anteriormente exposto pela Embargante.

(iii) INAPLICABILIDADE DA MULTA DO ART. 475-j, tendo em vista jurisprudência pacífica no sentido de ser necessária a intimação prévia.

(iv) Outrossim, caso paire alguma dúvida quanto ao valor cobrado em excesso pelo exequente, e os cálculos corretos apresentados pela Embargante, requer a este Juízo que submeta o presente confronto matemático ao crivo de Contador Judicial ao encargo deste Juízo.

Caso assim não entenda essa Colenda Turma Recursal, pugna pela conversão do feito em diligência, para que os autos sejam remetido ao contador judicial, observando o Termo final dos Cálculos a data da planilha do ora Recorrido.

Nestes Termos,

Pede Procedência.

Fortaleza, 6 de dezembro de 2012.

João Barbosa
OAB/RJ 134.307

Henrique A. F. Motta
OAB/RJ 113.815

Fabio João Seito
OAB/RJ 114.089

Fabio Rompão Pequeno Junior
OAB/CE 14752

Rua São José nº 90 grupo 810 a 812 Centro Rio de Janeiro/RJ Cep: 20010-020
PABX: 21-3265-5600 FAX: 21-3265-5622/3265-5628
cuipeativo@joaobarbosaadvass.com.br



100
 101
 102
 103
 104
 105
 106
 107
 108
 109
 110
 111
 112
 113
 114
 115
 116
 117
 118
 119
 120
 121
 122
 123
 124
 125
 126
 127
 128
 129
 130
 131
 132
 133
 134
 135
 136
 137
 138
 139
 140
 141
 142
 143
 144
 145
 146
 147
 148
 149
 150
 151
 152
 153
 154
 155
 156
 157
 158
 159
 160
 161
 162
 163
 164
 165
 166
 167
 168
 169
 170
 171
 172
 173
 174
 175
 176
 177
 178
 179
 180
 181
 182
 183
 184
 185
 186
 187
 188
 189
 190
 191
 192
 193
 194
 195
 196
 197
 198
 199
 200
 201
 202
 203
 204
 205
 206
 207
 208
 209
 210
 211
 212
 213
 214
 215
 216
 217
 218
 219
 220
 221
 222
 223
 224
 225
 226
 227
 228
 229
 230
 231
 232
 233
 234
 235
 236
 237
 238
 239
 240
 241
 242
 243
 244
 245
 246
 247
 248
 249
 250
 251
 252
 253
 254
 255
 256
 257
 258
 259
 260
 261
 262
 263
 264
 265
 266
 267
 268
 269
 270
 271
 272
 273
 274
 275
 276
 277
 278
 279
 280
 281
 282
 283
 284
 285
 286
 287
 288
 289
 290
 291
 292
 293
 294
 295
 296
 297
 298
 299
 300
 301
 302
 303
 304
 305
 306
 307
 308
 309
 310
 311
 312
 313
 314
 315
 316
 317
 318
 319
 320
 321
 322
 323
 324
 325
 326
 327
 328
 329
 330
 331
 332
 333
 334
 335
 336
 337
 338
 339
 340
 341
 342
 343
 344
 345
 346
 347
 348
 349
 350
 351
 352
 353
 354
 355
 356
 357
 358
 359
 360
 361
 362
 363
 364
 365
 366
 367
 368
 369
 370
 371
 372
 373
 374
 375
 376
 377
 378
 379
 380
 381
 382
 383
 384
 385
 386
 387
 388
 389
 390
 391
 392
 393
 394
 395
 396
 397
 398
 399
 400
 401
 402
 403
 404
 405
 406
 407
 408
 409
 410
 411
 412
 413
 414
 415
 416
 417
 418
 419
 420
 421
 422
 423
 424
 425
 426
 427
 428
 429
 430
 431
 432
 433
 434
 435
 436
 437
 438
 439
 440
 441
 442
 443
 444
 445
 446
 447
 448
 449
 450
 451
 452
 453
 454
 455
 456
 457
 458
 459
 460
 461
 462
 463
 464
 465
 466
 467
 468
 469
 470
 471
 472
 473
 474
 475
 476
 477
 478
 479
 480
 481
 482
 483
 484
 485
 486
 487
 488
 489
 490
 491
 492
 493
 494
 495
 496
 497
 498
 499
 500
 501
 502
 503
 504
 505
 506
 507
 508
 509
 510
 511
 512
 513
 514
 515
 516
 517
 518
 519
 520
 521
 522
 523
 524
 525
 526
 527
 528
 529
 530
 531
 532
 533
 534
 535
 536
 537
 538
 539
 540
 541
 542
 543
 544
 545
 546
 547
 548
 549
 550
 551
 552
 553
 554
 555
 556
 557
 558
 559
 560
 561
 562
 563
 564
 565
 566
 567
 568
 569
 570
 571
 572
 573
 574
 575
 576
 577
 578
 579
 580
 581
 582
 583
 584
 585
 586
 587
 588
 589
 590
 591
 592
 593
 594
 595
 596
 597
 598
 599
 600
 601
 602
 603
 604
 605
 606
 607
 608
 609
 610
 611

These two results are

Parte V - Publicações e Produtos	
ALBUQUERQUE SEMEADORA DE MILHO AZUL	
SEMENTES DE MILHO AZUL	10 224,00
SEMENTES DE MILHO AZUL	14 185,00
FUBA DE MILHO AZUL	102 540,00
FUBA DE MILHO AZUL	117 330,00
TOTAL DA PARTE V - PUBLICAÇÕES E PRODUTOS	
R\$ 234.279,00	

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Revista para a publicação de atos administrativos e leis do Município de 2008

ATAS, CERTIDÕES
E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Associações, Entidades e Pessoas

Associação de Pais e Professores
da Escola Municipal de Ensino Fundamental
de São João de Meriti

ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL DE SÃO JOÃO DE MERITI, REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 2008, ÀS 19H30, NO SALÃO DE ATIVIDADES DA ESCOLA, COM A PRESENCIA DE 15 (QUINZE) ASSOCIADOS, 05 (CINCO) PROFESSORES E 01 (UM) PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO, PARA DELIBERAR SOBRE A PROPOSTA DE CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE OBRAS DE REFORMA DA ESCOLA, RESULTANDO NA APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE OBRAS DE REFORMA DA ESCOLA, POR 12 (DOZE) VOTOS A FAVOR, 02 (DOIS) CONTRA E 01 (UM) ABSTENÇÃO.

SUMÁRIO

Atas, Certidões e Demonstrações Financeiras
Associações, Entidades e Pessoas
Licitações e Contratos
Processos Administrativos

Atas, Certidões e Demonstrações Financeiras
Associações, Entidades e Pessoas
Licitações e Contratos
Processos Administrativos

IMPRESSO

[illegible]

Parte V. Publications

[illegible]

ASSOCIAÇÃO DAS FLOREIRAS SUCIAS
CENTRO NACIONAL DE RECURSOS HUMANOS
CENTRO DE INVESTIGAÇÃO

1. <u>APPROACH TO THE PROBLEM</u> The problem is to determine the value of the function $f(x)$ at the point $x = 1$. The function is defined by the equation $f(x) = x^2 + 2x + 1$.	2. <u>STATEMENT OF THE PROBLEM</u> The problem is to determine the value of the function $f(x)$ at the point $x = 1$. The function is defined by the equation $f(x) = x^2 + 2x + 1$.	3. <u>STATEMENT OF THE PROBLEM</u> The problem is to determine the value of the function $f(x)$ at the point $x = 1$. The function is defined by the equation $f(x) = x^2 + 2x + 1$.
4. <u>STATEMENT OF THE PROBLEM</u> The problem is to determine the value of the function $f(x)$ at the point $x = 1$. The function is defined by the equation $f(x) = x^2 + 2x + 1$.	5. <u>STATEMENT OF THE PROBLEM</u> The problem is to determine the value of the function $f(x)$ at the point $x = 1$. The function is defined by the equation $f(x) = x^2 + 2x + 1$.	6. <u>STATEMENT OF THE PROBLEM</u> The problem is to determine the value of the function $f(x)$ at the point $x = 1$. The function is defined by the equation $f(x) = x^2 + 2x + 1$.

CARLA PAULA MOURA
 RUA MARINHA
 N. 1450 - JARDIM BOA VISTA
 CEP. 04.000-000 - SÃO PAULO - SP
 FONE (011) 508.1111
 FAX (011) 508.1111

[illegible]

Centro de Apoio e Assistência em Saúde (CENASAS) em
benefício do Brasil 2000, da Ação de Assistência Social Resonância,
realizada em 2007, com o objetivo de promover a saúde e o bem-estar da
população do Rio de Janeiro. O projeto é financiado pelo Conselho Nacional de
Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pelo Conselho Nacional de
Educação (CNE).

[illegible]

BRADISCO CAPITALIZAÇÃO S/A
CNPJ 31.610.931/0001-22
RUA 13, 500 21.110

[illegible][illegible][illegible]

BRADISCO SECTION 1A
DATE 11/05/1960
REF: 11/05/1960

[illegible]

DECLARAÇÃO DE INTERESSE EM SER CANDIDATO

Ao Sr. JUIZ de Direito do Juízo da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, eu, Sr. JOSÉ CARLOS DE ALMEIDA, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado na Rua da Consolação, nº 100, apresento esta para que seja inscrita no Livro de Registro Eleitoral da Comarca de São Paulo, para concorrer ao cargo de Vereador pelo Município de São Paulo, no pleito eleitoral de 1986.

São Paulo, 10 de março de 1986.

JOSÉ CARLOS DE ALMEIDA

[Assinatura]

[illegible]

134

Secretaria de Ass. da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16.01.2009, para o Conselho de Administração do Rio de Janeiro - RJ, para G.M. Serra - Secretário Geral.

COMPANHIA INDUSTRIAL E DE DESENVOLVIMENTO URBANO DE CRUZ ALTA
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 2008
RESOLUÇÃO Nº 1.000/08
A COMPANHIA INDUSTRIAL E DE DESENVOLVIMENTO URBANO DE CRUZ ALTA - CINDUA, inscrita no CNPJ nº 06.908.000/0001-00, com sede na Rua da Assembleia, 100, Bairro Alto - Cruz Alta - RS, 96200-000, inscrita no CNPJ nº 06.908.000/0001-00, por meio de sua Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16.01.2009, para o Conselho de Administração do Rio de Janeiro - RJ, para G.M. Serra - Secretário Geral.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO E AFINS
ANISOP
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL

Constituição e funcionamento da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins - ANISOP, inscrita no CNPJ nº 06.908.000/0001-00, com sede na Rua da Assembleia, 100, Bairro Alto - Cruz Alta - RS, 96200-000, inscrita no CNPJ nº 06.908.000/0001-00, por meio de sua Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16.01.2009, para o Conselho de Administração do Rio de Janeiro - RJ, para G.M. Serra - Secretário Geral.

ASSOCIAÇÃO DE FÁBRICAS DE CIGARROS
CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS PRODUTORES RURAIS DO MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA
ASSOCIAÇÃO DE LUTADORES
ASSOCIAÇÃO DE FÁBRICAS DE CIGARROS

Constituição e funcionamento da Confederação Nacional dos Produtores Rurais do Município de Nova Olímpia - CONFEDERACÃO NACIONAL DOS PRODUTORES RURAIS DO MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA, inscrita no CNPJ nº 06.908.000/0001-00, com sede na Rua da Assembleia, 100, Bairro Alto - Cruz Alta - RS, 96200-000, inscrita no CNPJ nº 06.908.000/0001-00, por meio de sua Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16.01.2009, para o Conselho de Administração do Rio de Janeiro - RJ, para G.M. Serra - Secretário Geral.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS E HOSPITALIDADE
ANISOP
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL

Constituição e funcionamento da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias e Hospitalidade - ANISOP, inscrita no CNPJ nº 06.908.000/0001-00, com sede na Rua da Assembleia, 100, Bairro Alto - Cruz Alta - RS, 96200-000, inscrita no CNPJ nº 06.908.000/0001-00, por meio de sua Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16.01.2009, para o Conselho de Administração do Rio de Janeiro - RJ, para G.M. Serra - Secretário Geral.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES, EMPREGADOS EM EMPRESAS DE SEGURANÇA, VIGILÂNCIA E TRANSPORTES DE VALORES E DOS TRABALHADORES EM SERVIÇOS DE SEGURANÇA, VIGILÂNCIA, SEGURANÇA PESSOAL, CURSOS DE FORMAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO DE VIGILANTES, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, SIMILARES E SEUS AMIGOS E AFINS
ANISOP
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL

Constituição e funcionamento da Confederação Nacional dos Vigilantes, Empregados em Empresas de Segurança, Vigilância e Transportes de Valores e dos Trabalhadores em Serviços de Segurança, Vigilância, Segurança Pessoal, Cursos de Formação e Especialização de Vigilantes, Prestação de Serviços, Similares e seus Amigos e Afins - ANISOP, inscrita no CNPJ nº 06.908.000/0001-00, com sede na Rua da Assembleia, 100, Bairro Alto - Cruz Alta - RS, 96200-000, inscrita no CNPJ nº 06.908.000/0001-00, por meio de sua Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16.01.2009, para o Conselho de Administração do Rio de Janeiro - RJ, para G.M. Serra - Secretário Geral.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO E AFINS
ANISOP
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO E AFINS
ANISOP
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO E AFINS
ANISOP
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO E AFINS
ANISOP
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO E AFINS
ANISOP
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO E AFINS
ANISOP
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO E AFINS
ANISOP
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO E AFINS
ANISOP
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO E AFINS
ANISOP
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL



Serviço Enxofria S.A.

A EMPRESA ENXOFRIA S.A. presta serviços de enxofria e manutenção de equipamentos de enxofria para indústrias e comércio em geral. A empresa possui uma equipe técnica qualificada e equipamentos modernos para a realização dos serviços. Os preços dos serviços são tabelados e podem ser consultados no site da empresa: www.enxofria.com.br.

EMPRESA DE TRANSPORTES ANDORINHA S.A.

A EMPRESA DE TRANSPORTES ANDORINHA S.A. presta serviços de transporte de passageiros e carga. A empresa possui uma frota moderna e uma equipe de motoristas experientes. Os preços dos serviços são tabelados e podem ser consultados no site da empresa: www.andorinha.com.br.

TOTVS S.A.

A EMPRESA TOTVS S.A. presta serviços de desenvolvimento de sistemas e consultoria em tecnologia da informação. A empresa possui uma equipe técnica qualificada e uma ampla experiência em projetos de TI. Os preços dos serviços são tabelados e podem ser consultados no site da empresa: www.totvs.com.br.

RAYON S.A.

A EMPRESA RAYON S.A. presta serviços de desenvolvimento de sistemas e consultoria em tecnologia da informação. A empresa possui uma equipe técnica qualificada e uma ampla experiência em projetos de TI. Os preços dos serviços são tabelados e podem ser consultados no site da empresa: www.rayon.com.br.

Traion S.A.

A EMPRESA TRAION S.A. presta serviços de desenvolvimento de sistemas e consultoria em tecnologia da informação. A empresa possui uma equipe técnica qualificada e uma ampla experiência em projetos de TI. Os preços dos serviços são tabelados e podem ser consultados no site da empresa: www.traion.com.br.

MAP Participações S.A.

A EMPRESA MAP PARTICIPAÇÕES S.A. presta serviços de desenvolvimento de sistemas e consultoria em tecnologia da informação. A empresa possui uma equipe técnica qualificada e uma ampla experiência em projetos de TI. Os preços dos serviços são tabelados e podem ser consultados no site da empresa: www.map.com.br.

R. Landsberger Com. e Importadora Ltda

A EMPRESA R. LANDSBERGER COM. E IMPORTADORA LTDA presta serviços de comércio e importação de produtos. A empresa possui uma ampla rede de fornecedores e uma equipe de vendas experiente. Os preços dos produtos são tabelados e podem ser consultados no site da empresa: www.rlandsberger.com.br.

UNIBANCO

A EMPRESA UNIBANCO presta serviços bancários, incluindo depósitos, empréstimos e seguros. A empresa possui uma ampla rede de agências e uma equipe de atendimento ao cliente. Os preços dos serviços são tabelados e podem ser consultados no site da empresa: www.unibanco.com.br.

ITAUSA Investimentos Itaú S.A.

A EMPRESA ITAUSA INVESTIMENTOS ITAÚ S.A. presta serviços de investimentos em ações, títulos e outros instrumentos financeiros. A empresa possui uma ampla rede de clientes e uma equipe de analistas experientes. Os preços dos serviços são tabelados e podem ser consultados no site da empresa: www.itausa.com.br.

EMPRESA DE ELETRICIDADE VALE PARANAPANEMA S.A.

A EMPRESA EMPRESA DE ELETRICIDADE VALE PARANAPANEMA S.A. presta serviços de distribuição de energia elétrica. A empresa possui uma ampla rede de distribuição e uma equipe de técnicos experientes. Os preços dos serviços são tabelados e podem ser consultados no site da empresa: www.empresa.com.br.

Investimentos Bengia S.A.

A EMPRESA INVESTIMENTOS BENGIA S.A. presta serviços de investimentos em ações, títulos e outros instrumentos financeiros. A empresa possui uma ampla rede de clientes e uma equipe de analistas experientes. Os preços dos serviços são tabelados e podem ser consultados no site da empresa: www.bengia.com.br.

SIDERURGEIA J. L. ALPERTI S.A.

A EMPRESA SIDERURGEIA J. L. ALPERTI S.A. presta serviços de produção e distribuição de produtos siderúrgicos. A empresa possui uma ampla rede de clientes e uma equipe de técnicos experientes. Os preços dos produtos são tabelados e podem ser consultados no site da empresa: www.siderurgeia.com.br.

BRASDEO Seguros S.A.

A EMPRESA BRASDEO SEGUROS S.A. presta serviços de seguros, incluindo seguros de vida, saúde e acidentes. A empresa possui uma ampla rede de clientes e uma equipe de agentes experientes. Os preços dos serviços são tabelados e podem ser consultados no site da empresa: www.brasdeo.com.br.

Brasdeo Seguros S.A.

A EMPRESA BRASDEO SEGUROS S.A. presta serviços de seguros, incluindo seguros de vida, saúde e acidentes. A empresa possui uma ampla rede de clientes e uma equipe de agentes experientes. Os preços dos serviços são tabelados e podem ser consultados no site da empresa: www.brasdeo.com.br.

ANNO 5.

ANNO S.A.
 1979-1980
 1980-1981
 1981-1982
 1982-1983
 1983-1984
 1984-1985
 1985-1986
 1986-1987
 1987-1988
 1988-1989
 1989-1990
 1990-1991
 1991-1992
 1992-1993
 1993-1994
 1994-1995
 1995-1996
 1996-1997
 1997-1998
 1998-1999
 1999-2000
 2000-2001
 2001-2002
 2002-2003
 2003-2004
 2004-2005
 2005-2006
 2006-2007
 2007-2008
 2008-2009
 2009-2010
 2010-2011
 2011-2012
 2012-2013
 2013-2014
 2014-2015
 2015-2016
 2016-2017
 2017-2018
 2018-2019
 2019-2020
 2020-2021
 2021-2022
 2022-2023
 2023-2024
 2024-2025
 2025-2026
 2026-2027
 2027-2028
 2028-2029
 2029-2030
 2030-2031
 2031-2032
 2032-2033
 2033-2034
 2034-2035
 2035-2036
 2036-2037
 2037-2038
 2038-2039
 2039-2040
 2040-2041
 2041-2042
 2042-2043
 2043-2044
 2044-2045
 2045-2046
 2046-2047
 2047-2048
 2048-2049
 2049-2050
 2050-2051
 2051-2052
 2052-2053
 2053-2054
 2054-2055
 2055-2056
 2056-2057
 2057-2058
 2058-2059
 2059-2060
 2060-2061
 2061-2062
 2062-2063
 2063-2064
 2064-2065
 2065-2066
 2066-2067
 2067-2068
 2068-2069
 2069-2070
 2070-2071
 2071-2072
 2072-2073
 2073-2074
 2074-2075
 2075-2076
 2076-2077
 2077-2078
 2078-2079
 2079-2080
 2080-2081
 2081-2082
 2082-2083
 2083-2084
 2084-2085
 2085-2086
 2086-2087
 2087-2088
 2088-2089
 2089-2090
 2090-2091
 2091-2092
 2092-2093
 2093-2094
 2094-2095
 2095-2096
 2096-2097
 2097-2098
 2098-2099
 2099-2100
 2100-2101
 2101-2102
 2102-2103
 2103-2104
 2104-2105
 2105-2106
 2106-2107
 2107-2108
 2108-2109
 2109-2110
 2110-2111
 2111-2112
 2112-2113
 2113-2114
 2114-2115
 2115-2116
 2116-2117
 2117-2118
 2118-2119
 2119-2120
 2120-2121
 2121-2122
 2122-2123
 2123-2124
 2124-2125
 2125-2126
 2126-2127
 2127-2128
 2128-2129
 2129-2130
 2130-2131
 2131-2132
 2132-2133
 2133-2134
 2134-2135
 2135-2136
 2136-2137
 2137-2138
 2138-2139
 2139-2140
 2140-2141
 2141-2142
 2142-2143
 2143-2144
 2144-2145
 2145-2146
 2146-2147
 2147-2148
 2148-2149
 2149-2150
 2150-2151
 2151-2152
 2152-2153
 2153-2154
 2154-2155
 2155-2156
 2156-2157
 2157-2158
 2158-2159
 2159-2160
 2160-2161
 2161-2162
 2162-2163
 2163-2164
 2164-2165
 2165-2166
 2166-2167
 2167-2168
 2168-2169
 2169-2170
 2170-2171
 2171-2172
 2172-2173
 2173-2174
 2174-2175
 2175-2176
 2176-2177
 2177-2178
 2178-2179
 2179-2180
 2180-2181
 2181-2182
 2182-2183
 2183-2184
 2184-2185
 2185-2186
 2186-2187
 2187-2188
 2188-2189
 2189-2190
 2190-2191
 2191-2192
 2192-2193
 2193-2194
 2194-2195
 2195-2196
 2196-2197
 2197-2198
 2198-2199
 2199-2200
 2200-2201
 2201-2202
 2202-2203
 2203-2204
 2204-2205
 2205-2206
 2206-2207
 2207-2208
 2208-2209
 2209-2210
 2210-2211
 2211-2212
 2212-2213
 2213-2214
 2214-2215
 2215-2216
 2216-2217
 2217-2218
 2218-2219
 2219-2220
 2220-2221
 2221-2222
 2222-2223
 2223-2224
 2224-2225
 2225-2226
 2226-2227
 2227-2228
 2228-2229
 2229-2230
 2230-2231
 2231-2232
 2232-2233
 2233-2234
 2234-2235
 2235-2236
 2236-2237
 2237-2238
 2238-2239
 2239-2240
 2240-2241
 2241-2242
 2242-2243
 2243-2244
 2244-2245
 2245-2246
 2246-2247
 2247-2248
 2248-2249
 2249-2250
 2250-2251
 2251-2252
 2252-2253
 2253-2254
 2254-2255
 2255-2256
 2256-2257
 2257-2258
 2258-2259
 2259-2260
 2260-2261
 2261-2262
 2262-2263
 2263-2264
 2264-2265
 2265-2266
 2266-2267
 2267-2268
 2268-2269
 2269-2270
 2270-2

Braxton Seguros S.A.

Boletín de Seguros 8.2

1974 - 1975, 1976 - 1977, 1978 - 1979, 1980 - 1981, 1982 - 1983, 1984 - 1985, 1986 - 1987, 1988 - 1989, 1990 - 1991, 1992 - 1993, 1994 - 1995, 1996 - 1997, 1998 - 1999, 2000 - 2001, 2002 - 2003, 2004 - 2005, 2006 - 2007, 2008 - 2009, 2010 - 2011, 2012 - 2013, 2014 - 2015, 2016 - 2017, 2018 - 2019, 2020 - 2021, 2022 - 2023, 2024 - 2025, 2026 - 2027, 2028 - 2029, 2030 - 2031, 2032 - 2033, 2034 - 2035, 2036 - 2037, 2038 - 2039, 2040 - 2041, 2042 - 2043, 2044 - 2045, 2046 - 2047, 2048 - 2049, 2050 - 2051, 2052 - 2053, 2054 - 2055, 2056 - 2057, 2058 - 2059, 2060 - 2061, 2062 - 2063, 2064 - 2065, 2066 - 2067, 2068 - 2069, 2070 - 2071, 2072 - 2073, 2074 - 2075, 2076 - 2077, 2078 - 2079, 2080 - 2081, 2082 - 2083, 2084 - 2085, 2086 - 2087, 2088 - 2089, 2090 - 2091, 2092 - 2093, 2094 - 2095, 2096 - 2097, 2098 - 2099, 2100 - 2101, 2102 - 2103, 2104 - 2105, 2106 - 2107, 2108 - 2109, 2110 - 2111, 2112 - 2113, 2114 - 2115, 2116 - 2117, 2118 - 2119, 2120 - 2121, 2122 - 2123, 2124 - 2125, 2126 - 2127, 2128 - 2129, 2130 - 2131, 2132 - 2133, 2134 - 2135, 2136 - 2137, 2138 - 2139, 2140 - 2141, 2142 - 2143, 2144 - 2145, 2146 - 2147, 2148 - 2149, 2150 - 2151, 2152 - 2153, 2154 - 2155, 2156 - 2157, 2158 - 2159, 2160 - 2161, 2162 - 2163, 2164 - 2165, 2166 - 2167, 2168 - 2169, 2170 - 2171, 2172 - 2173, 2174 - 2175, 2176 - 2177, 2178 - 2179, 2180 - 2181, 2182 - 2183, 2184 - 2185, 2186 - 2187, 2188 - 2189, 2190 - 2191, 2192 - 2193, 2194 - 2195, 2196 - 2197, 2198 - 2199, 2200 - 2201, 2202 - 2203, 2204 - 2205, 2206 - 2207, 2208 - 2209, 2210 - 2211, 2212 - 2213, 2214 - 2215, 2216 - 2217, 2218 - 2219, 2220 - 2221, 2222 - 2223, 2224 - 2225, 2226 - 2227, 2228 - 2229, 2230 - 2231, 2232 - 2233, 2234 - 2235, 2236 - 2237, 2238 - 2239, 2240 - 2241, 2242 - 2243, 2244 - 2245, 2246 - 2247, 2248 - 2249, 2250 - 2251, 2252 - 2253, 2254 - 2255, 2256 - 2257, 2258 - 2259, 2260 - 2261, 2262 - 2263, 2264 - 2265, 2266 - 2267, 2268 - 2269, 2270 - 2271, 2272 - 2273, 2274 - 2275, 2276 - 2277, 2278 - 2279, 2280 - 2281, 2282 - 2283, 2284 - 2285, 2286 - 2287, 2288 - 2289, 2290 - 2291, 2292 - 2293, 2294 - 2295, 2296 - 2297, 2298 - 2299, 2300 - 2301, 2302 - 2303, 2304 - 2305, 2306 - 2307, 2308 - 2309, 2310 - 2311, 2312 - 2313, 2314 - 2315, 2316 - 2317, 2318 - 2319, 2320 - 2321, 2322 - 2323, 2324 - 2325, 2326 - 2327, 2328 - 2329, 2330 - 2331, 2332 - 2333, 2334 - 2335, 2336 - 2337, 2338 - 2339, 2340 - 2341, 2342 - 2343, 2344 - 2345, 2346 - 2347, 2348 - 2349, 2350 - 2351, 2352 - 2353, 2354 - 2355, 2356 - 2357, 2358 - 2359, 2360 - 2361, 2362 - 2363, 2364 - 2365, 2366 - 2367, 2368 - 2369, 2370 - 2371, 2372 - 2373, 2374 - 2375, 2376 - 2377, 2378 - 2379, 2380 - 2381, 2382 - 2383, 2384 - 2385, 2386 - 2387, 2388 - 2389, 2390 - 2391, 2392 - 2393, 2394 - 2395, 2396 - 2397, 2398 - 2399, 2400 - 2401, 2402 - 2403, 2404 - 2405, 2406 - 2407, 2408 - 2409, 2410 - 2411, 2412 - 2413, 2414 - 2415, 2416 - 2417, 2418 - 2419, 2420 - 2421, 2422 - 2423, 2424 - 2425, 2426 - 2427, 2428 - 2429, 2430 - 2431, 2432 - 2433, 2434 - 2435, 2436 - 2437, 2438 - 2439, 2440 - 2441, 2442 - 2443, 2444 - 2445, 2446 - 2447, 2448 - 2449, 2450 - 2451, 2452 - 2453, 2454 - 2455, 2456 - 2457, 2458 - 2459, 2460 - 2461, 2462 - 2463, 2464 - 2465, 2466 - 2467, 2468 - 2469, 2470 - 2471, 2472 - 2473, 2474 - 2475, 2476 - 2477, 2478 - 2479, 2480 - 2481, 2482 - 2483, 2484 - 2485, 2486 - 2487, 2488 - 2489, 2490 - 2491, 2492 - 2493, 2494 - 2495, 2496 - 2497, 2498 - 2499, 2500 - 2501, 2502 - 2503, 2504 - 2505, 2506 - 2507, 2508 - 2509, 2510 - 2511, 2512 - 2513, 2514 - 2515, 2516 - 2517, 2518 - 2519, 2520 - 2521, 2522 - 2523, 2524 - 2525, 2526 - 2527, 2528 - 2529, 2530 - 2531, 2532 - 2533, 2534 - 2535, 2536 - 2537, 2538 - 2539, 2540 - 2541, 2542 - 2543, 2544 - 2545, 2546 - 2547, 2548 - 2549, 2550 - 2551, 2552 - 2553, 2554 - 2555, 2556 - 2557, 2558 - 2559, 2560 - 2561, 2562 - 2563, 2564 - 2565, 2566 - 2567, 2568 - 2569, 2570 - 2571, 2572 - 2573, 2574 - 2575, 2576 - 2577, 2578 - 2579, 2580 - 2581, 2582 - 2583, 2584 - 2585, 2586 - 2587, 2588 - 2589, 2590 - 2591, 2592 - 2593, 2594 - 2595, 2596 - 2597, 2598 - 2599, 2600 - 2601, 2602 - 2603, 2604 - 2605, 2606 - 2607, 2608 - 2609, 2610 - 2611, 2612 - 2613, 2614 - 2615, 2616 - 2617, 2618 - 2619, 2620 - 2621, 2622 - 2623, 2624 - 2625, 2626 - 2627, 2628 - 2629, 2630 - 2631, 2632 - 2633, 2634 - 2635, 2636 - 2637, 2638 - 2639, 2640 - 2641, 2642 - 2643, 2644 - 2645, 2646 - 2647, 2648 - 2649, 2650 - 2651, 2652 - 265

8. **Additional Information:** _____

N. 5. Impletul îndemnatului Lăză, care pășunează în împrejurimile
Gârbei și a lui Ștefan Dănilă de pe LAZĂREȘ, în zona de pășuni
învecinate cu peștera LAZĂREȘ, așezându-se în fața lui Ștefan Dănilă
care salută-l pe bătrânul de pe LAZĂREȘ și îl îndemnatul în
pășuni. După aceasta, îndemnatul se îndreaptă în pășuni
alături de Ștefan Dănilă, pășunând alături de el.

MITSUBI MOTION MAQUINAS 6.A

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE BENS MÓVEIS

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE BENS MÓVEIS

Entre a MITSUBI MOTION MAQUINAS 6.A, inscrita no CNPJ nº 08.000.000/0001-00, com sede em São Paulo, SP, e a empresa locatária, inscrita no CNPJ nº 00.000.000/0001-00, com sede em São Paulo, SP, celebraram o presente contrato de locação de bens móveis, com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA 1ª - DO OBJETO: O presente contrato tem por objeto a locação de bens móveis, especificamente de equipamentos de transporte, para uso exclusivo da empresa locatária, conforme especificações técnicas e quantidades constantes no Anexo I deste contrato.

CLÁUSULA 2ª - DO PRAZO: O prazo de locação dos bens móveis será de 12 (doze) meses, iniciando-se a partir da data da assinatura deste contrato, e terminando em 31 de dezembro de 2019.

CLÁUSULA 3ª - DO VALOR: O valor mensal da locação dos bens móveis será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), a ser pago em 10 (dez) parcelas mensais, de R\$ 1.000,00 (mil reais) cada uma, em moeda corrente nacional, até o dia 10 de cada mês, a partir do mês de assinatura deste contrato.

CLÁUSULA 4ª - DAS OBRIGAÇÕES DO LOCATÁRIO: O locatário obriga-se a utilizar os bens móveis de acordo com as especificações técnicas e para os fins previstos no Anexo I deste contrato, não podendo utilizá-los para outros fins, sob pena de rescisão imediata do contrato e multa de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

CLÁUSULA 5ª - DAS OBRIGAÇÕES DO LOCADOR: O locador obriga-se a entregar os bens móveis em perfeito estado de conservação e funcionamento, e a mantê-los em tal estado durante todo o prazo de locação.

CLÁUSULA 6ª - DA RESCISÃO: O presente contrato poderá ser rescindido de pleno direito pelo locador, em caso de inadimplência do locatário, ou de utilização dos bens móveis para fins não previstos no Anexo I deste contrato.

CLÁUSULA 7ª - DO FORO: O foro competente para dirimir quaisquer controvérsias oriundas deste contrato é o foro da cidade de São Paulo, SP.

CLÁUSULA 8ª - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS: Este contrato é celebrado em duas vias, de igual teor e conteúdo, uma para cada parte, e ambas com a mesma validade.

Assinado em São Paulo, SP, em 10 de outubro de 2018.

 MITSUBI MOTION MAQUINAS 6.A
 Representante Legal

 Empresa Locatária
 Representante Legal

Bradesco Seguros S.A.

CONTRATO DE SEGURO

CONTRATO DE SEGURO

Entre a BRADESCO SEGUROS S.A., inscrita no CNPJ nº 00.000.000/0001-00, com sede em São Paulo, SP, e a empresa seguradora, inscrita no CNPJ nº 00.000.000/0001-00, com sede em São Paulo, SP, celebraram o presente contrato de seguro, com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA 1ª - DO OBJETO: O presente contrato tem por objeto a contratação de seguro de vida, para a pessoa física, conforme especificações constantes no Anexo I deste contrato.

CLÁUSULA 2ª - DO PRAZO: O prazo de vigência do seguro será de 10 (dez) anos, iniciando-se a partir da data da assinatura deste contrato, e terminando em 31 de dezembro de 2028.

CLÁUSULA 3ª - DO VALOR: O valor mensal da contribuição para o seguro será de R\$ 100,00 (cem reais), a ser pago em 10 (dez) parcelas mensais, de R\$ 10,00 (dez reais) cada uma, em moeda corrente nacional, até o dia 10 de cada mês, a partir do mês de assinatura deste contrato.

CLÁUSULA 4ª - DAS OBRIGAÇÕES DO SEGURODO: O segurado obriga-se a pagar as contribuições para o seguro de acordo com o valor e o prazo estabelecidos no Anexo I deste contrato, sob pena de rescisão imediata do contrato.

CLÁUSULA 5ª - DAS OBRIGAÇÕES DO SEGUROADORA: A seguradora obriga-se a pagar o valor da indenização devida ao segurado ou aos seus beneficiários, em caso de ocorrência do sinistro, conforme as condições estabelecidas no Anexo I deste contrato.

CLÁUSULA 6ª - DA RESCISÃO: O presente contrato poderá ser rescindido de pleno direito pelo segurado, em caso de inadimplência das contribuições, ou de ocorrência do sinistro.

CLÁUSULA 7ª - DO FORO: O foro competente para dirimir quaisquer controvérsias oriundas deste contrato é o foro da cidade de São Paulo, SP.

CLÁUSULA 8ª - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS: Este contrato é celebrado em duas vias, de igual teor e conteúdo, uma para cada parte, e ambas com a mesma validade.

Assinado em São Paulo, SP, em 10 de outubro de 2018.

 BRADESCO SEGUROS S.A.
 Representante Legal

 Segurado
 Representante Legal



Bradesco
Seguros

SUBSTABELECIMENTO

Na qualidade de procurador da BRADESCO SEGUROS S.A., a seguir denominada **OUTORGANTE**, conforme instrumento de mandato anexo, substabeleço com reservas, aos Drs. **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/SP sob o nº 143.370, e no C.P.F. nº 132.070.808-06; **RODRIGO ALVARES DA SILVA CAMPOS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 108.513, e no C.P.F. nº 078.422.337-80; **MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/RJ sob o nº 135.132, e no C.P.F. 082.587.197-26, todos com escritório profissional à Rua Senador Denias nº 74, 5º andar – Centro – Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.031-205, independentemente da ordem de nomeação, os poderes, *ad iudicia et extra*, para atuar no foro em geral, em qualquer Instância, Juízo ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as medidas, ações ou recursos competentes, e defender a **OUTORGANTE** nas ações que lhe são contrárias, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, receber e dar quitação, nomear prepostos para representar a **OUTORGANTE** nas ações em que é parte, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitirlos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com reservas de poderes, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da **OUTORGANTE** nas ações que têm por objeto o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT.

Rio de Janeiro/RJ, 26 de novembro de 2007.

MARCO AURELIO MACHADO RODRIGUES
OAB/RJ nº 28.902

Marco Aurélio Sampaio Sérgio
Marco Aurélio Sampaio Sérgio
OAB/SP 71.999-B



CPRODV





139

Substabelecimento

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o n.º 134.307. HENRIQUE ALBERTO FARIA MOTTA, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o n.º 113.815 e FABIO JOÃO DA SILVA SOITO, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o n.º 114.089, substabelecem, com reserva de iguais, nas pessoas dos Advogados JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o n.º 144.619. JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO, brasileira, casada, advogada inscrita na OAB/RJ sob n.º 144.620. NICOLE VIANNA VIENTE, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/RJ sob o n.º 162.543 e FERNANDO DE FREITAS BARBOSA, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o n.º 162.629, os poderes que lhe foram conferidos pelas Sociedades Seguradoras integrantes dos consórcios do seguro DPVAT, para o foro em geral, com a cláusula Ad Judicia, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, usando de todos os recursos legais para defesa dos interesses dos Outorgantes, em especial os poderes para substabelecer e nomear prepostos.

Rio de Janeiro, 29 de Fevereiro de 2012.

João Alves Barbosa Filho

OAB/RJ 134.307

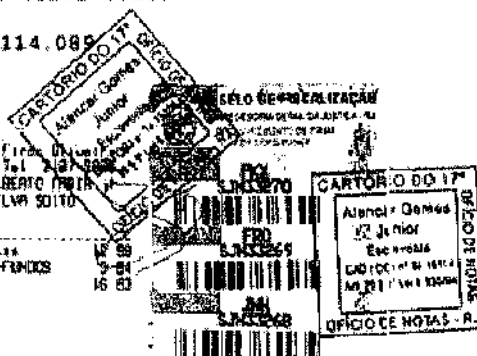
Henrique Alberto Faria Motta

OAB/RJ 113.815

Fabio João da Silva Soito

OAB/RJ 114.089

17º OFÍCIO DE NOTAS
Rua de Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ Tel. 21-3083-8888
Reconhecido por assinatura em nome de HENRIQUE ALBERTO FARIA MOTTA, JOÃO ALVES BARBOSA FILHO e FABIO JOÃO DA SILVA SOITO
Cód. 001027000011
Rio de Janeiro, 05 de março de 2012. Conf. por
Em testemunha de verdade. Serventia
Alencar Gomes Junior. RUI 987 13-FRANCIS
Total 16 83



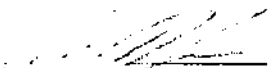


140

SUBSTABELECIMENTO

Na qualidade de procuradores da **BRDESCO SEGUROS S.A.**, doravante denominada Outorgante, conforme instrumento de mandado anexo, substabelecemos, com reservas de iguais, na pessoa dos Drs. **JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/PE sob o nº. 4.246; **HENRIQUE ALBERTO FARIA MOTTA**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 113.815; **FABIO JOÃO DA SILVA SOITO**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 114.089; todos integrantes da sociedade de advogados denominada **JOÃO BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, com escritório nesta Capital do Estado do Rio de Janeiro, na Rua São José, 90, 4º e 8º andares, Centro, CEP 20.010.020, todos os poderes que me foram conferidos para a plena defesa dos interesses da Outorgante nas ações que têm por objeto o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT.

Rio de Janeiro, 17 de julho de 2007


Marcelo Davoli Lopes


Maristella de Farias Melo Santos

22º OFÍCIO DE NOTAR - NOTÁRIO PÚBLICO DE RUA SENA
MATEUS, Rua Senador Dantas 29 - Centro-RJ - 20441-0377. Substituído
por semelhança as firmas dos: MARCELO DAVOLI LOPES e MARISTELLA DE
FARIAS MELO SANTOS

Data: 09/06/2007 (00200)

Em: 14 de julho de 2007.

Em: 14 de julho de 2007.

Em: 14 de julho de 2007.

Em: 14 de julho de 2007.

Em: 14 de julho de 2007.

Em: 14 de julho de 2007.

Em: 14 de julho de 2007.

Em: 14 de julho de 2007.

Em: 14 de julho de 2007.

Em: 14 de julho de 2007.

Em: 14 de julho de 2007.

Em: 14 de julho de 2007.

Em: 14 de julho de 2007.

Em: 14 de julho de 2007.

Em: 14 de julho de 2007.

Em: 14 de julho de 2007.

Em: 14 de julho de 2007.

Em: 14 de julho de 2007.

Em: 14 de julho de 2007.

Em: 14 de julho de 2007.

Em: 14 de julho de 2007.

Em: 14 de julho de 2007.

Em: 14 de julho de 2007.

Em: 14 de julho de 2007.

Em: 14 de julho de 2007.

Em: 14 de julho de 2007.

Em: 14 de julho de 2007.

Em: 14 de julho de 2007.

Em: 14 de julho de 2007.

Em: 14 de julho de 2007.

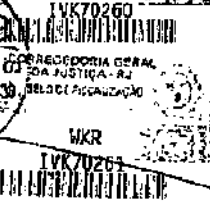
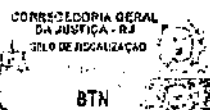
Em: 14 de julho de 2007.

Em: 14 de julho de 2007.

Em: 14 de julho de 2007.

Em: 14 de julho de 2007.

Em: 14 de julho de 2007.





SUBSTABELECIMENTO

141

JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o N° 144.819, JOSELAINÉ MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO, brasileira, casada, advogada inscrita na OAB/RJ sob o N° 140.522, NICOLE VIANNA RIENTE, brasileira, solteira, advogada inscrita na OAB/RJ sob o N° 162.543 e FERNANDO DE FREITAS BARBOSA, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/RJ sob o N° 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado FABIO POMPEU PEQUENO JUNIOR, inscrito na OAB/CE sob o n° 14.752, com escritório na AV. OLIVEIRA PAIVA, 2797 LOJA 23, CIDADE DOS FUNCIONARIOS CEP: 60.822-131 - FORTALEZA - CEARÁ os poderes que lhes foram conferidos por SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A e BRADESCO SEGUROS S.A, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move FRANCISCA GOMES DA SILVA, em curso perante o XII JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE FORTALEZA/CE, nos autos do Processo n° 2008.0032.82321.

Rio de Janeiro, 5 de dezembro de 2012.

JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS
OAB/RJ 144.819

JOSELAINÉ MAURA DE S. FIGUEIREDO
OAB/RJ 140.522

NICOLE VIANNA RIENTE
OAB/RJ 162.543

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA
OAB/RJ 152.629





ESTADO DO CEARÁ PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA		FERMOJU		GRF- GUIA DE RECOLHIMENTO FERMOJU Judicial	
1 - IDENTIFICAÇÃO DA SERVENTIA: 000242 - 12ª UNIDADE DO JUIZADO ESPECIAL - FIC - Faculdade Comarca: FORTALEZA				2 - VENCIMENTO 05/01/2013	
				3 - DATA EMISSÃO 06/12/2012	
				4 - SEQUENCIAL GUIA 0004583	
5 - RESPONSÁVEL PELO RECOLHIMENTO BRADESCO SEGUROS S.A				6 - PROCESSO/PROTOCOLO 2008.0032.8232-1	
7 - NATUREZA DA AÇÃO RECURSO INOMINADO				8 - VALOR DA CAUSA 2.204,00	
9 - ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA 161-CUSTAS PROCESSUAIS				10 - VALOR A RECOLHER 18.83	
11 - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES Documento válido até o VENCIMENTO. Após VENCIMENTO emitir nova Guia Através do site Tribunal de Justiça. Esta guia poderá ser paga nas agências do BB, CEF e agentes conveniados.				VIA PROCESSO Autenticação no Verso ou Lateral Direita	
12 - CÓDIGO DE BARRAS 85600000000-5 18830148201-7 30105000242-9 00045832161-9					

ESTADO DO CEARÁ PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA		FERMOJU		GRF- GUIA DE RECOLHIMENTO FERMOJU Judicial	
1 - IDENTIFICAÇÃO DA SERVENTIA: 000242 - 12ª UNIDADE DO JUIZADO ESPECIAL - FIC - Faculdade Comarca: FORTALEZA				2 - VENCIMENTO 05/01/2013	
				3 - DATA EMISSÃO 06/12/2012	
				4 - SEQUENCIAL GUIA 0004582	
5 - RESPONSÁVEL PELO RECOLHIMENTO BRADESCO SEGUROS S.A				6 - PROCESSO/PROTOCOLO 2008.0032.8232-1	
7 - NATUREZA DA AÇÃO RECURSO INOMINADO				8 - VALOR DA CAUSA 2.204,00	
9 - ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA 161-CUSTAS PROCESSUAIS				10 - VALOR A RECOLHER 641,07	
11 - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES Documento válido até o VENCIMENTO. Após VENCIMENTO emitir nova Guia Através do site Tribunal de Justiça. Esta guia poderá ser paga nas agências do BB, CEF e agentes conveniados.				VIA PROCESSO Autenticação no Verso ou Lateral Direita	
12 - CÓDIGO DE BARRAS 85600000006-2 41070148201-1 30105000242-9 00045822161-1					

DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO CEARÁ GUIA DE RECOLHIMENTO - DPGC		DPGC- GUIA DE RECOLHIMENTO DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO CEARÁ	
1 - IDENTIFICAÇÃO DA SERVENTIA: 000242 - 12ª UNIDADE DO JUIZADO ESPECIAL - FIC - Faculdade Comarca: FORTALEZA		2 - DATA EMISSÃO 06/12/2012	
		3 - SEQUENCIAL GUIA 0001821	
4 - RESPONSÁVEL PELO RECOLHIMENTO BRADESCO SEGUROS S.A		5 - PROCESSO/PROTOCOLO 2008.0032.8232-1	
6 - NATUREZA DA AÇÃO RECURSO INOMINADO		7 - VALOR DA CAUSA 2.204,00	
8 - ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA 930 - DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO CEARÁ		9 - VALOR A RECOLHER 73,26	
Esta guia poderá ser paga nas agências do BB, CEF e agentes conveniados.		Verso ou Lateral Direita	

010.080.012-15





145
A

EX
Banco



5

JAC. 13°
JUNTADA
Folha Juntada a esta seção 102-5
que adiante se segue. (cont. ou não)
documentos, anexos: 211
Fortaleza, 22 de Jan de 1911
Diretoria de Secção



146

JOÃO BARBOSA Advogados Associados

João Barbosa
Henrique A. F. Motta
Fabio João Soito
João Paulo Martins
Joselaine Moura Figueiredo
Nicole Vianna Riente
Fernando de Freitas Barbosa
Flávia Nonato Roberto

Osmar da Silva Aquino
Adriana França da Costa
Cristina de Oliveira Ferreira
Evelyn I. Castillo Arevalo
Gabrielle Gaimarões de Souza
Roberta Cunha Marinho
Ananda Dias Mendes
Alessandra Modolo

Amanda de Oliveira M. José
Noêmia Fraga Teixeira
Juliana Justo de Oliveira
Taísa Mery Silva
Rafaela F. Villas Boas Chagas
Klarissa M. C. Campos Ferreira
Deolindo Barreto Lima Neto
Michelle Góvão da Silva de Souza

Darian Alves Moulin
Giovanna de Andrade Ribeiro
Isabel Alves da Rocha
Isabel Teixeira das Chagas
Lidiane da Silva Erves
Cristiane M. Samier Flasi
Paloma Baptista de Oliveira

**EXMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 12ª JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
DA COMARCA DE FORTALEZA/CE**

Processo n.º 2008.0032.82321 TOMBO:55.470/2007

BRADESCO SEGUROS S.A., já qualificada nos autos, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, interposto por **FRANCISCA GOMES DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectiva Secretaria, vem, mui respeitosamente, à presença de V. Exa., requer a juntada da inclusa **guia de recolhimento de custas**, para que surta os devidos efeitos legais.

Nestes Termos,
Pede e espera deferimento.

Fortaleza, 17 de Dezembro de 2012.

João Barbosa
OAB/RJ 134.307.

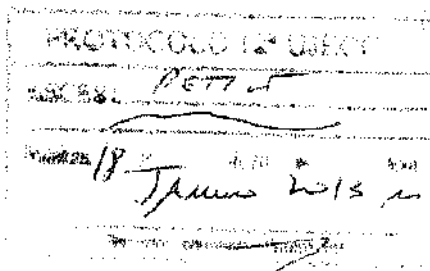
Henrique A F Motta
OAB/RJ 113.815

Fabio João Soito
OAB/RJ 114.089

FABIO POMPEU PEQUENO JUNIOR

OAB/CE 14752

Rua São José nº 90 grupo 810 a 812 Centro Rio de Janeiro/RJ Cep: 20010-020
PABX: 21-3265-5600 FAX: 21-3265-5622/3265-5628
corporativo@joaobarbosaadvass.com.br





148
8

	BacenJud 2.0 - Sistema de Atendimento ao Poder Judiciário	ejuce.060138563 terça-feira, 19/11/2013
Minutas Protocolamento Ordens judiciais Não Respostas Contatos de T. Financeira Relatórios Gerenciais Ajuda Sair		

Recibo de Protocolamento de Ordens Judiciais de Transferências, Desbloqueios e/ou Reiteraões para Bloqueio de Valores

 Clique aqui para obter ajuda na configuração da impressão, e clique aqui para imprimir.	
Dados do bloqueio	
Número do Protocolo:	20120001170401
Número do Processo:	55470/2007
Tribunal:	TRIB DE JUSTICA DO CEARA
Vara/Juizo:	20721 - 12ª Unidade do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Fortaleza
Juiz Solicitante do Bloqueio:	LUIZ ROBERTO OLIVEIRA DUARTE
Tipo/Natureza da Ação:	Ação Cível
CPF/CNPJ do Autor/Exeqüente da Ação:	025.595.813-70
Nome do Autor/Exeqüente da Ação:	FRANCISCA GOMES DA SILVA
Relação de réus/executados	
• Para exibir os detalhes de todos os réus/executados clique aqui . • Para ocultar os detalhes de todos os réus/executados clique aqui .	

33.055.146/0001-93 - BRADESCO SEGUROS S/A [Total bloqueado (bloqueio original e reiteraões): R\$3.899,90] [Quantidade atual de não respostas: 0]						
Respostas						
BCO BRADESCO / Todas as Agências/ Todas as Contas						
Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R\$)	Resultado (R\$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R\$)	Data/Hora Cumprimento
02/05/2012 16:12	Bloq. Valor	LUIZ ROBERTO OLIVEIRA DUARTE	3.899,90	(01) Cumprida integralmente. 3.899,90	3.899,90	02/05/2012 19:35
19/11/2013 11:17:39	Transf. Valor ID:072013000012210144 Instituição: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL SA Agência: 0152 Tipo cred. jud: Geral	LUIZ ROBERTO OLIVEIRA DUARTE	3.899,90	Não enviada		
BCO BRASIL / Todas as Agências/ Todas as Contas						
Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R\$)	Resultado (R\$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R\$)	Data/Hora Cumprimento
02/05/2012 16:12	Bloq. Valor	LUIZ ROBERTO OLIVEIRA DUARTE	3.899,90	(02) Réu/executado sem saldo positivo. 0,00	0,00	03/05/2012 05:27
BCO ESTADO RIO GRANDE DO SUL / Todas as Agências/ Todas as Contas						
Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R\$)	Resultado (R\$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R\$)	Data/Hora Cumprimento

<https://www3.bcb.gov.br/bacenjud2/protocolarOrdemBV.do?method=protocolarRegis...> 19/11/2013





147

ESTADO DO CEARÁ PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA		FERMOJU	GRF- GUIA DE RECOLHIMENTO FERMOJU Judicial
1 - IDENTIFICAÇÃO DA SERVIDADE: DEMANDA - 12ª VARA DE JUÍZO ESPECIAL - FIC - FURTO/ROUBA CIVIL - PORTALEZA			2 - VENCIMENTO 04/01/2018
5 - RESPONSÁVEL PELO RECOLHIMENTO DEMANDA SEGURANÇA			3 - DATA DEMISSÃO 04/01/2018
7 - NATUREZA DA AÇÃO CUSTAS JUDICIAIS			4 - SEQUÊNCIA JUIZ 00000000
9 - ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA CUSTAS PROCESSUAIS			5 - PROCESSO/PROTÓCOLO 00000000
11 - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DEMANDA FIC - FURTO/ROUBA. Após VENCIMENTO de 12 meses, a parte autora, por meio de advogado, apresentou a presente demanda para a realização da perícia. A parte ré, por meio de advogado, apresentou a presente demanda para a realização da perícia.			6 - VALOR DA CORTE R\$ 0,00
12 - CÓDIGO DE BARRAS			10 - VALOR A RECOLHER R\$ 0,00
00630050003-4 06510140701-0 00104000242-2 00045752161-3			

ESTADO DO CEARÁ PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA		FERMOJU	GRF- GUIA DE RECOLHIMENTO FERMOJU Judicial
1 - IDENTIFICAÇÃO DA SERVIDADE: DEMANDA - 12ª VARA DE JUÍZO ESPECIAL - FIC - FURTO/ROUBA CIVIL - PORTALEZA			2 - VENCIMENTO 04/01/2018
5 - RESPONSÁVEL PELO RECOLHIMENTO DEMANDA SEGURANÇA			3 - DATA DEMISSÃO 04/01/2018
7 - NATUREZA DA AÇÃO CUSTAS JUDICIAIS			4 - SEQUÊNCIA JUIZ 00000000
9 - ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA CUSTAS PROCESSUAIS			5 - PROCESSO/PROTÓCOLO 00000000
11 - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DEMANDA FIC - FURTO/ROUBA. Após VENCIMENTO de 12 meses, a parte autora, por meio de advogado, apresentou a presente demanda para a realização da perícia. A parte ré, por meio de advogado, apresentou a presente demanda para a realização da perícia.			6 - VALOR DA CORTE R\$ 0,00
12 - CÓDIGO DE BARRAS			10 - VALOR A RECOLHER R\$ 0,00
00630050003-4 06510140701-0 00104000242-2 00045752161-3			

010.080.012.15





144

02/05/2012 16:12	Bloq. Valor	LUIZ ROBERTO OLIVEIRA DUARTE	3.899,90	(02) Réu/executado sem saldo positivo. 0,00	0,00	03/05/2012 04:37
BCO ESTADO SERGIPE / Todas as Agências/ Todas as Contas						
Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R\$)	Resultado (R\$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R\$)	Data/Hora Cumprimento
02/05/2012 16:12	Bloq. Valor	LUIZ ROBERTO OLIVEIRA DUARTE	3.899,90	(02) Réu/executado sem saldo positivo. 0,00	0,00	03/05/2012 16:41
BCO HSBC BRASIL / Todas as Agências/ Todas as Contas						
Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R\$)	Resultado (R\$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R\$)	Data/Hora Cumprimento
02/05/2012 16:12	Bloq. Valor	LUIZ ROBERTO OLIVEIRA DUARTE	3.899,90	(00) Resposta negativa: réu/executado não é cliente ou possui apenas contas inativas. 0,00	0,00	03/05/2012 07:00
BCO ITAÚ UNIBANCO / Todas as Agências/ Todas as Contas						
Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R\$)	Resultado (R\$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R\$)	Data/Hora Cumprimento
02/05/2012 16:12	Bloq. Valor	LUIZ ROBERTO OLIVEIRA DUARTE	3.899,90	(02) Réu/executado sem saldo positivo. 0,00	0,00	03/05/2012 20:40
BCO MERCANTIL DO BRASIL / Todas as Agências/ Todas as Contas						
Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R\$)	Resultado (R\$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R\$)	Data/Hora Cumprimento
02/05/2012 16:12	Bloq. Valor	LUIZ ROBERTO OLIVEIRA DUARTE	3.899,90	(00) Resposta negativa: réu/executado não é cliente ou possui apenas contas inativas. 0,00	0,00	02/05/2012 22:31
BCO SAFRA / Todas as Agências/ Todas as Contas						
Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R\$)	Resultado (R\$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R\$)	Data/Hora Cumprimento
02/05/2012 16:12	Bloq. Valor	LUIZ ROBERTO OLIVEIRA DUARTE	3.899,90	(00) Resposta negativa: réu/executado não é cliente ou possui apenas contas inativas. 0,00	0,00	03/05/2012 16:25

<https://www3.bcb.gov.br/bacenjud2/protocolarOrdemBV.do?method=protocolarRegis...> 19/11/2013


Assinado eletronicamente por: CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA LOPES FILHO - 16/02/2018 13:26:43

https://pje.tjce.jus.br:443/pje1grau/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18021613262023200000005903872

Número do documento: 18021613262023200000005903872

Num. 6056244 - Pág. 121



150
X

BCO SANTANDER / Todas as Agências/ Todas as Contas						
Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R\$)	Resultado (R\$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R\$)	Data/Hora Cumprimento
02/05/2012 16:12	Bloq. Valor	LUIZ ROBERTO OLIVEIRA DUARTE	3.899,90	(05) Réu/executado sem saldo disponível devido a bloqueio total anterior. 0,00	0,00	03/05/2012 07:01
CAIXA ECONOMICA FEDERAL / Todas as Agências/ Todas as Contas						
Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R\$)	Resultado (R\$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R\$)	Data/Hora Cumprimento
02/05/2012 16:12	Bloq. Valor	LUIZ ROBERTO OLIVEIRA DUARTE	3.899,90	(02) Réu/executado sem saldo positivo. 0,00	0,00	03/05/2012 05:18
Não Respostas						
Não há não-resposta para este réu/executado						

Juiz Solicitante das Últimas Ações Selecionadas: LUIZ ROBERTO OLIVEIRA DUARTE

[Voltar para a tela inicial do sistema](#)



151



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE FORTALEZA
12ª Unidade do Juizado Especial Cível e Criminal
Rua Visconde de Mauá, 1940, Aldeota

Processo nº 55.470/2007

CERTIDÃO

CERTIFICO, na forma prevista em lei, que compulsando detidamente os presentes autos, verifiquei o recurso inominado constante às fls. 121-144, foi interposto tempestivamente no prazo de lei, bem como munido do devido preparo. O referido é verdade. Dou fé.

Fortaleza/CE, 19 de novembro de 2013.


Marcus Cristian de Queiroz e Silva
DIRETOR DE SECRETARIA





152
J



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE FORTALEZA
12ª UNIDADE DOS JUIZADOS ESPECIAIS
CÍVEIS E CRIMINAIS
Rua: Visconde de Mauá, 1940 - Aldeota**

Processo nº 55.470/2007

DESPACHO

R. h.

Recurso Inominado interposto dentro do prazo legal e com recolhimento integral do preparo, razão porque o recebo tão somente em seu efeito devolutivo.

Intime-se o advogado do recorrido para contrarrazoar, no prazo legal, querendo.

Decorrido o prazo, com ou sem manifestação do recorrido, façam as anotações necessárias e remetam os autos à consideração da douta Turma Recursal, com os nossos cumprimentos.

Expeça-se alvará judicial em prol da parte exequente da quantia bloqueada à disposição deste juízo, no importe R\$ 3.899,90 (três mil oitocentos e noventa e nove reais e noventa centavos).

Expedientes necessários.
Fortaleza, 19 de novembro de 2013.

**LUIZ ROBERTO OLIVEIRA DUARTE
JUIZ DE DIREITO**



JOÃO BARBOSA Advogados Associados

João Barbosa
João Paulo Martins
Jocelaine Maura Figueiredo
Nicole Vianna Riente
Fernando de Freitas Barbosa
Flávia Nonato Roberto
Osmar da Silva Aquino
Adriana França da Costa

Cristina de Oliveira Ferreira
Evelyn I. Castillo Arevalo
Gabrielle Guimarães de Souza
Roberta Cunha Marinho
Ananda Dias Mendes
Alessandra Modolo
Amanda de Oliveira M. José

Noêmio Fraga Teixeira
Juliana Justo de Oliveira
Taisa Nery Silva
Rafaela F. Villas Boas Chagas
Klarissa M. C. Campos Ferreira
Declindo Barreto Lima Neto
Michelle Galvão da Silva de Souza

Darlan Alves Moutin
Giovanna de Andrade Ribeiro
Isabel Alves da Rocha
Isabel Teixeira das Chagas
Lidiane da Silva Erves
Cristiane M. Saunier Flosi
Paloma Baptista de Oliveira

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 12ª JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
DA COMARCA DE FORTALEZA/CE

Processo: 55470/2007

PROTOCOLADO 12ª JUIZADO
RECEBI - <i>Retirado</i>
Em 16/11/13
<i>Edin</i>
Secretaria de Apoio Judiciário

BRANDESCO SEGUROS e SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DE SEGURO DPVAT S.A., empresa seguradora já qualificada nos autos, neste ato representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, movida **FRANCISCO CORDEIRO DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem, respeitosamente, a presença de V. Exa., requerer o que segue:

Inicialmente, cumpre esclarecer que houve bloqueio on line nas contas bancárias nas contas da Ré. No dia 02/05/2012 na monta de **R\$ 3.899,90 (três mil oitocentos e noventa e nove reais e noventa centavos)**, e posteriormente houve do saldo remanescente conforme guia em anexo.

Assim, considerando o perfeito cumprimento da obrigação. Requer que V. Exa., defira a expedição do **COMPROVANTE DE DESBLOQUEIO** das contas da Ré, através da tela do **BACENJUD**, discriminando "ordem de desbloqueio - cumprida integralmente", e juntada da tela de **DESBLOQUEIO** aos autos atingindo-se a transparência e não restando indagações quanto ao perfeito cumprimento da obrigação.

Alternativamente, requer que V. Exa., expeda **ALVARÁ DE TRANSFERÊNCIA DIRETA** em favor da **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, CNPJ/MF: **09.248.608/0001-04**, autorizando ao Banco depositante a efetuar depósito ou TED na conta-corrente nº





644000-2, Agência: 1769-8, do (BANCO DO BRASIL S.A / 001).

Dessarte, requer que seja determinado que o banco depositante junte aos autos o comprovante de transferência ou depósito realizado em favor do réu, possibilitando a patrona da Ré DR.FABIO POMPEU PEQUENHO JUNIOR, inscrito na OAB/CE sob o n.º 147.52, substabelecido para realizar prestação de contas com maior clareza e transparência, informando o saldo líquido e a data exata da transferência realizada para identificação nas contas da ré. Segue substabelecimento em anexo.

Desta forma, caso V. Exa., entenda de modo diverso que o respectivo alvará, seja expedido em nome da ré e discriminado por extenso o nome do patrono DR.FABIO POMPEU PEQUENHO JUNIOR, inscrito na OAB/CE sob o n.º 147.52, para levantamento do ALVARÁ EXPEDIDO.

Por derradeiro, requer, ainda, seja observado o nome da patrona DR.FABIO POMPEU PEQUENHO JUNIOR, inscrito na OAB/CE sob o n.º 147.52, para efeito de intimações futuras, sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes Termos,
Pode Deferimento.

Fortaleza, 22 de novembro de 2013.

JOÃO BARBOSA
OAB/RJ 134.307

FABIO POMPEU PEQUENHO JUNIOR
OAB/CE 14.752

Rua São José nº 90 grupo 810 a 812 Centro Rio de Janeiro/RJ Cep: 20010-020
PABX: 21-3265-5600 FAX: 21-3265-5622/3265-3628
corporativa@ceobarbosaadvogados.com.br



SUBSTABELECIMENTO

JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINÉ MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/RJ sob o nº 140.522; e **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/RJ sob o nº 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa da advogada **FABIO POMPEU PEQUENO JUNIOR**, inscrita na OAB/CE sob o nº 14752, com escritório na AV. OLIVEIRA PAIVA, 2797 LOJA 23, CIDADE DOS FUNCIONÁRIOS CEP: 60.822-131 - FORTALEZA - CEARÁ os poderes que lhes foram conferidos por **BRADESCO SEGUROS S.A. e SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **FRANCISCA GOMES DA SILVA**, em curso perante o 12º Juizado Especial Cível da comarca de FORTALEZA/CE, nos autos do Processo nº 55470/2007.

Rio de Janeiro, 22 de novembro de 2013.

JOSELAINÉ MAURA DE S. FIGUEIREDO

OAB RJ 140.522

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA

OAB RJ 152.629

JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS

OAB RJ 144.819





136



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE FORTALEZA
12ª UNIDADE DOS JUIZADOS ESPECIAIS
CÍVEIS E CRIMINAIS
Rua: Visconde de Mauá, 1940 - Aldeota**

Processo nº 55.470/2007

R.h

Intime-se o patrono da parte executada, por meio do Diário da Justiça, no prazo de 10 (dez) dias, para juntar comprovante de depósito judicial alegado na petição de fls. 153/154.

Expedientes necessários.

Fortaleza, 08 de setembro de 2014.

**LUIZ ROBERTO OLIVEIRA DUARTE
JUIZ DE DIREITO**







127
= 157
←

ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE FORTALEZA
12ª Unidade do Juizado Especial Cível e Criminal
Rua Visconde de Mauá, 1940, Aldeota

Processo nº 55.470/7.

CERTIDÃO DE ENVIO PARA DJ

CERTIFICO, para os devidos fins, que foi enviado para publicação, despacho/sentença de fls. 130, expediente nº 043/2014. O referido é verdade. Dou fé.

Fortaleza/CE, 23/10/2014.

Marcus Cristian de Queiroz e Silva
DIRETOR DE SECRETARIA



11

JUNTADA

Paga junta de a este autos *PETICÃO*
que adiante se segue. *5* (com ou sem)
documentos, anexos
Parteira *31* de *10* de *14*
Direto



JOÃO BARBOSA Advogados Associados

João Barbosa
João Paulo Martins
Joselaine Mauro Figueiredo
Nicole Vianna Riente
Fernanda de Freitas Barbosa
Flávia Nonato Roberto
Osmar da Silva Aquino
Adriana França da Costa

Cristina de Oliveira Ferreira
Evelyn I. Castillo Arevalo
Gabrielle Guimarães de Souza
Roberta Cunha Martinho
Ananda Dias Mendes
Alessandra Mndola
Amanda de Oliveira M. José

Noêmia Fraga Teixeira
Juliana Justo de Oliveira
Taisa Nery Silva
Rafaela F. Villas Boas Chagas
Klarissa M. C. Campos Ferreira
Deolinda Barreto Lima Neto
Michelle Galvão da Silva de Souza

Darlan Alves Moultn
Giovanna de Andrade Ribeiro
Isabel Alves da Rocha
Isabel Teixeira das Chagas
Lidiane da Silva Erves
Cristiane M. Saunter Flosi
Patricia Baptista de Oliveira

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 12ª JUIZADO ESPECIAL-CÍVEL
DA COMARCA DE FORTALEZA/CE

Processo: 55470/2007

BRANDESCO SEGUROS S.A e SEGURADORA LIDER DOS
CONSORCIOS DE SUGURO DPVAT S.A, empresa seguradora já
qualificada nos autos, neste ato representada por seus
advogados que esta subscrevem, nos autos da AÇÃO DE COBRANÇA
DE SEGURO DPVAT, movida FRANCISCA GOMES DA SILVA E OUTRO, em
trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem,
respeitosamente, a presença de V. Exa., requerer o que segue:

Em manifestação ao despacho publicado, no dia
27/10/2014 vem solicitar a juntada do comprovante de depósito
judicial na monta de R\$ 3.831,44 (três mil oitocentos e trinta
e um reais e quarenta e quatro centavos) e o comprovante de
bloqueio e transferência na monta de R\$ 3.899,90 (três mil
oitocentos e noventa e nove reais e noventa centavos)
comprovando assim, o pagamento em duplicidade.

Desta forma, pretende a Ré que seja expedido
OFÍCIO DE TRANSFERÊNCIA DIRETA, com o intuito da
restituição do valor pago em excesso, na monta de R\$
3.831,44 (três mil oitocentos e trinta e um reais e quarenta e
quatro centavos) com as devidas correções legais, em
nome da SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT
S.A.

Cumpré destacar que a Seguradora Líder dos
Consórcios de Seguro DPVAT foi criada com a única finalidade
de atuar como administradora do Seguro Obrigatório DPVAT.

A Resolução CNSP de n.º 154 determinou a
constituição de uma Seguradora especializada para administrar





159-
139
os Consórcios do Seguro DPVAT - anteriormente conhecido como "Convênio do Seguro Obrigatório DPVAT".

Ademais, tem-se que a Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT já detém autorização da SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, para operar no que tange ao Seguro Obrigatório DPVAT, conforme Portaria n.º 2797/07.

Nesta senda, destaque-se o art. 5º, §3º, da referida Resolução, senão vejamos:

**"CAPÍTULO IV
DOS CONSÓRCIOS**

Art. 5º. Para operar no seguro DPVAT, as sociedades seguradoras deverão aderir, simultaneamente, aos dois Consórcios específicos, um englobando as categorias 1, 2, 9 e 10 e o outro, as categorias 3 e 4.
(...).

§ 3º. Cada um dos Consórcios terá como entidade líder uma seguradora especializada em seguro DPVAT, PODENDO A MESMA SEGURADORA SER A ENTIDADE LÍDER DOS DOIS CONSÓRCIOS PREVISTOS NO CAPUT DESTE ARTIGO." (g.n.).

Assim, os seguros e demais encargos provenientes de tal atributo são pagos pela Seguradora Líder, sendo certo que pagamentos para garantia do juízo são realizados pela empresa em comento.

Neste sentido, há de ser observado o art. 8º da Resolução:

"§ 8º. Os pagamentos de indenizações serão realizados pelos Consórcios, representados por seus respectivos líderes."

Faz-se mister, esclarecer que a expedição do alvará deverá ser nominal a SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, nos termos substabelecido para tal conforme anexo, verdadeira titular da obrigação de reembolso da quantia disponível ao juízo.





160
110

Assim, pretende a Ré que seja expedido Ofício de Transferência Direta de restituição do valor em excesso em nome da SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., para levantamento na importância de R\$ 3.831,44 (três mil oitocentos e trinta e um reais e quarenta e quatro centavos), e seus acréscimos legais até a data efetiva da transferência. Em favor da SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., CNPJ/MF: 09.248.608/0001-04, autorizando ao Banco depositante (Banco do Brasil) a efetuar transferência direta na conta-corrente nº 644000-2, Agência: 1769-8, do BANCO DO BRASIL S/A.

Outrossim, requer que seja determinado que o banco depositante junte aos autos o respectivo comprovante da transferência realizada, possibilitando ao patrono da Ré realizar prestação de contas com maior clareza e transparência. Informando o valor líquido transferido e a data exata da transferência, para identificação do valor nas contas da Seguradora.

Desta forma, caso V. Exa., entenda de modo diverso que, o respectivo Alvará seja expedido em nome da ré e discriminado por extenso o nome do patrono Dr. FABIO POMPEU PEQUENO JUNIOR inscrito na OAB/CE 147.52, para levantamento do ALVARÁ EXPEDIDO.

Por derradeiro, requer, ainda, a peticionante seja observado o nome do advogado Dr. João Alves Barbosa Filho, inscrito na OAB/CE 27954-A, para efeito de intimações futuras, sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes Termos,
Pede Deferimento.

Fortaleza, 29 de Outubro de 2014.

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO
OAB/CE 27954-A

FABIO POMPEU PEQUENO JUNIOR
OAB/CE 147.52

Rua São José nº 90 grupo 810 a 812 Centro Rio de Janeiro/RJ Cep: 20010-020
PAIX: 21-3265-5600 FAX: 21-3265-5622/3265-5628
corporativo@joaobarbosnadvass.com.br

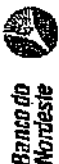




16/2
16/2
16/2
16/2
16/2







GUIA PARA DEPÓSITO JUDICIAL

NR DA CARTA JUDICIAL 278813	AGÊNCIA 152	DATA DE EMISSÃO 07/05/2012	TIPO DE JUSTIÇA Justiça Estadual	PROCESSO Nº 354702007
TRIBUNAL TRIB DE JUSTIÇA DO CEARÁ - Depósito		ORGÃO NARA 12ª UNIDADE DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E		
DEPOSITANTE				
NR IDENTIFICADOR DO DEPÓSITO - ID 12012050700000802	NOME DO AUTOR/RECLAMANTE/IMPETRANTE SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A			
NOME DO REÚNDO/RECLAMADO/IMPETRADO SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO		CPF/CNPJ 09248608000104	CPF/CNPJ 02559581370	
TITULARIDADE		NOME FRANCISCA GOMES DA SILVA		
☐ PRÓPRIO DEPOSITANTE ☐ OUTROS				
NOTA DO DEPOSITO				
2 1 - GARANTIA DE JUÍZO 2 - PAGAMENTO 3 - OUTROS (ESPECIFIQUE)				
DEPÓSITO EM DINHEIRO		VALOR TOTAL (Somação dos campos 1 a 14)	(1) VALOR PRINCIPAL R\$	(2) FGTS/CONTA VINCULADA R\$
(5) EDITAIS R\$	(6) INSS RECLAMANTE R\$	(7) INSS RECLAMADO R\$	(8) CUSTAS R\$	(9) BROMUNTOS R\$
(12) HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS R\$	(13) HONORÁRIOS PERICIAIS (A) ENGENHEIRO R\$	(B) CONTADOR R\$	(C) DOCUMENTOSCÓPIO R\$	(D) INTERPRETE R\$
(14) OUTROS R\$	(10) IMPOSTO DE RENDA R\$		(11) MULTAS R\$	(12) OUTRAS PERICIAS R\$
OBSERVAÇÕES				

Banco do Nordeste		004-3		RECIBO DO SACADO	
LOCAL DE PAGAMENTO Pagável em qualquer banco		VENCIMENTO 14/05/2012			
CEDENTE		AG/OD CEDENTE 152/228813			
DATA DO DOCUMENTO 07/05/2012	Nº DO DOCUMENTO 12012050700000802	ESPECIE DOC. MOEDA	ACEITE NÃO	DATA DE PROCESSAMENTO 07/05/2012	NOSSO NÚMERO 201205070000008
USO DO BANCO 12012050700000802	CARTEIRA	REAL	QUANTIDADE X	VALOR R\$ 3.831,44	VALOR DO DOCUMENTO R\$ 3.831,44
INSTRUÇÕES Não rescatar após data de vencimento		(1) DESCONTABILITAMENTO ****			
		(2) OUTRAS DEDUÇÕES ****			
		(3) MORAMULTA ****			
		(4) VALOR COBRADO R\$ 3.831,44			
SACADO		CPF/CNPJ			
FRANCISCA GOMES DA SILVA		02559581370			
		Autenticação Mecânica			

162
14/02



2007.12146

150177

Amanda Maia

183
~~183~~
5





164
144

BANCO DO NORDESTE DEPOSITO EM CONTA JUDICIAL
AB.064-08/05/2012-1548-T035 AUT 047 NSU 000277

INFORMACOES DO CODIGO DE BARRAS LEITORA
0049853330000383144120120507000000030200000007

ID DEP. 50700000000302000000
DATA VENC 14/05/2012
VALOR 3.831,44

VALOR DINHEIRO:	0,00
VALOR CHEQUE:	3.831,44
TOTAL:	3.831,44

Banco do Nordeste: Cliente Consulta e Ouvidoria
0800 728 3030 - www.bnb.gov.br

b00uHxcFLP8EYhk08PRu (VIA DO BANCO)





185
~~185~~
=





14

Protocolo de Desbloqueio de Dados Judiciais de Interesse Público

[illegible]

Date/Time Protocol	Host Name	IP Address	Port No.	Source IP [IP]	Size [Bytes] [KB]	Date/Time [MM/DD/YY]
02/15/2013 19:12	192.168.1.1	192.168.1.1	80	192.168.1.1	1024	02/15/13
02/15/2013 19:17:28	192.168.1.1	192.168.1.1	80	192.168.1.1	1024	02/15/13

Data/Mês Entrada	Tipo de Ordem	Valor	Valor (R\$)	Saldo Disponível EQUIVALENTE (R\$)	C
09/2012	Ordem Y&H	R\$ 100,00	R\$ 100,00	R\$ 100,00	0,00

[illegible]



137
147
=

BCO BANCO BRASILEIRO / Todas as Agências / Todas as Contas						
Data/Hora Protocolo	Tipos de Ordem	Valor (R\$)	Valor (R\$)	Resultado (R\$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R\$)	Data/Hora Cumprimento
01/05/2012 10:12	Paga Valor	1000,00	1000,00	0,00	0,00	01/05/2012 10:12
BCO ITAU UNIBANCO / Todas as Agências / Todas as Contas						
Data/Hora Protocolo	Tipos de Ordem	Valor (R\$)	Valor (R\$)	Resultado (R\$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R\$)	Data/Hora Cumprimento
02/05/2012 10:12	Paga Valor	1000,00	1000,00	0,00	0,00	02/05/2012 10:12
BCO MERCANTIL DO BRASIL / Todas as Agências / Todas as Contas						
Data/Hora Protocolo	Tipos de Ordem	Valor (R\$)	Valor (R\$)	Resultado (R\$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R\$)	Data/Hora Cumprimento
03/05/2012 10:12	Paga Valor	1000,00	1000,00	0,00	0,00	03/05/2012 10:12
BCO SAPRA / Todas as Agências / Todas as Contas						
Data/Hora Protocolo	Tipos de Ordem	Valor (R\$)	Valor (R\$)	Resultado (R\$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R\$)	Data/Hora Cumprimento
07/05/2012 10:12	Paga Valor	1000,00	1000,00	0,00	0,00	07/05/2012 10:12





158
158

Banco SANTANDER - Todas as Agências / Todas as Contas						
Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Valor Debitado	Valor (R\$)	Remessa (R\$)	Saldo Disponível Remanescente (R\$)	Data/Hora Cumprimento
21/05/2017 15:12	Ordem de Pagamento	ROBERTO OLIVEIRA OLIVEIRA	1.000,00	1.000,00	0,00	21/05/2017 15:12

CAIXA ECONOMICA FEDERAL - Todas as Agências / Todas as Contas						
Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Valor Debitado	Valor (R\$)	Remessa (R\$)	Saldo Disponível Remanescente (R\$)	Data/Hora Cumprimento
21/05/2017 15:12	Ordem de Pagamento	ROBERTO OLIVEIRA OLIVEIRA	1.000,00	1.000,00	0,00	21/05/2017 15:12

Assinado eletronicamente por: CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA LOPES FILHO - 16/02/2018 13:26:43





Código Tributário Nacional. Em consequência, declaro insubsistente a penhora, inclusive on line, e/ou a intransferibilidade, se efetivada(s), e determino o cancelamento da inscrição da dívida ativa. Condeno o executado ao pagamento dos honorários advocatícios, fixados em 10% do valor da causa, os quais se encontram devidamente pagos, conforme documento de fl. 06. Custas pelo devedor, já quitadas, conforme fl. 07. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, archive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Fortaleza/CE, 17 de outubro de 2014. Ana Cristina de Pontes Lima Esmeraldo Juíza de Direito

ADV: MARIA CARNEIRO SANFORD (OAB 4270/CE) - Processo 0183970-41.2012.8.06.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - EXEQUENTE: Fazenda Pública do Município de Fortaleza - EXECUTADO: Amelia Gomes Barbosa - Face ao exposto, extingo a presente ação, com fulcro no art. 794, I, e 795 do Código de Processo Civil c/c artigo 156, I, do Código Tributário Nacional. Em consequência, declaro insubsistente a penhora, inclusive on line, e/ou a intransferibilidade, se efetivada(s), e determino o cancelamento da inscrição da dívida ativa. Condeno o executado ao pagamento dos honorários advocatícios, fixados em 10% do valor da causa, os quais se encontram devidamente pagos conforme documento de fl. 12. Custas pelo devedor, já quitadas, conforme fls. 13. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, archive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Fortaleza/CE, 07 de outubro de 2014. Ana Cristina de Pontes Lima Esmeraldo

ADV: MARIA CARNEIRO SANFORD (OAB 4270/CE) - Processo 0188531-11.2012.8.06.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - EXEQUENTE: Fazenda Pública do Município de Fortaleza - EXECUTADA: Genelda Leilan Cavalcante Freires - Face ao exposto, extingo a presente ação, com fulcro no art. 794, I, e 795 do Código de Processo Civil c/c artigo 156, I, do Código Tributário Nacional. Em consequência, declaro insubsistente a penhora, inclusive on line, e/ou a intransferibilidade, se efetivada(s), e determino o cancelamento da inscrição da dívida ativa. Condeno o executado ao pagamento dos honorários advocatícios, fixados em 10% do valor da causa, os quais se encontram devidamente pagos, conforme documento de fl. 06. Custas pelo devedor, já quitadas, conforme fl. 07. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, archive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Fortaleza/CE, 17 de outubro de 2014. Ana Cristina de Pontes Lima Esmeraldo Juíza de Direito

VARAS DOS JUIZADOS ESPECIAIS

EXPEDIENTES DO JUIZADO ESPECIAL - 12ª UNIDADE COMARCA FORTALEZA - ALDEOTA

12ª UNIDADE DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS

JUIZ TITULAR: LUIZ ROBERTO OLIVEIRA DUARTE

DIRETOR DE SECRETARIA: MARCUS CRISTIAN DE QUEIROZ E SILVA

EXPEDIENTE Nº 43 DE 23/10/2014

1)PROCESSO Nº 1075-03.2012.8.06.0005 - CRIMINAL - QUEIXA CRIME. QUERELANTE: VICTOR GUTEMBERG NOLLA. QUERELADA: LACIANA FARIAS LACERDA. DESPACHO: R.H. ACATO O PARECER DA DOUTA REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO COM ASSENTO NESTE JUIZADO. FICA DESIGNADA DATA DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO PARA O DIA 03 DE NOVEMBRO DE 2014, ÀS 14:30 HORAS. INTIMEM-SE. INT. DR. GERARDO COELHO FILHO OAB/CE 3.795-B.

2)PROCESSO Nº 256-08.2008.8.06.0005 - AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. PROMOVENTE: MARIA IVONETE MARÇAL DE CASTRO. PROMOVIDO: PÂNICO DE DIRIGIR. SENTENÇA: VISTOS ETC. DIANTE DO EXPOSTO, DECRETO A EXTINÇÃO DO PRESENTE FEITO, SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, CONFORME O ARTIGO 267, INCISO III, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. INT. DR. AFONSO PAULO ALBUQUERQUE DE MENDONÇA OAB/CE 12.249.

3)TOMBO Nº 55.960/2007 - AÇÃO INDENIZATÓRIA. PROMOVENTE: ALESSANDRO BRITO DE SOUSA (PANQUECAS & CIA). PROMOVIDO: RV TECNOLOGIA E SISTEMAS CELLCARD. DESPACHO: R.H. EM FACE DA CERTIDÃO SUPRA, INTIME-SE O AUTOR PARA REQUERER A EXECUÇÃO DO JULGADO, NO PRAZO DE 10(DEZ) DIAS, SOB PENA DE ARQUIVAMENTO. INTIME-SE O CREDOR, POR SEU ADVOGADO, ATRAVÉS DO DIÁRIO DA JUSTIÇA, DESTE DESPACHO. INT. DR. HUGO ALVES BITTENCOURT OAB/CE 21.192, DRA. EMANUELLE ALENCAR CUNHA E SILVA 18.932 E DRA. LUCIANE BRITO DE SOUSA OAB/SP 249.661-A.

4)TOMBO Nº 53.052/2007 - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. PROMOVENTE: HANDERSON CHAGAS PEREIRA. PROMOVIDO: TAM LINHAS AÉREAS S/A. SENTENÇA: VISTOS ETC.(...)ISTO POSTO, DECRETO A EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO, O QUE FAÇO COM AMPARO NO ART. 794, INCISO I DO CPC. EXPEÇA-SE ALVARÁ DE LEVANTAMENTO DOS VALORES DEPOSITADOS ÀS FLS. 97, NO VALOR DE R\$ (...) INTIMEM-SE E APÓS COMPROVADA A ENTREGA DO COMPETENTE ALVARÁ, ARQUIVE-SE COM AS CAUTELAS LEGAIS. INT. DR. FABIANO PINTO RIBEIRO OAB/CE 15.290 E DR. RODRIGO SARAIVA MARINHO OAB/CE 15.807.

5)TOMBO Nº 41.458/2004 - AÇÃO DE COBRANÇA. PROMOVENTE: SEBASTIÃO DE ALMEIDA PINTO. PROMOVIDO: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS. SENTENÇA: VISTOS ETC. (...)ISTO POSTO, DECRETO A EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO, O QUE FAÇO COM AMPARO NO ART. 794, INCISO I, DO CPC. INT. DR. WILSON DE NORÕES MILFONTE NETO OAB/CE 15.248 E DR. SAMUEL MARQUES CUSTÓDIO DE ALBUQUERQUE OAB/CE 20.873.

6)TOMBO Nº 55.470/2007 - AÇÃO DE COBRANÇA. PROMOVENTE: FRANCISCA GOMES DA SILVA. PROMOVIDO: BRADESCO SEGUROS S/A. DESPACHO: R.H. INTIME-SE O PATRONO DA PARTE EXECUTADA, POR MEIO DO DIÁRIO DA JUSTIÇA, NO PRAZO DE 10(DEZ) DIAS, PARA JUNTAR COMPROVANTE DE DEPÓSITO JUDICIAL ALEGADO NA PETIÇÃO DE FLS. 153/154. INT. DR. FÁBIO POMPEU PEQUENO JÚNIOR OAB/CE 14.732.

7)TOMBO Nº 56.144/2007 - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. PROMOVENTE: JAN CARNEIRO BATISTA E SUELMA MENEZES GOMES. PROMOVIDO: GOL TRANSPORTES AÉREOS S/A. DESPACHO: R.H. INTIME-SE A PARTE EXECUTADA, NA PESSOA DO SEU PATRONO JUDICIAL, PARA NO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS, PAGAR O VALOR DE R\$ (...), COM





ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE FORTALEZA
12ª UNIDADE DOS JUIZADOS ESPECIAIS
CÍVEIS E CRIMINAIS
Rua: Visconde de Mauá, 1940 - Aldeota

Processo nº 1339-83.2013.8.06.0005/0

Despacho

R.H.

Defiro em parte o pedido constante às fls. 138/140.

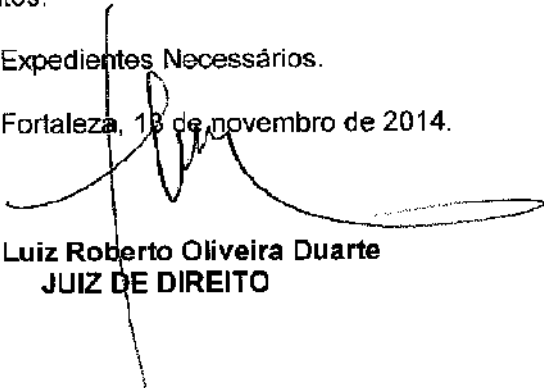
Expeça-se alvará em prol da parte credora, no valor de R\$3.831,44(três mil oitocentos e trinta e um reais e quarenta e quatro centavos), conforme valor bloqueado constante às fls. 148/150, à disposição deste juízo.

Expeça-se, de igual modo, alvará em prol da parte ré, no valor de R\$3.831,44(três mil oitocentos e trinta e um reais e quarenta e quatro centavos), conforme comprovante de depósito acostado às fls. 142/143. Ou seja, há duplicidade no pagamento.

Intime-se a parte recorrida para contrarrazoar, e após decurso do prazo, remetam-se estes autos à apreciação da douta Turma Recursal com os nossos cumprimentos.

Expedientes Necessários.

Fortaleza, 13 de novembro de 2014.


Luiz Roberto Oliveira Duarte
JUIZ DE DIREITO





171



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE FORTALEZA
12ª UNIDADE DOS JUIZADOS ESPECIAIS
CÍVEIS E CRIMINAIS
Rua: Visconde de Mauá, 1940 - Aldeota

ALVARÁ JUDICIAL

Processo nº 1339-83.2013.8.06.0005 (TOMBO 55.470/2007.

Promovente(s): FRANCISCA GOMES DA SILVA.

Promovido(s): BRADESCO SEGUROS S/A.

Beneficiário(s): FRANCISCA GOMES DA SILVA .(CPF 025.595.813-70) OU POR SUA PATRONA JUDICIAL DRA. KATARINA COSTA ALENCAR OAB/CE17.657.

Valor: R\$3.831,44(três mil oitocentos e trinta e um reais e quarenta e quatro centavos)

DR. LUIZ ROBERTO DE OLIVEIRA DUARTE, Juiz de Direito da 12ª Unidade dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais da Comarca de Fortaleza, no uso de suas atribuições legais, etc, manda ao gerente do Banco do Brasil, Banco do Nordeste do Brasil, ou Caixa Econômica Federal, ou a quem suas vezes fizer que, à vista do presente **ALVARÁ**, expedido nos autos em epígrafe, efetue o pagamento de **R\$3.831,44(três mil oitocentos e trinta e um reais e quarenta e quatro centavos)** e **acréscimos legais ao(s) beneficiários(s) acima mencionados(s), quantia esta** à disposição deste juízo. Cumpra-se na forma e sob as penas da Lei. Dado e assinado nesta cidade de Fortaleza aos 14 de Novembro de 2014. Eu, Joaquim Manoel Sampaio Gomes, Técnico Judiciário Matrícula, 200706, o digitei e eu Marcus Cristian de Queiroz e Silva, Diretor de Secretaria, matrícula TJ/CE 7130, o subscrevi.

LUIZ ROBERTO OLIVEIRA DUARTE
JUIZ DE DIREITO

válido somente com selo judicial

NE-0072479







ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE FORTALEZA
12ª UNIDADE DOS JUIZADOS ESPECIAIS
CÍVEIS E CRIMINAIS
Rua: Visconde de Mauá, 1940 - Aldeota

Processo nº 55.470/07.

ATO ORDINATÓRIO

Por ordem do MM. Juiz de Direito titular da 12ª Unidade dos Juizados Especiais da Comarca de Fortaleza, e com vistas ao integral cumprimento exarado no ofício nº 66/2015 da lavra da Coordenação dos Juizados Especiais da Comarca de Fortaleza e em face do Enunciado nº 129 do FONAJE, que preceitua: "Nos juizados especiais que atuem com processo eletrônico, ultimado o processo de conhecimento em meio físico, a execução dar-se-á de forma eletrônica, digitalizando as peças necessárias" e sendo a informatização processual uma realidade proeminente, consoante se infere do esforço empreendido pelo Poder Judiciário em incorporar novas tecnologias para garantir celeridade processual, esta Secretaria digitalizará integralmente os autos do processo físico em epígrafe, sem nenhum ônus às partes e/ou advogados, autuando-os virtualmente, através do sistema processual virtual PJ-E, prosseguindo-se na fase processual devida.

Empós cumprimento da diligência acima, as partes serão intimadas, bem como seus advogados constituídos do procedimento adotado, informando-lhes o número processual adquirido quando da autuação dos autos virtuais no sistema PJ-E.

Cumprido o mandamento acima, estes autos serão arquivados com as cautelas de estilo.

Fortaleza, 05 de agosto de 2015.

Marcus Cristian de Queiroz e Silva
DIRETOR DE SECRETARIA





EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA 1ª UNIDADE DOS
JUIZADOS ESPECIAIS CIVEIS E CRIMINAIS DA COMARCA DE FORTALEZA-CE.

SS. 470/07

12a UND. JECC-PRAIA IRACEMA
1339-83.2013.8.06.0006



AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA

FRANCISCA GOMES DA SILVA, brasileira, viúva, do lar, com endereço à Travessa São Miguel, nº229, Bairro Alagadiço Novo, Fortaleza-Ce, por intermédio de seus advogados, que ao final assinam, vem, respeitosamente, perante Vossa Excelência, propor a presente **AÇÃO DE COBRANÇA C/C COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA**, contra **BRADESCO SEGUROS S.A.**, com endereço à Av. Desembargador Moreira, 1250, Bairro Aldeota, Fortaleza-Ce, pelos fatos e fundamentos que passa a aduzir:

PRELIMINARMENTE

Requer o benefício de gratuidade de custas judiciais por ser pobre na forma da Lei, não podendo arcar com o ônus deste processo e demais emolumentos sem prejuízo de sua subsistência, bem como, a de sua família.

1. DOS FATOS

A Autora é beneficiária de **Francisco Cordeiro da Silva**, falecido em virtude de acidente de trânsito aos 10 (dez) de outubro de 2004.

Após o sinistro a Suplicante comprovou a ocorrência do evento através de exaustiva documentação apresentada a seguradora demandada, bem como, a legitimidade da Demandante para o recebimento de indenização securitária DPVAT/MORTE. Em decorrência, a Promovida efetivou o respectivo pagamento indenizatório no valor de R\$ 10.260,86 (dez mil, duzentos e sessenta reais e oitenta e seis centavos).

16451 26/09/2007 02:50:06 12a UNIDADE JEC. CIVA E CRIMINAL DE FOR

KL





03
4

Ocorre Meritíssimo, que a Seguradora responsável pelo pagamento do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas - DPVAT, aproveitando-se da situação emocional da Autora, pessoa sem condições financeiras e de pouca instrução, efetua o pagamento do seguro da maneira que querem.

Ora Douto Julgador, tal prática é abusiva e lesiva a legislação brasileira, vindo por desencadear um abalo moral na suplicante, que em não receber o que lhe é de direito viu-se abalada moralmente, tendo em vista que sua renda familiar lhe é insuficiente, visto que a mesma é dona de casa e sobrevive da ajuda dos filhos.

2. DO DIREITO

O procedimento da Seguradora demandada foi realizado em desconformidade com a legislação e em prejuízo da autora beneficiária.

Uma vez que sendo a mesma obrigada a despendar, para cobertura "morte" do seguro DPVAT, o equivalente a quarenta (40) salários mínimos, que representava, na data do pagamento R\$ 12.000,00 (doze mil reais), com base no salário mínimo da época de R\$ 300,00 (trezentos reais), ofertou como liquidação, e efetivamente pagou, apenas o *quantum* de R\$ 10.260,86 (dez mil, duzentos e sessenta reais e oitenta e seis centavos).

Conclui-se portanto, que o pagamento assim feito, representou não os 40 (quarenta), e sim, 34,20 (trinta e quatro vírgula vinte) salários mínimos, ficando como saldo remanescente 5,8 (cinco vírgula oito) salário mínimos, o que equivale nos dias de hoje à R\$ 2.204,00 (dois mil, duzentos e quatro reais), em favor da Autora.

Não seria justo Índito Magistrado, que o saldo remanescente fosse calculado com base no salário mínimo da época em que os autores receberam o pagamento parcial pois, a legislação prevê que o beneficiário receberá a indenização com base no salário mínimo da época da liquidação, o que se conclui, é que como este saldo remanescente não foi liquidado, os autores ao receber o saldo remanescente ao final deste processo receberão com base no salário mínimo vigente à época deste recebimento.

Dispõe a Lei 6.194 de 19 de dezembro de 1974, em seu artigo 5º:

" Art. 5º

Parágrafo 1º. A indenização referida neste artigo será paga com base no valor da época da liquidação do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça sucursal que fizer a liquidação, no prazo de quinze dias da entrega dos seguintes documentos:
a)- certidão de óbito, registro de ocorrência no órgão policial competente e a prova de qualidade de beneficiários no caso de morte."

12





Ch
2

Vale ressaltar, que a Demandante procurou a Demandada para tomar informações acerca da diferença não paga, tendo sido informada que o pagamento foi efetuado com base em resoluções criadas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP).

O Direito aqui auferido pelos Autores é incontroverso, uma vez que a legislação pertinente é bastante clara, não cabendo, data vênua, qualquer outra interpretação, senão vejamos:

Dispõe a Lei 6.194/74 em seu Artigo 3º, alínea "a":

"Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no artigo 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

a) 40 (quarenta) vezes o valor do maior salário-mínimo vigente no País - no caso de morte;"

Meritíssimo, somente o explicitado na legislação acima já seria suficiente para a condenação da Demandada, entretanto, vale ressaltar a este juízo, que às vezes em que o SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA foi instado a se manifestar sobre o tema, veio, reiteradamente, decidindo em conformidade com a legislação supramencionada, confirmando o disposto em lei, ou seja, a cobertura do seguro por morte em quarenta (40) salários mínimos, calculados à época do recebimento deste, como demonstraremos a seguir:

Processo RESP 296675 / SP ; RECURSO ESPECIAL2000/0142166-2

Relator(a)Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR (1110)

Órgão JulgadorT4 - QUARTA TURMA

Data do Julgamento20/08/2002

Data da Publicação/FonteDJ 23.09.2002 p.00367RJADCOAS VOL.:00040 p.00122

Ementa

CIVIL. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). VALOR QUANTIFICADO EM SALÁRIOS MÍNIMOS. INDENIZAÇÃO LEGAL. CRITÉRIO. VALIDADE. LEI N 6.194/74. RECIBO. QUITAÇÃO. SALDO REMANESCENTE. (GRIFO NOSSO)

I. O valor de cobertura do seguro obrigatório de responsabilidade civil de veículo automotor (DPVAT) é de quarenta salários mínimos, assim fixado consoante critério legal específico, não se confundindo com índice de reajuste e, destarte, não havendo incompatibilidade entre a norma especial da Lei n. 6.194/74 e aquelas que vedam o uso

do salário mínimo como parâmetro de correção monetária. Precedente da 2ª Seção do STJ (REsp n. 146.186/RJ, Rel. p/ Acórdão Min. Aldir Passarinho Junior, por maioria, julgado em 12.12.2001).

II. O recibo dado pelo beneficiário do seguro em relação à indenização paga a menor não o inibe de reivindicar, em juízo, a diferença em relação ao montante que lhe cabe de conformidade com a lei que rege a espécie.

III. Recurso especial conhecido e provido.

KJ





Processo RESP 129182 / SP ; RECURSO ESPECIAL 1997/0028417-4
Relator(a) Ministro WALDEMAR ZVEITER (1085)
Órgão Julgador T3 - TERCEIRA TURMA
Data do Julgamento 15/12/1997
Data da Publicação/Fonte DJ 30.03.1998 p.00045 LEXSTJ VOL.:00108 AGOSTO.1998
p.00217

Ementa

SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS - INDENIZAÇÃO POR MORTE - FIXAÇÃO EM SALÁRIOS-MÍNIMOS - LEI 6.194, ART. 3. - RECIBO DE QUITAÇÃO - RECEBIMENTO DE VALOR INFERIOR AO LEGALMENTE ESTIPULADO - DIREITO A COMPLEMENTAÇÃO.

I - PACIFICA A JURISPRUDENCIA DESTA CORTE NO SENTIDO DE QUE O ART. 3., DA LEI 6.194/1974, NÃO FORA REVOGADO PELAS LEIS 6.205/1975 E 6.423/1977, PORQUANTO, AO ADOPTAR O SALÁRIO-MÍNIMO COMO PADRÃO PARA FIXAR A INDENIZAÇÃO DEVIDA, NÃO O TEM COMO FATOR DE CORREÇÃO MONETÁRIA, QUE ESTAS LEIS BUSCAM AFASTAR.

II - IGUALMENTE CONSOLIDADO O ENTENDIMENTO DE QUE O RECIBO DE QUITAÇÃO PASSADO DE FORMA GERAL, MAS RELATIVO A OBTENÇÃO DE PARTE DO DIREITO LEGALMENTE ASSEGURADO, NÃO TRADUZ RENÚNCIA A ESTE DIREITO E, MUITO MENOS, EXTINÇÃO DA OBRIGAÇÃO. PRECEDENTE DO STJ.

III - RECURSO ESPECIAL CONHECIDO PELA DIVERGÊNCIA E PROVIDO.

3. DO PEDIDO

3.1 - DA TUTELA ANTECIPADA

A verossimilhança está mais do que comprovada face a presença de provas inequívocas que fazem parte deste caderno, visto que os documentos aqui comprovam que a Autora já recebeu a quantia estipulada pela Resolução CNSP 35/2000, e que a Requerente é beneficiária do Falecido.

Dispõe o inciso II do artigo 273 do CPC:

" Art. 273. O juiz poderá, a requerimento da parte, antecipar, total ou parcialmente, os efeitos da tutela pretendida no pedido inicial, desde que, existindo prova inequívoca, se convença da verossimilhança da alegação e:

II - fique caracterizado o abuso de direito de defesa ou manifesto propósito protelatório do réu." (grifo nosso)

Ex positis, requer inicialmente a Autora que Vossa Excelência, digne-se a conceder tutela antecipada, determinando que a promovida deposite neste juízo, conta poupança judicial no prazo de cinco (5) dias úteis a partir da citação, o valor correspondente a **5,8 (cinco vírgula oito) salários mínimos vigentes na época da efetivação da medida concedida**, valor esse, correspondente a diferença de salários, acrescido de juros e correção monetária, contados desde a citação, sob pena de multa diária de um (1) salário mínimo em favor da promovente.





06
P

3.2- DOS PEDIDOS FINAIS

a) Citar a Demandada, para querendo apresentar defesa no prazo legal. Requer ainda, que após a audiência de conciliação e não havendo composição, Vossa Excelência anuncie o julgamento antecipado da lide, conforme preceitua o art. 330 do CPC, por tratar-se a questão de mérito unicamente de direito.

b) Condenar a promovida no pagamento do valor remanescente a que têm direito, a autora, tudo corrigido monetariamente, utilizando-se como índice o INPC, desde a data da citação da presente demanda.

c) A Inversão do ônus da prova, ficando ao encargo da **REQUERIDA** a produção de todas as provas que se fizerem necessárias ao andamento do feito;

d) Julgar procedente a presente Ação em todos os seus termos.

e) Requer, outrossim, provar o alegado por todos os meios em direito admitidos, ulterior juntada de documentos.

Dá-se à causa o valor de **R\$ 2.204,00 (Dois mil, duzentos e quatro reais)**.

Termos em que
Pede Deferimento

Fortaleza, 24 de julho de 2007.


Katarina Costa Alencar
OAB/CE nº 17.657

Liana Clodes Bastos Furtado
OAB/CE 16.897





207

PROCURAÇÃO AD JUDICIA et EXTRA			
NOME DO OUTORGANTE	FRANCISCA GOMES DA SILVA		
ENDEREÇO	TRAVESSA SÃO MIGUEL, Nº 229, ALAGADIÇO NOVO		
CIDADE	UF	CEP	E-MAIL ☐
FORTALEZA	CE		
CPF	NACIONALIDADE	RG	
025.595.813-70	BRASILEIRA	550.862 SSP-CE	
FONE COMERCIAL	FONE RESIDENCIAL	CELULAR	
NASCIMENTO	ESTADO CIVIL	PROFISSÃO	
31/12/1943	VIÚVA	DO LAR	
OUTORGADOS: KÁTIA MARIA BASTOS FURTADO , brasileira, casada, advogada inscrita na OAB/CE sob o Nº 9.334, LIANA CLODES BASTOS FURTADO , brasileira, casada, advogada inscrita na OAB/CE sob o Nº 16897, KATARINA COSTA ALENCAR , brasileira, casada, inscrita na OAB/CE 17.657, todos estabelecidos na Av. Santos Dumont, nº 2789, sala 608, Bairro Aldeota, Ed. Torre San Carlo, Fortaleza – CE.			
PODERES: Os da cláusula "ad judicium", "extra judicium" e "ad negotia", para o foro em geral, bem como os especiais para confessar, transigir, desistir, firmar compromisso, receber e dar quitação, reconhecer a procedência do pedido sobre o qual se funda a ação, receber citação, além de praticar todos os atos estipulados no artigo 7º da Lei nº 8.906/94, podendo, inclusive, substabelecer, com ou sem reservas de iguais poderes. Os outorgados poderão agir "in solidum" ou separadamente.			
OBJETO: Representar o Outorgante nos autos da ação.			

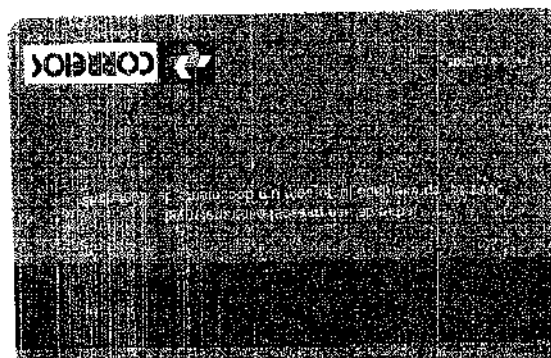
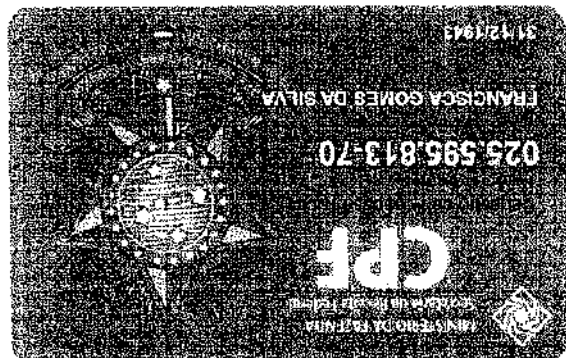
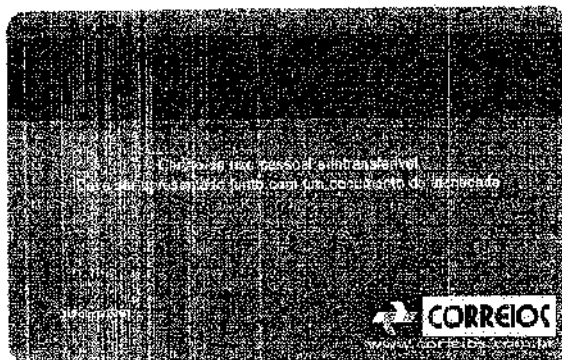
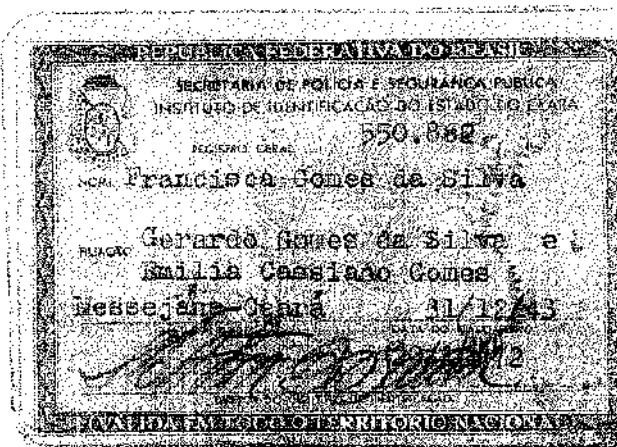
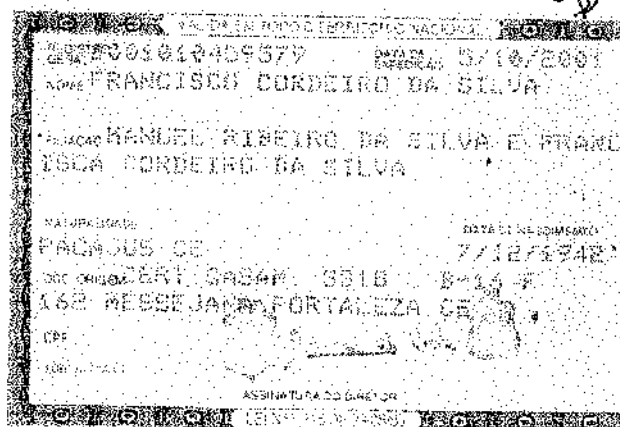
Fortaleza – CE, 01 de agosto de 2007.



OUTORGANTE









coelce

Companhia Energética do Ceará

Av. Brasil, 4500 - Fátima - CEP: 61130-900 - Fortaleza - CE
CNPJ: 06.940.881/0001-60

761588-4

Para agilizar seu atendimento, utilize o Nº
2011 sempre que entrar em contato conosco.

Indicadores de Continuidade

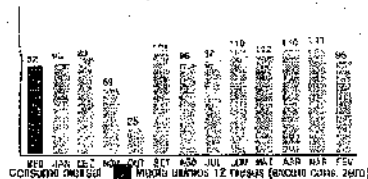
CONJUNTO	FORTALEZA SUL	MEG	NOV/2006
PADRÃO MENSAL INDIVIDUAL			
DIE	19,00	HCE	10,00
APURAÇÃO MENSAL INDIVIDUAL			
	1,12		1,12

Área Reservada ao Controle Fiscal

206A.7175.F622.8706.4189.7802.F125.4160

Composição de Valor do Consumo	Valor (R\$)
Energia	7,41
Transmissão	0,41
Distribuição	0,71
Encargos Setoriais	1,21
Tributos (ICMS, PIS e COFINS)	1,89
Total	19,73

Histórico de Consumo (Últimos 12 meses)



Nota Fiscal | Conta de Energia Elétrica | Grupo B | Série B.4 Nº 76060157

Rota 17 01260 06 030400 - B
Nome RAIMUNDO GOMES
End. Postal TR SAO MIGUEL 00229 - ALAGADICO NOVO - FORTALEZA
Medidor 5544955 0000 T54E

Data de Emissão: 26/01/2007

Dados da Unidade Consumidora

ENDEREÇO TR SAO MIGUEL 00229
CLASSE RESIDENCIAL MONOFASICO BAIXA RENDA
RG/CPF/CNPJ 48210642-49 CGF
FATOR DE POTÊNCIA 0,00

Informações sobre o faturamento do Consumo

LEITURA ATUAL	LEIT. ANTERIOR	CONST.	CONSUMO (kWh)	CONS. INCL.	CONS. FAT.	TARIFA (R\$/kWh)	VALOR (R\$)
20673	20478	1	95	0	00	0,13208	3,96
					50	0,22763	11,38
					15	0,22844	3,43
25/01/2007	27/12/2006	29 DIAS			95		18,77

ICMS

BASE DE CÁLCULO (R\$) ALÍQUOTA VALOR DO IMPOSTO MÊS DE REFERÊNCIA DATA APRESENTAÇÃO PREVISÃO PRÓX. LEITURA

ISENTO

JAN/2007 30/01/2007 26/02/2007

Descrição	Valor (R\$)
VR. CONSUMO DO MÊS PREÇO NORMAL	35,98
DESCONTO TARIFA SOCIAL BAIXA RENDA	-17,21
MULTA MORATORIA REF 12/2006	0,39
JUROS	0,04
ILUMINACAO PUBLICA MUNICIPAL	3,53
PIS-COFINS COMPLEMENTAR-TARIFA S. BAIXA RENDA	0,96
DOACAO STA CASA FORTALEZA-TEL 0800283222	5,00

206A.7175.F622.8706.4189.7802.F125.4160 71749 57/020947928

06/02/2007 28,69

Evite Acidentes

Evite empinar pipa próximo à rede elétrica.
Alfarras pode encostar na rede, provocar
curto-circuito e causar acidente grave.

Seu Direitos e Deveres

É seu dever informar as alterações da
situação existente na unidade consumidora
(comércio, residência, rural, serviços, etc).

Meio Ambiente

Ao visitar para um campo ou floresta, procure
sempre ajuda de guias locais, pois eles têm
conhecimento da área e sabem quais os locais
autorizados para visita.

Economize Energia

Instale a geladeira em local bem ventilado,
desconectada de paredes ou móveis,
longe de raios solares e fontes de calor,
como o fogão.

Atenção

Conforme Resolução ANEEL 485, de 29 de agosto de 2002, as auto
declarações em relação a COELCE para fins de benefício tarifa social
baixa renda, cujo consumo médio mensal está entre 80 e 220 kWh
mes, somente terão validade até 28 de fevereiro de 2007. Procure o
Gestor do Programa Bolsa Família em seu município para cadastrar-se

APÓS O VENCIMENTO, PAGUE SUA CONTA DE ENERGIA NAS FARMACIAS
PAGUE MENOS OU NÃO CHEGUE. PAGUE.

Consta desta fatura R\$ 1,99 referente a PIS e COFINS.
(Art. 9 Res. 100/2005 - ANEEL e leis n. 10.637/02 e 10.833/03)







FEDERAÇÃO NACIONAL DAS EMPRESAS DE
SEGUROS PRIVADOS E DE CAPITALIZAÇÃO
CONVÊNIO DO SEGURO DE DPVAT

PREZADO(A) SENHOR(A)

INFORMAMOS QUE CONSTA DE NOSSOS REGISTROS A ABERTURA DO
PEDIDO DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT ABAIXO DETALHADO:

SINISTRO N. - 2005/085418
DATA ACID. - 10/10/2004
VITIMA - FRANCISCO CORDEIRO DA SILVA
BENEFICIÁRIO - FRANCISCA GOMES DA SILVA
GARANTIA - MORTE
SEGURADORA - BRADESCO SEGUROS S/A
PROCURADOR - IZADORA MARIA LIMA DE ALBUQUERQUE

PARA ACOMPANHAR O ANDAMENTO DO PROCESSO, A CENTRAL DE
ATENDIMENTO DPVAT ESTÁ À DISPOSIÇÃO PELO TELEFONE 0800-
221204, DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA DAS 8H AS 20H E AOS
SABADOS DE 9H AS 15H. AO LIGAR, TENHA EM MÃOS ESTA
CARTA OU O NÚMERO DO SINISTRO INFORMADO ACIMA

FEDERAÇÃO NACIONAL DAS EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS
E DE CAPITALIZAÇÃO

CONVENIO DPVAT

ATENÇÃO:

NÃO É NECESSÁRIA A PARTICIPAÇÃO DE INTERMEDIÁRIO PARA
RECEBER A INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT. ACOMPANHE DE
PERTO O ANDAMENTO DE SEU PROCESSO.

@_M01







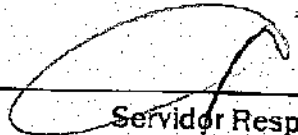
Poder Judiciário
Comarca de Fortaleza
12ª Unidade do Juizado Especial
RUA VISCONDE DE MAUÁ, 1940 - ALDEOTA
(Prédio da FIC - Faculdade Integrada do Ceará)

Processo nº. 55470/07

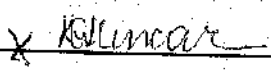
DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA

Fica designado o dia 22 de Outubro de 2007,
às 10.00 horas, para a AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO,
ficando de logo o(s) promoventes(s) intimado(s) da
referida data, conforme ciente abaixo.

Fortaleza, 26 de Setembro de 2007.



Servidor Responsável

X 

Promovente

CERTIDÃO

Certifico que nesta data expedi carta(s) de citação,
conforme cópia(s) que adiante segue(m). Dou fé.

Fortaleza, 05 de outubro de 2007.









PODER JUDICIÁRIO
Estado do Ceará
Comarca de Fortaleza
12ª. Unidade do Juizado Especial Cível e Criminal
Rua: Visconde de Mauá, nº 1940 – Aldeota.

CARTA DE CITAÇÃO

Fortaleza, 04 de OUTUBRO de 2007.

Processo n.º : 55.470/2007

Ação de ORDINÁRIA DE COBRANÇA C/ PEDIDO DE TUTELA

Promovente: FRANCISCA GOMES DA SILVA

Promovidos(as): BRADESCO SEGUROS S.A

Senhor(a) Promovido(a), levo ao vosso conhecimento que tem curso nesta Unidade Judiciária a ação com dados acima referidos, ficando V. Sª (a parte promovida) CITADO(A) do inteiro teor da petição inicial, cuja cópia segue anexa, bem como fica de logo INTIMADO(A) para comparecer à **AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO**, designada para o dia 22 de OUTUBRO de 2007, às 10:00 Horas, a ser realizada na sede deste Juizado, localizada na Rua Visconde de Mauá, 1940 – Aldeota (FIC), ficando, outrossim, ciente que terá de comparecer pessoalmente, podendo ser assistido por advogado. Tratando-se de pessoa jurídica ou titular de firma individual, poderá ser representado por preposto credenciado, através de autorização escrita do(a) promovido(a), para representá-lo(a). Esse documento deve ter firma reconhecida ou vir em papel timbrado da empresa/firma. O preposto tem todos os poderes, sem exceção alguma, que cabem ao(a) promovido(a). O não comparecimento à referida sessão acarretará a possibilidade de considerarem-se verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial e, conseqüentemente, o julgamento antecipado da lide.


Geysa Passos de Lima Souza
Diretora de Secretaria

IMO. SR. REPRESENTANTE LEGAL
BRADESCO SEGUROS S.A
AV. DES. MOREIRA, N: 1.250, ALDEOTA
FORTALEZA - CE, CEP -

“Válido somente com selo
de autenticidade”

AD 3443202







ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
12ª UNIDADE DO JUÍZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE FORTALEZA
Rua Visconde de Mauá, 1940 – Aldeota (FIC)

Processo nº : 55.470/07.

Ação: Cobrança

Promovente: Francisca Gomes da Silva

Promovido: Bradesco Seguros S/A

CERTIDÃO

Certifico que a audiência para hoje designada, às 10 00 horas, deixou de realizar-se em virtude da ausência do promovido, **Bradesco Seguros S/A**, não constando nos autos, até a presente data, a juntada do AR que comprove sua citação.

Certifico, ainda, que compareceu a promovente, **Sra. Francisca Gomes da Silva**, assistida por advogadas, **Dra. Liana Clodes Bastos Furtado, OAB/CE 16.897** e **Dra. Katarina Costa Alencar, OAB/CE 17.657**, que aguardarão a devolução do referido documento para tomar as devidas providências.

Com a juntada do AR aos autos, caso a parte promovida tenha sido devidamente citada, que seja decretada a revelia pelo MM. Juiz.

Aguarde-se o aviso de recebimento.

Fortaleza, 22 de outubro de 2007.

CONCILIADORA:

Promovente:

Advs. promovente:



U. J. C. C. 12ª

JUNTADA

Faco junta de a estes autos AR

que se finda ao Regio. _____ (com ou sem)

circunstancia(s) anexa(s).

Fez-se em 25 de 02 de 2004

Dany
Dany de Oliveira



AR

15

Rip. Legal de Bradesco Seguros S/A

Ar. Des. Moreira, 1250 Aldeota

Fortaleza

Proc. 55.470/07 - Conc. 22.10

às 10h

15:40

17/10/07

X

0000 2122390

Classe

Caráter

100718

CDT PRAIA / ESCRITÓRIO

11/7 OUT/2007

DRICE

010.080.012.15





JOÃO BARBOSA Advogados Associados

João Barbosa
Henrique A. F. Motta
Fabio João Saito
Pedro Henrique Bandeira Sousa
Daniela Usiglio Pereira
Karoline Malafaia da Silva
Claudia Rodrigues Moia
Rachel Miranda Rosenberg
Daniela Raposo de Souza
Jose Paulo Ribeiro Martins
Fabiana Costa Maranhão

EXMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 12ª UNIDADE DO JUIZADO
ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE FORTALEZA / CE.

Processo n.º 55.470/2007

BRDESCO SEGUROS S/A, empresa seguradora com sede à Avenida Paulista nº 1.415 - parte, Bela Vista - São Paulo - SP, inscrita no CNPJ sob o nº 33.055.146/0001-93, neste ato representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **FRANCISCA GOMES DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem, mui respeitosamente, à presença de V. Exa., com fulcro nos artigos 30 e seguintes da Lei nº 9.099/95, e, demais cominações legais pertinentes à espécie, apresentar sua

C O N T E S T A Ç Ã O

consoante as razões de fato e de direito que passa a expor:

DOS FATOS

Alega a Autora em sua peça vestibular que seu ente querido, **FRANCISCO CORDEIRO DA SILVA**, foi vítima fatal de acidente automobilístico ocorrido em 10/10/2004.

A Autora alega, em sua peça vestibular, que de posse de todos os documentos necessários à regulação do sinistro, realizou o pedido administrativo referente ao valor da indenização correspondente ao Seguro Obrigatório de Veículos - DPVAT,





17

junto à Ré, assim lhe foi paga a quantia de R\$ 10.300,00 (Dez mil e trezentos reais) e não R\$ 10.260,86 (Dez mil duzentos e sessenta reais e oitenta e seis centavos), conforme alega na peça vestibular.

Conforme inequivocamente comprovado através do MEGADATA que ora se junta, que a própria Autora da presente demanda, recebeu desta Contestante a verba indenizatória do Seguro DPVAT na data de 01/08/2005, no importe de R\$ 10.300,00 (Dez mil e trezentos reais), equivalente à 34,33 salários mínimos, valor este muito superior ao disposto na alínea "a" do artigo 3º da Lei n.º 6.194/74.

O documento trazido à colação, qual seja, o MEGADATA, comprova cabalmente que o sinistro noticiado no qual a vítima FRANCISCO CORDEIRO DA SILVA, infelizmente veio a falecer, já foi objeto de análise e pagamento de sinistro pela Ré, não havendo qualquer complementação a ser realizada, sendo absolutamente certo que a Autora deliberadamente alterara a verdade dos fatos no intuito de ludibriar o atento Juízo e enriquecer ilicitamente às expensas da Ré, incorrendo no disposto dos artigos 17 e 18 da Lei Adjetiva Civil.

Desta forma, temos que o pedido contido na peça vestibular é descabido e absurdo, pois já houve o pagamento da referida indenização, a própria Autora da presente demanda.

Ante tal informação, prosseguimos arguindo preliminares.

PRELIMINARMENTE

REVELIA - EFEITOS - PRECLUSÃO DA MATÉRIA FÁTICA E NÃO DA QUESTÃO JURÍDICA

A REVELIA não implica, necessariamente, na procedência da ação. Quando ela ocorre, apenas a matéria fática se presume verdadeira. Este é o princípio estampado no artigo 319 do CPC, quando diz que "reputar-se-ão verdadeiros os fatos afirmados pelo autor".

Porque apenas os fatos são reputados verdadeiros, ao Juiz compete adequá-los ao direito, para ver se daí emerge a procedência da ação. Isto porque:

"o nosso direito prestigiu os princípios do "jura novit curia" e do "da mihi factum, dabo tibi jus". Isso significa que a qualificação jurídica dada aos fatos narrados pelo autor





não é essencial para o sucesso da ação. Tanto que o juiz pode conferir aos fatos qualificação jurídica diversa da atribuída pelo autor" (RSTJ 111/139, citada por Theotonio Negrão in Código de Processo Civil - 32ª edição - ano 2001 - pág. 370).

Portanto, mesmo diante da revelia, o juiz deve apreciar não só as questões que lhe cabe conhecer de ofício (por exemplo, artigos 13, 113, 219 § 5º, do CPC), como também a matéria jurídica não compulsória articulada pelo autor, com o propósito de avaliar se sua qualificação é adequada à pretensão.

A esse respeito, comporta trazer à lide a lição do mestre Vicente Greco Filho (Direito Processual Civil Brasileiro, 2º volume):

"A presunção de veracidade decorrente da revelia não é absoluta. Se há elementos nos autos que levem a conclusão contrária, não está o juiz obrigado a decidir em favor do pedido do autor. Na prática, o que ocorre é que a falta de contestação e a consequente confissão ficta esgotam o tema probatório, de modo que, de regra, a consequência é a sentença favorável ao demandante.

Não está, porém, excluída a hipótese da existência de outros elementos que levam à convicção contrária, daí se dizer que a presunção do art. 319 é relativa e não absoluta, tudo em consonância com o princípio da livre apreciação da prova e da persuasão racional (art. 131).

É necessário, ainda, observar que, conquanto presumidos os fatos em virtude da revelia, continua o juiz com a liberdade e responsabilidade de aplicar a eles a correta norma legal. Dos fatos alegados nem sempre decorrem as consequências jurídicas pretendidas, de modo que, nesse aspecto, a revelia nenhum efeito produz, porque de exclusiva atribuição do juiz, segundo o princípio *iura novit curia* (o juiz conhece o direito) ou da *mihi factum, dabo tibi jus* (dá-me os fatos que te darei o direito)."





19

Este é também o entendimento prevalecente em nossos Tribunais, consoante se constata pelos julgamentos a seguir aludidos:

"Em alguns casos, todavia, como naqueles em que ausente alguma das condições da ação ou haja evidente falta de direito, o não oferecimento oportuno da contestação não importa na procedência do pedido. É da melhor doutrina que 'não está no espírito da lei obrigar o juiz a abdicar de sua racionalidade e julgar contra a evidência, ainda que esta lhe tenha passado despercebida'. [STJ-4ª Turma, Al 123.413-PR- AgRg, rel. Min. Sálvio de Figueiredo, j. 26.2.97, negaram provimento, v.u., DJU 24.3.97, p. 9.037].

"Se o réu não contestar a ação, devem ser reputados verdadeiros os fatos afirmados pelo autor. Todavia, o juiz, apreciando as provas dos autos, poderá mitigar a aplicação do art. 319 do Cód. de Proc. Civil, julgando a causa de acordo com o seu livre convencimento." (RF 293/244).

"A falta de contestação conduz a que se tenham como verdadeiros os fatos alegados pelo autor. Não, entretanto, a que necessariamente deva ser julgada procedente a ação. Isso pode não ocorrer, seja em virtude de os fatos não conduzirem às consequências jurídicas pretendidas, seja por evidenciar-se existir algum, não cogitado na inicial, a obstar que aquelas se verifiquem." (STJ-3ª Turma, RESP 14.987-CE, rel. Min. Eduardo Ribeiro, j. 10.12.91, deram provimento, v.u., DJU 17.2.92, p. 1.377).

"O efeito da revelia não induz procedência do pedido e nem afasta o exame de circunstâncias capazes de qualificar os fatos fictamente comprovados." (RSTJ 53/335).

"A presunção de veracidade dos fatos alegados pelo autor em face à revelia do réu é relativa, podendo ceder a outras circunstâncias constantes dos autos, de acordo com o princípio do livre convencimento do juiz." (STJ-4ª Turma, RESP 47.107-MT, rel. Min. César Rocha, j. 19.6.97, deram provimento parcial, v.u., DJU 8.9.97, p. 42.504).

Conforme se constata, a lei, a doutrina e a jurisprudência são coerentes a respeito de o efeito preclusivo da revelia atingir





tão somente a matéria fática, não alcançando a questão jurídica.

É preciso salientar, em reforço, que a lei permite o ingresso do revel no processo em qualquer fase, obviamente para deduzir matéria jurídica oponente à pretensão do autor (CPC, art. 322, parte final). Essa matéria o revel tem o direito de ver analisada na decisão do feito, sob pena de a sentença não observar a regra integral do art. 458 da Lei Adjetiva Civil.

DO DESCABIMENTO DA ANTECIPAÇÃO DA TUTELA

A antecipação da tutela tem sua previsão legal no art. 273 do CPC, com as alterações introduzidas pela lei nº 10.444/01, vigente a partir de 08.08.2002. Referido artigo compõe-se do caput, dois incisos e seis parágrafos, de pleno conhecimento de V.Exa.

O regramento legal indica, em primeiro lugar, que a tutela não pode ser antecipada de ofício. Precisa ser requerida pela parte. Em seguida, o caput da norma trata da **verossimilhança da alegação** da autora (*fumus boni iuris*), da qual exige prova **inequívoca**. Além disso, a concessão exige **mais** um dos pressupostos contidos nos incisos I e II, o primeiro deles referente ao *periculum in mora* ("fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação") e o segundo no abuso de defesa ou manifesto propósito protelatório do réu (situação semelhante ao dano processual tratado no art. 17, I, do CPC, cuja caracterização é exigida rigorosamente).

Constata-se que não basta a presença de **apenas** um dos pressupostos. O do caput (*fumus boni iuris*) tem que ser **concomitante** com um dos dois incisos (*periculum in mora*) ou abuso de defesa. A jurisprudência é serena e pacífica quanto a isso. Vejam-se estes exemplos:

"A decisão de antecipar a tutela haverá de mostrar que, além de presente um dos requisitos dos itens I e II do art. 273 do CPC, havia razões suficientes, **baseadas em prova inequívoca** (grifamos), capazes de convencer da verossimilhança da alegação. O **não atendimento a essa exigência conduz à nulidade**" (idem). (STJ-3ª Turma, REsp 162.700-MT).

"Ainda que possível, em casos excepcionais, o deferimento liminar da tutela antecipada, **não se dispensa o preenchimento dos requisitos**





22

legais (grifamos), assim a 'prova inequívoca', a 'verossimilhança da alegação', o 'fundado receio de dano irreparável, o 'abuso de direito de defesa ou manifesto propósito protelatório do réu', ademais da verificação da existência de 'perigo de irreversibilidade do provimento antecipado', **tudo em despacho fundamentado de modo claro e preciso** (grifamos). O despacho que defere liminarmente a antecipação da tutela com apoio, apenas, na demonstração do 'fumus boni juris' e do 'periculum in mora' **malfez a disciplina do art. 273 do CPC** (grifamos), à medida que deixa de lado os rigorosos requisitos impostos pelo legislador para a salutar inovação trazida pela Lei 8.952/94" (STJ-3ª Turma - RESP 131.853-SC).

"1. O instituto da antecipação da tutela (art. 273, CPC) deve ser homenageado pelo juiz quando os pressupostos essenciais exigidos para a sua concessão se tornarem presentes, mesmo que a parte requerida seja a Fazenda Pública.

2. Prova inequívoca é aquela a respeito da qual não mais se admite qualquer discussão (grifamos).

3. Simples alegação feita por contribuinte de que recolheu contribuições previdenciárias, conforme DARF's apresentadas, não se constitui prova inequívoca enquanto não existir pronunciamento administrativo fiscal reconhecendo a liquidez e a certeza dos valores lançados ou pronunciamento judicial.

4. A simples demora na solução da demanda não pode, de modo genérico, ser considerada como caracterização da existência de fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação, salvo em situações excepcionais.

5. A execução da tutela antecipada há de se fazer com base nos mesmos princípios legais reguladores para a execução provisória: não se transfere o domínio do bem.

6. Tutela antecipada concedida para compensar contribuições previdenciárias que se revoga,





face à ausência dos pressupostos fundamentais para que possa prosperar.

7. Recurso provido".

{STJ - 1ª Turma - Resp 113.368-PR - Inteiro teor em anexo}.

Com todo o respeito, o pedido constante na peça vestibular **não demonstra a prova inequívoca**, não se detém na verificação da existência de "perigo de irreversibilidade do provimento antecipado". Além disso, não há a indispensável concomitância de pressupostos, **o que fulmina a decisão de nulidade, eis que malfeire a disciplina do art. 273 do CPC.**

Permissa máxima venia, não procede nenhum dos argumentos da parte Autoral, principalmente porque não discorre sequer quanto *fumus bonis iuris* e o *periculum in mora*.

Ressalte-se quanto ao *periculum in mora*, que a ora Contestante é uma empresa sólida, respeitada no meio securitário e possui todos os meios para suportar uma improvável condenação. Desta forma, não há qualquer perigo quanto a satisfação de crédito na hipótese de remota condenação.

Outrossim, quanto ao *fumus bonis iuris*, restará claramente comprovada a improcedência do pedido Autoral no corpo da peça de bloqueio, tendo em vista a plena validade da quitação outorgada no recibo de pagamento. Assim a fumaça do bom direito será discutida nos autos, ou seja, a ora Contestante utiliza-se de princípios Constitucionais, qual seja, o direito garantido da ampla defesa e do contraditório, devendo V.Exa., analisar as argumentações suscitadas para a aplicação da boa e esperada Justiça!!!

Assim, não deve a ora Contestante ser compelida a efetuar o pagamento antecipado, por total falta dos pressupostos concedentes da tutela antecipada.

Data venia, na hipótese de acolhimento da antecipação da tutela fundada em argumentos improcedentes, como visto, o que não se admite nem mesmo em processo executivo, no qual o devedor de obrigação líquida e certa, constante do título executivo, tem o direito de indicar o bem a ser penhorado, e a constrição só recai sobre dinheiro em situações muito especiais.

Na verdade, a concessão da tutela **"não antecipa simplesmente a sentença de mérito. Antecipa, sim, a própria execução dessa sentença, que, por si só, não produziria os efeitos que**





irradiam da tutela antecipada". (Resp 112.111-PR - Inteiro teor em anexo).

Diante da profunda consequência que tem o provimento da tutela, lei e a jurisprudência revestem de salutar precaução as condições imprescindíveis à sua concessão. Observe-se que o REsp 112.111-PR trata de uma ação em que a sentença já tinha sido proferida, confirmando as tutelas concedidas, baseadas no que, aliás, o Min. Relator votou pelo não provimento do recurso. O voto de vista contrariou fundamentalmente o voto do Min. Relator, e o REsp veio a ser julgado procedente, "*porque não há relação de continência entre a tutela antecipada e a sentença de mérito*"..."*de outro modo, a parte não teria recurso relativamente à tutela antecipada*". "*Subsistente a tutela antecipada, deve ela ser cassada nos termos da jurisprudência da Turma*", conclui o voto de vista vencedor.

No caso, verifica-se que a autora, que não tem título executivo, obteve liminarmente, o que ao credor, que ajuíza uma execução, porque já é titular de título executivo, **não se concede!**

No seguro obrigatório DPVAT, o pagamento da indenização exige um procedimento, denominado "*regulação de sinistro*", que consiste na apreciação e crítica de todas as situações fáticas e documentais, o mesmo acontecendo com o processo judicial, que deve ser precedido de fase instrutória com ampla oportunidade de contraditório.

O seguro obrigatório DPVAT não carrega consigo os pressupostos de liquidez e da certeza prévia. Não se traduz em crédito previamente líquidos e certos, incondicionados, eis que suscetível de muitas variantes e controvérsias, quer no que concerne à sua própria cobertura, quer ao nexo causal com o acidente de trânsito; legitimidade do beneficiário do seguro, *quantum* indenizável etc. O seguro DPVAT não reúne os matizes da liquidez, certeza e exigibilidade, imprescindíveis à concessão da tutela antecipada.

A tutela antecipada autorizada pelo comentado art. 273 do CPC tem por escopo a satisfação do direito subjetivo da autora, de modo a evitar o risco da sua inutilização e, em decorrência, o provimento judicial definitivo poderia restar frustrado.

Em absoluto, essa não é a hipótese dos autos, eis que:

a - não há prova inequívoca da verossimilhança do direito da autora, posto que a postulação indenizatória do seguro DPVAT é passível de controvérsia e do contraditório;





24

b - não há qualquer receio de dano irreparável ou de difícil reparação, pois, se eventualmente condenada irrecorivelmente, a ré tem condição financeira para prover sua obrigação;

c - não há abuso de direito de defesa, porque a pretensão da autora não encontra amparo na legislação aplicável ao fato que seria gerador da obrigação da ré. Inexiste qualquer evidência de resistência absurda ao direito da autora;

d - há, isto sim, perigo em potencial de irreversibilidade do provimento, o que se deduz de simples análise da situação econômico-financeira da parte Autoral.

Por isso, como já dito, o pedido de antecipação da tutela não se reveste dos pressupostos deferidores da sua concessão, previstos no art. 273 do CPC.

Acrescente-se que não assiste razão à parte autoral nem quanto ao recebimento do valor postulado, conforme será demonstrado no curso desta contestação.

Por tais razões, a ré requer que seja indeferido o pedido de tutela antecipada, como demonstrado no REsp 112.111-PR, antes comentada, haja vista que o pedido encontra-se em desacordo com a previsão legal pertinente e com a jurisprudência pátria, contraria também toda a sistemática processual.

DA IMPOSSIBILIDADE DE INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA

Acerca da comprovação das alegações, importa destacar o disposto no art. 333, I do CPC acerca da incumbência de produção de provas:

"Art. 333. O ônus da prova incumbe:
I - ao autor, quanto ao fato constitutivo
do seu direito"

Urge mencionar, ainda, que mostra-se totalmente descabida a inversão do ônus da prova contida no art. 6º, VIII, porquanto não passa de mera exceção à regra supra mencionada (art. 333, CPC), e se aplica, **exclusivamente**, na hipótese de consumidor hipossuficiente, e com relação à vícios do produto ou do serviço.

É pleno de logicidade que a inversão do ônus da prova, característica do Código de Defesa do Consumidor, não encontra guarida no caso sub judice.

Assim, o ônus da prova caberá integralmente à Demandante, ademais, temos que esta não possui qualquer contrato com a ora





Demandada, não podendo ser confundida como consumidora, não havendo qualquer relação de consumo entre as partes litigantes, e, em consequência caracterizando a inaplicabilidade da inversão do ônus da prova, característica do Código de Defesa do Consumidor.

Desta forma, restando descaracterizada a aplicação do referido diploma legal, e ruindo por completo tal fundamentação, prossegue a Ré com suas considerações.

**EXTINÇÃO DO FEITO - CARÊNCIA DE AÇÃO
FALTA DE INTERESSE DE AGIR**

Conforme aduzido pela própria Autora na exordial, a Ré já **efetuiu** o pagamento da indenização relativa ao sinistro em questão.

Como um ato jurídico perfeito, a quitação teria de ser previamente desconstituída pela Autora através da propositura da correspondente ação anulatória, na qual a mesma poderia alegar a ocorrência de vício de manifestação de vontade. Ocorre que a Autora jamais requereu a anulação da quitação, muito menos argüiu, ainda que superficialmente, a ocorrência de simulação, dolo, coação ou falsidade.

De fato, para que fossem afastados os efeitos extintivos da quitação, teria o subscritor do referido recibo de haver suscitado a ocorrência de simulação, dolo ou coação, o que é mais importante, por meio da competente ação anulatória do ato jurídico pretensamente inquinado do suposto vício de consentimento.

Isto porque, é fato notório, que as nulidades a que se refere o art. 171 do Novo Código Civil não têm efeito antes de declaradas por sentença e não se pronunciam de ofício (conforme art. 168 do mesmo código), somente podendo ser alegadas por aqueles que a aproveitam, e estando sujeita a manifestação do Juízo a um requerimento prévio e expresso dos eventuais interessados. Não obstante, a Autora não formulou pedido algum de anulação do ato jurídico liberatório, cuja validade é PRESUMIDA e somente poderia ser desconstituída por SENTENÇA!

Desta feita, haja vista que, ao decidir a lide, é vedado ao Juiz proferir sentença de natureza diversa da pedida pela Autora (ref. art. 460, do Código de Processo Civil), bem como que nenhum pedido foi expressamente feito no sentido de que a quitação fosse declarada nula em virtude de um defeito ou vício de consentimento, infere-se que o ato jurídico liberatório deve ser, por conseguinte, tido como inteiramente





válido, o que conduz à decretação da extinção do presente feito por carência do direito de ação.

E, como a quitação permanece válida em todos os seus termos, os devedores estão exonerados de toda e qualquer responsabilidade pela obrigação contraída pelas as partes! Afinal, a eficácia da quitação e os seus efeitos jurídicos liberatórios constituem uma presunção *juris tantum*, que, à luz do acima exposto, somente poderia ser afastada mediante prova irretorquível da ocorrência de vício de consentimento.

Assim, aliás, preceitua o nosso Código Comercial, no seu artigo 435, *verbis*:

"Art. 435. Passando-se quitação geral a uma administração, não há lugar a reclamação alguma contra esta; salvo provando-se erro de conta, dolo ou fraude." (n.g.)

Neste sentido, leciona o eminente civilista CARVALHO SANTOS¹:

"(...) é preciso dar à transação toda extensão que comportar, por isso que, visando as partes com ela comprar a sua tranqüilidade, não se concebe que o litígio não ficasse definitivamente ultimado. Nem se compreenderia, muito menos, que a pretexto algum, pudesse uma das partes fazê-lo reviver, mesmo um simples detalhe, perturbando o sossego que a outra tinha procurado assegurar por meio da transação." (g.n.)

Por sua vez, a Jurisprudência também já se manifestou a esse respeito, tendo o Egrégio Supremo Tribunal Federal decidido que:

"se as partes desavindas, por meio de documentos hábeis, delimitaram os interesses em controvérsia e firmaram documento de transação, esse ato jurídico complexo envolve-se para as partes e para todas as questões versadas com a força de coisa julgada, só rescindível por dolo, violência ou erro essencial, conforme o artigo 1.030, do Código Civil. E também, se na transação as partes não tornaram expresso que excluía dela uma dada questão, esta questão não pode a vir a ser questionada em juízo, primeiro porque obrigada

¹ "Código Civil Brasileiro Interpretado", nota ao art. 1.027- não alterado substancialmente pelo Novo Código Civil.





27
928

pelos efeitos de coisa julgada da transação (artigo 1.030, do CC) e segundo por efeito do princípio da indivisibilidade da transação (art. 1.026, do CC)" (RE nº 93.861-3/RJ- 1ª Turma, DJU 18/12/81 - Rel. Min. Clóvis Ramalhete).

Na hipótese dos autos nada fez a Seguradora para constranger a Autora a celebrar acordo. Limitou-se a disponibilizar-lhe o valor que era o devido e, uma vez que este foi aceito pela Autora, efetuou de pronto o pagamento da importância convencionada.

Desta maneira, resta evidente que a parte Autoral não possui interesse de agir, pois já transigiu relativamente ao valor das verbas indenizatórias devidas pela Ré, nada havendo requerido ou alegado quanto à ocorrência de um vício do consentimento, de sorte que o feito deve ser **julgado extinto sem julgamento de mérito**, o que se requer com fundamento nos arts. 3º e 267, inciso VI, do Código de Processo Civil.

NO MÉRITO

Sem embargo da preliminar suscitada vem a Ré, em homenagem ao princípio da eventualidade debater o mérito da demanda.

DA COMPETÊNCIA DO CNSP PARA BAIXAR INSTRUÇÕES E EXPEDIR CIRCULARES RELATIVAS À REGULAMENTAÇÃO DAS OPERAÇÕES DE SEGURO

Inicialmente, cumpre ressaltar que o valor pago a Autora a título de indenização referente ao seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres, ou por sua carga, a pessoas transportadas, ou não - DPVAT foi efetuado em total consonância à Lei, não havendo qualquer embasamento jurídico que autorize a pretensão da Autora de receber complementação indenizatória, a qual caracteriza tentativa de enriquecimento sem causa.

A modalidade do seguro DPVAT possui as seguintes garantias: morte, invalidez permanente total ou parcial por acidente e despesas de assistência médica e suplementares.

Importante ressaltar que a atividade seguradora é fiscalizada pela SUSEP - SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS, entidade autárquica normatizadora e fiscalizadora da atividade securitária.

Com efeito, a atividade seguradora sofre forte intervenção estatal, de forma que as cláusulas contratadas não são





estipuladas ao livre arbítrio das seguradoras. Ao contrário, são fixadas pela SUSEP no exercício da competência que lhe confere o artigo 36, "b" do Decreto-Lei nº 73/66 (que dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de seguros e resseguros e dá outras providências) confere à SUSEP a prerrogativa de "baixar instruções e expedir circulares relativas a regulamentação das operações de seguro, de acordo com as diretrizes do CNSP".

Por meio do art. 6º do referido Decreto-Lei o Governo Federal delegou ao CNSP e SUSEP a regulamentação das operações de seguro.

Instituído pela Lei nº 6.194/74, que no art. 12 previu que "O Conselho Nacional de Seguros Privados expedirá normas disciplinadoras e tarifas que atendam ao disposto nesta Lei", o Seguro DPVAT teve sua disciplina assentada na Resolução CNSP nº 1/75, a qual aprovou suas normas disciplinadoras.

Destarte, o que a Autora pretende é usar a máquina do Judiciário para locupletar-se ilicitamente, vez que, além de já ter recebido a indenização, deram plena, rasa, geral, total e irrevogável quitação à Ré, agindo de forma contrária à Lei ao propor a presente demanda.

DA IMPOSSIBILIDADE DE SE VINCULAR A INDENIZAÇÃO AO SALÁRIO MÍNIMO

Quanto ao preceito contido no artigo 3º, alínea "a", da Lei nº 6.194/74, o qual estabelece o valor da indenização até 40 salários mínimos, esclarece a Ré que dita norma foi revogada pelas Leis nº 6.205/75 e 6.423/77, as quais, expressamente, proibem a vinculação e a correção baseada no salário mínimo.

Merece destaque a redação do art. 1º da Lei nº 6.205/75, assinale-se, EDITADA POSTERIORMENTE à Lei nº 6.194/74, e que veda a adoção do salário mínimo como base de cálculo:

"Art. 1º. Os valores monetários fixados com base no salário mínimo não serão considerados para quaisquer fins de direito".

Outrossim, inciso IV do art. 7º da Constituição Federal de 1988 igualmente proíbe a vinculação do salário mínimo para qualquer fim:

"Art. 7º.
(...)"





IV - Salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim."

Em suma, o controvertido artigo 3º, inciso "a", da Lei nº 6.194/74 sequer foi recepcionado pela CRFB/88.

Tal debate já foi objeto inclusive de julgamento pelo Superior Tribunal de Justiça que apreciando e julgando o Recurso Especial nº 4.394/SP (acórdão publicado no DJU de 03.12.90) manifestou entendimento desfavorável à pretendida vinculação do salário mínimo para efeito de pagamento do seguro DPVAT. Vejamos:

"SEGURO OBRIGATÓRIO. VALOR DA INDENIZAÇÃO. PRETENSÃO A QUE O VALOR SEJA FIXADO COM BASE NO SALÁRIO MÍNIMO. IMPOSSIBILIDADE, DIANTE DA LEI N. 6205/75, QUE DESCONSIDEROU, PARA QUAISQUER FINS, OS VALORES MONETÁRIOS FIXADOS COM BASE NO SALÁRIO MÍNIMO. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO."

(Rel. Min. Nilson Naves, Terceira Turma, RSTJ v. 23, p. 294) (n.g.)

Certo é, portanto, o artigo 3º, alínea "a", da Lei nº 6.194/74 não se aplica à hipótese vertente, seja porque não está mais em vigor, seja porque não foi recepcionado pela Carta Constitucional vigente.

Assim não há que se cogitar de indenização no valor equivalente a 40 (quarenta) salários mínimos para pagamento do seguro DPVAT.

Com efeito, o valor da indenização é aquele determinado por meio de cálculos atuariais pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, órgão integrante do Ministério da Fazenda, valor este fixado em tabela que foi inteiramente respeitada pela Ré ao efetuar o pagamento da indenização.

Portanto, resta claro que a Seguradora Ré efetuou, corretamente, o pagamento da indenização a Autora, não havendo qualquer complementação indenizatória a pagar, motivo pelo qual requer-se a improcedência do pedido inicial.





30

**DA AMEAÇA DE VIOLAÇÃO AO DIREITO DE PROPRIEDADE E AO PRINCÍPIO
DO DEVIDO PROCESSO LEGAL**

Ademais, acresça-se que os prêmios e as indenizações do seguro obrigatório DPVAT são sempre calculados tendo em vista a expectativa provável de sinistros a ocorrer no curso do exercício a que os mesmos se referem. Ou seja, à semelhança dos demais seguros em geral, o prêmio e a indenização do seguro obrigatório também são calculados com base em critérios estatísticos e atuariais, proporcionalmente à estimativa de sinistros passíveis de ocorrer durante o período de cobertura securitária correspondente.

Como o DPVAT tem base tipicamente atuarial, não se pode ignorar que o cálculo do valor do prêmio e da indenização levam necessariamente em conta a dimensão e a intensidade do risco assumido pela Seguradora. Assim, quando do cálculo do prêmio e da indenização referente ao exercício do ano em que ocorreu o presente sinistro foi considerada a extensão do risco que a Seguradora teria de suportar na vigência daquele período, à vista da legislação em vigor à época do seu começo.

Isto quer dizer que, para o ano em que ocorreu o presente sinistro, o prêmio e a indenização do seguro obrigatório foram calculados atuarialmente tendo por parâmetro a extensão de cobertura estimada para o exercício a que se referia.

Dúvida não há, portanto, de que o prêmio e a indenização do seguro obrigatório, como já dito, são calculados com base nos mesmos critérios estatísticos e atuariais aplicáveis aos demais seguros em geral. Ou seja, o valor do prêmio guarda estreita relação com a extensão do risco assumido pela Seguradora. A razão desta assertiva é simples: baseia-se o seguro na pulverização dos riscos a que os Segurados encontram-se sujeitos, de maneira que o prejuízo suportado por alguns deles venha a ser repartido entre todos. Não é correto, pois, tecnicamente, dizer-se que, no seguro, o risco é "transferido" à Seguradora; na verdade, o que a Seguradora faz é dividir, "pulverizar" as consequências patrimoniais decorrentes do implemento do risco entre os Segurados, recolhendo junto a estes o valor do prêmio com o qual formará o fundo necessário ao pagamento das indenizações.

No seguro obrigatório também é assim. O cálculo do valor do prêmio e da indenização do seguro relativo ao exercício do ano em que ocorreu o presente sinistro foi feito com lastro nos limites de responsabilidade que então se vislumbrava como





31

sendo imputáveis à Seguradora à luz da legislação em vigor. Ressalte-se que a aferição atuarial foi realizada não pelas Seguradoras, mas por órgão dotado de ampla capacidade técnica e legítima competência para tanto - o CNSP, que é quem define os valores das indenizações para cada exercício.

Enfim, a cogitada validade e aplicabilidade do artigo 3º da Lei nº 6.194/74, que, repita-se, foi revogado pelas Leis nº 6.205/75 e 6.423/77, ensejaria um desequilíbrio econômico e atuarial extremamente nocivo para as Seguradoras na medida em que o prêmio do seguro exigido dos proprietários de automóveis não incorporou em seu valor a fração correspondente à estimativa de indenizações fixadas em salários mínimos.

É patente, portanto, o intento da Autora de violar o direito de propriedade, igualmente assegurado a todos pelo art. 170 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Como decorrência, há flagrante tentativa de violação aos incisos II e IV, do art. 170, da Constituição, que tutelam a propriedade privada e a livre concorrência, respectivamente. Afinal, a prosperar a tese sustentada pela Autora, estarão todas as Seguradoras, de um lado, sendo indevidamente privadas da propriedade de seus bens, na medida em que terão de utilizar recursos próprios, sem direito a remuneração de nenhuma espécie, para arcar com as indenizações devidas aos beneficiários lastreadas em salários mínimos, e, de outro lado, estarão as Seguradoras que operam no seguro DPVAT sendo colocadas em flagrante desvantagem econômica em relação às demais, posto que estas últimas não serão constrangidas ao desembolso de igual quantia e, conseqüentemente, estarão ganhando em competitividade comparativamente àquelas outras.

E não se trata de ponderar entre o direito de assistência às vítimas e o direito de lucro das Seguradoras. Trata-se, isto sim, de invadir e confiscar-se o patrimônio das Seguradoras para a efetivação de indenizações cujos valores encontram-se em texto de Lei devidamente revogado pelas Leis nº 6.205/75 e 6.423/77.

Ademais, é cediço que no seguro obrigatório as normas editadas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP delimitam e prefixam a margem de resultados das Seguradoras, de maneira que não é correto dizer-se que, ao defenderem a não aplicabilidade do artigo 3º da Lei nº 6.194/74, estariam as Seguradoras vislumbrando um aumento da sua margem de lucros; afinal, estes, como visto, confinam-se nos percentuais estabelecidos pelo CNSP.

E, de mais a mais, também não se pode deixar de lado o comentário de que a aplicação do suso aludido artigo, com escopo nitidamente confiscatório do patrimônio das





32

Seguradoras, visando a compeli-las a arcarem com um "plus" na verba indenizável, pela qual não receberam o respectivo prêmio, ofende o princípio do devido processo legal, na sua concepção material ou substantiva, agasalhada pelo texto constitucional.

De fato, a nossa Constituição atual, inovando em relação às anteriores, consagrou, de maneira expressa, o princípio do devido processo legal. Este princípio pode ser compreendido sob duas óticas distintas: de um lado, como garantia de ordem processual, que objetiva assegurar a paridade total de condições entre os litigantes nos processos em geral, judiciais e administrativos; de outro, como garantia de fundo, com o fito de servir ao controle da edição de leis, atos ou decisões arbitrárias, despidas de razoabilidade.

Dai que também este dispositivo, o art. 5º, inciso LIV, se quedaria violado com a aplicação de artigo de Lei devidamente revogado. Afinal, exigir-se que as Seguradoras indenizem sinistros sem perceber a remuneração equivalente nada mais significaria que impor-lhes uma medida claramente irrazoável e desproporcional aos objetivos almejados pelo Estado, isso porque qualquer limitação da liberdade de iniciativa econômica decorrente do exercício do poder de polícia e de direção e intervenção do Estado na economia deve necessariamente ter um fundamento racional e não pode suprimir os meios de subsistência econômica de uma sociedade com fins lucrativos.

Ora, como visto, em qualquer ramo de seguro - e o DPVAT, a despeito de ser obrigatório, não configura uma exceção -, deve haver uma equivalência atuarial entre o prêmio pago pelo proprietário do veículo e o benefício a ser recebido pelas vítimas. Por este motivo, DEIXAR-SE AS SEGURADORAS AO DESAMPARO DOS RECURSOS NECESSÁRIOS AO CUSTEIO DAS SUAS OBRIGAÇÕES TRARIA CONSEQUÊNCIAS DESASTROSAS PARA A SOBREVIVÊNCIA E O ÊXITO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT, BEM COMO, EM ÚLTIMA ANÁLISE, PARA OS SEUS BENEFICIÁRIOS, EM FAVOR DE QUEM ESSE SEGURO TEM SE REVELADO DEVERAS PROVEITOSO. Pelo todo exposto a ora Ré aguarda serenamente a total improcedência do pedido inicial.

QUANTO A MULTA DIÁRIA PRETENDIDA

Data maxima venia, resta evidente que o objetivo maior da Autora da presente demanda é perceber multa diária.

É de clareza meridiana que a Autora pretende enriquecer ilicitamente sob o manto do poder Judiciário e a expensas da Ré.





33

Conforme amplamente demonstrado no corpo da peça de bloqueio, a Ré quando do pedido e efetivo pagamento em âmbito administrativo, procedeu de forma transparente, claro e principalmente de boa-fé.

Certo é que todas as atitudes realizadas pela Ré obedeceram estritamente as **ordens** emanadas dos órgãos superiores, quais sejam, CNSP e SUSEP. Insta ressaltar que na hipótese da Ré **desobedecer** as ordens baixadas pelos anteditos órgãos, seria passível de severas punições, desde a suspensão para atuar no mercado securitário e quiza perder a licença para atuar no mercado, senão vejamos:

O Decreto-lei n.º 73, de 21 de novembro de 1965, estabelece no artigo 108, *in verbis*:

"Art. 108 - As infrações aos dispositivos deste Decreto-Lei sujeitam as sociedades seguradoras, seus diretores, administradores, gerentes e fiscais às seguintes penalidades, sem prejuízo de outras estabelecidas na legislação vigente:

I - advertência;

II - multa pecuniária;

III - suspensão do exercício do cargo;

IV - inabilitação temporária ou permanente para o exercício de cargo de direção, nas sociedades seguradoras ou no IRB;

V - suspensão da autorização em cada ramo isolado;

VI - perda parcial ou total de recuperação de resseguro;

VII - suspensão de cobertura automática;

VIII - suspensão de retrocessão;

IX - cassação de carta-patente"

Neste sentido, é pleno de logicidade que a Sociedade Seguradora ora Contestante, apenas cumpre com as ordens superiores emanadas pelo CNSP - Conselho Nacional de Seguros Privados e a SUSEP - Superintendência de Seguros Privados, órgãos normatizadores e fiscalizadores da matéria enfocada respectivamente.

No mesmo sentido temos o artigo 111 do mesmo dispositivo legal, que estabelece:





34

"Art. 111 - Serão aplicadas multas de até Cr\$50.000.000,00 (Cinquenta milhões de cruzeiros) às Sociedades Seguradoras que:

a) infringirem disposições das normas e instruções baixadas pelo CNSP, pela SUSEP ou pelo IRB, nos casos em que não estejam previstas outras penalidades..."

Na absurda hipótese de acolhimento do pedido, significaria um "plus" que não é devido a Autora e que certamente qualificaria um enriquecimento indevido em detrimento da Ré, pelo que espera e confia na improcedência do pedido Autoral.

DOS JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA

Com relação aos juros moratórios, bem como a correção monetária, em caso de eventual condenação, o que definitivamente não se espera, é crucial que seja analisada questão acerca da data de início da contagem dos respectivos.

Consoante o disposto no artigo 219 da Lei Processual Civil vigente, que, ao dispor constituir em mora o devedor a partir da citação válida, entende a Contestante que o dies a quo para o cômputo dos juros moratórios deve ser a data de sua citação para responder os termos da presente ação, como pode se ver no art. 405 do Código Civil, senão vejamos:

"Art. 405 Contam-se os juros de mora desde a citação inicial."

Até porque estamos tratando de responsabilidade contratual tendo em vista que as partes celebraram contrato de seguro, e não extracontratual, sendo inaplicável à espécie o Enunciado n.º 54, da Súmula do Egrégio Superior Tribunal de Justiça.

Com relação à correção monetária, é curial que seja analisada questão acerca a forma da Lei 6.899/1981, ou seja, a partir da propositura da ação, senão vejamos:

"art. 1º . (...)

S2º Nos demais casos, o cálculo far-se-á a partir do ajuizamento da ação."





35

O Superior Tribunal de Justiça, através do REsp 43.640-0-SP, 6ª Turma, tendo como relator o Ministro Anselmo Santiago, retratou o seu entendimento sobre a correção monetária conforme ementa que passamos a transcrever:

"Não ofende o art. 6º da Lei de Introdução ao Código Civil o acórdão que restringe a incidência da correção monetária a partir do ajuizamento da ação e não antes, por falta de previsão legal" (STJ-6ª Turma, REsp 43.640-0-SP, rel. Ministro Anselmo Santiago, j. 21.6.94, não conheceram, v.u., DJU 28.11.94, p. 32.645).

Portando, na remota hipótese de condenação da Ré, requer-se que os juros moratórios sejam computados a partir da citação válida, conforme disposto no art. 405 do Código Civil e que se incida correção monetária a partir do ajuizamento da ação, tendo em vista o esposado no §2º, do art. 1º da Lei 6.899/81, face aos argumentos suscitados na presente peça de bloqueio.

CONCLUSÃO

Ex positis, esta Contestante requer o indeferimento da tutela antecipada requestada, bem como repisa da impossibilidade da inversão do ônus da prova, haja vista que tais pedidos encontram-se em desacordo com a previsão legal pertinente e com a jurisprudência pátria, contrariando também toda a sistemática processual.

Ademais, aguarda-se, serenamente, pela extinção do feito sem julgamento do mérito, tendo em vista as preliminares argüidas, nos exatos termos dos arts. 3º e 267, inciso VI, do Código de Processo Civil, ou caso assim Vossa Excelência não entenda, o que se admite apenas por argumentar, pela improcedência da ação, tendo a Ré amplamente demonstrado o total descabimento de complementar-se a indenização já efetuada, pelo que requer seja a demanda ao final julgada **TOTALMENTE IMPROCEDENTE**, com julgamento de mérito, nos exatos termos do artigo 269, inciso I, 2ª parte do Código de Processo Civil.

Protesta, ainda, por todo o gênero de provas admitido em direito, especialmente documental suplementar e depoimento pessoal da Querelante, sob pena de confissão.

Para fins do exposto no artigo 39, inciso I, do Código de Processo Civil, fornece-se o endereço Av. Washington Soares nº





36

4567, Conjunto 05, Shop. Acapulco, Seis Bocas, CEP 60.830-641, Fortaleza - CE, tel./fax: (85) 3241.4535.

Por derradeiro, a contestante requer, ainda, que seja observado o nome do advogado FRANCISCO ARCELINO FILOMENO CALADO, inscrito na OAB/CE sob o n.º 16.075, para efeito de intimações futuras, sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes Termos,
Pede Deferimento.

Fortaleza, 10 de Junho de 2008.

João Barbosa
OAB/PE 4.246

Henrique A. F. Motta
OAB/RJ 113.815

Fabio João Soito
OAB/RJ 114.089

Cláudia Valente Soares
OAB/CE 9.314

Daniela Maria Costa Barbosa
OAB/CE 18.000

Francisco Arcelino Filomeno Calado
OAB-CE 16.075



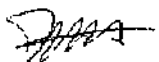


37

SUBSTABELECIMENTO

HENRIQUE ALBERTO FARIA MOTTA, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o n.º 113815, substabelece, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **FRANCISCO ARCELINO FILOMENO CALADO**, inscrito na OAB/CE sob o n.º 16075, com escritório à AV WASHINGTON SOARES, 4567, CONJ 05, SHOP. ACAPULCO SEIS BOÇAS, CEP 60.830-641, FORTALEZA, CEARA, CE os poderes que lhe foram conferidos por **BRDESCO SEGUROS S.A**, nos autos da Ação de Cobrança de Seguro DPVAT que lhe move **FRANCISCA GOMES DA SILVA**, em curso perante 12 - Jec DA COMARCA FORTALEZA - CEARA nos autos do Processo n.º 554702007.

Rio de Janeiro, 17 de junho de 2008.



HENRIQUE ALBERTO FARIA MOTTA
OAB/RJ sob o n.º 113815





38

SUBSTABELECIMENTO

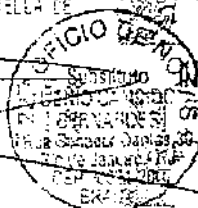
Na qualidade de procuradores da **BRDESCO SEGUROS S.A.**, doravante denominada Outorgante, conforme instrumento de mandado anexo, substabelecemos, com reservas de iguais, na pessoa dos Drs. **JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/PE sob o nº. 4.246; **HENRIQUE ALBERTO FARIA MOTTA**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 113.815; **FABIO JOÃO DA SILVA SOITO**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 114.089; todos integrantes da sociedade de advogados denominada **JOÃO BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, com escritório nesta Capital do Estado do Rio de Janeiro, na Rua São José, 90, 4º e 8º andares, Centro, CEP 20.010.020, todos os poderes que me foram conferidos para a plena defesa dos interesses da Outorgante nas ações que têm por objeto o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT.

Rio de Janeiro, 17 de julho de 2007

Marcelo Davoli Lopes

Maristella de Farias Melo Santos

72º OFÍCIO DE NOTAS - NOTÁRIO WILLIAM DE OLIVEIRA
Matrícula: Rua Senador Bentes 79 - Centro-RJ - 2044-0077. Reconhecido
por semelhança as firmas de: MARCELO DAVOLI LOPES e MARISTELLA DE
FARIAS MELO SANTOS
Cód. 036010000000000000
Rio de Janeiro, 24 de julho de 2007.
Esse documento é válido para: 03/07/2008.
LEI Nº 13.042/2006 - E.O. Nº 12.729/2008



CORREGEDORIA GERAL
EXATICA - RJ
SECRETARIA DE JUSTIÇA

BTN
IVK70260

WKR
IVK70261



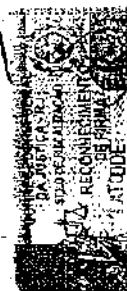




Bradesco
Seguros

CS. Ofício de Notas-PATRIZ - Notários GILDO MACIEL
Av. Rilda Fecanha-Jr- LUGA A - RJ - Tel: 2532-7100 - Rec.no 40014085-3
Reconheço por semelhança a(s) firma(s) de:
MARCO AURELIO SAMPAIO SERGIO

Rio de Janeiro, 04/12/2007 às 10:27:03. Em Testemunho da Verdade.
SERGIO PEREIRA FELIPE-ESCREVENTE AUTORIZADO-SERGIO
Total 4,31



CS-89421
TXC48825

SUBSTABELECIMENTO

Na qualidade de procurador da **BRADESCO SEGUROS S.A.**, a seguir denominada **OUTORGANTE**, conforme instrumento de mandato anexo, substabeleço com reservas, aos Drs. **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/SP sob o nº 143.370, e no C.P.F. nº 132.870.808-06; **RODRIGO ALVARES DA SILVA CAMPOS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 108.513, e no C.P.F. nº 078.422.337-80; **MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/RJ sob o nº 135.132, e no C.P.F. 082.587.197-26, todos com escritório profissional à Rua Senador Dantas nº 74, 5º andar – Centro – Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.031-205, independentemente da ordem de nomeação, os poderes, *ad judicium et extra*, para atuar no foro em geral, em qualquer Instância, Juízo ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as medidas, ações ou recursos competentes, e defender a **OUTORGANTE** nas ações que lhe são contrárias, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, receber e dar quitação, nomear prepostos para representar a **OUTORGANTE** nas ações em que é parte, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com reservas de poderes, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da **OUTORGANTE** na ações que têm por objeto o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT.

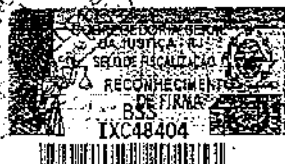
Rio de Janeiro/RJ, 26 de novembro de 2007.

MARCO AURELIO MACHADO RODRIGUES
OAB/RJ nº 28.902

CS. Ofício de Notas-PATRIZ - Notários GILDO MACIEL
Av. Rilda Fecanha-Jr- LUGA A - RJ - Tel: 2532-7100 - Rec.no 40014085-3
Reconheço por semelhança a(s) firma(s) de:
MARCO AURELIO MACHADO RODRIGUES

Rio de Janeiro, 26/11/2007 às 12:23:29. Em Testemunho da Verdade.
SERGIO PEREIRA FELIPE-ESCREVENTE AUTORIZADO-SERGIO

Total 4,31



Marco Aurélio Sampaio Sérgio
Marco Aurélio Sampaio Sérgio
OAB/SP 71.999-B

PRO.DIV

1 - 14/02/2008

CON. 4447 28 1532





Bradesco
Seguros

23. Ofício de Notas-PRIME - Notários LUIZ PAZIN
Av. Nilo Pedreira, 26- 10MA R - RJ - Tel: 2533-1001 - Ref. nº 9014035-5
Reconhecido por assinatura e(s) firma(e)s de:
MARCO AURELIO SAMPAIO SERGIO

Rio de Janeiro, 04/12/2007 às 10:07:05. Em Testemunho da Verdade
SERGIO PEREIRA FELIPPE-ESCREVENTE AUTORIZADO-SERGIO

SUBSTABELECIMENTO

Na qualidade de procurador da **BRADESCO SEGUROS S.A.**, a seguir denominada **OUTORGANTE**, conforme instrumento de mandato anexo, substabeleço com reservas, aos Drs. **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/SP sob o nº 143.370, e no C.P.F. nº 132.870.808-06; **RODRIGO ALVARES DA SILVA CAMPOS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 108.513, e no C.P.F. nº 078.422.337-80; **MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/RJ sob o nº 135.132, e no C.P.F. 082.587.197-26, todos com escritório profissional à Rua Senador Dantas nº 74, 5º andar – Centro – Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.031-205, independentemente da ordem de nomeação, os poderes, *ad judicium et extra*, para atuar no foro em geral, em qualquer Instância, Juízo ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as medidas, ações ou recursos competentes, e defender a **OUTORGANTE** nas ações que lhe são contrárias, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, receber e dar quitação, nomear prepostos para representar a **OUTORGANTE** nas ações em que é parte, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com reservas de poderes, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da **OUTORGANTE** na ações que têm por objeto o Seguró Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT.

Rio de Janeiro/RJ, 26 de novembro de 2007.

MARCO AURELIO MACHADO RODRIGUES
OAB/RJ nº 28.902

Marco Aurélio Sampaio Sérgio
OAB/SP. 71.999-B

23. Ofício de Notas-PRIME - Notários LUIZ PAZIN
Av. Nilo Pedreira, 26- 10MA R - RJ - Tel: 2533-1001 - Ref. nº 9014035-5
Reconhecido por assinatura e(s) firma(e)s de:
MARCO AURELIO MACHADO RODRIGUES

Rio de Janeiro, 29/11/2007 às 12:23:28. Em Testemunho da Verdade
SERGIO PEREIRA FELIPPE-ESCREVENTE AUTORIZADO-SERGIO

Total 4

PRO.DIV

14/01/2003





42



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL - ESTADO DO RIO DE JANEIRO
23º OFÍCIO DE NOTAS

GUIDO MACIEL - TABELIÃO

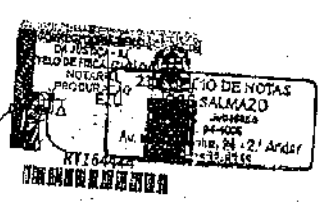
ARY SUCENA FILHO - SUBSTITUTO

MATRIZ: AV. NILO PEÇANHA, 28 - 3ª ANGRA - RIO DE JANEIRO - RJ

SUCURSAL TIJUCA: RUA SANTA SOFIA, 40 - LOJA A - RIO DE JANEIRO - RJ

SUCURSAL JACAREPAGUÁ: EST. DOS BARDEIRANTES, 209 LOJA C - RIO DE JANEIRO - RJ

NICOLAY, casada, inscrita na OAB/RJ sob o nº 86.374 e no C.P.F. nº 980.449.267-53; 30) RALPH GOMES DOS SANTOS, solteiro, inscrito na OAB/RJ sob o nº 107.261 e no C.P.F. nº 035.746.817-12; 31) SHEILA RIBEIRO MONTEIRO, casada, inscrita na OAB/RJ sob o nº 103.042 e no C.P.F. 075.570.737-03; 32) ANA ROSA VIANA LOPES, casada, inscrita na OAB/RJ sob o nº 127.712 e no C.P.F. nº 986.556.017-53; 33) JÚLIA AGUIAR E SILVA, solteira, inscrita na OAB/SP sob o nº 14.065 e no C.P.F. nº 004.605.949-07; 34) ANTONIO TADEU NOVAES CERQUEIRA, casado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 38.143 e no C.P.F. nº 375.831.317-15; 35) IVAN SANTOS LEAL FILHO, casado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 95.791 e no C.P.F. nº 025.677.027-98; 36) RODRIGO FARAH GOULART, solteiro, inscrito na OAB/RJ sob o nº 103.462 e no C.P.F. nº 071.294.337-44; 37) CRISTIANE MARTINS DA SILVA, solteira, inscrita na OAB/RJ sob o nº 113.073 e no C.P.F. nº 016.289.997-13; 38) SIMONE GONÇALVES BITTENCOURT, solteira, inscrita na OAB/RJ sob o nº 134.769 e no C.P.F. nº 097.832.757-62; 39) RODRIGO BARROS MEIRELES, solteiro, inscrito na OAB/RJ sob o nº 129.112 e no C.P.F. 081.279.367-66; 40) ANA PAULA DE SOUZA SILVA, solteira, inscrita na OAB/RJ sob o nº 126.857 e no C.P.F. nº 080.669.317-78; 41) CAROLINE STAVIS DE CASTRO, divorciada, inscrita na OAB/RJ sob o nº 32.435 e no C.P.F. nº 022.104.619-44; 42) CINTIA MARIA FRUTUOSO RAFAEL DA SILVA, solteira, inscrita na OAB/RJ sob o nº 123.805 e no C.P.F. nº 084.336.867-55; 43) LILIANE TEIXEIRA DE ALMEIDA, solteira, inscrita na OAB/RJ sob o nº 82.704 e no C.P.F. nº 000.440.377-08, todos com escritório na Cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Barão de Itapagipe nº 234, Rio Comprido, aos quais concede, em conjunto ou separadamente, os poderes "Ad Judicia" para o foro em geral, em qualquer juízo, instância ou tribunal, podendo propor e variar de ações, contestar, postular o que necessário for em defesa dos direitos da OUTORGANTE, podendo representá-la em audiência de conciliação, instrução e julgamento para os efeitos dos artigos 447 e 448 do Código de Processo Civil, podendo transigir e acordar em juízo ou fora dele, desistir, receber e dar quitação, receber citações iniciais e notificações, bem como representar e requerer perante quaisquer repartições públicas, autarquias e empresas públicas, federais, estaduais e municipais, inclusive perante a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, IRB - Brasil Resseguros S.A. e Banco Central do Brasil, podendo ainda, qualquer um entre os onze primeiros nomeados acima, representar a OUTORGANTE em processos licitatórios praticando todos os atos necessários, inclusive solicitar e prestar esclarecimentos, assinar atas, cartas de credenciamento, documentos pertinentes, assinar contratos e documentos do seguro bem como declarações que venham a ser exigidas pelos licitantes, interpor impugnações, recursos, e desistir dos mesmos, firmar compromissos, celebrar acordos e transações extrajudiciais, assinar termos de penhora, bem como substabelecer, e ainda, em conjunto de dois entre os onze primeiros, ficam também concedidos os poderes para nomear preposto para ações de qualquer natureza. Lavrada sob minuta. Certifico que pelo presente são devidas custas no valor de R\$ 13,88 a que se refere a Tabela VII, nº 2, letra "b"; R\$ 2,62 a que se refere a Tabela I item 9; R\$ 3,29 a que se refere a Lei 3.217/99; R\$ 7,82 a que se refere a Mútua dos Magistrados/ACOTERJ; R\$ 0,82 a que se refere ao FUNPERJ; R\$ 0,82 a que se refere ao FUNPERJ e R\$ 12,68 a que se refere a certidões. Assim o disse do que dou fé e me pediu lhe lavrasse a presente que lhe li em voz alta, aceita e assina, declarando dispensar o comparecimento de testemunhas, tal como faculta a legislação vigente. Eu, (MARIA TERESA A. DE ALMEIDA), Escrevente Autorizada, CTPS nº 55177/117-RJ, lavrei, li e encerro o presente ato, colhendo as assinaturas. (ASS) REP. DA OUTORGANTE - SAMUEL MONTEIRO DOS SANTOS JUNIOR/ REP. DA OUTORGANTE - LUIZ TAVARES PEREIRA FILHO. E X T R A I D A NA MESMA DATA Eu, MARIA TERESA A. DE ALMEIDA, a digital e conferi. E eu, José Salmazo, Tabelião Substituto, a subscrevo e assino em público e raso.







[illegible][illegible]



[illegible]



DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Esta parte é editada eletronicamente desde 23 de Janeiro de 2006

ATAS, CERTIDÕES
E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Associações, Sociedades e Firmas

ICAFU HOLDING S.A.
CASAJ, M.F. Nº 02.375.471 (0051-19)
N.º REG. Nº 1.332.018.558-2

[illegible]

BAJOSCO SEGUROS S.A.
CNPJ nº 33.053.745/0001-93
NIRE 33.300.612/911
Grupo Bradesco de Seguros

ATA DA 12.ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
[REALIZADA EM 10.1.2004, PÁGS. 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 351, 352, 353, 354, 355, 356, 357, 358, 359, 360, 361, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 369, 370, 371, 372, 373, 374, 375, 376, 377, 378, 379, 380, 381, 382, 383, 384, 385, 386, 387, 388, 389, 390, 391, 392, 393, 394, 395, 396, 397, 398, 399, 400, 401, 402, 403, 404, 405, 406, 407, 408, 409, 410, 411, 412, 413, 414, 415, 416, 417, 418, 419, 420, 421, 422, 423, 424, 425, 426, 427, 428, 429, 430, 431, 432, 433, 434, 435, 436, 437, 438, 439, 440, 441, 442, 443, 444, 445, 446, 447, 448, 449, 450, 451, 452, 453, 454, 455, 456, 457, 458, 459, 460, 461, 462, 463, 464, 465, 466, 467, 468, 469, 470, 471, 472, 473, 474, 475, 476, 477, 478, 479, 480, 481, 482, 483, 484, 485, 486, 487, 488, 489, 490, 491, 492, 493, 494, 495, 496, 497, 498, 499, 500, 501, 502, 503, 504, 505, 506, 507, 508, 509, 510, 511, 512, 513, 514, 515, 516, 517, 518, 519, 520, 521, 522, 523, 524, 525, 526, 527, 528, 529, 530, 531, 532, 533, 534, 535, 536, 537, 538, 539, 540, 541, 542, 543, 544, 545, 546, 547, 548, 549, 550, 551, 552, 553, 554, 555, 556, 557, 558, 559, 560, 561, 562, 563, 564, 565, 566, 567, 568, 569, 570, 571, 572, 573, 574, 575, 576, 577, 578, 579, 580, 581, 582, 583, 584, 585, 586, 587, 588, 589, 590, 591, 592, 593, 594, 595, 596, 597, 598, 599, 600, 601, 602, 603, 604, 605, 606, 607, 608, 609, 610, 611, 612, 613, 614, 615, 616, 617, 618, 619, 620, 621, 622, 623, 624, 625, 626, 627, 628, 629, 630, 631, 632, 633, 634, 635, 636, 637, 638, 639, 640, 641, 642, 643, 644, 645, 646, 647, 648, 649, 650, 651, 652, 653, 654, 655, 656, 657, 658, 659, 660, 661, 662, 663, 664, 665, 666, 667, 668, 669, 670, 671, 672, 673, 674, 675, 676, 677, 678, 679, 680, 681, 682, 683, 684, 685, 686, 687, 688, 689, 690, 691, 692, 693, 694, 695, 696, 697, 698, 699, 700, 701, 702, 703, 704, 705, 706, 707, 708, 709, 710, 711, 712, 713, 714, 715, 716, 717, 718, 719, 720, 721, 722, 723, 724, 725, 726, 727, 728, 729, 730, 731, 732, 733, 734, 735, 736, 737, 738, 739, 740, 741, 742, 743, 744, 745, 746, 747, 748, 749, 750, 751, 752, 753, 754, 755, 756, 757, 758, 759, 760, 761, 762, 763, 764, 765, 766, 767, 768, 769, 770, 771, 772, 773, 774, 775, 776, 777, 778, 779, 780, 781, 782, 783, 784, 785, 786, 787, 788, 789, 790, 791, 792, 793, 794, 795, 796, 797, 798, 799, 800, 801, 802, 803, 804, 805, 806, 807, 808, 809, 810, 811, 812, 813, 814, 815, 816, 817, 818, 819, 820, 821, 822, 823, 824, 825, 826, 827, 828, 829, 830, 831, 832, 833, 834, 835, 836, 837, 838, 839, 840, 841, 842

SUMARIO

Atas, Certidões e Demonstrações
Associações, Sociedades e Fimanc

Avisos, Edições e Termos

Associções, Sociedades e Firmas.

Extravio de Documentos

[illegible][illegible]



[illegible]







Investimentos Bemge S.A.

Investimentos Bunge S.A.
CNPJ: 01.548.017/0001-72, Companhia Aberta - BOMF 35.000.154/72
* Edital de Convocação
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
Os Senhores Ações e de INVESTIMENTOS BUNGE S.A. são convocados para a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 16 de maio de 2006, às 14h00, no Auditório do sede social, localizada na Praça Afonso Eguídio de Souza, Número 100, bairro Capital, e às 17h00:
1. tomar conhecimento do Relatório de Administração e do Relatório de Auditoria Independente e examinar, aprovar/desaprovar, o Relatório de Administração e o Relatório de Auditoria Independente, bem como o balanço patrimonial e o balanço de resultados, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2005;
2. homologar a distribuição do lucro líquido do exercício;
3. eleger os membros do Conselho de Administração e atualizar estatuto; e
4. eleger os membros dos órgãos de fiscalização e de controle interno.
Para mais detalhes sobre o presente edital, os interessados poderão consultar o site eletrônico da Companhia de Administração, ou requerer o presente edital, mediante requerimento, no prazo de 10 (dez) dias anteriores à data da convocação.
Rio de Janeiro, 15 de maio de 2006.
Presidente:  Paulo Sérgio de Souza

SIDERURGICA J. L. ALPERTI S.A.
Compania Aberta

[illegible]

PORTAL DE CONVOCAÇÃO
Assembleia Geral Extraordinária - O Sindicato dos Homens, Elétricos,

[illegible]

Manufatura de Brinquedos Estrela S.A.

[illegible]

Bradesco Seguros S.A.
CNPJ nº 33.056.146/0001-97 - NIRE 33.000.713.911

Grupo Brasileiro de São Paulo e o Prêmio
 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, 2025, 2026, 2027, 2028, 2029, 2030, 2031, 2032, 2033, 2034, 2035, 2036, 2037, 2038, 2039, 2040, 2041, 2042, 2043, 2044, 2045, 2046, 2047, 2048, 2049, 2050, 2051, 2052, 2053, 2054, 2055, 2056, 2057, 2058, 2059, 2060, 2061, 2062, 2063, 2064, 2065, 2066, 2067, 2068, 2069, 2070, 2071, 2072, 2073, 2074, 2075, 2076, 2077, 2078, 2079, 2080, 2081, 2082, 2083, 2084, 2085, 2086, 2087, 2088, 2089, 2090, 2091, 2092, 2093, 2094, 2095, 2096, 2097, 2098, 2099, 2100, 2101, 2102, 2103, 2104, 2105, 2106, 2107, 2108, 2109, 2110, 2111, 2112, 2113, 2114, 2115, 2116, 2117, 2118, 2119, 2120, 2121, 2122, 2123, 2124, 2125, 2126, 2127, 2128, 2129, 2130, 2131, 2132, 2133, 2134, 2135, 2136, 2137, 2138, 2139, 2140, 2141, 2142, 2143, 2144, 2145, 2146, 2147, 2148, 2149, 2150, 2151, 2152, 2153, 2154, 2155, 2156, 2157, 2158, 2159, 2160, 2161, 2162, 2163, 2164, 2165, 2166, 2167, 2168, 2169, 2170, 2171, 2172, 2173, 2174, 2175, 2176, 2177, 2178, 2179, 2180, 2181, 2182, 2183, 2184, 2185, 2186, 2187, 2188, 2189, 2190, 2191, 2192, 2193, 2194, 2195, 2196, 2197, 2198, 2199, 2200, 2201, 2202, 2203, 2204, 2205, 2206, 2207, 2208, 2209, 2210, 2211, 2212, 2213, 2214, 2215, 2216, 2217, 2218, 2219, 2220, 2221, 2222, 2223, 2224, 2225, 2226, 2227, 2228, 2229, 2230, 2231, 2232, 2233, 2234, 2235, 2236, 2237, 2238, 2239, 2240, 2241, 2242, 2243, 2244, 2245, 2246, 2247, 2248, 2249, 2250, 2251, 2252, 2253, 2254, 2255, 2256, 2257, 2258, 2259, 2260, 2261, 2262, 2263, 2264, 2265, 2266, 2267, 2268, 2269, 2270, 2271, 2272, 2273, 2274, 2275, 2276, 2277, 2278, 2279, 2280, 2281, 2282, 2283, 2284, 2285, 2286, 2287, 2288, 2289, 2290, 2291, 2292, 2293, 2294, 2295, 2296, 2297, 2298, 2299, 2300, 2301, 2302, 2303, 2304, 2305, 2306, 2307, 2308, 2309, 2310, 2311, 2312, 2313, 2314, 2315, 2316, 2317, 2318, 2319, 2320, 2321, 2322, 2323, 2324, 2325, 2326, 2327, 2328, 2329, 2330, 2331, 2332, 2333, 2334, 2335, 2336, 2337, 2338, 2339, 2340, 2341, 2342, 2343, 2344, 2345, 2346, 2347, 2348, 2349, 2350, 2351, 2352, 2353, 2354, 2355, 2356, 2357, 2358, 2359, 2360, 2361, 2362, 2363, 2364, 2365, 2366, 2367, 2368, 2369, 2370, 2371, 2372, 2373, 2374, 2375, 2376, 2377, 2378, 2379, 2380, 2381, 2382, 2383, 2384, 2385, 2386, 2387, 2388, 2389, 2390, 2391, 2392, 2393, 2394, 2395, 2396, 2397, 2398, 2399, 2400, 2401, 2402, 2403, 2404, 2405, 2406, 2407, 2408, 2409, 2410, 2411, 2412, 2413, 2414, 2415, 2416, 2417, 2418, 2419, 2420, 2421, 2422, 2423, 2424, 2425, 2426, 2427, 2428, 2429, 2430, 2431, 2432, 2433, 2434, 2435, 2436, 2437, 2438, 2439, 2440, 2441, 2442, 2443, 2444, 2445, 2446, 2447, 2448, 2449, 2450, 2451, 2452, 2453, 2454, 2455, 2456, 2457, 2458, 2459, 2460, 2461, 2462, 2463, 2464, 2465, 2466, 2467, 2468, 2469, 2470, 2471, 2472, 2473, 2474, 2475, 2476, 2477, 2478, 2479, 2480, 2481, 2482, 2483, 2484, 2485, 2486, 2487, 2488, 2489, 2490, 2491, 2492, 2493, 2494, 2495, 2496, 2497, 2498, 2499, 2500, 2501, 2502, 2503, 2504, 2505, 2506, 2507, 2508, 2509, 2510, 2511, 2512, 2513, 2514, 2515, 2516, 2517, 2518, 2519, 2520, 2521, 2522, 2523, 2524, 2525, 2526, 2527, 2528, 2529, 2530, 2531, 2532, 2533, 2534, 2535, 2536, 2537, 2538, 2539, 2540, 2541, 2542, 2543, 2544, 2545, 2546, 2547, 2548, 2549, 2550, 2551, 2552, 2553, 2554, 2555, 2556, 2557, 2558, 2559, 2560, 2561, 2562, 2563, 2564, 2565, 2566, 2567, 2568, 2569, 2570, 2571, 2572, 2573, 2574, 2575, 2576, 2577, 2578, 2579, 2580, 2581, 2582, 2583, 2584, 2585, 2586, 2587, 2588, 2589, 2590, 2591, 2592, 2593, 2594, 2595, 2596, 2597, 2598, 2599, 2600, 2601, 2602, 2603, 2604, 2605, 2606, 2607, 2608, 2609, 2610, 2611, 2612, 2613, 2614, 2615, 2616, 2617, 2618, 2619, 2620, 2621, 2622, 2623, 2624, 2625, 2626, 2627, 2628, 2629, 2630, 2631, 2632, 2633, 2634, 2635, 2636, 2637, 2638, 2639, 2640, 2641, 2642, 2643, 2644, 2645, 2646, 2647, 2648, 2649, 2650, 2651, 2652, 2653, 2654, 2655, 2656, 2657, 2658, 2659, 2660, 2661, 2662, 2663, 2664, 2665, 2666, 2667, 2668, 2669, 2670, 2671, 2672, 2673, 2674, 2675, 2676, 2677,

Sindicato de Categoria Profissional dos Empregados de Trabalho em Indústria e Segurança Privada / Conexão e Simulação, de

[illegible]







Assinado eletronicamente por: CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA LOPES FILHO - 16/02/2018 13:26:43
<https://pje.tjce.jus.br:443/pje1grau/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18021613262889600000005903875>
Número do documento: 18021613262889600000005903875





MITSUI MOTION MÁQUINAS S.A.
CNPJ nº 06.515.000/00-00 - NIRE 35.300.331.845

ESTATUTO

Art. 1º - Denominação: Mitsui Motion Máquinas S.A. ("Sociedade") é uma sociedade por ações regida por este estatuto.

Art. 2º - Sede: A Sociedade tem sua sede e foro no Estado de São Paulo, no Município de São Paulo, na Rua da Consolação, nº 1.000, no andar térreo, sob o nome de Mitsui Motion Máquinas S.A. ("Sociedade").

Art. 3º - Objeto: A Sociedade tem por objeto social a fabricação, a importação, a exportação, a distribuição, a comercialização, a manutenção e a reparação de máquinas, equipamentos, peças e acessórios para veículos automotores, bem como a prestação de serviços de consultoria, assistência técnica e treinamento de pessoal.

Art. 4º - Capital Social: O capital social da Sociedade é constituído por ações de capital comum, com valor nominal de R\$ 100,00 (cem reais) cada uma.

Art. 5º - Administração: A administração da Sociedade é exercida pelo Conselho de Administração, composto por cinco membros, nomeados e destituídos pela Assembleia Geral.

Art. 6º - Assembleia Geral: A Assembleia Geral é o órgão máximo da Sociedade, convocada pelo Presidente do Conselho de Administração.

Art. 7º - Exercício Social: O exercício social da Sociedade é de 12 meses, iniciando-se em 1º de janeiro de cada ano.

Art. 8º - Resultados: Os resultados do exercício social são apurados pelo Conselho de Administração e aprovados pela Assembleia Geral.

Art. 9º - Dividendos: Os dividendos são distribuídos aos acionistas após a aprovação da Assembleia Geral.

Art. 10º - Transferência de Ações: A transferência de ações da Sociedade é feita mediante registro no Cartório de Registro de Imóveis.

Art. 11º - Dissolução: A Sociedade pode ser dissolvida por decisão da Assembleia Geral.

Art. 12º - Foro: O foro da Sociedade é o do Estado de São Paulo.

Bradesco Seguros S.A.
CNPJ nº 06.515.000/00-00 - NIRE 35.300.331.845

ESTATUTO

Art. 1º - Denominação: Bradesco Seguros S.A. ("Sociedade") é uma sociedade por ações regida por este estatuto.

Art. 2º - Sede: A Sociedade tem sua sede e foro no Estado de São Paulo, no Município de São Paulo, na Rua da Consolação, nº 1.000, no andar térreo, sob o nome de Bradesco Seguros S.A. ("Sociedade").

Art. 3º - Objeto: A Sociedade tem por objeto social a prestação de serviços de seguros, bem como a administração de recursos.

Art. 4º - Capital Social: O capital social da Sociedade é constituído por ações de capital comum, com valor nominal de R\$ 100,00 (cem reais) cada uma.

Art. 5º - Administração: A administração da Sociedade é exercida pelo Conselho de Administração, composto por cinco membros, nomeados e destituídos pela Assembleia Geral.

Art. 6º - Assembleia Geral: A Assembleia Geral é o órgão máximo da Sociedade, convocada pelo Presidente do Conselho de Administração.

Art. 7º - Exercício Social: O exercício social da Sociedade é de 12 meses, iniciando-se em 1º de janeiro de cada ano.

Art. 8º - Resultados: Os resultados do exercício social são apurados pelo Conselho de Administração e aprovados pela Assembleia Geral.

Art. 9º - Dividendos: Os dividendos são distribuídos aos acionistas após a aprovação da Assembleia Geral.

Art. 10º - Transferência de Ações: A transferência de ações da Sociedade é feita mediante registro no Cartório de Registro de Imóveis.

Art. 11º - Dissolução: A Sociedade pode ser dissolvida por decisão da Assembleia Geral.

Art. 12º - Foro: O foro da Sociedade é o do Estado de São Paulo.





Poder Judiciário
Comarca de Fortaleza
12ª Unidade do Juizado Especial Cível e Criminal
Rua: Visconde de Mauá, nº 1.940 – Aldeota

Processo: 55.470/07

CERTIDÃO

Certifico, para os devidos fins, que a promovida foi devidamente intimada para comparecer à audiência de conciliação, consoante AR de fls. 15, porém, mesmo assim se fez ausente. Outrossim, informo que a mesma apresentou sua contestação às fls. 16/56. O referido é verdade. Dou fé.

Fortaleza, 11 de setembro de 2008.

Geysa Passos de Lima Souza
Diretora de Secretaria

010.080.012.150





JOÃO BARBOSAJoão Barbosa
Fábio João Soito
Henrique Motta
Pedro SouzaCláudia Moia
Rachel Rosenberg
Daniela Raposo
Rodrigo AlmeidaJoão Martins
Paula Queiroz
Rafaela Barbosa
Sabrina KleinKendra Barreto
Danielle Nogueira
Pedro Andrade
Lilian Kozlowski**EXMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO 12º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA
COMARCA DE FORTALEZA / CE**

Processo n.º 55470/2007

BRADESCO SEGUROS S.A, empresa seguradora, por seu advogado que esta subscreve já devidamente qualificada nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, movida por **FRANCISCA GOMES DA SILVA**, vem, mui respeitosamente, à presença de V. Exa., dizer para ao final requerer o que segue:

Requer que futuras publicações sejam devidamente dirigidas ao patrono **FRANCISCO ARCELINO FILOMENO CALADO**, inscrito na OAB/CE sob o n.º 16.075, com endereço Av. Washington Soares nº 4567, Conjunto 05, Shop. Acapulco, Seis Bocas, CEP 60.830-641, Fortaleza - CE, tel./fax: (85) 3241.4535, **sob pena de nulidade das mesmas**, evitando-se desta forma futuras arguições de nulidade dos atos praticados.

Nestes Termos,
Pede Deferimento.
Fortaleza, 14 de agosto de 2008.

João Barbosa
OAB/RJ 134.307Henrique A F Motta
OAB/RJ 113.815Fábio João Soito
OAB/RJ 114.089Cláudia Valente Soares
OAB/CE 9.314Daniela Maria Costa Barbosa
OAB/CE 18.000Francisco Arcelino Filomeno Calado
OAB/CE 16.075

7

U J C C 12º
JUNTA DA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
do Rio de Janeiro
Rua do Ouvidor, 111 - 1º andar
20090-000 - Rio de Janeiro, RJ
30 de março de 2018





JOÃO BARBOSA Advogados Associados

João Barbosa
Henrique A. F. Motta
Fabio João Soito
Pedro H. B. Sousa
João Paulo Martins
Kendra Barreto

Pedro Andrade
Joselaine Maura
Claudia Moia
Rachel Rosenberg
Danielle Nogueira
Antonia Costa

Andresa Sena
Julia Lins
Juliana Rolim
Cristiane Oliveira
Felipe Sherman
Flavia Nonato

Paula Pinheiro
Osmar Aquino
Fernanda Passarelli
Liliah Fonseca
Caroline Caldas

**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO XII JUIZADO ESPECIAL CIVIL
DA COMARCA DE FORTALEZA / CE.**

Processo n.º 554702007

**BRDESCO SEGUROS S.A e SEGURADORA LÍDER DOS
CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, já qualificadas nos autos
da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove
FRANCISCA GOMES DA SILVA, em trâmite perante este Douto
Juízo e Respectivo Cartório, vem, à presença de V. Exa.,
revogar expressamente todos os poderes outorgados ao
patrono **FRANCISCO ACELINO FILOMENO CALADO, OAB/CE 16.075**,
na forma do artigo 682 e seguintes do Código de Processo
Civil.

Outrossim, pugna que todas as publicações e intimações
futuras sejam realizadas em nome do DR. **EMANUEL MENDES
DIOGO, OAB/CE 21.154**, com seu domicílio profissional a Rua
Pedro Borges, nº 33, sala 213, Centro - Edifício Palácio e
Progresso, Fortaleza - Ceará / CEP: 60.055-110, sob pena de
nulidade das mesmas.

Por derradeiro, requer, ainda, a juntada dos instrumentos
de mandato em nome do Dr. **EMANUEL MENDES DIOGO, OAB/CE
21.154**, para que produza os seus devidos efeitos legais.

Neste Termos,
Pede Deferimento.

Fortaleza, 23 de Setembro de 2009.

João Barbosa Henrique A F Motta Fabio João Soito
OAB/RJ 134.307 OAB/RJ 113.815 OAB/RJ 114.089

Emanuel Mendes Diogo
OAB/CE 21.154

Rua São José nº 90 grupo 810 a 812 Centro Rio de Janeiro / RJ cap: 20010020
PABX: 21 - 3265-5600 Fax: 21 - 3265-5622/3265-5628
corporativo@joao-barbosaadvass.com.br







**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE FORTALEZA
12ª UNIDADE DOS JUÍZADOS ESPECIAIS
CÍVEIS E CRIMINAIS
Rua: Visconde de Mauá, 1940 - Aldeota**

Processo nº 55470/07

DESPACHO

R. h.

Converto o julgamento em diligência e determino a intimação da promovente, por meio de seu procurador, para que **no prazo improrrogável de 10(dez) dias e sob as penas da lei, apresente original ou cópia autenticada da certidão de óbito, da certidão de casamento e do boletim de ocorrência**, a fim de comprovar a morte e o nexo causal, tudo nos termos do art.5º da Lei 6194/74, bem como a apresentação do **comprovante de pagamento administrativo da indenização, sob pena de extinção.**

Decorrido o prazo, retornem os autos conclusos para julgamento.

Expedientes necessários.

Fortaleza, 18 de maio de 2010.

Luiz Roberto Oliveira Duarte
Juiz de Direito



Ciente desde de: 20/05/2010,
às 10:01 horas.

Plenar
OAB/EL 17.657



10-2
61
**EXCELENTÍSSIMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 12ª
UNIDADE DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E
CRIMINAIS DA COMARCA DE FORTALEZA-CE**

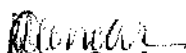
PROCESSO Nº 2007.17.01436-3 (55470-07)

Francisca Gomes da Silva, devidamente representada por sua patrona abaixo assinada, vem através desta requerer a juntada dos documentos anexos, quais sejam Certidão de óbito, Certidão de Casamento, Comprovante de Pagamento Administrativo da Indenização, todos em cópias autenticadas.

Informo ainda que, devido ao decurso do tempo, o Boletim de Ocorrência extraviou-se não estando mais em posse da Requerente, porém o mesmo encontra-se no Inquérito Policial, sendo que o mesmo já foi arquivado.

Nestes Termos
Pede e Espera deferimento.

Fortaleza, 26 de maio de 2010.


Katarina Costa Alencar
OAB/Ce 17.657

16/12/20/05/2010 15:59:59 124 NUNAN ESP. CUEL 1 CENTRE DE JOR



≡|⊗=⊗=z⊗⊗ⁿ L|⊗=>⊗=|♥α°>♥α°♥α°♥α°·▼0v0v0w210v_π⊗=L♥α▼■>⊗=|▼√#⊗♥αⁿ↔⊗=|♥α°♥α⊗=♥α



62

Valido somente com
selo de autenticidade

PR.277 - PAGAMENTO POR CONTA DE TERCEIROS
08/08/2005 12.43.41 1295-16873 3456150 0146
9996-1 2559581370 FRANCISCA GOMES DA SILVA
FONTE PAGADORA: FEDERACAO NAC EMPRESAS DE
VALOR CPHE..... 39,14
VALOR A PAGAR..... 10.260,86
237 VALOR PAGAMENTO SUPERIOR LIMITE
AUTORIZADO POR 0396270 NIVEL 03

SERVO REGISTRA DE MESSEJANA
RUA CARLOS DE MESSEJANA, 123
RUA DEL JOACQUINHA
FONE: 3229-1911 / 3474-0500
Vale para pagar com Selo de Autenticidade

Autentico para os devidos fins, pois a presente
cópia reproduzida do documento que me foi
apresentado pela Sr. Francisca
Dout. Moisés
de verdade

Em test.

24 MAR 2018

SILVANA MARY FARIAS GOMES - 21/01/2018
VANDA MARIA GOMES DE MESSEJANA - Substitua
ELUZINETE DE ARAUJO - 21/01/2018
STEFANIA MARIA GOMES SILVEIRA - 21/01/2018







PODER JUDICIÁRIO

Cartório
Norões Milfont

**CASAMENTOS - NASCIMENTOS - ÓBITOS - PROCURAÇÕES - AUTENTICAÇÕES
E RECONHECIMENTO DE FIRMA**

REGISTRO CIVIL DA 4ª ZONA DE FORTALEZA - Rua Castro e Silva, 38 - Fone: (85) 3226-4172 - Centro - Fortaleza - Ceará

Dr. Antônio Tomás de Norões Milfont

Escrivão

Roberto Martins de Norões Milfont - Marcelo Martins de Norões Milfont

Substitutos

CERTIDÃO DE ÓBITO

Certifico que, sob o nº 222302 às folhas 248 do
livro C254 do Registro de Óbito arquivado em meu car-
tório, nesta cidade de Fortaleza, capital do estado
do Ceará, consta que faleceu de:
POLITRAUMATISMO

FRANCISCO CORDEIRO DA SILVA

na data de 10 de outubro de 2004, às 17:30 horas
em FORTALEZA,
na(o): BR-116, KM-11 MESSEJANA
do sexo MASCULINO com 61 ANOS de idade
filho(a) de MANUEL RIBEIRO DA SILVA
e de dona FRANCISCA CORDEIRO DA SILVA
de profissão PAVIMENTADOR
e estado civil CASADO
sendo natural de PACAJUS-CE
Tendo atestado o óbito o(a)
Dr.(a): ALMIR GOMES DE CASTRO CRM-3126
foi sepultado no cemitério: PARQUE POTIRA

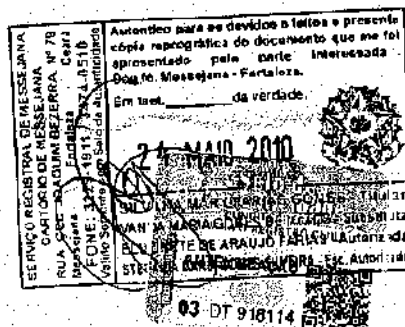
Observações: Registro feito aos 18 de outubro de 2004.

O referido é verdade. Dou fé.
Fortaleza, 25 DE JUNHO DE 2007

Oficial do Registro Civil

CARTÓRIO NORÕES MILFONT
Marcelo Martins de Norões Milfont
Escrivão Substituto

**VÁLIDO SOMENTE COM
SELO DE AUTENTICIDADE**



CARTÓRIO NORÕES MILFONT
REGISTRO CIVIL DA 4ª ZONA
Rua Castro e Silva, 38 - Fone: 3226.4172
Centro - CEP: 60.030-010
Cidade: Fortaleza - Ceará







Registro Civil das Pessoas Naturais

MESSEJANA - FORTALEZA - CEARÁ

64

Belª Silvana Mary Farias Gomes
OFICIAL

Vanda Maria Gomes de Matos
SUBSTITUTA

CERTIDÃO DE CASAMENTO

Certifico que, no livro nº B-16 de REGISTROS DE CASAMENTOS, as folhas 162, sob o número de ordem 3318, consta o termo de casamento de FRANCISCO CORDEIRO DA SILVA e FRANCISCA GOMES CASSIANO que passou a usar o nome de FRANCISCA GOMES DA SILVA, realizado no dia dezanove de janeiro de mil novecentos e sessenta e três, (19-01-1963), perante o(a) Sr(a). Juiz(a) de Casamentos Pedro Araújo Lima, e as testemunhas constantes no termo sendo:

O NUBENTE:
estado civil solteiro nascido em Pacajus, Estado do Ceará aos sete de dezembro de mil novecentos e quarenta e dois, (07-12-1942), profissão agricultor, domiciliado e residente neste Distrito, filho de MANUEL RIBEIRO DA SILVA e FRANCISCA CORDEIRO DA SILVA.

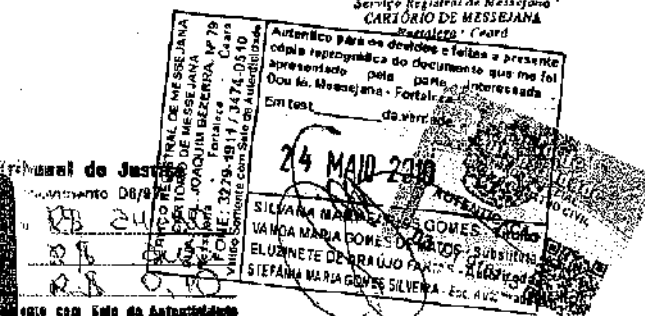
A NUBENTE:
estado civil solteira nascida em Lagoa Redonda, Fortaleza, Estado do Ceará aos trinta e um de dezembro de mil novecentos e quarenta e três, (31-12-1943), profissão doméstica, domiciliada e residente neste Distrito, filha de GERARDO GOMES DA SILVA e EMÍLIA CASSIANO GOMES.

O casamento foi realizado sob o regime da: Comunhão de Bens

O referido é verdade e dou fe
Messejana 17 de novembro de 2000

(O Oficial)

VANDA MARIA GOMES DE MATOS
Substituta
Serviço Registral de Messejana
CARTEIRO DE MESSEJANA
Messejana - Ceará



DIGITADO POR:

VISTO

RUA CORONEL JOAQUIM BEZERRA, 111 - FONE: (85) 229 1911
CEP 60.842-010 - MESSEJANA - FORTALEZA - CEARÁ





102

65

**EXCELENTÍSSIMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 12ª
UNIDADE DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E
CRIMINAIS DA COMARCA DE FORTALEZA - CE**

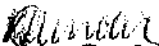
PROCESSO Nº 2007.14.01436-3 (55470) 07

Francisca Gomes da Silva, devidamente representada por sua patrona abaixo assinada, vem através desta requerer a juntada do documento anexo, qual seja o Boletim de Ocorrência, em original.

Informo ainda que este documento havia sido extraviado devido ao decurso do tempo, como foi informado na petição passada porém, a requerente conseguiu reaver o mesmo junto à Delegacia de Polícia.

Nestes Termos
Pede e Espera deferimento.

Fortaleza, 27 de maio de 2010.


Katarina Costa Alencar
OAB/CE 17657

09/14 27/05/2010 03:59:73 12a JUIZADO ESP. CÍVEL E CRIMINAL DE FOR









GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA DO 35. DISTRITO POLICIAL

BOLETIM DE OCORRÊNCIA N° 130 - 10534 / 2004

Registrado na DELEGACIA DO 35. DISTRITO POLICIAL

Dados da Ocorrência

Natureza do Fato: HOMICÍDIO CULPOSO NO TRÁFEGO

Data : Hora da Comunicação: 13/10/2004 10:17:09

Data : Hora da Ocorrência : 10/10/2004 17:27:09

Endereço da Ocorrência: AV BR-116

JANGURUSSU FORTALEZA /CE

Ponto de Referência: POSTO MARATÁ

Dados da(s) Vítima(s)

Nome: FRANCISCO CORDEIRO DA SILVA

Nascimento : 07/12/1941

RG: 2091010459579 Órgão Emissor: SSP - UF: CE - CPF:

Filiação: MANUEL RIBEIRO DA SILVA

FRANCISCA CORDEIRO DA SILVA

Endereço: R OLEGARIO MEMORIA

EDSON QUEIROZ

FORTALEZA CE BRASIL

Telefone:

Histórico

QUE COMPARECEU A ESTA DELEGACIA A PESSOA ACIMA IDENTIFICADA PARA COMUNICAR QUE FOI VITIMA DE ATROPELAMENTO FANTAL SEU PAI NA HORA E LOCAL ACIMA MENCIONADO, PELO VEICULO DE PLACA HUN-1473.E NADA MAIS DISSE.

Notificante(s)

Nome : FERNANDO ANTONIO GOMES DA SILVA

Endereço : TV SAO MIGUEL 129

Bairro : MESSEJANA

Município/UF : FORTALEZA CE BRASIL

Telefone: 2747350

DELEGACIA DESTINO: DELEGACIA DO 10. DISTRITO POLICIAL

RESPONSÁVEL PELO REGISTRO:

MATRÍCULA: 099697-1-3

RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO:

VISTO DO DELEGADO(A):

DELEGACIA DO 35. DISTRITO POLICIAL
R. Manoel de Sá, 100

Pág. 1 de 1

Impresso em 26/05/2010 09:12

010.080.012.150







ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE FORTALEZA
12ª UNIDADE DOS JUIZADOS ESPECIAIS
CÍVEIS E CRIMINAIS
Rua: Visconde de Mauá, 1940 - Aldeota

Processo nº 55.470/2007

SENTENÇA

Vistos etc.

Dispensado o relatório, com base no art. 38, da Lei 9.099/95.

Trata-se de Ação de Cobrança c/c com Pedido de Tutela Antecipada proposta por FRANCISCA GOMES DA SILVA contra BRADESCO SEGUROS S/A, ambos qualificados na inicial.

Em sede de inicial, a promovente alega ser beneficiária de FRANCISCO CORDEIRO DA SILVA, tendo o mesmo falecido em decorrência de acidente de trânsito no dia 10 de OUTUBRO de 2004. Alega ainda que após a comprovação do evento danoso, através de exaustiva documentação apresentada a promovida, bem como a legitimidade da promovente, tendo a mesma recebido pagamento indenizatório, no valor de R\$ 10.260,86 (dez mil, duzentos e sessenta reais e oitenta e seis centavos).

Afirma a promovente que o referido pagamento foi realizado em desconformidade com a legislação aplicável, uma vez que para a cobertura de "morte" do seguro DPVAT, o equivalente a 40 (quarenta) salários mínimos, que à época, representava a





quantia de R\$ 12.000,00 (doze mil reais).

68

Assim, requereu a complementação da quantia devida à título de Seguro Obrigatório - DPVAT, no valor de R\$ 2.204,00 (dois mil, duzentos e quatro reais).

É a síntese do necessário. Decido.

Inicialmente, cumpre esclarecer que, necessário se faz a decretação da revelia do promovido **BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS** já que, regularmente citado acerca da presente demanda, não compareceu à audiência conciliatória.

Neste sentido a jurisprudência:

"CIVIL - PROCESSO CIVIL - COBRANÇA - DIREITO DISPONÍVEL - REVELIA. 1. Em sede de Juizado Especial, a revelia é medida que se impõe quando a parte ré, a despeito de regularmente citada e intimada, não comparece à audiência de conciliação e tampouco apresenta justificativa plausível e imediata para sua ausência. 2. "A presunção de verdade que emana da revelia só pode ser descredenciada nos casos de alegações insustentáveis ou de colisão com elementos de convicção invencíveis constantes dos autos. Inexistindo nos autos evidências contrastantes com a veracidade fática oriunda da revelia, descabe cogitar da possibilidade de recusar os consectários jurídicos que lhe são consagrados pela ordem jurídica vigente." (20060110982017ACJ, Relator JAMES EDUARDO OLIVEIRA, Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do D.F., julgado em 21/08/2007, DJ 02/10/2007 p. 141) 3. Recurso conhecido e provido, por unanimidade. (TJDF, ACJ 682599720088070001 DF, Relatora: Maria de Fátima Rafael de Aguiar Ramos, Julgamento: 17/02/2009, 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do DF, Publicação: 16/03/2009)".

Posto isto, decreto a revelia da promovida restando verdadeiros os fatos afirmados pelo autor, conforme dispõe o art. 319 do CPC.





Da análise detida dos autos, vê-se assistir razão em parte, a promovente quanto à procedência das alegativas que sustenta na presente demanda.

A indenização decorrente do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais, causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres/DPVAT deve ser paga, sem dúvida, com base no salário mínimo, e em caso de morte o patamar é de 40(quarenta) salários, nos termos do art. 3º, letra a, da Lei N.º 6.194/74, verbis:

"Art. 3º - Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no artigo 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

a) 40 (quarenta) vezes o valor do maior salário mínimo vigente no País - no caso de morte".

As Leis 6.205/75 e 6.423/77, diferentemente da enfadonha e descabida tese defendida pela seguradora demandada, não revogaram o art. 3º da Lei 6.194/74, pois a vedação daquelas cinge-se à utilização do salário mínimo como coeficiente de atualização monetária e, por isso, não implicou em revogação ao art. 3º, letra a, da Lei N.º 6.194/74, que serve apenas como critério para o cálculo indenizatório do seguro obrigatório.

Farta a jurisprudência nesse tocante:

"CIVIL - SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) - VALOR QUANTIFICADO EM SALÁRIOS MÍNIMOS - INDENIZAÇÃO LEGAL - CRITÉRIO - VALIDADE - LEI N.º 6.194/74 - RECIBO - QUITAÇÃO - SALDO REMANESCENTE - I. O valor de cobertura do seguro obrigatório de responsabilidade civil de veículo automotor (DPVAT) é de quarenta salários mínimos, assim fixado consoante critério legal específico, não se confundindo com índice de reajuste e, destarte, não havendo incompatibilidade entre a norma especial da Lei n.º 6.194/74 e aquelas que vedam o uso do salário mínimo como parâmetro de correção monetária. Precedente da 2ª Seção do STJ (RESP n.º 146.186/RJ, Rel. P/ Acórdão Min. Aldir Passarinho Junior, por maioria, julgado em 12.12.2001). II. O recibo dado pelo beneficiário do seguro em relação à indenização paga a menor não o inibe de reivindicar, em juízo, a diferença em relação ao montante que lhe cabe de conformidade com a Lei que rege a espécie. III. Recurso Especial conhecido e provido". (STJ - RESP





70

296675 - SP - 4ª T. - Rel. Min. Aldir Passarinho Junior -
DJU 23.09.2002).

"AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT - MORTE - PAGAMENTO PARCIAL - NOS CASOS DE ACIDENTE DE TRÂNSITO EM QUE HAJA MORTE, INVALIDEZ PERMANENTE OU LESÕES CORPORAIS, O PAGAMENTO DO SEGURO DPVAT É DEVIDO NOS TERMOS DO ART. 3º DA LEI Nº 6.194/74 - FIXAÇÃO - PARÂMETRO EM SALÁRIO MÍNIMO - ADMISSIBILIDADE - RECURSO DA PARTE AUTORA NÃO CONHECIDO POR FALTA DE INTERESSE RECURSAL. RECURSO DA SEGURADORA RÉ CONHECIDO E IMPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA." (RECURSO CÍVEL Nº 32.2008.907.506-6, 6ª TURMA RECURSAL DOS JUÍZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS DO ESTADO DO CEARÁ, RELATOR: FRANCISCO LUCIANO LIMA RODRIGUES, JULGADO EM 19/08/2009).

Evidente, em face da clareza da norma (art. 3º a, da Lei nº 6.194/74), que a Resolução nº 35 da Superintendência de Seguros Privados/SUSEP, não poderia fixar, em caso de morte ou invalidez permanente, quantia inferior a 40(quarenta) salários mínimos, visto que cristaliza a infringência ao **princípio da hierarquia das normas**. Conclui-se, dessarte, que deve prevalecer a lei federal.

Em, a Lei que rege a matéria exige para o pagamento do seguro apenas registro de ocorrência policial e a prova de qualidade de beneficiários no caso de invalidez permanente. Tais exigências, conforme consta nos autos estão supridas pela autora.

In casu, é de se reconhecer a diferença a ser recebida pela autora deve tomar por base o valor do salário mínimo à época em que deveria ter recebido a indenização, conforme fartamente explicitado pela ré em sua contestação, o que implica que o saldo devedor importa na diferença entre o que foi recebido e os quarenta salários mínimos vigentes àquela época.

Assim, a verba a que a parte autora tem direito não foi devidamente paga, tomando-se por base o **salário mínimo vigente à época da liquidação do sinistro**, uma vez que recebeu apenas a quantia de R\$ 10.260,86 (dez mil, duzentos e sessenta reais e oitenta e seis centavos), fazendo jus ao recebimento da diferença, que importa em R\$ 1.739,14 (um mil, setecentos e trinta e nove





reais e catorze centavos).

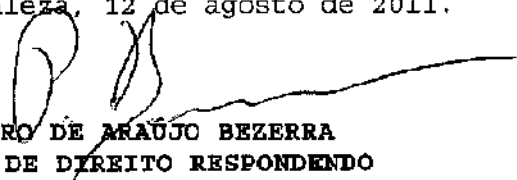
71

Diante do exposto, julgo **PROCEDENTE**, o pedidos formulado por **FRANCISCA GOMES DA SILVA** para condenar a promovida **BRADESCO SEGUROS S/A**, no pagamento de **R\$ 1.739,14 (um mil, setecentos e trinta e nove reais e catorze centavos)**, com incidência de juros legais e de correção monetária pelo INPC, desde a citação.

Sem custas processuais e demais despesas de sucumbência, nos termos da lei. Eventual recurso sujeito ao recolhimento das custas processuais, sob pena de deserção.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

Fortaleza, 12 de agosto de 2011.


PEDRO DE ARAÚJO BEZERRA
JUIZ DE DIREITO RESPONDENDO



CAVALHEIRO
Certifico que RECEBI e PUBLICUEI a
SENTENÇA do Juiz 67/91. Dom El.
Poderes. 27 1 09 1 A

João

Diretor de Secretaria





ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE FORTALEZA
12ª Unidade do Juizado Especial Cível e Criminal
Rua Visconde de Mauá, 1940, Aldeota

Handwritten signature

Processo nº 55.470/2007

CERTIDÃO DE ENVIO PARA DJ

CERTIFICO que foi enviado para publicação de despacho de fl.67/71,
expediente nº 095/2011. O referido é verdade. Dou fé.

Fortaleza/CE, 25 de outubro de 2011.

Handwritten signature
Marcos Cristian de Queiroz e Silva
p. DIRETOR DE SECRETARIA





DE MENDONÇA SILVA - VÍTIMA: O ESTADO. INTIMAR DA SENTENÇA DE FLS. 26: "VISTOS E ETC... CONSIDERANDO QUE O AUTOR DO FATO, ROBERTO WALLACE DE MENDONÇA SILVA, CUMPRIU INTEGRALMENTE A PENA IMPOSTA NA TRANSAÇÃO PENAL OFERTADA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO, CONFORME SE VERIFICA ÀS FLS. 21/24, DECLARO, POR SENTENÇA, EXTINTA A PUNIBILIDADE DO AUTOR DO FATO ACIMA CITADO, COM OBSERVÂNCIA COM O QUE DISPÕE O § 6º DO ART. 76 DA MENCIONADA LEI 9.099/95, DETERMINANDO, EM CONSEQUÊNCIA, O CANCELAMENTO DAS ANOTAÇÕES EFETUADAS EM FACE DESTES PROCESSOS, COM BAIXA NA DISTRIBUIÇÃO. ARQUIVEM-SE OS AUTOS, APÓS O TRÂNSITO EM JULGADO DESTA SENTENÇA. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. INTIME-SE FORTALEZA, 12 DE SETEMBRO DE 2011. DRA. MARIA CRISTIANE COSTA NOGUEIRA, JUÍZA DE DIREITO". INTIMAR DR. FRANCISCO ANTONIO QUEIROZ DOS SANTOS OAB/CE 7.030.

EXPEDIENTES DO JUIZADO ESPECIAL - 10ª UNIDADE COMARCA FORTALEZA - BAIRRO DE FATIMA

10ª UNIDADE DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL / JUIZADO MÓVEL
JUIZ TITULAR: MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO
DIRETORA DE SECRETARIA: ADRIANA FLÁVIA NOGUEIRA PINTO

PROCESSO Nº 5939-64.2010.8.06.0002/0 (TOMBO Nº 74.099/10). AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS. PROMOVENTE(S): WALDIR LEONOV TEIXEIRA LELIS. PROMOVIDO(A)(S): JOSE HUMBERTO LOPES RABELO. DESPACHO: R.H. (...) Intimar o(a) credor(a) para, querendo, manifestar-se sobre impugnação do devedor no prazo de 15 dias. Exp. Nec. Fortaleza-CE, 18/10/2011. INT. DRA. ANA MICHELLE BORGES FONTENELE, OAB/CE 16.766 (advogada do promovente).

PROCESSO Nº 6362-24.2010.8.06.0002/0 (TOMBO Nº 75.019/10). AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS. PROMOVENTE(S): WALESKA DAMASCENO DE AZEVEDO. PROMOVIDO(A)(S): TALITA MARIANE DE CASTRO GILLO. Fica intimado o advogado da promovente para se manifestar sobre a certidão de fls.26, no prazo de cinco dias. Fortaleza-CE, 26/10/2011. INT. DR. VALDECY TELES DA SILVA, OAB/CE 7.940 (advogado da promovente).

PROCESSO Nº 6388-22.2010.8.06.0002/0 (TOMBO Nº 76.023/10). AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS. PROMOVENTE(S): LEANDRO SOUSA REIS e LEONARDO SOUSA REIS. PROMOVIDO(A)(S): CRISTIANE ALVES DE ARAUJO. SENTENÇA: Vistos, etc... (...) Assim, em face da revelia acima declarada, julgo PROCEDENTE a presente ação, condenando a demandada na obrigação de pagar aos autores a quantia de R\$ 6.407,12 (...), valor este referente ao orçamento apresentado pelos mesmos. (...) P.R.I. Fortaleza-CE, 08/04/2011. INT. DR. WILSON MARQUES DE MATOS, OAB/CE 14.837 (advogado da promovida).

PROCESSO Nº 7087-85.2011.8.06.0002/0 (TOMBO Nº 77.496/11). AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS. PROMOVENTE(S): ANTONIO SIMÃO DA SILVA. PROMOVIDO(A)(S): DANIEL LAMOUNIER BEZERRA PAIM. Decisão Interlocutória: (...) Isto posto, dou por improcedente o pedido do exipiente, devendo o processo continuar nos seus ulteriores termos, oportunizando a Secretaria a certificação acerca da ocorrência do prazo para interposição do instrumento previsto no art.475-J, § 1º, do CPC. Int. Nec. Fortaleza-CE, 21/10/2011. INT. DR. PAULO HENRIQUE NUNES LIMA, OAB/CE 5.555 (advogado do promovente). INT. DR. PAULO FRANCO ROCHA DE LIMA, OAB/CE 9.378; DRA. CÍCIANE ROCHA DE LIMA, OAB/CE 18.159 e DRA. FATIMA WESLLYA FREIRE DE OLIVEIRA, OAB/CE 23.346 (advogados do promovido).

EXPEDIENTES DO JUIZADO ESPECIAL - 12ª UNIDADE COMARCA FORTALEZA - ALDEOTA

12ª UNIDADE DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS
JUIZ TITULAR: LUIZ ROBERTO OLIVEIRA DUARTE
DIRETOR DE SECRETARIA: MARCUS CRISTIAN DE QUEIROZ E SILVA
EXPEDIENTE Nº095 EM 25 DE OUTUBRO DE 2011

1) 2006.17.02234-8 - TOMBO: 52.000/2006 - AÇÃO INDENIZATÓRIA. PROMOVENTE: ANA ISABEL PEQUENO COSTA LIMA. PROMOVIDO: UNIMED DE FORTALEZA- COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO. DESPACHO: R.H. (...) ATUALIZE-SE O DÉBITO E INTIME-SE A UNIMED FORTALEZA- COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA, POR SEU ADVOGADO, ATRAVÉS DO DIÁRIO DA JUSTIÇA, NOS TERMOS DO ART. 475-J DO CPC. (...), FORTALEZA, 13 DE JULHO DE 2011. INT. DRA. CINTHIA ANDRÉIA MESQUITA SILVA OAB/CE 19.083.

2) 2005.0004.9456-7/0 - TOMBO: 26.974/2001 - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. PROMOVENTE: MARIA ARACI PORTO MACIEL. PROMOVIDO: PEDRO A.C. MONTEIRO INVEST ESP. ETHEL. DESPACHO: R. H. (...) FACE AO EXPOSTO. DETERMINO QUE SEJA REALIZADO O DESBLOQUEIO, VIA SISTEMA BACENJUD, DA QUANTIA ACIMA CERTIFICADA, NA CONTA DO BANCO SANTANDER. (...) FORTALEZA, 22 DE AGOSTO DE 2011. INT. DRA. ANGERT CARNEIRO OAB/CE 19.617 E DR. GUILHERME ROLA FARIAS OAB/CE 19.999.

3) 2004.17.02511-4 - TOMBO: 41.816/2004- AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS. PROMOVENTE: LUCIANA DE ALCÂNTARA DUMMAR AVELINO DE AZEVEDO. PROMOVIDA: BRADESCO SAÚDE S/A. DESPACHO: R.H. (...) INTIME-SE A PARTE EXECUTADA ACERCA DA CONSTRIÇÃO CONTRA SI EFETUADA, BEM COMO PARA APRESENTAR IMPUGNAÇÃO À EXECUÇÃO, EM 15 (QUINZE) DIAS, NOS TERMOS QUE DISPÕE O ARTIGO 475-J DO CPC. (...) FORTALEZA, 20 DE OUTUBRO DE 2011. INT. DRA. KILVIA MARA AGUIAR OAB/CE 14.608 E DR. RENATO TADEU RONDINA MANDALINI OAB/SP 115.762.

4) 2006.17.01981-9 - TOMBO: 51.664/2006 - ORDINARIA DE INDENIZAÇÃO. PROMOVENTE :EMANUEL DE JESUS BATISTA CARVALHO. PROMOVIDO: UNIMED. DESPACHO: R.H. (...) ANTE O EXPOSTO, CONVERTO EM PENHORA O VALOR ACIMA REFERIDO, NOS TERMOS DO ENUNCIADO 93 DO FONAJE, AO TEMPO EM QUE DETERMINO A TRANSFERÊNCIA DOS VALORES BLOQUEADOS PARA CONTA JUDICIAL REMUNERADA, À DISPOSIÇÃO DESTES JUIZADO, ATRAVÉS DO SISTEMA BACENJUD, BEM COMO O DESBLOQUEIO DO VALOR EXCEDENTE. (...) FORTALEZA, 24 DE OUTUBRO DE 2011." INT. DR. DAVID SOMBRA PEIXOTO OAB/CE 16.477 E DRA. PAULA OLIVEIRA COSTA SOUZA OAB/CE 17.778.

5) 2007.17.01436-3 - TOMBO: 55.470/2007- AÇÃO DE COBRANÇA - PROMOVENTE: FRANCISCA GOMES DA SILVA.





PROMOVIDO : BRADESCO SEGUROS S.A. SENTENÇA. VISTOS ETC. (...) DIANTE DO EXPOSTO, JULGO PROCEDENTE, O PEDIDO FORMULADO POR FRANCISCA GOMES DA SILVA PARA CONDENAR A PROMOVIDA BRADESCO SEGUROS S/A, NO PAGAMENTO DE R\$ 1.739,14 (UM MIL, SETECENTOS E TRINTA E NOVE REAIS E CATORZE CENTAVOS), COM INCIDÊNCIA DE JUROS LEGAIS E DE CORREÇÃO MONETÁRIA PELO INPC, DESDE A CITAÇÃO. (...) FORTALEZA, 12 DE AGOSTO DE 2011. INT. DRA. KATARINA COSTA ALENCAR OAB/CE 17.657 E DR. ARCELINI CALADO OAB/CE 16.075.

6) 2003.17.00915-0 - TOMBO: 29.240/2002 - AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C DE TUTELA. PROMOVENTE: LÚCIO FLÁVIO MOURA LOPES. PROMOVIDA: UNIMED. DESPACHO R.H. (...) INTIME-SE A PARTE EXECUTADA ACERCA DA CONSTRUÇÃO CONTRA SI EFETUADA, BEM COMO PARA APRESENTAR IMPUGNAÇÃO À EXECUÇÃO, EM 15(QUINZE) DIAS, NOS TERMOS QUE DISPÕE O ARTIGO 475-J DO CPC.(...) FORTALEZA, 20 DE OUTUBRO DE 2011. INT. DRA. KILVIA MARA AGUIAR OAB/CE 14.608 E DRA. MARTHA SALVADOR DOMINGUEZ OAB/CE 13.717.

7) 2007.17.01225-5 - TOMBO: 55.156/2007 - AÇÃO DE EXECUÇÃO. PROMOVENTE: EDSON APARECIDO PALHARES. PROMOVIDO: SAMUEL N. REPRESENTAÇÕES LTDA. DESPACHO. R.H.(...) INTIME-SE A PARTE PROMOVENTE, POR SEU ADVOGADO, ATRAVÉS DO DIÁRIO DA JUSTIÇA, NO PRAZO DE 10(DEZ) DIAS, PARA REQUERER O QUE FOR DE DIREITO, SOB PENA DE ARQUIVAMENTO.(...) FORTALEZA, 21 DE SETEMBRO DE 2011. INT. DR. OSVALDO DE SOUSA ARAÚJO FILHO OAB/CE 3.542.

8) 2007.17.01596-3 - TOMBO: 55.754/2007 - AÇÃO DE COBRANÇA. PROMOVENTE: PAULO HENRIQUE G. NASCIMENTO. PROMOVIDO: CIA EXCELSIOR DE SEGUROS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. VISTOS ETC.(...) DIANTE DO EXPOSTO, CONHEÇO DOS EMBARGOS DECLARATÓRIOS INTERPOSTOS PELA EMBARGANTE CONSTANTE ÀS FLS. 79/83. POR TEMPESTIVOS, PORÉM, DEIXO DE ACOLHER O RECURSO, POR NÃO HAVER QUALQUER OMISSÃO OU DÚVIDA A SER SUPRIDA, ESPECIALMENTE A APONTADA PELA EMBARGANTE, E NÃO VERIFICAR ALGUMA DAS HIPÓTESES ESTABELECIDAS NO ART. 48 DA LEI Nº 9.099/95.(...) FORTALEZA, 08 DE SETEMBRO DE 2011. INT. DR. SAMUEL MARQUES CUSTÓDIO DE ALBUQUERQUE OAB/PB 20.111-A E DR. AUDIC CAVALCANTE MOTA DIAS OAB/CE 16.100.

9) 2007.17.01483-5 - TOMBO: 55.544/2007 - AÇÃO DE COBRANÇA C/ PEDIDO DE JULGAMENTO ANTECIPADO. PROMOVENTE: EDULSON FERREIRA DE CASTRO. PROMOVIDO: CIA EXCELSIOR DE SEGUROS. DESPACHO. R.H.(...) INTIME-SE O ADVOGADO DO RECORRIDO PARA CONTRARRAZOAR, NO PRAZO LEGAL, QUERENDO, DECORRIDO O PRAZO, COM OU SEM MANIFESTAÇÃO DO RECORRIDO, FAÇAM AS ANOTAÇÕES NECESSÁRIAS E REMETAM OS AUTOS À CONSIDERAÇÃO DA DOUTA TURMA RECURSAL, COM OS NOSSOS CUMPRIMENTOS.(...) FORTALEZA, 19 DE OUTUBRO DE 2011. INT. DR. SAMUEL MARQUES CUSTÓDIO DE ALBUQUERQUE OAB/PB 20.111-A E DR. AUDIC CAVALCANTE MOTA DIAS OAB/CE 16.100.

10) 2007.17.01445-2 - TOMBO: 55.494/2007 - AÇÃO DE COBRANÇA C/ PEDIDO DE JULGAMENTO ANTECIPADO. PROMOVENTE: ANTÔNIO ESMAEL GONÇALVES. PROMOVIDO: CIA EXCELSIOR DE SEGUROS. SENTENÇA. VISTOS ETC.(...) DIANTE DO EXPOSTO, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE A AÇÃO PARA CONDENAR A RECLAMADA NO PAGAMENTO DE R\$ 12.110,00(DOZE MIL E CENTO E DEZ REAIS), COM INCIDÊNCIA DE JUROS DE 1% AO MÊS E DE CORREÇÃO MONETÁRIA PELO INPC, DESDE A CITAÇÃO.(...) FORTALEZA, 28 DE JULHO DE 2011. INT. DR. SAMUEL MARQUES CUSTÓDIO DE ALBUQUERQUE OAB/PB 20.111-A E DR. AUDIC CAVALCANTE MOTA DIAS OAB/CE 16.100.

11) 2007.17.00380-4 - TOMBO: 53.294/2007 - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. PROMOVENTE: CARLOS HENRIQUE MOTA. PROMOVIDO: TAM LINHAS AÉREAS. DESPACHO.(...) ATUALIZE-SE O DÉBITO E, CASO TENHA SALDO REMANESCENTE, INTIME-SE A TAM LINHAS AÉREAS S/A, POR SEU ADVOGADO, ATRAVÉS DO DIÁRIO DA JUSTIÇA, PARA QUE PROCEDA O PAGAMENTO DO VALOR REMANESCENTE, NO PRAZO DE 15(QUINZE) DIAS. INTIME-SE A PARTE CREDORA, POR SEU ADVOGADO, ATRAVÉS DO DIÁRIO DA JUSTIÇA, DESTE DESPACHO.(...) FORTALEZA, 08 DE SETEMBRO DE 2011. INT. DR. RODRIGO SARAIVA MARINHO OAB/CE 15.807 E DRA. ÉRIKA TORRES PASSOS MARINHO OAB/CE 17.042.

12) 2006.17.00962-7 - TOMBO: 49.554/2006 - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. PROMOVENTE: MICHEL KELSON TELES FROTA CAPOTE. PROMOVIDO: TIM NORDESTE. SENTENÇA. R.H. VISTOS ETC.(...) ANTE O EXPOSTO, COM ARRIMO NO ART. 269, I, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, JULGO IMPROCEDENTES OS PEDIDOS FORMULADOS PELO AUTOR, COMO MEDIDA DE DIREITO E DE JUSTIÇA.(...) FORTALEZA, 08 DE SETEMBRO DE 2011. INT. DRA. CHRISTIANNE GOMES DA ROCHA OAB/PE 20.335.

13) 2007.17.01599-8 - TOMBO: 55.758/2007 - AÇÃO DE COBRANÇA. PROMOVENTE: ANTÔNIO ALVES GADELHA. PROMOVIDO: CIA EXCELSIOR DE SEGUROS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. VISTOS ETC.(...) DIANTE DO EXPOSTO, CONHEÇO DOS EMBARGOS DECLARATÓRIOS INTERPOSTOS PELA EMBARGANTE CONSTANTE ÀS FLS.85/88. POR TEMPESTIVOS, PORÉM, DEIXO DE ACOLHER O RECURSO, POR NÃO HAVER QUALQUER OMISSÃO OU DÚVIDA A SER SUPRIDA, ESPECIALMENTE A APONTADA PELO (A) RECURSANTE, E NÃO VERIFICAR ALGUMA DAS HIPÓTESES ESTABELECIDAS NO ART. 48 DA LEI Nº 9.099/95.(...) FORTALEZA, 30 DE DEZEMBRO DE 2010. INT. DR. SAMUEL MARQUES CUSTÓDIO DE ALBUQUERQUE OAB/PB 20.111-A E DR. AUDIC CAVALCANTE MOTA DIAS OAB/CE 16.100.

14) 2007.17.01252-2 - TOMBO: 55.146/2007 - AÇÃO DE COBRANÇA. PROMOVENTE: FRANCISCO EVALDO GÔES DE CARVALHO. PROMOVIDO: CIA EXCELSIOR DE SEGUROS. SENTENÇA. VISTOS ETC.(...) DIANTE DO EXPOSTO, JULGO PROCEDENTE A AÇÃO, PARA O FIM DE CONDENAR A PROMOVIDA COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS A PAGAR AO PROMOVENTE FRANCISCO EVALDO GÔES DE CARVALHO A QUANTIA DE R\$ 12.837,50(DOZE MIL, OITOCENTOS E TRINTA E SETE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS), COM INCIDÊNCIA DE JUROS DE 1% AO MÊS E DE CORREÇÃO MONETÁRIA PELO INPC, DESDE A CITAÇÃO.(...) FORTALEZA, 05 DE AGOSTO DE 2011. INT. DR. SAMUEL MARQUES CUSTÓDIO DE ALBUQUERQUE OAB/PB 20.111-A E DR. AUDIC CAVALCANTE MOTA DIAS OAB/CE 16.100.

15) 2007.17.00347-7 - TOMBO: 53.292/2007 - AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS. PROMOVENTE: MARIA DE FÁTIMA SAMPAIO FROTA. PROMOVIDO: BANCO BRADESCO S/A. SENTENÇA. VISTOS ETC.(...) DIANTE DO EXPOSTO, E





ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE FORTALEZA
12ª Unidade do Juizado Especial Cível e Criminal
Rua Visconde de Mauá, 1940, Aldeota

76

Processo nº 55.470/2007

CERTIDÃO DE ENVIO PARA DJ

CERTIFICO que foi enviado para publicação, despacho de fls. 67/71,
expediente nº 099/2011. O referido é verdade. Dou fé.

Fortaleza/CE, 18 de Novembro de 2011.

Marcus Cristian de Queiroz e Silva
DIRETOR DE SECRETARIA





2) 2003.0011.9046-1/0 - TOMBO: 31.112/2002 - AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER E REPARAÇÃO DE DANOS MORAIS. PROMOVENTE: CLAUDIONOR PEREIRA PINHO. PROMOVIDO: ACC CARD ADMINISTRADORA DE CARTÕES E SERVIÇOS. DESPACHO. R. H. (...) ANTE O EXPOSTO, CONVERTO EM PENHORA O VALOR ACIMA REFERIDO, NOS TERMOS DO ENUNCIADO 93 DO FONAJE, AO TEMPO EM QUE DETERMINO A TRANSFERÊNCIA DOS VALORES BLOQUEADOS PARA CONTA JUDICIAL REMUNERADA, À DISPOSIÇÃO DESTES JUÍZADOS, ATRAVÉS DO SISTEMA BACENJUD, BEM COMO O DESBLOQUEIO DO VALOR EXCEDENTE. INTIME-SE O DR. IRAPUÁ CARVALHO DANTAS ACERCA DA CONDIÇÃO CONTRA SI EFETUADA, BEM COMO PARA APRESENTAR IMPUGNAÇÃO À EXECUÇÃO, EM 15 (QUINZE) DIAS, NOS TERMOS QUE DISPÕE O ARTIGO 475-J DO CPC. (...) FORTALEZA, 11 DE NOVEMBRO DE 2011. INT. DR. IRAPUÁ CARVALHO DANTAS OAB/CE 17.048.

3) 2006.17.00836-1 - TOMBO: 49.230/2006 - AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. PROMOVENTE: BRAUBEN PATRÍCIO MENEZES. PROMOVIDA: EDIFÍCIO MONTREAL I. SENTENÇA (...) DIANTE DO EXPOSTO, DECLARO A INCOMPETÊNCIA DO JUÍZADO ESPECIAL DE IGUAU PARA JULGAR O FEITO E, EM CONSEQUÊNCIA, NA FORMA DO ART. 61, II DA LEI Nº 9.099/95, EXTINGO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DE MÉRITO. (...) FORTALEZA, 31 DE OUTUBRO DE 2011. INT. DR. GRAUBEN PATRÍCIO MENEZES OAB/CE 10.893 E DR. RAIMUNDO ARIMATÉRIO AZEVEDO LIMA OAB/CE 10.099.

4) 2005.17.02405-5 - TOMBO: 47.038/2005 - AÇÃO DE COBRANÇA. PROMOVENTE: VALMIR GUEDES DE MOURA E RITA GOMES DE MOURA. PROMOVIDO: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS. SENTENÇA (...) DIANTE DO QUE FOI EXPOSTO ACIMA, E À LUZ DE TUDO O MAIS QUE CONSTA NOS AUTOS E DEMAIS PRINCÍPIOS E REGRAS PERTINENTES À ESPÉCIE, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO CONTIDO NA EXORDIAL PARA CONDENAR A RECLAMADA AO PAGAMENTO DE R\$ 12.000,00, COM INCIDÊNCIA DOS JUROS LEGAIS E DA CORREÇÃO MONETÁRIA DESDE A CITAÇÃO. (...) FORTALEZA, 08 DE SETEMBRO DE 2011. INT. DR. WILSON DE NORÕES MILFONTE NETO OAB/CE 15.248 E DR. SAMUEL MARQUES CUSTÓDIO OAB/PB 20.111-A.

5) 2007.17.01436-3 - TOMBO: 55.470/2007 - AÇÃO DE COBRANÇA C/PEDIDO DE TUTELA. PROMOVENTE: FRANCISCA GOMES DA SILVA. PROMOVIDO: BRADESCO SEGUROS S.A. SENTENÇA. VISTOS ETC. (...) DIANTE DO EXPOSTO, JULGO PROCEDENTE, O PEDIDO FORMULADO POR FRANCISCA GOMES DA SILVA PARA CONDENAR A PROMOVIDA BRADESCO SEGUROS S/A, NO PAGAMENTO DE R\$ 1.739,14 (UM MIL, SETECENTOS E TRINTA E NOVE REAIS E CATORZE CENTAVOS), COM INCIDÊNCIA DE JUROS LEGAIS E DE CORREÇÃO MONETÁRIA PELO INPC, DESDE A CITAÇÃO. (...) FORTALEZA, 12 DE AGOSTO DE 2011. INT. DRA. KATARINA COSTA ALENCAR OAB/CE 17.657 E DR. MANUEL MENDES DIOGO OAB/CE 21.154.

6) 2004.17.01187-3 - TOMBO: 38.738/2004 - AÇÃO DE COBRANÇA. PROMOVENTE: FRANCISCO LAURO HONÓRIO DE ABREU E ANTÔNIA ALDENICE ABREU. PROMOVIDA: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS. SENTENÇA (...) DIANTE DO QUE FOI EXPOSTO ACIMA, E À LUZ DE TUDO O MAIS QUE CONSTA NOS AUTOS E DEMAIS PRINCÍPIOS E REGRAS PERTINENTES À ESPÉCIE, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO CONTIDO NA EXORDIAL, PARA CONDENAR A RECLAMADA AO PAGAMENTO DE R\$ 1.245,20, COM INCIDÊNCIA DOS JUROS LEGAIS E DA CORREÇÃO MONETÁRIA DESDE A CITAÇÃO. (...) FORTALEZA, 31 DE OUTUBRO DE 2011. INT. DR. FRANCISCO JEAN OLIVEIRA DA SILVA OAB/CE 16.190 E DRA. LILIAN PAIVA CIDRÃO OAB/CE 13.115.

7) 2006.17.00665-6 - TOMBO: 48.698/2006 - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. PROMOVENTE: RAQUEL MENDONÇA WANDERLEY. PROMOVIDO: LAVANDERIA 5 À SEC. DESPACHO. R.H. (...) DIANTE DO QUE FOI EXPOSTO ACIMA, E À LUZ DE TUDO O MAIS QUE CONSTA NOS AUTOS E DEMAIS PRINCÍPIOS E REGRAS PERTINENTES À ESPÉCIE, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO CONTIDO NA EXORDIAL, PARA CONDENAR A RÉ AO PAGAMENTO DE R\$ 7.245,99, COM INCIDÊNCIA DOS JUROS LEGAIS E DA CORREÇÃO MONETÁRIA DESDE A CITAÇÃO. INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA, UMA VEZ QUE O AUTOR NÃO COMPROVOU OS REQUISITOS ESTABELECIDOS NO ART. 273 DO CPC. (...) FORTALEZA, 31 DE OUTUBRO DE 2011. INT. DR. JÚLIO DE ASSIS ARAÚJO BEZERRA LEITE OAB/CE 12.972 E DR. MANUEL MATEUS OAB/CE 17.180-B.

8) 2007.17.00029-1 - TOMBO: 52.586/2006 - AÇÃO DE COBRANÇA C/C TUTELA. PROMOVENTE: AMERINDA MARIA DIAS. PROMOVIDO: CIA EXCELSIOR DE SEGUROS. SENTENÇA (...) EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. VISTOS ETC. (...) DIANTE DO EXPOSTO, CONHEÇO DOS EMBARGOS DECLARATÓRIOS INTERPOSTOS PELA EMBARGANTE CONSTANTE ÀS FLS. 70/83, POR TEMPESTIVOS, PORÉM, DEIXO DE ACOLHER O RECURSO, POR NÃO HAVER QUALQUER OMISSÃO OU DÚVIDA A SER SUPRIDA, ESPECIALMENTE A APONTADA PELA EMBARGANTE, E NÃO VERIFICAR ALGUMA DAS HIPÓTESES ESTABELECIDAS NO ART. 48 DA LEI Nº 9.099/95. (...) FORTALEZA, 08 DE SETEMBRO DE 2011. INT. DR. SAMUEL MARQUES CUSTÓDIO DE ALBUQUERQUE OAB/PB 20.111-A E DR. AUDIC CAVALCANTE MOTA DIAS OAB/CE 16.100.

9) 2006.17.02475-6 - TOMBO: 52.505/2006 - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO C/C PEDIDO DE TUTELA. PROMOVENTE: FRANCISCA ROBERIA PAULA COSTA MONTENEGRO CARVALHO. PROMOVIDO: SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. SPC. SENTENÇA (...) DIANTE DO QUE FOI EXPOSTO ACIMA, E À LUZ DE TUDO O MAIS QUE CONSTA NOS AUTOS E DEMAIS PRINCÍPIOS E REGRAS PERTINENTES À ESPÉCIE, JULGO PROCEDENTE EM PARTE, O PEDIDO CONTIDO NA EXORDIAL, PARA O SÓ EFEITO DE CONDENAR O PROMOVIDO AO PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO AO PROMOVENTE EM RAZÃO DOS DANOS MORAIS A ELE CAUSADOS, NO VALOR DE R\$ 1.500,00. CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS MORATÓRIOS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DA SENTENÇA. (...) INT. DRA. ANA ELIZABETH MESQUITA MOREIRA OAB/CE 8.113 E DR. ANDRÉ LUIS NEGREIROS DE ALMEIDA OAB/CE 11.911.

10) 2006.17.02087-6 - TOMBO: 51.836/2006 - AÇÃO DE COBRANÇA. PROMOVENTE: CONDOMÍNIO ED. TABAJARA RESIDENCE SERVICE. PROMOVIDO: JOAQUIM LUCIANO R. DA FROTA. SENTENÇA (...) DESTA FORMA, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL, PARA O EFEITO DE CONDENAR O(A) REQUERIDO(A) NO PAGAMENTO DA QUANTIA DE R\$ 39.925,60 AO (À) PROMOVENTE, TUDO DE ACORDO COM OS DISPOSITIVOS LEGAIS CITADOS AO LONGO DESTES "DECISUM", REFERENTE AOS MESES DE CONDOMÍNIO EM ATRASO, MULTA E JUROS DE 01/02/2003 À 01/04/2010. (...) FORTALEZA, 08 DE SETEMBRO DE 2011. INT. DR. WAGNER BARREIRA FILHO OAB/CE 1.301 E DR. HERCULES SARAIVA DO AMARAL OAB/EC 13.643-B.







ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE FORTALEZA
12ª UNIDADE DOS JUÍZADOS ESPECIAIS
CÍVEIS E CRIMINAIS
Rua: Visconde de Mauá, 1940 - Aldeota

77

Processo nº 55.470/2007

CERTIDÃO

Certifico que a sentença de fls. 67/71 transitou em julgado, sem nada ter sido apresentado ou requerido. O referido é verdade. Dou fé.

Fortaleza, 13 de dezembro de 2011.

Qeell
Marcus Cristian de Queiroz e Silva
[Diretor de Secretaria

CONCLUSÃO

Nesta data faço estes autos conclusos ao
MM. Juiz desta Unidade.
Fortaleza, 13 de dezembro de 2011

Qeell
Marcus Cristian de Queiroz e Silva
[Diretor de Secretaria

R.h

Face a certidão supra, intime-se a parte autora para requerer a execução do julgado, no prazo de 10 dias, sob pena de arquivamento.

Intime-se o credor, por seu advogado, através do Diário da Justiça, deste despacho.

Expedientes necessários.

Fortaleza, 13 de dezembro de 2011.

[Assinatura]
LUIZ ROBERTO OLIVEIRA DUARTE
JUIZ DE DIREITO



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO 12ª. UNIDADE DO JUIZADO
ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE FORTALEZA-

CEARA
PROTOCOLO 12ª UJEC
RECEBI: PEDIDO
Data: 16 DE JUL DE 2018
Servidor: [assinatura]
Sistema: [assinatura]

781

Processo: 2007.17.01436-3 (TOMBO:55.470/2007)

Promovente: Francisca Gomes da Silva

Promovido: Bradesco Seguros S.A

FRANCISCA GOMES DA SILVA, já qualificada como autora nos autos desta AÇÃO DE COBRANÇA C/ PEDIDO DE TUTELA que move em face de **BRADESCO SEGUROS S.A.**, em trâmite perante este Ilmo. Juízo e respectivo cartório, vem à presença de V.Exa., requerer o **cumprimento da decisão** exarada no v. acórdão, conforme memória de cálculos em anexo, em estrita consonância com o julgado, onde se verifica que o valor final, atualizado até esta data, é de R\$ 3.136,06 (três mil, cento e trinta e seis reais e seis centavos).

Face ao exposto, a ora exequente requer que V. Exa. se digne:

- 1) Determinar a intimação do executado, Bradesco Seguros S.A., para pagamento do valor acima, no prazo legal, sob pena de incidência da multa de 10% sobre o valor da condenação prevista no art. 475J do CPC.
- 2) Acrescido da multa acima ao valor total da execução, que seja efetuado o bloqueio *on line* das contas bancárias do executado inadimplente pelo sistema BACENJUD e, havendo saldo, que seja penhorado e transferido para ficar a disposição deste nobre Juízo, em conta remunerada.
- 3) Da penhora, que seja intimado o executado para eventual oferecimento de impugnação e, decorrido o prazo *in albis*, que a quantia penhorada, devidamente corrigida, seja disponibilizada para saque da exequente, através do competente alvará, em nome de sua advogada, que subscreve este petição.

781





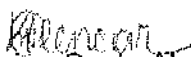
4) Havendo interposição de impugnação à presente execução, que ao final, sendo esta julgada improcedente, haja a condenação da executada/impugnante em honorários advocatícios da execução, no importe de 20%, além das custas e despesas processuais pelo não cumprimento voluntário da obrigação.

798

N. termos,

Pede e espera deferimento.

Fortaleza/Ce, 16 de Dezembro de 2011.


Katarina Costa Alencar

OAB/Ce nº. 17.657





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO 12ª. UNIDADE DO JUIZADO
ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE FORTALEZA-
CEARÁ

89

Processo: 2007.17.01436-3 (TOMBO:55.470/2007)

Promovente: Francisca Gomes da Silva

Promovido: Bradesco Seguros S.A

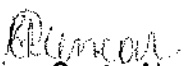
FRANCISCA GOMES DA SILVA, já qualificada como autora nos autos desta
AÇÃO DE COBRANÇA C/ PEDIDO DE TUTELA que move em face de
BRADESCO SEGUROS S.A, em trâmite perante este Ilmo. Juízo e
respectivo cartório, vem à presença de V.Exa., apresentar memória de
cálculo, conforme exposto a seguir:

Valor Principal: R\$ 1.739,14 (um mil, setecentos e trinta e nove
reais e quatorze centavos).

Juros Legais e Correção Monetária desde a data da citação em
25/02/2008: R\$ 1.396,92 (um mil, trezentos e noventa e seis reais e
noventa e dois centavos).

Valor atualizado até esta data: R\$ 3.136,06 (três mil, cento e trinta
e seis reais e seis centavos).

Fortaleza/CE, 16 de dezembro de 2011.


Katarina Costa Alencar

OAB/CE 17.657



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO 12ª. UNIDADE DO JUZADO
ESPECIAL CIVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE FORTALEZA-
CEARA

Processo: 2007.17.01436-3 (TOMBO:55.470/2007)

Promovente: Francisca Gomes da Silva

Promovido: Bradesco Seguros S.A

FRANCISCA GOMES DA SILVA, já qualificada como autora nos autos desta
AÇÃO DE COBRANÇA C/ PEDIDO DE TUTELA que move em face de
BRADESCO SEGUROS S.A, em trâmite perante este Ilmo. Juízo e
respeitivo cartório, vem à presença de V.Exa., apresentar memória de
cálculo, conforme exposto a seguir:

Valor Principal: R\$ 1.739,14 (um mil, setecentos e trinta e nove
reais e quatorze centavos).

Juros Legais e Correção Monetária desde a data da citação em
25/02/2008: R\$ 1.396,92 (um mil, trezentos e noventa e seis reais e
noventa e dois centavos).

Valor atualizado até esta data: R\$ 3.136,06 (três mil, cento e trinta
e seis reais e seis centavos).

Fortaleza/CE, 16 de dezembro de 2011.

Katrina Costa Alencar

OAB/CE 17.657





ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE FORTALEZA
12ª UNIDADE DOS JUIZADOS ESPECIAIS
CÍVEIS E CRIMINAIS
Rua: Visconde de Mauá, 1940 - Aldeota

Processo: 55.470/2007

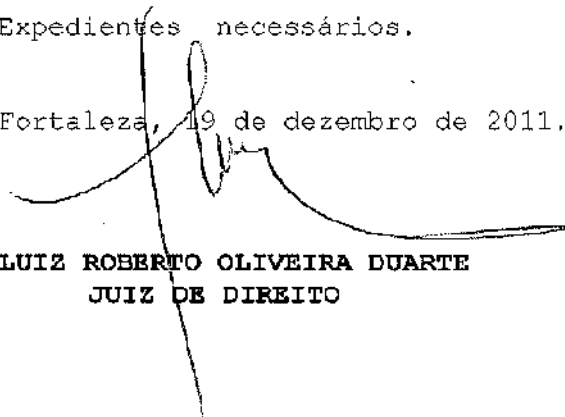
DESPACHO

R. h.

Atualize-se o débito e intime-se a **BRDESCO SEGUROS S/A**, por seu advogado, através do Diário da Justiça, nos termos do Art.475-J do CPC.

Expedientes necessários.

Fortaleza, 19 de dezembro de 2011.


LUIZ ROBERTO OLIVEIRA DUARTE
JUIZ DE DIREITO





82

**Cálculo de Atualização Monetária para simples verificação
Correção a partir de Março/1965
INPC atualizado até Dezembro/2011**

CORREÇÃO MONETÁRIA (dd/mm/aaaa)

Data Inicial....: 17/10/2007

Data Término.: 09/01/2012

RESULTADO DO CALCULO (em Real)

Total R\$ 3.338,43

Índices: INPC

PRINCIPAL (moeda da época - nnnnnn,nn)

Valor.....: 1736,14

PRINCIPAL (atualizado em Real)

Valor R\$ 2.210,88

ACESSÓRIOS (percentual - nn,nnnn)

Juros (am).....: 1 %

Multa.....: %

Advogado.....: %

ACESSÓRIOS (atualizado em Real)

Valor dos Juros R\$ 1.127,55

Calcular Limpar Ajuda

Processo nº 55.470/2007

Baseado em sentença de fls. 67/71.

João
605998







ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE FORTALEZA
12ª Unidade do Juizado Especial Cível e Criminal
Rua Visconde de Mauá, 1940, Aldeota

Processo nº 55470/07.

CERTIDÃO DE ENVIO PARA DJ

CERTIFICO que foi enviado para publicação, despacho/sentença
de fls. 85, expediente nº 02/2012. O referido é verdade. Dou fé.
Fortaleza/CE, 27/02/2012.

p/ Fº Wagner Silva 9248
Marcos Cristian de Queiroz e Silva
DIRETOR DE SECRETARIA





15) 2006.17.02142-2 - TOMBO: 51.792/2006 - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. PROMOVENTE: RICARDO DOMINGUES DE MATTOS. PROMOVIDO: TIM CELULAR S/A. SENTENÇA (...) A JUSTIFICATIVA DO AUTOR PARA FALTAR À AUDIÊNCIA DESIGNADA NÃO PODE SER ACEITA, UMA VEZ QUE TEVE O PRAZO APROXIMADO DE 20 DIAS PARA VIAJAR DE BRASÍLIA (SEU NOVO DOMICÍLIO) A FORTALEZA, A FIM DE CHEGAR TEMPESTIVAMENTE PARA O ATO, PRINCIPALMENTE SE LEVARMOS EM CONSIDERAÇÃO O TEMPO DA VIAGEM FEITA POR TRANSPORTE AÉREO, CONFORME MENCIONADO NA PETIÇÃO DE FLS. 119. ASSIM, ESTANDO CONFIGURADA A HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA LEGAL, DETERMINO A EXTINÇÃO DO FEITO, SEM JULGAMENTO DE MÉRITO COM BASE NO ARTIGO SUPRACITADO. (...). FORTALEZA, 15 DE NOVEMBRO DE 2011. INT. DR. JOAQUIM CABRAL DE MELO NETO OAB/PE 27.112 E DRA. CECÍLIA DINIZ GUERRA E SILVA OAB/BA 24.514 E DRA. CRISTIANE PINHEIRO DIOGENES OAB/CE 13.446 E DRA. MARIA CRISTIANE MEIRELES DE OLIVEIRA OAB/CE 15.511.

16) 3632-75.2011.8.06.9000/0 - TOMBO: 34.784/2007 - AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA COM PEDIDO DE JULGAMENTO ANTECIPADO. PROMOVENTE: NAZIRA MESQUITA DE OLIVEIRA. PROMOVIDO: CIA EXCELSIOR DE SEGUROS S/A. SENTENÇA R.H. (...). ISTO POSTO, HOMOLOGO POR SENTENÇA O ACORDO CELEBRADO PELAS PARTES ACIMAMENCIONADAS, PARA QUE SURTA SEUS EFEITOS JURÍDICOS E LEGAIS, E EM CONSEQUÊNCIA, JULGO EXTINTO O PRESENTE FEITO, COM JULGAMENTO DO MÉRITO, NOS TERMOS DO ARTIGO 269, III DO CPC. (...). FORTALEZA, 11 DE JANEIRO DE 2012. INT. DR. AUDIC CAVALCANTE MOTA DIAS OAB/CE 18.100 E DR. SAMUEL MARQUES CUSTÓDIO DE ALBUQUERQUE OAB/CE 20.873-A.

17) 2007.17.01436-3 - TOMBO: 55.470/2007 - AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA. PROMOVENTES: FRANCISCA GOMES DA SILVA. PROMOVIDA: BRADESCO SEGUROS S.A. DESPACHO. R.H. (...) ATUALIZE-SE O DÉBITO E INTIME-SE O BRADESCO SEGUROS S/A, POR SEU ADVOGADO, ATRAVÉS DO DIÁRIO DA JUSTIÇA, NOS TERMOS DO ART. 475-J DO CPC. (...) FORTALEZA, 19 DE DEZEMBRO DE 2011. INT. DR. EMANUEL MENDES DIOGO OAB/CE 21.154 E DR. JOÃO BARBOSA OAB/RJ 134.307

12ª UNIDADE DOS JUÍZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS
JUÍZA RESPONDENDO: MARIA LÚCIA FALCÃO NASCIMENTO
DIRETOR DE SECRETARIA: MARCUS CRISTIAN DE QUEIROZ E SILVA
EXPEDIENTE Nº003 EM 17 DE FEVEREIRO DE 2012

1) 2007.17.01716-8 - TOMBO: 56.082/2007 - AÇÃO DE COBRANÇA COM PEDIDO DE JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. PROMOVENTE: EDERSON DA SILVA DUTRA. PROMOVIDO: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS. SENTENÇA (...) ISTO POSTO, DECRETO A EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO, O QUE FAÇO COM AMPARO NO ART. 794, INCISO I DO CPC. EXPEÇA-SE ALVARÁ DE LEVANTAMENTO DA QUANTIA DEPOSITADA ÀS FLS. 83/84, NO VALOR DE R\$ 17.952,33 (DEZESSETE MIL, OITOCENTOS E CINQUENTA E DOIS REAIS E TRINTA E TRÊS CENTAVOS), EM PROL DA PARTE CREDORA. (...) FORTALEZA, 17 DE AGOSTO DE 2011. INT. DR. JEFERSON CAVALCANTE DE LUCENA OAB/CE 18.340 E DR. AUDIC CAVALCANTE MOTA DIAS OAB/CE 18.100 E DR. MARQUES CUSTÓDIO DE ALBUQUERQUE. OAB/CE 20.873-A E DR. SAMUEL MARQUES OAB/CE 20.873-A

2) 2006.17.00490-0 - TOMBO: 48.436/2006 - AÇÃO DE COBRANÇA COM PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. PROMOVENTE: RAIMUNDA MUNIZ VIEIRA. PROMOVIDO: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS. SENTENÇA (...) DIANTE DO EXPOSTO, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE A AÇÃO, PARA O FIM DE CONDENAR A PROMOVIDA COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS A PAGAR A PROMOVENTE RAIMUNDA MUNIZ VIEIRA A QUANTIA DE R\$ 5.245,99 (CINCO MIL, DUZENTOS E QUARENTA E CINCO REAIS E NOVENTA E NOVE CENTAVOS), COM INCIDÊNCIA DE JUROS LEGAIS E DE CORREÇÃO MONETÁRIA PELO INPC, DESDE A CITAÇÃO. (...) FORTALEZA, 09 DE AGOSTO DE 2011. INT. DR. EMANUEL MENDES GUEDES DIOGO OAB/CE 21.154 E DR. PEDRO HENRIQUE BANDEIRA SOUSA OAB/RJ 155.834 E DR. WILSON DE NORÕES MILFONTE NETO OAB/CE 15.248

3) 2005.17.02368-7 - TOMBO: 47.036/2005 - AÇÃO DE COBRANÇA COM PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. PROMOVENTE: LUCIANO DA SILVA PEREIRA E MARILENE COSTA PEREIRA. PROMOVIDO: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS. SENTENÇA (...) DIANTE DO EXPOSTO, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE A AÇÃO, PARA O FIM DE CONDENAR A PROMOVIDA COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS A PAGAR AOS PROMOVENTES LUCIANO DA SILVA PEREIRA E MARILENE COSTA PEREIRA A QUANTIA DE R\$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS), ACRESCIDOS DE JUROS DE 1% (UM POR CENTO) AO MÊS E DE CORREÇÃO MONETÁRIA PELO INPC, DESDE A CITAÇÃO. (...) FORTALEZA, 09 DE AGOSTO DE 2011. INT. DR. SAMUEL MARQUES CUSTÓDIO DE ALBUQUERQUE OAB/PE 20.111-A E DR. WILSON DE NORÕES MILFONTE NETO OAB/CE 15.248

4) 2003.17.00634-7 - TOMBO: 32.764/2003 - AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS. PROMOVENTE: ANA CRISTINA PELOSI SILVA DE MACEDO. PROMOVIDA: GRANISTONE. SENTENÇA R.H. (...). ISTO POSTO, HOMOLOGO POR SENTENÇA, O ACORDO CELEBRADO PELAS PARTES ACIMAMENCIONADAS, PARA QUE SURTA SEUS EFEITOS JURÍDICOS E LEGAIS, E EM CONSEQUÊNCIA, JULGO EXTINTO O PRESENTE FEITO, COM JULGAMENTO DO MÉRITO, NOS TERMOS DO ARTIGO 269, III DO CPC. (...) FORTALEZA, 26 DE OUTUBRO DE 2011. INT. DRA. MARIA IRACI SAMPAIO BARRETO OAB/CE 13.416 E DRA. LILIAN MARQUES SARMENTO OAB/CE 14.016.

5) 2006.17.01316-9 - TOMBO: 45.062/2005 - AÇÃO DE COBRANÇA. PROMOVENTE: CONDOMÍNIO EDIFÍCIO CHAMPS ELYSÉES. PROMOVIDO: JOSÉ FRANCISCO LOBO. SENTENÇA R.H. (...) EM REQUERIMENTO DE FL. 87, A PARTE PROMOVENTE INFORMOU QUE O PROMOVIDO REALIZOU O PAGAMENTO INTEGRAL DA DÍVIDA, REQUERENDO A EXTINÇÃO DA PRESENTE AÇÃO. ISTO POSTO, DECRETO A EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO, O QUE FAÇO COM AMPARO NO ART. 794, INCISO I DO CPC. (...) FORTALEZA, 18 DE AGOSTO DE 2011. INT. DR. RAIMUNDO GUALBERTO CARDOSO FILHO OAB/CE 11.331 E DR. JOSÉ FRANCISCO FERREIRA REBOUÇAS OAB/CE 4.697.

6) 3495-93.2011.8.06.9000/0 - TOMBO: 54.910/2007 - AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA. PROMOVENTE: ELIAS CLAYTON R. PESSOA. PROMOVIDO: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS. SENTENÇA (...) ISTO POSTO, DECRETO A EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO, O QUE FAÇO COM AMPARO NO ART. 794, INCISO I DO CPC. EXPEÇA-SE ALVARÁ DE



JUNTADA

depo juntada a este autos *PERÍCIAS*
que diante se segue *5* (cinco ou mais)
documentos anexos.
Folha *02* de *MURCO 2012*

Director(a) do Departamento



11.16

150177 - CI / 2007-12146 / MOR

858

JOÃO BARBOSA Advogados Associados

João Barbosa	Flávia Nonato	Gabrielle Souza	Cristina Ferreira
Henrique A. F. Motta	Evelyn Castillo	Nicole Riente	Vivian S. de Araújo
Fábio João Soito	Osmar Aquino	Patricia Diogo	Augusto Acquarone
João Paulo Martins	Rafael Bandeira	Graziela Cruz	Wagner Rodrigues
Joselaine Maura Figueiredo	Fernando Silveira	Jonatã T. Brandão Lima	Amanda Mendes
Marcelo Côco	Flávia Seixas	Roberta Marinho	
Fernando Barbosa	Natália Quirino	Amanda Silva	
Alessandra Modolo	Cecília Chequer	Tiago Stoler	

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO XII JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA
COMARCA DE FORTALEZA / CE.

PROTOCOLO 12º UJEC
RECEBI <u>petição</u>
Data 01/03/2013 16:45

Secretaria de Administração

Processo nº 554702007

BRADESCO SEGUROS S.A., empresa seguradora já qualificada nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT**, que lhe promove **FRANCISCA GOMES DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem, respeitosamente, à presença de V. Exa., expor e ao final requerer o que segue:

Inicialmente, ressalta a ré que a r. sentença foi publicada no dia **22/11/2011**.

Contudo, a ré tomou ciência do teor do *decisum* tão somente com a publicação da intimação que determinou à exequente que atualize os cálculos da execução, ocorrida em **03/02/2012**.

Ocorre, a referida sentença **NÃO FOI PUBLICADA** em nome do patrono da Ré, **DR. EMANUEL MENDES GUEDES DIOGO, OAB/CE sob o nº 21.154**, conforme requerido pela ré, sob pena de nulidades das intimações.

Como se constata, a publicação da r. sentença se deu em nome do seguinte advogado: **DR. MANUEL MENDES DIOGO**.





86
Em razão do equívoco, a ré não foi intimada da r. sentença, não tomando ciência do decisum condenatório em momento hábil a prática de eventual recurso ou pagamento da condenação.

Cabe salientar o teor do art. 183, caput, e §§ 1º e 2º, do Código de Processo Civil, que assim dispões:

"Art. 183 - Decorrido o prazo, extingue-se, independentemente de declaração judicial, o direito de praticar o ato, ficando salvo, porém, à parte provar que não realizou por justa causa.

§ 1º - Reputa-se justa causa o evento imprevisto, alheio à vontade da parte, e que a impediu de praticar o ato por si ou por mandatário.

§ 2º - Verificada a justa causa o juiz permitirá à parte a pratica do ato no prazo que lhe assinar."

Isto posto, haja vista a justa causa na ausência de interposição de recurso, requer a republicação da sentença, e por conseguinte, a devolução do prazo recursal, possibilitando a ré o exercício de seu direito de defesa, consubstanciado no seu direito a revisão de sentença.

Para fins do expresso no artigo 39, inciso I, do Código de Processo Civil, fornece-se o endereço Rua João Carvalho, n 775, Aldeota, CEP: 60140-140, Fortaleza-CE, tel./fax: (85) 3021-6855 e ainda, que seja observado exclusivamente o nome do advogado EMANUEL MENDES GUEDES DIOGO, inscrito na OAB/CE sob o n.º 21.154, para efeito de intimações futuras, sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes Termos,
Peda Deferimento.
Fortaleza, 08 de fevereiro de 2012.

João Barbosa
OAB/PE 4.246

Henrique A F Motta
OAB/RJ 113.815

Fabio João Soito
OAB/RJ 114.089


Emanuel Mendes Guedes Diogo
OAB/CE 21.154

Rua São José nº 90 grupo 810 a 812 Centro Rio de Janeiro/RJ Cep: 20010-020
PABX: 21-3265-5600 FAX: 21-3265-5622/3265-5628
corporativo@joaobarbosaadvass.com.br





Processo físico 55.470/07





ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE FORTALEZA
12ª UNIDADE DOS JUIZADOS ESPECIAIS
CÍVEIS E CRIMINAIS

CERTIDÃO

Processo nº 55.470/2007

Certifico, na forma facultada por lei, decorreu o prazo pelo MM. Juiz concedido à executada nos termos do art. 475-J do CPC. O referido é verdade. Dou fé. Remeto os autos ao contador.

Fortaleza, 22 de março de 2012.


Marcus Cristian de Queiroz e Silva
Diretor de Secretaria

Rua Visconde de Mauá, 1940 – Aldeota – Fortaleza – CE – CEP 60125-160 – Fone: 85.3433.1260







ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE FORTALEZA
12ª UNIDADE DOS JUÍZADOS ESPECIAIS
CÍVEIS E CRIMINAIS
Rua: Visconde de Mauá, 1940 - Aldeota

88/4

Processo nº 55.470/2007
DESPACHO

R.h

Em petição de fl. 85/86, a parte executada requereu a devolução de prazo, uma vez que na publicação da sentença de fls. 67/71, a publicação saiu em nome do Dr. Manuel Mendes Diogo OAB/CE 21.154, quando na verdade seria Dr. Emanuel Mendes Diogo OAB/CE 21.154.

Compulsando detidamente os presentes autos, verifiquei que na publicação de fls. 76, realmente saiu a intimação do Dr. Manuel Mendes Diogo, quando deveria ser Emanuel Mendes Diogo, porém o número do processo, as partes e o teor do despacho foi feito de maneira correta. A meu ver, não se deve declarar a nulidade da publicação da sentença, uma vez que o erro é insignificante e seria possível a identificação do processo.

Neste sentido trago o seguinte julgado:

INTIMAÇÃO. ERRO NA GRAFIA DO NOME DO ADVOGADO. POSSIBILIDADE DE IDENTIFICAÇÃO DO FEITO. AUSÊNCIA DE PREJÚZO. 1. Não se deve declarar a nulidade da publicação de acórdão do qual conste, com grafia incorreta, o nome do advogado se o erro é insignificante (troca de apenas uma letra) e é possível identificar o feito pelo exato nome das partes e número do processo. (REsp 254.267/SP, Rel. Min. Eliana Calmon, 2ª Turma, DJ de 08.04.2002). 2. A abreviatura de sobrenomes é prática comum nas intimações judiciais, não inviabilizando a ciência por parte de seu patrono, a gravação de 'RODRIGO B CURI', enquanto seu nome correto é 'RODRIGO BRANDEBURGO CURI', mormente em face da correção das demais informações processuais. 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (704902 SC 2005/0146264-4, Relator: Ministro VASCO DELLA





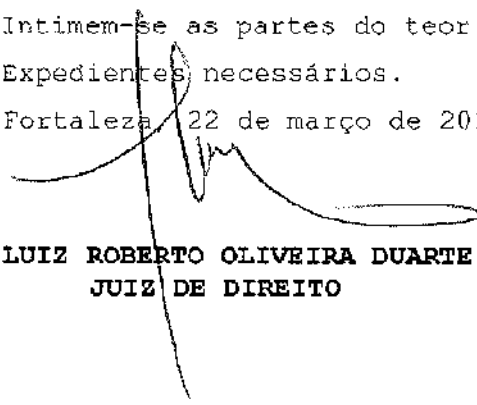
GIUSTINA (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/RS), Data de
Julgamento: 07/04/2011, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de
Publicação: DJe 15/04/2011).

Isto posto, **INDEFIRO** o pedido de fls. 85/86.
Certifique-se o decurso do prazo da publicação de fls. 84, e
empós, atualize-se o débito e proceda-se ao bloqueio on-line de
ativos financeiros no nome de **BRDESCO SEGUROS S/A (CNPJ
33.055.146/0001-93)**, até o limite do valor atualizado do débito.

Intimem-se as partes do teor deste despacho.

Expedientes necessários.

Fortaleza 22 de março de 2012.


LUIZ ROBERTO OLIVEIRA DUARTE
JUIZ DE DIREITO





Cálculo de Atualização Monetária para simples verificação
Correção a partir de Março/1965
INPC atualizado até Fevereiro/2012

CORREÇÃO MONETÁRIA (dd/mm/aaaa)

Data Inicial: 09/01/2012

Data Término: 22/03/2012

RESULTADO DO CALCULO (em Real)

Total R\$ 3.816,56

Índice: INPC

PRINCIPAL (moeda da época - nnnnnn,nn)

Valor: 3338,43

PRINCIPAL (atualizado em Real)

Valor R\$ 3.368,54

ACESSÓRIOS (percentual - nn,nnnn)

Juros (an): 1 %

Multa: 10 %

Advogado: %

ACESSÓRIOS (atualizado em Real)

Valor dos Juros R\$ 101,06

Valor da Multa R\$ 346,96

Processo nº 55.470/07

Baseado em cálculo de fl.

Multa do art. 475-J do CPC.

Goellho
600978







ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE FORTALEZA
12ª Unidade do Juizado Especial Cível e Criminal
Rua Visconde de Mauá, 1940, Aldeota

Processo nº 55470/07.

CERTIDÃO DE ENVIO PARA DJ

CERTIFICO que foi enviado para publicação, despacho/sentença
de fls. 88/89, expediente nº 50 /2012. O referido é verdade. Dou fé.
Fortaleza/CE, 09/04/2012.

P/ Fº Wagner Silva
Marcos Cristian de Queiroz e Silva
DIRETOR DE SECRETARIA







DEZOITO REAIS E VINTE E CINCO CENTAVOS) E NO VALOR DE R\$ 1.440,47 (UM MIL, QUATROCENTOS E QUARENTA REAIS E QUARENTA E SETE CENTAVOS), AMBOS EM PROL DA PARTE CREDORA (...). FORTALEZA, 23 DE JANEIRO DE 2012." INT. DR. ALFREDO LEOPOLDO FURTADO PEARCE OAB/CE 9.698; DR. GUSTAVO LEAL OAB/CE 10.682; DR. JOAQUIM ROCHA DE LUCENO NETO OAB/CE 16.042; DR. JOSÉ MENESCAL DE ANDRADE JÚNIOR OAB/CE 6.018 E DR. GIOVANNI PAULO DE VASCONCELOS SILVA OAB/CE 8.579.

3) 2008.0032.8232-1 - TOMBO: 55.470/2007 - AÇÃO DE COBRANÇA COM PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. PROMOVENTE: FRANCISCA GOMES DA SILVA. PROMOVIDA: BRADESCO SEGUROS S/A. DESPACHO. R.H.(...) ISTO POSTO, INDEFIRO O PEDIDO DE FLS. 85/86. CERTIFIQUE-SE O DECURSO DO PRAZO DA PUBLICAÇÃO DE FLS. 84, E EMPÓS. ATUALIZE-SE O DÉBITO E PROCEDA-SE AO BLOQUEIO ON-LINE DE ATIVOS FINANCEIROS NO NOME DE BRADESCO SEGUROS S/A (CNPJ 33.055.146/0001-93), ATÉ O LIMITE DO VALOR ATUALIZADO DO DÉBITO(...). FORTALEZA, 16 DE DEZEMBRO DE 2011. INT. DR. EMANUEL MENDES DIOGO OAB/CE 21.154 E DRA. KATARINA COSTA ALENCAR OAB/CE 17.657

4) 2004.17.00835-0 - TOMBO: 38.226/2004 - AÇÃO DE COBRANÇA DE SALDO REMANESCENTE. PROMOVENTE: MARIA STELA PEREIRA DE OLIVEIRA. PROMOVIDA: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS. DESPACHO. R.H.(...) ISTO POSTO, DEFIRO O PEDIDO DE FLS. 70/71, PARA O FIM DE DETERMINAR A INTIMAÇÃO DA PROMOVIDA, NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, POR SEUS ADVOGADOS, VIA DIÁRIO DA JUSTIÇA, PARA FORNECER A ESTE JUÍZO A CÓPIA INTEGRAL DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO EM NOME DA PARTE AUTORA, SOB PENA DE MULTA DIÁRIA DE R\$ 100,00 (CEM REAIS) FORTALEZA, 27 DE OUTUBRO DE 2011. INT. DR. FRANCISCO JEAN OLIVEIRA SILVA OAB/CE 16.190 E DR. SAMUEL MARQUES CUSTÓDIO DE ALBUQUERQUE OAB/CE 20.873-A

5) 2003.17.00131-0 - TOMBO: 32.542/2003 - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS COM OBRIGAÇÃO DE FAZER. PROMOVENTE: FRANCISCO DE ASSIS ALVES CALDAS. PROMOVIDO: HAPVIDA - ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA. DESPACHO. R. H. (...) SOBRE PETIÇÃO DE FLS. 150/157, FALE A PARTE PROMOVENTE, EM 10 (DEZ) DIAS, ATRAVÉS DE SEU ADVOGADO, VIA DJ ELETRÔNICO (...). FORTALEZA, 27 DE MARÇO DE 2012. INT. DR. RENATO LUIS LEITE BARBOSA BARROSO OAB/CE 15.300

6) 2007.17.00378-7 - TOMBO: 53.326/2007 - RESTITUIÇÃO DE QUANTIA PAGA C/C DANOS MORAIS. PROMOVENTES: ANTÔNIO MÉRIO FREIRE BATISTA VIEIRA. PROMOVIDA: SUL AMÉRICA CAPITALIZAÇÃO S/A. DESPACHO R.H.(...) INTIME-SE A PARTE EXEQUENTE, POR SEU ADVOGADO, ATRAVÉS DO DIÁRIO DA JUSTIÇA, PARA SE MANIFESTAR, NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, SOBRE A RESPOSTA DE OFÍCIO DE FLS. 52, SOB PENA DE EXTINÇÃO.(...). FORTALEZA, 11 DE AGOSTO DE 2011. INT. DR. ANTONIO RODRIGUES DA SILVA OAB/CE 10.558

7) 2005.17.00706-1 - TOMBO: 43.963/2005 - AÇÃO ORDINÁRIA DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO. PROMOVENTE: FRANCISCO JOSÉ DO NASCIMENTO. PROMOVIDO: BANCO BMG S/A. DESPACHO. R.H. (...) INTIME-SE A PARTE PROMOVENTE, POR SEU ADVOGADO, ATRAVÉS DO DIÁRIO DA JUSTIÇA, PARA FALAR, NO PRAZO DE 05(CINCO) DIAS, SOBRE DEPÓSITO JUDICIAL DE FLS. 108/110(...). FORTALEZA, 05 DE ABRIL DE 2011. INT. DRA. ALESSIA PIOL OAB/CE 16.492

8) 2008.17.00132-8 - TOMBO: 56.338/2008 - AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO. PROMOVENTE : KLEBER LIMA. PROMOVIDO: BRADESCO SEGUROS S/A. SENTENÇA(...) ISTO POSTO, DECRETO A EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO, O QUE FAÇO COM AMPARO NO ART. 794, INCISO I DO CPC. EXPEÇAM-SE ALVARÁS DE LEVANTAMENTO DA QUANTIA BLOQUEADA ÀS FLS. 222/224, NO VALOR DE R\$ 5.810,88 (CINCO MIL, OITOCENTOS E DEZ REAIS E OITENTA E OITO CENTAVOS), EM PROL DA PARTE CREDORA(...). FORTALEZA, 08 DE OUTUBRO DE 2011." INT. DR. ROSTAND INACIO DOS SANTOS OAB/PE 22.718 E DR. AGRILBERTO DA SILVA COUTINHO JÚNIOR OAB/CE 12.689

9) 2003.17.05404-0 - TOMBO: 37.326/2003 - AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS E MORAIS. PROMOVENTE: DÉCIA CLÁUDIA DE CARVALHO MELO. PROMOVIDO: MARCUS VINÍCIUS ROCHA SILVA. DESPACHO R.H. (...) INTIME-SE A PARTE EXEQUENTE, POR SEU ADVOGADO, ATRAVÉS DO DIÁRIO DA JUSTIÇA, PARA SE MANIFESTAR, NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, SOBRE A RESPOSTA DE OFÍCIO DE FLS. 241, SOB PENA DE EXTINÇÃO(...). FORTALEZA, 11 DE AGOSTO DE 2011. INT. DR. SHEILA DANTAS BANDEIRA DE MELO OAB/CE 14.439 E DR. SANDRO PRADO ALBUQUERQUE OAB/CE 20.574

10) 2005.17.01046-1 - TOMBO: 44.620/2005 - AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS. PROMOVENTE: WALDIR PEREIRA DA SILVA. PROMOVIDO: SIEMENS LTDA. DESPACHO. R. H. (...) FALE A PARTE PROMOVIDA, POR SEU ADVOGADO, ATRAVÉS DO DIÁRIO DA JUSTIÇA, PARA FALAR SOBRE PETIÇÃO DE FLS. 131/133, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS (...). FORTALEZA, 26 DE MARÇO DE 2012. INT. DR. IGOR MACEDO FACÓ OAB/CE 16.470.

EXPEDIENTES DO JUIZADO ESPECIAL - 25ª UNIDADE COMARCA FORTALEZA - VARJOTA

Juiz(a) Titular : ICLÉA AGUIAR ARAÚJO ROLIM
Diretor(a) de Secretaria: GEORGIA FURTADO BRASIL DE CASTRO
EXPEDIENTE nº 10/2012 em: Vinte e sete (27) de Março de 2012

OAB	Seq.	OAB	Seq.
CE/8499	1	CE/8175	1
CE/3667	2	CE/8462	3
CE/12738	4	CE/6286	4
CE/19917	4	CE/8764	4







ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE FORTALEZA
12ª UNIDADE DOS JUIZADOS ESPECIAIS
CÍVEIS E CRIMINAIS

CERTIDÃO

Processo nº 55.470/2007

Certifico, na forma facultada por lei, decorreu o prazo pelo MM. Juiz concedido ao executado nos termos do art. 475-J do CPC. O referido é verdade. Dou fé. Remeto os autos ao contador.

Fortaleza, 25 de abril de 2012.

Joellus
Marcus Cristian de Queiroz e Silva
p. Diretor de Secretaria

Rua Visconde de Mauá, 1940 – Aldeota – Fortaleza – CE – CEP 60125-160 – Fone: 85.3433.1260





94

Cálculo de Atualização Monetária para simples verificação
Correção a partir de Março/1965
INPC atualizado até Março/2012

CORREÇÃO MONETÁRIA (dd/mm/aaaa)

Data Inicial: 22/03/2012

Data Término: 25/04/2012

RESULTADO DO CALCULO (em Real)

Total R\$ 3.899,90

Índice: INPC

PRINCIPAL (moeda da época - nnnnnn,nn)

Valor: 3816,56

PRINCIPAL (atualizado em Real)

Valor R\$ 3.823,43

ACESSÓRIOS (percentual - nn,nnnn)

Juros (an): 1 %

Multa: %

Advogado: %

ACESSÓRIOS (atualizado em Real)

Valor dos Juros R\$ 76,47

PROCESSO Nº 55.470/2007

BASEADO EM CÁLCULO DE FL. 90





	BacenJud 2.0 - Sistema de Atendimento ao Poder Judiciário	ejuce.060138563 quarta-feira, 02/05/2012
Minutas Protocolamento Ordens Judiciais Não Respostas Contatos de J. Financeira Relatórios Gerenciais Ajuda Sair		

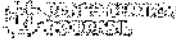
Recibo de Protocolamento de Bloqueio de Valores

 Clique aqui para obter ajuda na configuração da impressão, e clique aqui para imprimir.		
Dados do bloqueio		
Situação da Solicitação:	Ordem Judicial ainda não disponibilizada para as Instituições Financeiras As ordens judiciais protocoladas até às 19h00min dos dias úteis serão consolidadas, transformadas em arquivos de remessa e disponibilizadas simultaneamente para todas as Instituições Financeiras até às 23h00min do mesmo dia. As ordens judiciais protocoladas após às 19h00min ou em dias não úteis serão tratadas e disponibilizadas às Instituições Financeiras no arquivo de remessa do dia útil imediatamente posterior.	
Número do Protocolo:	20120001170401	
Data/Horário de protocolamento:	02/05/2012 16h12	
Número do Processo:	55470/2007	
Tribunal:	TRIB DE JUSTICA DO CEARA	
Vara/Juízo:	20721 - 12ª Unidade do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Fortaleza	
Juiz Solicitante do Bloqueio:	LUIZ ROBERTO OLIVEIRA DUARTE	
Tipo/Natureza da Ação:	Ação Cível	
CPF/CNPJ do Autor/Exeqüente da Ação:	025.595.813-70	
Nome do Autor/Exeqüente da Ação:	FRANCISCA GOMES DA SILVA	
Relação dos Réus/Executados		
Réu/Executado	Valor a Bloquear	Contas e Aplicações Financeiras Atingidas
33.055.146/0001-93 :BRADESCO SEGUROS S/A	3.899,90	Instituições financeiras com relacionamentos com o CPF/CNPJ no momento da protocolização.

[Voltar para a tela inicial do sistema](#)





 BacenJud 2.0 - Sistema de Atendimento ao Poder Judiciário		ejuce.060138563 segunda-feira, 07/05/2012
Minutas Protocolamento Ajuda Sair	Ordens judiciais Não Respostas Contatos de J. Financeira	Relatórios Gerenciais

Detalhamento de Ordem Judicial de Bloqueio de Valores

Os valores apresentados podem sofrer alterações devido a oscilações em aplicações financeiras e/ou a incidência de impostos.

 Clique [aqui](#) para obter ajuda na configuração da impressão, e clique [aqui](#) para imprimir.

Dados do bloqueio	
Situação da solicitação:	Respostas recebidas, processadas e disponibilizadas para consulta As respostas recebidas das Instituições Financeiras foram processadas e disponibilizadas para consulta.
Número do Protocolo:	20120001170401
Número do Processo:	55470/2007
Tribunal:	TRIB DE JUSTICA DO CEARA
Vara/Juízo:	20721 - 12ª Unidade do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Fortaleza
Juiz Solicitante do Bloqueio:	LUIZ ROBERTO OLIVEIRA DUARTE
Tipo/Natureza da Ação:	Ação Cível
CPF/CNPJ do Autor/Exequente da Ação:	025.595.813-70
Nome do Autor/Exequente da Ação:	FRANCISCA GOMES DA SILVA

Relação de réus/executados

- Para exibir os detalhes de todos os réus/executados [clique aqui](#).
- Para ocultar os detalhes de todos os réus/executados [clique aqui](#).

33.055.146/0001-93 - BRADESCO SEGUROS S/A Total Bloqueado (Bloqueio original e reiterações): R\$ 3.899,90 [Quantidade atual de não respostas: 0]						
Respostas						
BCO BRADESCO/ Todas as Agências/ Todas as Contas						
Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R\$)	Resultado (R\$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R\$)	Data/Hora Cumprimento
02/05/2012 16:12	Bloq. Valor	LUIZ ROBERTO OLIVEIRA DUARTE	3.899,90	(01) Cumprida integralmente. 3.899,90	3.899,90	02/05/2012 19:35
Ação -				Valor -		
BCO BRASIL/ Todas as Agências/ Todas as Contas						
Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R\$)	Resultado (R\$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R\$)	Data/Hora Cumprimento
02/05/2012 16:12	Bloq. Valor	LUIZ ROBERTO OLIVEIRA DUARTE	3.899,90	(02) Réu/executado sem saldo positivo. 0,00	0,00	03/05/2012 05:27
Nenhuma ação disponível						
BCO ESTADO RIO GRANDE DO SUL/ Todas as Agências/ Todas as Contas						
Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R\$)	Resultado (R\$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R\$)	Data/Hora Cumprimento

<https://www3.bcb.gov.br/bacenjud2/pesquisarPorProtocolo.do?method=pesquisarPorPro...> 7/5/2012





02/05/2012 16:12	Bloq. Valor	LUIZ ROBERTO OLIVEIRA DUARTE	3.899,90	(02) Réu/executado sem saldo positivo. 0,00	0,00	03/05/2012 04:37
Nenhuma ação disponível						
BCO ESTADO SERGIPE/ Todas as Agências/ Todas as Contas						
Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R\$)	Resultado (R\$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R\$)	Data/Hora Cumprimento
02/05/2012 16:12	Bloq. Valor	LUIZ ROBERTO OLIVEIRA DUARTE	3.899,90	(02) Réu/executado sem saldo positivo. 0,00	0,00	03/05/2012 16:41
Nenhuma ação disponível						
BCO HSBC BRASIL/ Todas as Agências/ Todas as Contas						
Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R\$)	Resultado (R\$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R\$)	Data/Hora Cumprimento
02/05/2012 16:12	Bloq. Valor	LUIZ ROBERTO OLIVEIRA DUARTE	3.899,90	(00) Resposta negativa: réu/executado não é cliente ou possui apenas contas inativas. 0,00	0,00	03/05/2012 07:00
Nenhuma ação disponível						
BCO ITAÚ UNIBANCO/ Todas as Agências/ Todas as Contas						
Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R\$)	Resultado (R\$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R\$)	Data/Hora Cumprimento
02/05/2012 16:12	Bloq. Valor	LUIZ ROBERTO OLIVEIRA DUARTE	3.899,90	(02) Réu/executado sem saldo positivo. 0,00	0,00	03/05/2012 20:40
Nenhuma ação disponível						
BCO MERCANTIL DO BRASIL/ Todas as Agências/ Todas as Contas						
Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R\$)	Resultado (R\$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R\$)	Data/Hora Cumprimento
02/05/2012 16:12	Bloq. Valor	LUIZ ROBERTO OLIVEIRA DUARTE	3.899,90	(00) Resposta negativa: réu/executado não é cliente ou possui apenas contas inativas. 0,00	0,00	02/05/2012 22:31
Nenhuma ação disponível						
BCO SAFRA/ Todas as Agências/ Todas as Contas						
Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R\$)	Resultado (R\$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R\$)	Data/Hora Cumprimento
02/05/2012 16:12	Bloq. Valor	LUIZ ROBERTO OLIVEIRA DUARTE	3.899,90	(00) Resposta negativa: réu/executado não é cliente ou possui apenas contas inativas. 0,00	0,00	03/05/2012 16:25

<https://www3.bcb.gov.br/bacenjud2/pesquisarPorProtocolo.do?method=pesquisarPorPro...> 7/5/2012





Nenhuma ação disponível						
BCO SANTANDER/ Todas as Agências/ Todas as Contas						
Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R\$)	Resultado (R\$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R\$)	Data/Hora Cumprimento
02/05/2012 16:12	Bloq. Valor	LUIZ ROBERTO OLIVEIRA DUARTE	3.899,90	(05) Réu/executado sem saldo disponível devido a bloqueio total anterior. 0,00	0,00	03/05/2012 07:01
Nenhuma ação disponível						
CAIXA ECONOMICA FEDERAL/ Todas as Agências/ Todas as Contas						
Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R\$)	Resultado (R\$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R\$)	Data/Hora Cumprimento
02/05/2012 16:12	Bloq. Valor	LUIZ ROBERTO OLIVEIRA DUARTE	3.899,90	(02) Réu/executado sem saldo positivo. 0,00	0,00	03/05/2012 05:18
Nenhuma ação disponível						
Não Respostas						
Não há não-resposta para este réu/executado						

Dados para depósito judicial em caso de transferência	
Instituição Financeira para Depósito Judicial Caso Transferência:	
Agência para Depósito Judicial Caso Transferência:	
Nome do Titular da Conta de Depósito Judicial:	FRANCISCA GOMES DA SILVA
CPF/CNPJ do Titular da Conta de Depósito Judicial:	025.595.813-70
Tipo de Crédito Judicial:	
Código de Depósito Judicial:	
Nome de usuário do juiz solicitante no sistema:	ejuce. 060138563



PROCESSO Nº 18021613242975900000005903844
AUTUAÇÃO
Folha 1ª de 1ª - 1ª Vara de Família e Sucessões
que contém o valor de R\$ 100,00 de honorários
advocatícios fixados em 20%
Petição de 21 de Maio de 2018
Assinado eletronicamente por: CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA LOPES FILHO - 16/02/2018 13:24:52
https://pje.tjce.jus.br:443/pje1grau/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18021613242975900000005903844
Número do documento: 18021613242975900000005903844



JOÃO BARBOSA Advogados Associados

João Barbosa	Flávia Nanato	Klariisse Mirella	Nicole Riente
Henrique A. F. Motta	Paula Pinheiro	Patrícia Cavalcanti	Cristina Ferreira
Fábio João Soito	Osmar Aquino	Paula Barroso	Amanda Silva
Pedro H. B. Sousa	Fernanda Barbosa	Thathiana Cusnir	Rodrigo Gaspar
Joselaine Moura Figueiredo	Rafael Bandeira	José Pinto	Renato Carvalho
João Paulo Martins	Lanessa Alves	Carolina Lima	
Marcelo Cêco	Cecília Chequer	João Renato Paulon	

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO XII JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA
COMARCA DE FORTALEZA/CE.

PROCESSO Nº 2008.0032.82321

21 MAR 2008 11:29

Processo Nº. 2008.0032.82321 TOMBO: 55.470/2007

BRADESCO SEGUROS S.A., empresa seguradora já qualificada nos autos, neste ato representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, em fase de Execução para cumprimento de sentença, movida por **FRANCISCA GOMES DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem, mui respeitosamente, à presença de V. Exa., com fulcro no artigo 475-L, inciso V, do Código de Processo Civil, e, demais cominações legais pertinentes à espécie, apresentar seus

EMBARGOS DO DEVEDOR

Consoante as seguintes razões de fato e de direito a seguir aduzidas:





108

GARANTIA DO JUÍZO - TEMPESTIVIDADE

Preliminarmente cabe a Embargante ressaltar que, em cumprimento ao disposto na Lei Adjetiva Civil, deveria a mesma providenciar a garantia do juízo para, desta forma, estar apta a apresentar sua irresignação à execução movida pela Embargada.

Diante disso, a ora executada acostou, em 11 de maio de 2012, aos autos guia judicial, no valor da execução, qual seja, R\$ 3.831,44 (três mil oitocentos e trinta e um reais e quarenta e quatro centavos, momento em que se garantiu o juízo.

Assim requer a Embargante o recebimento e julgamento do presente *petitum*, vez que cumpridas todas as formalidades legais aplicáveis ao caso em questão.

DA SÍNTESE DA DEMANDA

A Autora, ora embargada, ajuizou a presente demanda em face da Ré, ora Embargante, requerendo a sua condenação ao pagamento da indenização em virtude da morte de seu parente, após acidente de trânsito ocorrido em 10/10/2004.

Assim, este MM. Juízo proferiu sentença, julgando procedente o pedido autoral, nos seguintes termos, verbis:

"(...)Diante do exposto, julgo procedente o pedido formulado por FRANCISCA GOMES DA SILVA para condenar a promovida BRADESCO SEGUROS S.A. ao pagamento de R\$ 1.739,14 (mil setecentos e trinta e nove reais e quatorze centavos), com incidência de juros e correção pelo INPC desde a citação...."

A parte ré restou impossibilitada de recorrer da sentença de primeiro grau, tendo em vista que publicação no Diário Oficial se ocorreu com erro material no nome do advogado patrocinador da empresa ré.

Conforme observa-se nos autos, o Embargado promoveu a execução do julgado, requerendo fosse a Embargante intimada ao pagamento em voga.

Após tal procedimento, o juízo determinou o prosseguimento da execução sobre o valor supracitado, desconsiderando a petição





que chamou o feito à ordem requerendo a republicação da sentença devido ao erro material ocorrido em sua publicação, razão pela qual pede escusa para expor a presente peça de Embargos do Devedor devido ao valor excessivo executado pela autora.

NECESSÁRIA REPUBLICAÇÃO DA SENTENÇA

Inicialmente, ressalte-se que a r. sentença de primeiro grau foi publicada no dia 22/11/2011.

Contudo, a ré tomou ciência do teor do *decisum* tão somente com a publicação da intimação que determinou à exequente que atualizasse os cálculos da execução, ocorrida em 03/02/2012.

Ocorre que, a referida sentença NÃO FOI PUBLICADA em nome do patrono da Ré, DR. EMANUEL MENDES GUEDES DIOGO, OAB/CE sob o n° 21.154, conforme requerido pela embargante, sob pena de nulidades das intimações.

Como se constata, a publicação da r. sentença se deu em nome do seguinte advogado: DR. MANUEL MENDES DIOGO.

Em razão do equívoco, a embargante não foi intimada da r. sentença, não tomando ciência do *decisum* condenatório em momento hábil a prática de eventual recurso ou pagamento da condenação.

Cabe salientar o teor do art. 183, *caput*, e §§ 1º e 2º, do Código de Processo Civil, que assim dispões:

"Art. 183 - Decorrido o prazo, extingue-se, independentemente de declaração judicial, o direito de praticar o ato, ficando salvo, porém, à parte provar que não realizou por justa causa.

§ 1º - Reputa-se justa causa o evento imprevisto, alheio à vontade da parte, e que a impediu de praticar o ato por si ou por mandatário.

§ 2º - Verificada a justa causa o juiz permitirá à parte a prática do ato no prazo que lhe assinar."





102
Isto posto, haja vista a justa causa na ausência de interposição de recurso, assim como inércia de pagamento da condenação pela empresa ora embargante, requer a republicação da sentença, com a devida anulação de TODOS OS ATOS POSTERIORES, e por conseguinte, a devolução do prazo recursal, possibilitando a ré o exercício de seu direito de defesa, consubstanciado no seu direito a revisão de sentença.

DO EXCESSO DA EXECUÇÃO

Conforme consta dos autos, a Embargada realizou a execução de valor este que entende devido, em razão da indenização na monta integral, devidamente acrescida de correção monetária, juros legais, honorários de execução e multa prevista no art. 475-J.

Ocorre que, conforme cálculo realizado pela ora Embargante, o valor da execução encontra-se equivocado, já que em excesso, conforme restará claro mediante cálculos apresentados em anexo.

Desta forma, resta claro que a presente execução de condenação é manifestamente excessiva!

Conforme o cálculo demonstrado, realizado através do site <http://www.drccalc.net/easycalc/>, o valor total da condenação é de R\$ 3.419,05 (três mil quatrocentos e dezenove reais e cinco centavos), demonstrando-se descabido o valor executado.

Por todo o exposto, fica comprovado que o valor bloqueado encontra-se equivocado por excesso, sendo certo que caso seja mantida o prosseguimento da execução contra a ré, a monta total a ser paga não pode ultrapassar a quantia de R\$ 3.419,05 (três mil quatrocentos e dezenove reais e cinco centavos), conforme amplamente demonstrado pelos cálculos em anexo.

DA NECESSIDADE PRÉVIA DE INTIMAÇÃO DO DEVEDOR PARA PAGAMENTO DA CONDENAÇÃO -IMPOSSIBILIDADE INCLUSÃO DA MULTA DE 10 % PREVISTA NO ART. 475 J DO CPC

Necessário ainda esclarecer a V. Exa. que não deve ser aplicada a multa do art. 475 J, CPC, sem a intimação prévia do devedor.

Isso porque, a jurisprudência firmou entendimento já pacificado neste sentido, estabelecendo que a regra da execução deve seguir consoante disposto no art. 632, do CPC, in verbis:

Art. 632 - Quando o objeto da execução for obrigação de fazer, o devedor será citado para





satisfazê-la no prazo que o juiz lhe assinar, se outro não estiver determinado no título executivo.

103
7

Não há óbice que o pedido do exequente, pelos quais não merece ser atendido, posto que na fase de execução de sentença proferida em ação de indenização, a jurisprudência é pacífica neste Estado quanto a necessidade de intimação do devedor, pela imprensa oficial ou pessoal na pessoa do advogado da parte devedora, para pagamento do débito, sob pena de incidência da multa, deixando de fixar honorários advocatícios.

Inobstante jurisprudência oscilante a respeito do tema, a intimação prévia do devedor, via diário oficial, melhor se coaduna ao espírito sincretista da reforma processual da Execução em cotejo com os princípios do Contraditório e Ampla Defesa. Assim é que a correta hermenêutica do tipo processual contido no Art. 475-J, CPC, é aquela que determina a incidência da multa processual se, intimado o devedor através de seus patronos, este deixar transcorrer o prazo para cumprimento espontâneo do julgado, na forma da regra geral do Art. 240, CPC.

No mesmo sentido a jurisprudência sedimentada pelo Egrégio Superior Tribunal de Justiça:

Informativo nº 0429 do STJ. - MULTA DO ART. 475 J DO CPC. CUMPRIMENTO. SENTENÇA. INTIMAÇÃO. Tratou-se de REsp remetido pela Terceira Turma à Corte Especial, com a finalidade de obter interpretação definitiva a respeito do art. 475-J do CPC, na redação que lhe deu a Lei n. 11.232/2005, quanto à necessidade de intimação pessoal do devedor para o cumprimento de sentença referente à condenação certa ou já fixada em liquidação. Diante disso, a Corte Especial entendeu, por maioria, entre outras questões, QUE A REFERIDA INTIMAÇÃO DEVE SER FEITA NA PESSOA DO ADVOGADO, APÓS O TRÂNSITO EM JULGADO, EVENTUAL BAIXA DOS AUTOS AO JUÍZO DE ORIGEM, E A APOSIÇÃO DO "CUMpra-SE"; pois só após se iniciaria o prazo de quinze dias para a imposição da multa em caso de não pagamento espontâneo, tal como previsto no referido dispositivo de lei. Como destacou o Min. João Otávio de Noronha em seu voto vista, a intimação do devedor mediante seu advogado





103

é a solução que melhor atende ao objetivo da reforma processual, visto que não comporta falar em intimação pessoal do devedor, o que implicaria reeditar a citação do processo executivo anterior, justamente o que se tenta evitar com a modificação preconizada pela reforma. Aduziu que a dificuldade de localizar o devedor para aquela segunda citação após o término do processo de conhecimento era um dos grandes entraves do sistema anterior, por isso ela foi eliminada, conforme consta, inclusive, da exposição de motivos da reforma. Por sua vez, o Min. Fernando Gonçalves, ao acompanhar esse entendimento, anotou que, apesar de impor-se ônus ao advogado, ele pode resguardar-se de eventuais acusações de responsabilidade pela incidência da multa ao utilizar o expediente da notificação do cliente acerca da necessidade de efetivar o pagamento, tal qual já se faz em casos de recolhimento de preparo. A hipótese era de execução de sentença proferida em ação civil pública na qual a ré foi condenada ao cumprimento de obrigação de fazer, ao final convertida em perdas e danos (art. 461, § 1º, do CPC), ingressando a ora recorrida com execução individual ao requerer o pagamento de quantia certa, razão pela qual o juízo determinou a intimação do advogado da executada para o pagamento do valor apresentado em planilha, sob pena de incidência da multa do art. 475-J do CPC. Precedentes citados: REsp 954.859-RS, DJ 27/8/2007; REsp 1.039.232-RS, DJe 22/4/2008; Ag 965.762-RJ, DJe 1º/4/2008; Ag 993.387-DF, DJe 18/3/2008, e Ag 953.570-RJ, DJ 27/11/2007. REsp 940.274-MS, Rel. originário Min. Humberto Gomes de Barros, Rel. para acórdão Min. João Otávio de Noronha, julgado em 7/4/2010.

AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 1.052.774 - RS (2008/0093774-1) - AGRADO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. EXECUÇÃO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. ARTS. 475-I E 475-J DO CPC. LEI N. 11.232 DE 2005. CRÉDITO EXEQÜENDO. MEMÓRIA DE CÁLCULO. MULTA. PRAZO DO ART. 475-J DO





105
CPC. TERMO INICIAL. PRIMEIRO DIA ÚTIL POSTERIOR À PUBLICAÇÃO DA INTIMAÇÃO DO DEVEDOR NA PESSOA DO ADVOGADO.

1. A fase de cumprimento de sentença não se efetiva de forma automática, ou seja, logo após o trânsito em julgado da decisão. De acordo com o art. 475-J combinado com os arts. 475-B e 614, II, todos do CPC, cabe ao credor o exercício de atos para o regular cumprimento da decisão condenatória, especialmente requerer ao juízo que dê ciência ao devedor sobre o montante apurado, consoante memória de cálculo discriminada e atualizada.

2. Concedida a oportunidade para o adimplemento voluntário do crédito exequendo, o não-pagamento no prazo de quinze dias importará na incidência sobre o montante da condenação de multa no percentual de dez por cento (art. 475-J do CPC), compreendendo-se o termo inicial do referido prazo o primeiro dia útil posterior à data da publicação da intimação do devedor na pessoa de seu advogado.

3. Agravo regimental desprovido.

ACÓRDÃO - Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Luis Felipe Salomão, Honildo Amaral de Mello Castro (Desembargador convocado do TJ/AP) e Fernando Gonçalves (Presidente) votaram com o Sr. Ministro Relator. Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Aldir Passarinho Junior. Brasília, 05 de novembro de 2009 (data de julgamento)
MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA - Relator.





Ainda, já se posicionou o SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no acórdão do Agravo Regimental no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 1.058.769 - RS (2008/0133445-3), em que foi relator o MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, conforme aresto a seguir transcrito:

AGRAVO REGIMENTAL. PROCESSO CIVIL.
EXECUÇÃO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. ART.
475-J DO CPC. MULTA.

1. A fase de cumprimento de sentença não se efetiva de forma automática, ou seja, logo após o trânsito em julgado da decisão. De acordo com o art. 475-J combinado com os arts. 475-B e 614, II, todos do CPC, cabe ao credor o exercício de atos para o regular cumprimento da decisão condenatória, especialmente requerer ao juízo que dê ciência ao devedor sobre o montante apurado, consoante memória de cálculo discriminada e atualizada.

2. Observado pelo credor o procedimento relativo ao cumprimento do julgado na forma do art. 475-J do CPC e ciente o advogado da parte devedora acerca da fase executiva, o descumprimento da condenação a que lhe fora imposta implica na imposição de multa de 10% sobre o montante devido.

Portanto, transitada em julgado a decisão condenatória, cabe ao credor o exercício de subsequentes atos para o seu regular cumprimento, especialmente o de requerer ao juízo que dê ciência ao devedor sobre o montante apurado, consoante memória de cálculo discriminada e atualizada, de acordo com o art. 475-J combinado com os arts. 475-B e 614, II, todos do CPC.

Concedida a oportunidade para o adimplemento voluntário do crédito exequendo, o não-pagamento no prazo de quinze dias importará na incidência da multa no percentual de dez por cento, compreendendo-se o termo inicial do referido prazo o primeiro dia útil posterior à data da publicação de intimação do devedor na pessoa de seu advogado.





107
Certifico que a egrégia QUARTA TURMA, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

A Turma, por unanimidade, deu provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Corrobora com o entendimento a jurisprudência do Egrégio Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, in verbis:

2009.002.12537 - AGRAVO DE INSTRUMENTO - 2ª Ementa

DES. VERA MARIA SOARES VAN HOMBEECK - Julgamento: 09/06/2009 - PRIMEIRA CAMARA CIVEL - AGRAVO INOMINADO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZATÓRIA EM FASE DE EXECUÇÃO. INCIDÊNCIA DA MULTA COERCITIVA. AUSÊNCIA DE PRÉVIA INTIMAÇÃO PESSOAL PARA CUMPRIMENTO. IMPOSSIBILIDADE. DESPROVIMENTO DO AGRAVO. - A obrigação de fazer é ato pessoal e exige, para fins de execução, o efetivo descumprimento da obrigação.- Dessa forma, a pena pecuniária só começará a fluir se o devedor, pessoalmente intimado, não cumprir o comando judicial no prazo que lhe for determinado (art. 632 do CPC).

2009.002.12537 - AGRAVO DE INSTRUMENTO - 1ª Ementa

DES. VERA MARIA SOARES VAN HOMBEECK.- Julgamento: 20/05/2009 - PRIMEIRA CAMARA CIVEL - AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZATÓRIA EM FASE DE EXECUÇÃO. INCIDÊNCIA DA MULTA COERCITIVA. AUSÊNCIA DE PRÉVIA INTIMAÇÃO PESSOAL PARA CUMPRIMENTO. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO A QUE SE NEGA SEGUIMENTO NA FORMA DO ART. 557, CAPUT, DO CPC.- A obrigação de fazer é ato personalíssimo e exige, para fins de execução, o efetivo descumprimento da obrigação. Dessa forma, a pena pecuniária só começará a fluir se o devedor, pessoalmente intimado, não cumprir o comando judicial no





prazo que lhe for determinado (art. 632 do CPC)

108

2009.002.10994 - AGRAVO DE INSTRUMENTO - 1ª
Ementa - DES. CAETANO FONSECA COSTA -
Julgamento: 24/03/2009 - SETIMA CAMARA CIVEL
- Agravo de Instrumento. Execução. Bloqueio
on line. Se não houve prévia intimação do
Devedor não seria adequado bloquear valores
relativos a multa e honorários de execução,
permanecendo quanto ao restante a penhora
pelo princípio da economia processual.
Provimento liminar e parcial do Recurso.

2008.002.19664 - AGRAVO DE INSTRUMENTO - 1ª
Ementa - DES. SERGIO JERONIMO A. SILVEIRA -
Julgamento: 12/08/2008 - NONA CAMARA CIVEL
- AGRAVO DE INSTRUMENTO, IMPUGNAÇÃO AO
CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. EXCESSO DE
EXECUÇÃO. EXISTÊNCIA. DA MULTA DO 475-J DO
CPC. NECESSIDADE DE PRÉVIA INTIMAÇÃO DO
DEVEDOR, POR MEIO SEU PROCURADOR, PARA
CUMPRIMENTO VOLUNTÁRIO. DESNECESSIDADE DE
INTIMAÇÃO PESSOAL DO DEVEDOR. HONORÁRIOS
ADVOCATÍCIOS. 1. O VALOR EXECUTADO ENCONTRA-
SE EM CONSONÂNCIA COM A PLANILHA APRESENTADA
NA FASE EXECUTÓRIA. 2. A MULTA PREVISTA NO
ART. 475-J DO CPC (INCLUÍDO PELA LEI Nº
11.232, DE 2005) SOMENTE É CABÍVEL APÓS SE
OPORTUNIZAR A INTIMAÇÃO DO DEVEDOR, POR MEIO
DE SEU PROCURADOR, E ESTE NÃO ADIMPLIU A
OBRIGAÇÃO IMPOSTA. NO PRESENTE FEITO, O
DEVEDOR FOI INTIMADO VIA PUBLICAÇÃO DA
DECISÃO JUDICIAL.

2008.002.16705 - AGRAVO DE INSTRUMENTO - 2ª
Ementa - DES. ELISABETE FILIZZOLA -
Julgamento: 09/07/2008 - SEGUNDA CAMARA
CIVEL - AGRAVO INOMINADO. AGRAVO DE
INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. LEI
11.232/05. PRAZO DE 15 DIAS PARA PAGAMENTO
DO DÉBITO SOB PENA DE MULTA DE 10% SOBRE O
VALOR DA EXECUÇÃO (ART. 475-J, CPC). TERMO
INICIAL PARA A CONFIGURAÇÃO DA MORA.
CONTROVÉRSIA. EVOLUÇÃO JURISPRUDENCIAL.
DESNECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL DO
DEVEDOR. IMPOSSIBILIDADE, CONTUDO, DE SE





COMPUTAR A ALUDIDA MULTA DO SIMPLES TRÂNSITO EM JULGADO, SENDO NECESSÁRIA, AO MENOS, A PRÉVIA INTIMAÇÃO DE SEU ADVOGADO VIA D.O. PARA FINS DE CONFIGURAÇÃO DA MORA. POSICIONAMENTO MAJORITÁRIO DESTES E. TJ/RJ E JÁ PACIFICADO NESTE COLEGIADO. Tratam os autos de Agravo Inominado interposto contra a decisão monocrática desta Des. Relatora que, com base no art. 557, caput, do CPC, negou seguimento ao Agravo de Instrumento interposto pelo ora agravante que se insurgiu contra a decisão que determinou a exclusão da planilha do débito dos valores referentes à multa e honorários advocatícios, eis que indevidos visto que o réu não havia sido intimado para o cumprimento do acórdão e nem para pagamento, na forma do artigo 475-J do CPC. A decisão recorrida foi proferida com justo e perfeito amparo no art. 557 do CPC. Resta claro que a decisão monocrática ora impugnada logrou apontar com ampla suficiência todos os fundamentos que levaram à negativa de seguimento do recurso do ora Agravante. Apesar da controvérsia doutrinário-jurisprudencial ainda existente acerca do tema, certo é que a jurisprudência majoritária deste E. Tribunal Estadual - e pacífica desta E. Câmara Cível - a referida multa e os novos honorários somente devem incidir quando o devedor não cumprir espontaneamente a obrigação no prazo de quinze dias estipulado pelo artigo 475-J, caput, do CPC, e qual deve fluir após a sua devida intimação através de seu advogado, devendo ser afastada apenas a exigência de intimação pessoal do devedor. Pretensão do Agravante de obter a incidência da inquinada multa e dos novos honorários a contar do simples trânsito em julgado que não merece acolhimento. RECURSO DESPROVIDO.

Assim sendo, não há que se falar em acréscimo no quantum indenizatório referente a multa prevista no art. 475 J, do CPC, sem a intimação prévia do devedor para pagamento, ora Embargante, conforme os preceitos supracitados do Código de Processo Civil Brasileiro e jurisprudências colecionadas.





Portanto, inexistente fundamento nas razões suscitadas pela embargada quando requer antecipadamente seja acrescida a condenação a multa de 10% do art. 475, J, do CPC, vez que estão fundamentadas contrariamente a lei e ao entendimento jurisprudencial, pugnando pelo desacolhimento em parte da execução formulada pela parte Embargada, tendo em vista o excesso de execução.

CONSIDERAÇÕES FINAIS E PEDIDO

Versou a presente impugnação a execução sobre a necessária anulação de todos os atos processuais após a sentença de primeiro grau, assim como o excesso do crédito exequendo apresentado na planilha de débitos do exequente na presente execução de saldo remanescente, além da impossibilidade de aplicação da multa do art. 475-j do CPC, devido as razões já expostas.

Diante do exposto, espera e requer a Embargante seja acolhida a presente Impugnação a Execução, para:

- (i) ANULAR TODOS OS ATOS POSTERIORES A SENTENÇA DE PRIMEIRO GRAU, DEVENDO ESTA SER REPUBLICADA EM DIÁRIO OFICIAL;
- (ii) DECLARAR O EXCESSO DA EXECUÇÃO, com fulcro no artigo 475-L, inciso V, do Código de Processo Civil, haja vista os cálculos apresentados de maneira equivocada, conforme comprovou o anteriormente exposto pela Embargante.
- (iii) INAPLICABILIDADE DA MULTA DO ART. 475-j, tendo em vista jurisprudência pacífica no sentido de ser necessária a intimação prévia.
- (iv) Outrossim, caso pairar alguma dúvida quanto ao valor cobrado em excesso pelo exequente, e os cálculos corretos apresentados pela Embargante, requer a este Juízo que submeta o presente confronto matemático ao crivo de Contador Judicial ao encargo deste Juízo.
- (v) Após manifestação do contador do juízo, requer seja concedido prazo para manifestação das partes, e julgada a presente impugnação a execução, na forma da Lei.

Termos em que,

Espera Deferimento.





Fortaleza, 21 de maio de 2012.

João Barbosa
OAB/RJ 134.307

Henrique A F Motta
OAB/RJ 113.815

Fábio João Soito
OAB/RJ 114.089

Emanuel Mendes Guedes Diogo
OAB/CE 21.154

Rua São José nº 90 grupo 810 a 812 Centro Rio de Janeiro/RJ Cep: 20010-020
PABX: 21-3265-5600 FAX: 21-3265-5622/3265-5628
corporativo@joaobarbosaadv.com.br





PLANILHA DE DÉBITOS JUDICIAIS

Data de atualização dos valores: março/2012

Indexador utilizado: INPC-IBGE

Juros moratórios simples de 1,00% ao mês - a partir de 17/10/2007

Acréscimo de 0,00% referente a multa.

Honorários advocatícios de 0,00%.

ITEM	DESCRIÇÃO	DATA	VALOR SINGELO	VALOR ATUALIZADO	JUROS COMPENSATÓRIOS 0,00% a.m.	JUROS MORATÓRIOS 1,00% a.m.	MULTA 0,00%	TOTAL
1		17/10/2007	1.739,14	2.234,67	0,00	1.184,38	0,00	3.419,05
Sub-Total								R\$ 3.419,05
TOTAL GERAL								R\$ 3.419,05

(*) Data informada é maior que a data da correção.







ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE FORTALEZA
12ª UNIDADE DOS JUÍZADOS ESPECIAIS
CÍVEIS E CRIMINAIS

Processo nº 55.470/2007

Vistos etc.

Dispensado o relatório nos termos do artigo 38 da Lei 9.099/95.

Esclareço, todavia, que se trata de **Impugnação à Execução** oposta por **BRADESCO SEGUROS S/A**, identificada(s) nos autos, em face de **FRANCISCA GOMES DA SILVA**, também individuado(a).

Inicialmente, cumpre reconhecer a **tempestividade da impugnação de fls. 99/112**, eis que oposta dentro do prazo de quinze dias da data em que a impugnante foi intimada da penhora.

A Impugnação à Execução, conforme o novo procedimento adotado pela Lei nº 11.232, de 22 de dezembro de 2005 que introduziu o artigo 475-L ao Código de Processo Civil, somente poderá versar sobre falta o nulidade da citação, se o processo correu à revelia; inexigibilidade do título; penhora incorreta ou avaliação errônea; ilegitimidade das partes ou excesso de execução.

Sem dúvida, a impugnação em apreço de fls. 99/112 imerece qualquer acolhimento, pela ausência de demonstração

Carlos Alberto de Oliveira Lopes Filho
J. Carlos Lopes - SUCRE Nº 223





dos fatos alegados pela parte impugnante e por não se encontrar amparada no ordenamento jurídico em vigor.

À arguição de **excesso de execução**, não trouxe a impugnante prova cabal demonstrando que os cálculos encontram-se equivocados, não se tratando de cálculos aleatórios, pois utilizado sistema informatizado para a elaboração deles e obedecido aos ditames da sentença condenatória executada e da lei.

Ressalte-se que, em face dos critérios da simplicidade, informalidade e celeridade previstos no art. 2º da Lei 9.099/95, é admissível que a atualização monetária do crédito executado seja realizada por servidor deste Juizado, tal como ocorreu no caso dos autos.

Critério primordial prescrito no Código de Processo Civil sobre o ônus probatório, impõe ao autor provar os fatos que constituem o direito que alega (art. 333, inciso I, do CPC).

Destarte, o impugnante não desimcubiu o encargo previsto no artigo 333, I, do CPC, uma vez que o documento juntado à fl. 112, não menciona a aplicação da multa do artigo 475-J do CPC, diferente dos cálculos devidamente elaborados pelo servidor deste Juizado, conforme fl.90.

Quanto ao pedido de republicação da sentença e anulação de todos os atos posteriores à mesma, verifico que este pedido já restou decidido, conforme despacho de fls 88/89 dos presentes autos.

Logo, diante da ausência de comprovação clara e robusta por parte do impugnante quanto à ausência de

Carlos Alberto de Oliveira Lopes Filho
Juizado - JUCJ nº 320





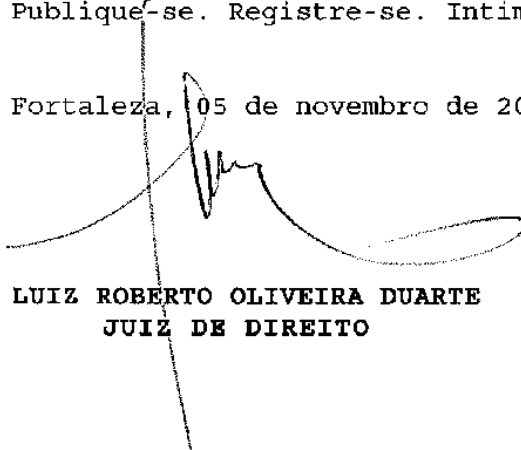
liquidez, certeza e exigibilidade do crédito executado, ante a falta de comprovação de excesso de execução e inexistindo qualquer vício ou nulidade no presente feito, deve ser julgada inteiramente improcedente a impugnação apresentada.

Diante do exposto, julgo **IMPROCEDENTE** a impugnação de fls. 99/112, para declarar subsistente a penhora e ordenar que a execução prossiga em seus próximos termos, com as providências necessárias à expedição de alvará para o levantamento da quantia bloqueada e a sua entrega à parte exequente, mediante recibo nos autos.

Com base no art. 55, parágrafo único, incisos II e III, da Lei 9.099/95, condeno a embargante no pagamento das custas e despesas processuais. Sem honorários, na forma da lei. Eventual recurso sujeito ao recolhimento das custas processuais, sob pena de deserção.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Fortaleza, 05 de novembro de 2012.


LUIZ ROBERTO OLIVEIRA DUARTE
JUIZ DE DIREITO



CERTIDÃO

Certifico que REGISTREI e PUBLIQUEI a

SENTENÇA de fls. 135/137 em 12/02/2018.

Fortaleza, 12/02/2018.

12/02/2018
Diretor(a) de Secretaria





ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE FORTALEZA
12ª Unidade do Juizado Especial Cível e Criminal
Rua Visconde de Mauá, 1940, Aldeota

116

Processo nº SS 4701/07

CERTIDÃO DE ENVIO PARA DJ

CERTIFICO que foi enviado para publicação, despacho/sentença
de fls. 333/335, expediente nº 49/2012. O referido é verdade. Dou fé.
Fortaleza/CE, 22/35/2012.

P/ **Marcus Cristian de Queiroz e Silva**
DIRETOR DE SECRETARIA





PAGAR AO JORGE FONTENELE NETO, QUALIFICADO NESTES AUTOS, A TÍTULO DE DANOS MATERIAS. O VALOR DE R\$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS). A REFERIDA QUANTIA DEVERÁ SER ATUALIZADA PELOS ÍNDICES OFICIAIS DE CORREÇÃO MONETÁRIA, ACRESCIDA DE JUROS DE MORA DE 1% AO MÊS, CONTADOS A PARTIR DO EVENTO DANOSO. CONDENO AINDA, AO PAGAMENTO A TÍTULO DE DANO MORAL, NO VALOR DE R\$ 3.400,00 (TRÊS MIL E QUATROCENTOS REAIS), COM CORREÇÃO A PARTIR DA DATA DO ARBITRAMENTO. EXTINGO O PROCESSO, NOS TERMOS DO ART. 269, I, DO CPC. SE A RÉ NÃO EFETUAR O PAGAMENTO DO VALOR DA CONDENAÇÃO, NO PRAZO DE 15 DIAS, CONTADOS DO TRÂNSITO EM JULGADO DA SENTENÇA, APLIQUE-SE O ART. 475-J, DO CPC. ISENÇÃO DE CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS (ART. 55 DA LEI Nº 9.099). FORTALEZA 25 DE SETEMBRO DE 2012. INT. DR. ANTONIO INIMÁ FERNANDES LIMA OAB/CE 19.505 E DR. RODRIGO SARAIVA MARINHO OAB/CE 15.807. E DRA. NELIE ALINE SARAIVA MARINHO OAB/CE 17.232

5) 2007-17.01436-3 - TOMBO: 55.4702007 - AÇÃO DE COBRANÇA. PROMOVENTE: FRANCISCA GOMES DA SILVA. PROMOVIDA: BANCO BRADESCO S/A. SENTENÇA (...) DIANTE DO EXPOSTO, JULGO IMPROCEDENTE A IMPUGNAÇÃO DE FLS. 99/112. PARA DECLARAR SUBSISTENTE A PENHORA E ORDENAR QUE A EXECUÇÃO PROSSIGA EM SEUS PRÓXIMOS TERMOS, COM AS PROVIDÊNCIAS NECESSÁRIAS À EXPEDIÇÃO DE ALVARÁ PARA O LEVANTAMENTO DA QUANTIA BLOQUEADA E A SUA ENTREGA À PARTE EXEQUENTE, MEDIANTE RECIBO NOS AUTOS. COM BASE NO ART. 55, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISOS II E III, DA LEI 9.099/95, CONDENO A EMBARGANTE NO PAGAMENTO DAS CUSTAS E DESPESAS PROCESSUAIS SEM HONORÁRIOS, NA FORMA DA LEI. EVENTUAL RECURSO SUJEITO AO RECOLHIMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS. SOB PENA DE DESERÇÃO. FORTALEZA, 05 DE NOVEMBRO DE 2012. INT. DR. EMANUEL MENDES GUEDES DIOGO, OAB/CE 21.154 E DRA. KATARINA COSTA ALENCAR OAB/CE 17.657

6) 2003-17.03221-6 - TOMBO: 34.162/2003 - AÇÃO DE COBRANÇA. PROMOVENTE: CONDOMÍNIO ED. ARMANDO SABOYA FILHO. PROMOVIDO: FÁBIO ALBERTO NUNES CAVALCANTE. DESPACHO. R. H. (...) FALE A PARTE AUTORA SOBRE O DEPÓSITO EFETUADO PELO EXECUTADO, ÀS FLS. 113. NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS. FORTALEZA, 12 DE NOVEMBRO DE 2012. INT. DRA. NIVEA DE MATOS NUNES ROLIM OAB/CE 2.287

7) 2005-17.02172-2 - TOMBO: 46.520/2007 - AÇÃO DE COBRANÇA. PROMOVENTE: MARTA RODRIGUES FERREIRA. PROMOVIDO: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS. DESPACHO. R. H. (...) INTIME-SE A PARTE EXEQUENTE, POR SEU PATRONO JUDICIAL, PARA SE MANIFESTAR SOBRE A IMPUGNAÇÃO À EXECUÇÃO DE FLS. 177/190, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS. FORTALEZA, 03 DE AGOSTO DE 2012. INT. DR. WILSON DE NORÕES MILFON NETO OAB/CE 15.286

8) 2005-17.02359-8 - TOMBO: 47.056/2005 - AÇÃO DE COBRANÇA. PROMOVENTE: LUIS MARCELO VITAL. PROMOVIDO: SUL AMÉRICA CIA NACIONAL DE SEGUROS. DESPACHO. R. H. (...) ATUALIZE-SE O DÉBITO E, CASO TENHA SALDO REMANESCENTE, INTIME-SE A SUL AMÉRICA CIA. NACIONAL DE SEGUROS, POR SEU ADVOGADO, ATRAVÉS DO DIÁRIO DA JUSTIÇA, NOS TERMOS DO ART. 475-J DO CPC. FORTALEZA, 12 DE NOVEMBRO DE 2012. INT. DR. SAMUEL MARQUES OAB/CE 20.673-A OAB/PE 20.111

9) 2002-17.1670-2 - TOMBO: 29.280/2002 - AÇÃO DE RESTITUIÇÃO. PROMOVENTE: SEUSA LEITE TAVARES. PROMOVIDA: ITÁLIA TURISMO ALDEOTA LTDA. DESPACHO. R. H. (...) FALE A PARTE EXEQUENTE SOBRE A QUANTIA BLOQUEADA NO VALOR DE R\$ 984,00 (NOVECIENTOS E OITENTA E QUATRO REAIS) CONVERTIDA EM DEPÓSITO JUDICIAL DE FLS. 83, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS. FORTALEZA 15 DE NOVEMBRO DE 2012. INT. DR. MARCELO HOLANDA LUZ OAB/CE 11.665

10) 2005-17.2213-3 - TOMBO: 46.850/2005 - AÇÃO DE EXECUÇÃO. PROMOVENTE: FORTALEZA ALUGUEL DE MÁQUINAS LTDA. PROMOVIDO: CONSTRUTORA RENOVAR LTDA. DESPACHO. R. H. (...) MUITO EMBORA REDIGIDA A SENTENÇA EM CLARO VERNÁCULO COGNOSCÍVEL A QUALQUER OPERADOR DO DIREITO, APRESENTOU O PROMOVENTE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO COM O MANIFESTO PROPÓSITO PROTETATÓRIO E INFRINGENTE. O MANEJO DESSE ATALHO CONFIGURA INDEVIDA TENTATIVA DE MODIFICAR O MÉRITO DA DECISÃO JUDICIAL CUJA AUTORIDADE NÃO SE DESAFIA NA SEDE EM QUE PROLATADA. COM EFEITO, CONHEÇO DOS ACLARATÓRIOS E NEGÓ PROVIMENTO. APÓS O TRÂNSITO EM JULGADO, ARQUIVEM-SE OS AUTOS COM BAIXA NA DISTRIBUIÇÃO, SENDO VEDADA NOVA JUNTADA DE QUAISQUER PETIÇÕES NESTE PROCESSO. FORTALEZA 04 DE OUTUBRO DE 2012. INT. DR. DOMINGOS SÁVIO OLIVEIRA SOARES OAB/CE 17.884 E DR. LEONARDO SANTOS DE SOUZA OAB/BA 14.926. DR. HERCULES BELARMINO JUNIOR OAB/CE 16.486 E DR. JOSÉ MAURÍCIO CAVALCANTE FILHO OAB/CE 17.550

11) 2007-17.00719-7 - TOMBO: 54.218/2007 - AÇÃO DE EXECUÇÃO. PROMOVENTE: ROBERTO DE BARROS LEAL PINHEIRO. PROMOVIDO: FERNANDO ARAÚJO CAPELO. DESPACHO. R. H. (...) SOBRE OS EMBARGOS DO DEVEDOR INTERPOSTOS ÀS FLS. 39/133, FALE A PROMOVENTE, ATRAVÉS DE SEU ADVOGADO, NO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS, NOS TERMOS DO ART. 730 DO CPC. FORTALEZA 11 DE OUTUBRO DE 2012. INT. DRA. PATRÍCIA PINHEIRO DE ALMEIDA OAB/CE 18.446

EXPEDIENTES DO JUIZADO ESPECIAL - 14ª UNIDADE COMARCA FORTALEZA - BOM SUCESSO

14ª UNIDADE DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE FORTALEZA
JUIZA TITULAR: DRA. MARIA LÚCIA FALCÃO NASCIMENTO
DIRETORA DE SECRETARIA: BELA. FRANCISCA NELZENY FEITOSA
EXPEDIENTE Nº 27/2012

INTIMAÇÕES DE CERTIDÕES, DESPACHOS, SENTENÇAS E DECISÕES PARA ADVOGADOS ATUANTES NOS PROCESSOS ABAIXO RELACIONADOS:

1. RONALDO MAIA UCHOA OAB/CE 11286.
1. MONICA NOGUEIRA DE LIMA OAB/CE 14271.

1. PROCESSO Nº: 2006.18.01284-2 TOMBO Nº 9184/2006. AÇÃO: EXECUÇÃO. EXEQUENTE: CLAUDIO DE ARAUJO



Handwritten squiggle or signature.

JACO 22°
JUNTADA
Fago Juntada a este autor *Perce*
que adiante se segue. — com os seus
documentos, anexos.
Fortaleza 29 de junho de 2012
[Signature]
Diretor(a) de Secretaria



PROTOCOLO 12ª UJEC
RECEBI
29 de maio de 2018
Carimbo e Assinatura

JOÃO BARBOSA Advogados Associados

João Barbosa	Flávia Nanato	Gabrielle Souza	Cristina Ferreira
Henrique A. F. Motta	Evelyn Castillo	Nicole Riente	Vivian S. de Araújo
Fabio João Soito	Osmar Aquino	Patrícia Diogo	Augusto Acquarone
João Paulo Martins	Rafael Bandeira	Graziela Cruz	Wagner Rodrigues
Joselaine Maura Figueiredo	Fernanda Silveira	Jonatã T. Brandão Lima	Amanda Mendes
Marcelo Côco	Flávia Seixas	Roberto Marinho	
Fernando Barbosa	Natália Quirino	Amanda Silva	
Alessandra Modolo	Cecília Chequer	Tiago Stoler	

EXMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 12ª UNIDADE DO JUIZADO
ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE FORTALEZA / CE

PEDIDO DE URGÊNCIA!!!

Processo n.º 55.470/2007

BRDESCO SEGUROS S/A, já devidamente qualificada nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT** promovida por **FRANCISCA GOMES DA SILVA**, vem, mui respeitosamente a presença de V. Excelência, expor para ao final requerer o que se segue:

O Autor propôs a presente demanda pleiteando a indenização do seguro obrigatório DPVAT por conta da invalidez apresentada pela mesma em decorrência de acidente de trânsito.

Temos que a seguradora Ré fora condenada no pagamento da indenização pleiteada, havendo por consequência o bloqueio de valores em suas contas correntes.

A Seguradora Ré tem 1 (uma) de suas contas correntes bloqueadas o que vem causando sérios transtornos à empresa, uma vez que o bloqueio efetuado retirou de seus administradores parcela dos valores que visariam ao atendimento de folha de pagamento, impostos, fornecedores entre outros compromissos financeiros.





A Ré pede vênia para destacar quais contas correntes de sua titularidade encontram-se ainda constribas até a presente data, senão vejamos:

- Banco do Brasil

Juiz Solicitante: Luiz Roberto Oliveira Duarte

Diante do exposto, requer a Seguradora Ré seja determinado o DESBLOQUEIO de suas contas com a devida expedição de certidão ou ofício direcionado à instituição bancária acima mencionadas, por esta serventia, por ser medida de inteira justiça!

Nesses Termos,
Pede deferimento.

Fortaleza/CE, 26 de Novembro de 2012

João Barbosa
OAB/RJ 134.307

Henrique A F Motta
OAB/RJ 113.815

Fabio João Soito
OAB/RJ 114.089

Sirlene B. Barbosa
Sirlene Barbosa Barreto
OAB/CE 24.452

Rua São José nº 90 grupo 810 a 812 Centro Rio de Janeiro/RJ Cep: 20010-020
PABX: 21-3265-5600 FAX: 21-3265-5622/3265-5628
corporativo@joaobarbosaadvass.com.br





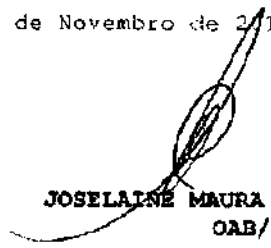
SUBSTABELECIMENTO

140


JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o N° 144.819, JOSELAINÉ MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO, brasileira, casada, advogada inscrita na OAB/RJ sob o N° 140.522, NICOLE VIANNA RIENTE, brasileira, solteira, advogada inscrita na OAB/RJ sob o N° 162.543 e FERNANDO DE FREITAS BARBOSA, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/RJ sob o N° 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa da advogada Sirlene Barbosa Barreto, inscrita na OAB/CE sob o n.º 24.452, os poderes que lhe foram conferidos por SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A e BRADESCO SEGUROS S.A, nos autos da Ação de Cobrança de Seguro DPVAT que lhe move FRANCISCA GOMES DA SILVA, em curso perante a 12ª UNIDADE DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE FORTALEZA / CE nos autos do Processo n.º 554702007.

Rio de Janeiro, 22 de Novembro de 2012.

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS
OAB/RJ 144.819


JOSELAINÉ MAURA DE S. FIGUEIREDO
OAB/RJ 140.522

NICOLE VIANNA RIENTE
OAB/RJ 162.543

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA
OAB/RJ 152.629



5

JUNTADA
Faço juntada a este autos Recor
que adiante se segue, com os seus
documentos anexos.
Foi feita 08 de Dezembro de 2012
Diretor de Secret.



JOÃO BARBOSA Advogados Associados

João Barbosa
Henrique A. F. Motta
Fabio João Soito
João Paulo Martins
Joselaine Maura Figueiredo
Marcelo Côco
Fernanda Barbosa
Alessandra Modolo

Flávia Renato
Evelyn Castillo
Osmar Aquino
Rafael Bandeira
Fernanda Silveira
Flávia Seixas
Natália Quirino
Cecília Chequer

Gabrielle Souza
Nicole Riente
Patrícia Diogo
Graziela Cruz
Jonatã T. Brandão Lima
Roberta Marinho
Amanda Silva
Tiago Staler

Cristina Ferreira
Vivian S. de Araújo
Augusto Acquarone
Wagner Rodrigues
Amanda Mendes

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO XII JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA
COMARCA DE FORTALEZA/CE.

Processo Nº. 2008.0032.82321 TOMBO: 55.470/2007

BRADESCO SEGUROS S.A., por meio de seus advogados que esta subscrevem, vem mui respeitosamente a presença de V. Excelência, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT** promovida por **FRANCISCA GOMES DA SILVA**, não se conformando, d.m.v., com a r. sentença de fls., interpor o presente **RECURSO INOMINADO**, o que faz consubstanciado nas razões anexas, requerendo seu recebimento no efeito devolutivo e suspensivo com regular processamento e posterior envio a Egrégia Turma Recursal deste Estado.

Por oportuno, requer-se desde já a juntada da inclusa guia de custas referente ao pagamento do preparo para os devidos fins de direito.

Nestes Termos,

Pede Procedência.

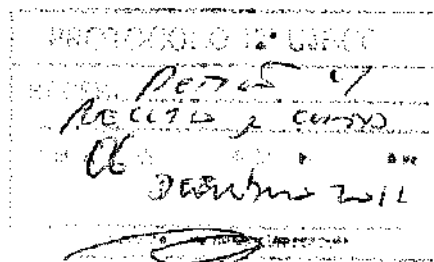
Fortaleza, 6 de dezembro de 2012.

João Barbosa
OAB/RJ 134.307

Henrique A. F. Motta
OAB/RJ 113.815

Fabio João Soito
OAB/RJ 114.089

Fabio Pompeu Pequeno Junior
OAB/CE 14752





PROC. ORIGINÁRIO DO XII JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE FORTALEZA/CE.
Processo n.º 2008.0032.82321 TOMBO: 55.470/2007
RECORRENTE: BRADESCO SEGUROS S.A
RECORRIDO: FRANCISCA GOMES DA SILVA

122
A

RAZÕES DA RECORRENTE

ÍNCÍTOS JULGADORES!

Em que pesem o conhecimento do culto Magistrado prolator da r. sentença a quo que julgou improcedente a Impugnação ao Cumprimento de Sentença de fls. , está a merecer reforma integral, eis que incorreu em flagrante erro *in judicando*, não dando a lide o desfecho merecido, conforme se demonstrará.

BREVE SÍNTESE DA FASE EXECUTIVA

A Recorrida, ajuizou a presente demanda em face da Ré, ora Embargante, requerendo a sua condenação ao pagamento da indenização em virtude da morte de seu parente, após acidente de trânsito ocorrido em 10/10/2004.

Assim, este MM. Juízo proferiu sentença, julgando procedente o pedido autoral, nos seguintes termos, verbis:

"(...) DIANTE DO EXPOSTO, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO FORMULADO POR FRANCISCA GOMES DA SILVA PARA CONDENAR A PROMOVIDA BRADESCO SEGUROS S.A. NO PAGAMENTO DE R\$ 1.739,14 (MIL SETECENTOS E TRINTA E NOVE REAIS E QUATORZE CENTAVOS), COM INCIDÊNCIA DE JUROS E CORREÇÃO PELO INPC DESDE A CITACÃO (...)."

A parte Recorrente restou impossibilitada de recorrer da sentença de primeiro grau, tendo em vista que publicação no Diário Oficial se ocorreu com erro material no nome do advogado patrocinador da empresa ré.

Conforme observa-se nos autos, o Embargado promoveu a execução do julgado, requerendo fosse a Embargante intimada ao pagamento em voça.

Após tal procedimento, o juízo determinou o prosseguimento da execução sobre o valor supracitado, desconsiderando a petição que chamou o feito à ordem requerendo a republicação da sentença devido ao erro material ocorrido em sua publicação, razão pela qual pede escusa para expor a presente peça de Embargos do Devedor devido ao valor excessivo executado pela autora.

Assim sendo, decidiu o juízo a quo pela improcedência dos embargo de devedor interposto pela Ré no seguinte teor:





123

(...) DIANTE DO EXPOSTO, JULGO IMPROCEDENTE A IMPUGNAÇÃO DE FLS. 99/112, PARA DECLARAR SUBSISTENTE A PENHORA E ORDENAR QUE A EXECUÇÃO PROSSIGA EM SEUS PRÓXIMOS TERMOS, COM AS PROVIDÊNCIAS NECESSÁRIAS À EXPEDIÇÃO DE ALVARÁ PARA O LEVANTAMENTO DA QUANTIA BLOQUEADA E A SUA ENTREGA À PARTE EXEQUENTE, MEDIANTE RECIBO NOS AUTOS. COM BASE NO ART. 55, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISOS II E III, DA LEI 9.099/95, CONDENO A EMBARGANTE NO PAGAMENTO DAS CUSTAS E DESPESAS PROCESSUAIS. SEM HONORÁRIOS, NA FORMA DA LEI. EVENTUAL RECURSO SUJEITO AO RECOLHIMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS. SOB PENA DE DESERÇÃO (...).

Data vênio, não houve com o habitual acerto o Ilustre Magistrado a quo, pois, conforme se passa a demonstrar, esta r. decisão não guarda sintonia com as questões de fato e de direito ventiladas nos autos.

Diante do exposto, inconformada, vem a Recorrente esposar as razões de fato e de direito para reforma da d. sentença ora quetizada.

DO MÉRITO RECURSAL

DOS PRESSUPOSTOS PARA IMPUGNAR A EXECUÇÃO

Conforme redação do artigo 52, IX, alínea "b", da Lei 9.099/95 combinado com o art. 475-L do CPC, que tem aplicação subsidiária, para que a impugnação a execução seja aceita, necessita preencher os requisitos do referido artigo, senão vejamos:

"Art. 52. (...)

IX- o devedor poderá oferecer embargos, nos autos da execução, versando sobre:

(...)

b) manifesto excesso de execução, (...)."

No caso em apreço, tem-se que alguns equívocos ocorreram na demanda executiva, vez que houve **excesso de execução**, conforme se demonstrará.

Assim, vem a ora Recorrente expor seus motivos para que ao final seja reformada a r. sentença a quo, para redução da execução, haja vista o excesso da mesma, senão vejamos:

NECESSÁRIA REPUBLICAÇÃO DA SENTENÇA

Inicialmente, ressalta-se que a r. sentença de primeiro grau foi publicada no dia 22/11/2011.

Contudo, a ré tomou ciência do teor do decisum tão somente com a publicação da intimação que determinou à exequente que atualizasse os cálculos da execução, ocorrida em 03/02/2012.

Ocorre que, a referida sentença NÃO FOI PUBLICADA em nome do patrono da Ré, DR. EMANUEL MENDES GUEDES DIOGO, OAB/CE sob o nº 21.154, conforme requerido pela embargante, sob pena de nulidades das intimações.

Como se constata, a publicação da r. sentença se deu em nome do seguinte advogado: DR. MANUEL MENDES DIOGO.





124
/

Em razão do equívoco, a embargante não foi intimada da r. sentença, não tomando ciência do decisum condenatório em momento hábil a prática de eventual recurso ou pagamento da condenação.

Cabe salientar o teor do art. 183, caput, e §§ 1º e 2º, do Código de Processo Civil, que assim dispões:

"Art. 183 - Decorrido o prazo, extingue-se, independentemente de declaração judicial, o direito de praticar o ato, ficando salvo, porém, à parte provar que não realizou por justa causa. § 1º - Reputa-se justa causa o evento imprevisto, alheio à vontade da parte, e que a impediu de praticar o ato por si ou por mandatário. § 2º - Verificada a justa causa o juiz permitirá à parte a prática do ato no prazo que lhe assinar."

Isto posto, haja vista a justa causa na ausência de interposição de recurso, assim como inércia de pagamento da condenação pela empresa ora embargante, requer a republicação da sentença, com a devida anulação de TODOS OS ATOS POSTERIORES, e por conseguinte, a devolução do prazo recursal, possibilitando a ré o exercício de seu direito de defesa, consubstanciado no seu direito a revisão de sentença.

DA NECESSIDADE PRÉVIA DE INTIMAÇÃO DO DEVEDOR PARA PAGAMENTO SOB PENA DA INCLUSÃO DA MULTA DE 10 % PREVISTA NO ART. 475 J DO CPC

Pleiteia o exeqüente, o cumprimento da sentença, através da execução forçada a compeli-la a executada a pagar a condenação com inserção de multa do art. 475 J, CPC, sem a intimação prévia do devedor, através de ordem judicial determinando a penhora on line, esta de maneira antecipada.

Porém, a jurisprudência firmou entendimento já pacificado no sentido contrário, e neste sentido ficou estabelecido que a regra da execução deve seguir consoante disposto no art. 632, do CPC, in verbis:

Art. 632 - Quando o objeto da execução for obrigação de fazer, o devedor será citado para satisfazê-la no prazo que o juiz lhe assinar, se outro não estiver determinado no título executivo.

Não há óbice que o pedido do exequente, pelos quais não merece ser atendido, posto que na fase de execução de sentença proferida em ação de indenização, a jurisprudência é pacífica neste Estado quanto a necessidade de intimação do devedor, pela imprensa oficial ou pessoal na pessoa do advogado da parte devedora, para pagamento do débito, sob pena de incidência da multa, deixando de fixar honorários advocatícios.

Inobstante jurisprudência oscilante a respeito do tema, a intimação prévia do devedor, via diário oficial, melhor se coaduna ao espírito sincretista da reforma processual da Execução em cotejo com os princípios do Contraditório e Ampla Defesa. Assim é que a correta hermenêutica do tipo processual contido no Art.475-J, CPC, é aquela que determina a incidência da multa processual se, intimado o devedor através de seus patronos, este deixar transcorrer o prazo para cumprimento espontâneo do julgado, na forma da regra geral do Art. 240, CPC.

No mesmo sentido a jurisprudência sedimentada pelo Egrégio Superior Tribunal de Justiça:

Informativo nº 0429 do STJ. - MULTA DO ART. 475 J DO CPC. CUMPRIMENTO. SENTENÇA. INTIMAÇÃO. Tratou-se de RESP remetido pela Terceira Turma à Corte Especial, com a finalidade de obter interpretação definitiva a respeito





125
A

do art. 475-J do CPC, na redação que lhe deu a Lei n. 11.232/2005, quanto à necessidade de intimação pessoal do devedor para o cumprimento de sentença referente à condenação certa ou já fixada em liquidação. Diante disso, a Corte Especial entendeu, por maioria, entre outras questões, QUE A REFERIDA INTIMAÇÃO DEVE SER FEITA NA PESSOA DO ADVOGADO, APÓS O TRÂNSITO EM JULGADO, EVENTUAL BAIXA DOS AUTOS AO JUÍZO DE ORIGEM, E A APOSIÇÃO DO "CUMpra-SE"; pois só após se iniciaria o prazo de quinze dias para a imposição da multa em caso de não pagamento espontâneo, tal como previsto no referido dispositivo de lei. Como destacou o Min. João Otávio de Noronha em seu voto vista, a intimação do devedor mediante seu advogado é a solução que melhor atende ao objetivo da reforma processual, visto que não comporta falar em intimação pessoal do devedor, o que implicaria reeditar a citação do processo executivo anterior, justamente o que se tenta evitar com a modificação preconizada pela reforma. Aduziu que a dificuldade de localizar o devedor para aquela segunda citação após o término do processo de conhecimento era um dos grandes entraves do sistema anterior, por isso ela foi eliminada, conforme consta, inclusive, da exposição de motivos da reforma. Por sua vez, o Min. Fernando Gonçalves, ao acompanhar esse entendimento, anotou que, apesar de impor-se ônus ao advogado, ele pode resguardar-se de eventuais acusações de responsabilidade pela incidência da multa ao utilizar o expediente da notificação do cliente acerca da necessidade de efetivar o pagamento, tal qual já se faz em casos de recolhimento de preparo. A hipótese era de execução de sentença proferida em ação civil pública na qual a ré foi condenada ao cumprimento da obrigação de fazer, ao final convertida em perdas e danos (art. 461, § 1º, do CPC), ingressando a ora recorrida com execução individual ao requerer o pagamento de quantia certa, razão pela qual o juízo determinou a intimação do advogado da executada para o pagamento do valor apresentado em planilha, sob pena de incidência da multa do art. 475-J do CPC. Precedentes citados: REsp 954.859-RS, DJ 27/8/2007; REsp 1.039.232-RS, DJe 22/4/2008; Ag 965.762-RJ, DJe 1º/4/2008; Ag 993.387-DF, DJe 18/3/2008, e Ag 953.570-RJ, DJ 27/11/2007. REsp 940.274-MS, Rel. originário Min. Humberto Gomes de Barros. Rel. para acórdão Min. João Otávio de Noronha, julgado em 7/4/2010.

AgRg do RECURSO ESPECIAL Nº 1.032.774 - RS (2008/0093774-1) - AGRADO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. EXECUÇÃO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. ARTS. 475-I E 475-J DO CPC. LEI N. 11.232 DE 2005. CRÉDITO EXEQUENDO. MEMÓRIA DE CÁLCULO. MULTA. PRAZO DO ART. 475-J DO CPC. TERMO INICIAL. PRIMEIRO DIA ÚTIL POSTERIOR À PUBLICAÇÃO DA INTIMAÇÃO DO DEVEDOR NA PESSOA DO ADVOGADO.

1. A fase de cumprimento de sentença não se efetiva de forma automática, ou seja, logo após o trânsito em julgado da decisão. De acordo com o art. 475-J combinado com os arts. 475-B e 614, II, todos do CPC, cabe ao credor o exercício de atos para o regular cumprimento da decisão condenatória, especialmente requerer ao juízo que dê ciência ao devedor sobre o montante apurado, consoante memória de cálculo discriminada e atualizada.

2. Concedida a oportunidade para o adimplemento voluntário do crédito exequendo, o não-pagamento no prazo de quinze dias importará na incidência sobre o montante da condenação de multa no percentual de dez por cento





126
A

(art. 475-J do CPC), compreendendo-se o termo inicial do referido prazo o primeiro dia útil posterior à data da publicação de intimação do devedor na pessoa de seu advogado.

3. Agravo regimental desprovido.

ACÓRDÃO - Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Luis Felipe Salomão, Ronildo Amaral de Mello Castro (Desembargador convocado do TJ/AP) e Fernando Gonçalves (Presidente) votaram com o Sr. Ministro Relator. Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Aldir Passarinho Junior. Brasília, 05 de novembro de 2009 (data de julgamento) MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA - Relator.

Ainda, já se posicionou o SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no acórdão do Agravo Regimental no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 1.058.769 - RS (2008/0133445-3), em que foi relator o MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, conforme aresto a seguir transcrito:

AGRAVO REGIMENTAL. PROCESSO CIVIL. EXECUÇÃO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. ART. 475-J DO CPC. MULTA.

1. A fase de cumprimento de sentença não se efetiva de forma automática, ou seja, logo após o trânsito em julgado da decisão. De acordo com o art. 475-J combinado com os arts. 475-B e 614, II, todos do CPC, cabe ao credor o exercício de atos para o regular cumprimento da decisão condenatória, especialmente requerer ao juízo que dê ciência ao devedor sobre o montante apurado, consoante memória de cálculo discriminada e atualizada.

2. Observado pelo credor o procedimento relativo ao cumprimento do julgado na forma do art. 475-J do CPC e ciente o advogado da parte devedora acerca da fase executiva, o descumprimento da condenação a que lhe fora imposta implica na imposição de multa de 10% sobre o montante devido.

Portanto, transitada em julgado a decisão condenatória, cabe ao credor o exercício de subsequentes atos para o seu regular cumprimento, especialmente o de requerer ao juízo que dê ciência ao devedor sobre o montante apurado, consoante memória de cálculo discriminada e atualizada, de acordo com o art. 475-J combinado com os arts. 475-B e 614, II, todos do CPC.

Concedida a oportunidade para o adimplemento voluntário do crédito exequendo, o não-pagamento no prazo de quinze dias importará na incidência da multa no percentual de dez por cento, compreendendo-se o termo inicial do referido prazo o primeiro dia útil posterior à data da publicação de intimação do devedor na pessoa de seu advogado.

Certifico que a egrégia QUARTA TURMA, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

A Turma, por unanimidade, deu provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.





127
AB

Corrobora com o entendimento e jurisprudência do Egrégio Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, in verbis:

2009.002.12537 - AGRADO DE INSTRUMENTO - 2ª Ementa
DES. VERA MARIA SOARES VAN HOMBEECK - Julgamento: 09/06/2009 - PRIMEIRA CAMARA CIVEL - AGRADO INOMINADO. AGRADO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZATÓRIA EM FASE DE EXECUÇÃO. INCIDÊNCIA DA MULTA COERCITIVA. AUSÊNCIA DE PRÉVIA INTIMAÇÃO PESSOAL PARA CUMPRIMENTO. IMPOSSIBILIDADE. DESPROVIMENTO DO AGRADO. - A obrigação de fazer é ato pessoal e exige, para fins de execução, o efetivo descumprimento da obrigação.- Dessa forma, a pena pecuniária só começará a fluir se o devedor, pessoalmente intimado, não cumprir o comando judicial no prazo que lhe for determinado (art. 632 do CPC).

2009.002.12537 - AGRADO DE INSTRUMENTO - 1ª Ementa
DES. VERA MARIA SOARES VAN HOMBEECK - Julgamento: 20/05/2009 - PRIMEIRA CAMARA CIVEL - AGRADO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZATÓRIA EM FASE DE EXECUÇÃO. INCIDÊNCIA DA MULTA COERCITIVA. AUSÊNCIA DE PRÉVIA INTIMAÇÃO PESSOAL PARA CUMPRIMENTO. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO A QUE SE NEGA SEGUITMENTO NA FORMA DO ART. 557, CAPUT, DO CPC.- A obrigação de fazer é ato personalíssimo e exige, para fins de execução, o efetivo descumprimento da obrigação.-Dessa forma, a pena pecuniária só começará a fluir se o devedor, pessoalmente intimado, não cumprir o comando judicial no prazo que lhe for determinado (art. 632 do CPC).

2009.002.10994 - AGRADO DE INSTRUMENTO - 1ª Ementa - DES. CARTANO FONSECA COSTA - Julgamento: 24/03/2009 - SETIMA CAMARA CIVEL - Agrado de Instrumento. Execução. Bloqueio on line. Se não houve prévia intimação do Devedor não seria adequado bloquear valores relativos a multa e honorários de execução, permanecendo quanto ao restante a penhora pelo princípio da economia processual. Provisamento liminar e parcial do Recurso.

2008.002.19664 - AGRADO DE INSTRUMENTO - 1ª Ementa - DES. SERGIO JERONIMO A. SILVEIRA - Julgamento: 12/08/2008 - NONA CAMARA CIVEL - AGRADO DE INSTRUMENTO, IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. EXCESSO DE EXECUÇÃO. EXISTÊNCIA DA MULTA DO 475-J DO CPC. NECESSIDADE DE PRÉVIA INTIMAÇÃO DO DEVEDOR, POR MEIO SEU PROCURADOR, PARA CUMPRIMENTO VOLUNTÁRIO. DESNECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL DO DEVEDOR. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. 1. O VALOR EXECUTADO ENCONTRA-SE EM CONSONÂNCIA COM A PLANILHA APRESENTADA NA FASE EXECUTÓRIA. 2. A MULTA PREVISTA NO ART. 475-J DO CPC (INCLUÍDO PELA LEI Nº 11.232, DE 2005) SOMENTE É CABÍVEL APÓS SE OPORTUNIZAR A INTIMAÇÃO DO DEVEDOR, POR MEIO DE SEU PROCURADOR, E ESTE NÃO ADIMPLIU A OBRIGAÇÃO IMPOSTA. NO PRESENTE FEITO, O DEVEDOR FOI INTIMADO VIA PUBLICAÇÃO DA DECISÃO JUDICIAL.

2008.002.16703 - AGRADO DE INSTRUMENTO - 2ª Ementa - DES. ELISABETE FILIZZOLA - Julgamento: 09/07/2008 - SEGUNDA CAMARA CIVEL - AGRADO INOMINADO. AGRADO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. LEI 11.232/05. PRAZO DE 15 DIAS PARA PAGAMENTO DO DÉBITO SOB PENA DE MULTA DE 10% SOBRE O VALOR DA EXECUÇÃO (ART. 475-J, CPC). TERMO INICIAL PARA A CONFIGURAÇÃO DA MORA. CONTROVÉRSIA. EVOLUÇÃO



128
A

JURISPRUDENCIAL, DESNECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL DO DEVEDOR. IMPOSSIBILIDADE, CONTUDO, DE SE COMPUTAR A ALUDIDA MULTA DO SIMPLES TRÂNSITO EM JULGADO, SENDO NECESSÁRIA, AO MENOS, A PRÉVIA INTIMAÇÃO DE SEU ADVOGADO VIA D.O. PARA FINS DE CONFIGURAÇÃO DA MORA. POSICIONAMENTO MAJORITÁRIO DESTA E. TJ/RJ E JÁ PACIFICADO NESTE COLEGIADO. Tratam os autos de Agravo Inominado interposto contra a decisão monocrática desta Des. Relatora que, com base no art. 557, caput, do CPC, negou seguimento ao Agravo de Instrumento interposto pelo ora agravante que se insurgiu contra a decisão que determinou a exclusão da planilha do débito dos valores referentes à multa e honorários advocatícios, eis que indevidos visto que o réu não havia sido intimado para o cumprimento do acórdão e nem para pagamento, na forma do artigo 475-J do CPC. A decisão recorrida foi proferida com justo e perfeito amparo no art. 557 do CPC. Resta claro que a decisão monocrática ora impugnada logrou apontar com ampla suficiência todos os fundamentos que levaram à negativa de seguimento do recurso do ora Agravante. A despeito da controvérsia doutrinário-jurisprudencial ainda existente acerca do tema, certo é que a jurisprudência majoritária deste E. Tribunal Estadual - e pacífica desta E. Câmara Cível - a referida multa e os novos honorários somente devem incidir quando o devedor não cumprir espontaneamente a obrigação no prazo de quinze dias estipulado pelo artigo 475-J, caput, do CPC, o qual deve fluir após a sua devida intimação através de seu advogado, devendo ser afastada apenas a exigência de intimação pessoal do devedor. Pretensão do Agravante de obter a incidência da inquinada multa e dos novos honorários a contar do simples trânsito em julgado que não merece acolhimento. RECURSO DESPROVIDO.

Assim sendo, não há que se falar em acréscimo no quantum indenizatório referente a multa prevista no art. 475 J, do CPC, sem a intimação prévia do devedor para pagamento, ora impugnante, conforme os preceitos supracitados do Código de Processo Civil Brasileiro, estando no mais, já pacificada a matéria no Egrégio Tribunal de Justiça, tratando-se de entendimento majoritário.

Portanto, inexistente fundamento nas razões suscitadas pelo Impugnado quando requer antecipadamente seja acrescida a condenação a multa de 10% do art. 475, J, do CPC, vez que estão fundamentadas contrariamente a lei e ao entendimento jurisprudencial, pugnando pelo desacolhimento em parte da execução formulada pela parte Impugnada, tendo em vista o excesso de execução quanto a supracitada multa.

DO EXCESSO DA EXECUÇÃO

Conforme consta dos autos, a Embargada realizou a execução de valor este que entende devido, em razão da indenização na monta integral, devidamente acrescida de correção monetária, juros legais, honorários de execução e multa prevista no art. 475-J.

Ocorre que, conforme cálculo realizado pela ora Embargante, o valor da execução encontra-se equivocado, já que em excesso, conforme restará claro mediante cálculos apresentados em anexo.

Desta forma, resta claro que a presente execução de condenação é manifestamente excessiva!

Conforme o cálculo demonstrado, realizado através do site <http://www.drcalc.net/easycalc/>, o valor total da condenação é de R\$ 3.419,05 (três mil quatrocentos e dezenove reais e cinco centavos), demonstrando-se descabido o valor executado.

Por todo o exposto, fica comprovado que o valor bloqueado encontra-se equivocado por





129

excesso, sendo certo que caso seja mantida o prosseguimento da execução contra a ré, a monta total a ser paga não pode ultrapassar a quantia de R\$ 3.419,05 (três mil quatrocentos e dezenove reais e cinco centavos), conforme amplamente demonstrado pelos cálculos em anexo.

CONCLUSÃO

Ex Positis, aguarda-se, serenamente pela reforma in totum da d. sentença ora debatida, dando-se provimento ao presente Recurso Inominado interposto pela Recorrente conforme segue:

(i) ANULAR TODOS OS ATOS POSTERIORES A SENTENÇA DE PRIMEIRO GRAU, DEVENDO ESTA SER REPUBLICADA EM DIÁRIO OFICIAL;

(ii) DECLARAR O EXCESSO DA EXECUÇÃO, com fulcro no artigo 475-L, inciso V, do Código de Processo Civil, haja vista os cálculos apresentados de maneira equivocada, conforme comprovou o anteriormente exposto pela Embargante.

(iii) INAPLICABILIDADE DA MULTA DO ART. 475-j, tendo em vista jurisprudência pacífica no sentido de ser necessária a intimação prévia.

(iv) Outrossim, caso paire alguma dúvida quanto ao valor cobrado em excesso pelo exequente, e os cálculos corretos apresentados pela Embargante, requer a este Juízo que submeta o presente confronto matemático ao crivo de Contador Judicial ao encargo deste Juízo.

Caso assim não entenda essa Colenda Turma Recursal, pugna pela conversão do feito em diligência, para que os autos sejam remetido ao contador judicial, observando o Termo final dos Cálculos a data da planilha do ora Recorrido.

Nestes Termos,

Pede Procedência.

Fortaleza, 6 de dezembro de 2012.

João Barbosa
OAB/RJ 134.307

Henrique A. F. Motta
OAB/RJ 113.815

Fabio João Seito
OAB/RJ 114.089

Fabio Rompão Pequeno Junior
OAB/CE 14752

Rua São José nº 90 grupo 810 a 812 Centro Rio de Janeiro/RJ Cep: 20010-020
PABX: 21-3265-5600 FAX: 21-3265-5622/3265-5628
cuipeativo@joaobarbosaadvass.com.br



130

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL - ESTADO DO RIO DE JANEIRO
2º OFÍCIO DE NOTAS



QUIDO MAGIEL - TABELÃO

APRY SUGEMA FILHO - SUBSTITUTO

MATRIZ: AV. N.º 0100, P.º 3º ANDAR - RIO DE JANEIRO - RJ
RUCURSAL TIJUCA: RUA SANTA SÓFIA, 10 - LOJA A - RIO DE JANEIRO - RJ
RUCURSAL JACAREPAQUÁ: EST. DOS BANDEIRANTES, 201 - LOJA C - RIO DE JANEIRO - RJ



ATO N.º 006 PROCURAÇÃO bastante que faz BRADESCO
LIVRO N.º 6667 SEGUROS S.A. na forma anexa
FOLHA N.º 110
do livro de janeiro de 2018, protocolizado sob o nº 2305(1)

S A I D A M. QUANTO AOS VOTOS QUE NO ANO DE 2017, AOS QUATRO (04) dias do mês de abril, nesta cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua Bórso de Itapagipe, nº 226, Rio Comprido, tendo a chamado vir e porção mim, MARIA TERESA A. DE ALMEIDA, Escrevente Autorizada, OJPS nº 50177/17-RJ, compareceu para OUTORGANTE - BRADESCO SEGUROS S.A., com sede na Cidade de São Paulo/SP, na Avenida Paulista n.º 13110, parte - Bela Vista, inscrita no CNPJ sob o nº 33.055.145/0001-92, neste ato representada por seu Diretor Geral Administrativo e Financeiro SAMUEL MONTEIRO DOS SANTOS JUNIOR, brasileiro, casado, advogado, inscrito sob o nº OAB/RJ nº 42.122, expedida em 10/11/1982, e no C.P.F. nº 032.621.977-34, com domicílio comercial na Cidade de São Paulo/SP, na Avenida Paulista n.º 13110, Bela Vista, e seu Diretor Geral LUIZ TAVARES PEREIRA FILHO, brasileiro, casado, advogado, portador da Carteira de Identificação nº 2.584.630, expedida pelo IPR/RJ em 01/12/80, inscrito no C.P.F. sob o nº 254.794.107-30, com domicílio comercial na Cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Bórso de Itapagipe nº 226 - Rio Comprido, por mim identificados, conforme documentos mencionados, da que dou fé e poranto mim, pelo OUTORGANTE, por seus representantes legais, me foi dito que por esta público instrumento nominal e cancelável entre particulares procuradores, se adotasse:

- 1) IVAN LUIZ GONTIJO JUNIOR, casado, inscrito no OAB/RJ sob o nº 44.922 e no C.P.F. nº 770.025.387-87; 2) MARIA CECILIA DE LIMA AULO, divorciada, inscrita no OAB/SP nº 75.446 e no C.P.F. nº 059.870.592-55; 3) MURILO AZAMBUJA RIBEIRO, casado, inscrito no OAB/RJ sob o nº 42.875 e no C.P.F. sob o nº 915.408.957-34; 4) MARCO AURELIO SAMPAIO BENOIO, casado, inscrito no OAB/SP sob o nº 71.100 e no C.P.F. nº 540.829.517-08; 5) MARCO AURELIO MACHADO RODRIGUES, casado, inscrito no OAB/RJ sob o nº 26.002 e no C.P.F. nº 105.982.087-49; 6) CLAUDIA NECK MACHADO OLIVEIRA, casada, inscrita no OAB/SP sob o nº 112.089 e no C.P.F. nº 323.721.709-97; 7) ANDRE LUIZ RHEIN DA SILVA CORDEIRO, casado, inscrito no OAB/RJ sob o nº 54.380 e no C.P.F. nº 141.705.997-88; 8) JANAINA ALEXANDRE NUNES, solteira, inscrita no OAB/SP sob o nº 161.570 e no C.P.F. nº 018.053.177-09; 9) MANUELA LEITE CARDOSO, solteira, inscrita no OAB/RJ sob o nº 95.223 e no C.P.F. nº 037.357.437-25; 10) HELOISA MONTEIRO DE PAULA DIAS, solteira, inscrita no OAB/SP sob o nº 103.408 e no C.P.F. nº 103.408.344-54; 11) RENATO DELEUSE VITTA, casado, inscrito no OAB/SP sob o nº 94.463 e no C.P.F. nº 080.266.188-54; 12) CESAR AUGUSTO CASSONI, casado, inscrito no OAB/SP sob o nº 84.325 e no C.P.F. nº 012.197.558-42; 13) ANIMINDA MACIEL ALBARELLI, solteira, inscrita no OAB/RJ sob o nº 38.039 e no C.P.F. nº 754.685.487-33; 14) HERNANI DIAS TORRES, casado, inscrito no OAB/RJ sob o nº 48.798 e no C.P.F. nº 800.470.587-20; 15) MARCIA DE ABREU SILVA DONATTO, casada, inscrita no OAB/RJ sob o nº 83.108 e no C.P.F. nº 468.913.987-04; 16) ROSEMARY ROSA DE ALMEIDA PERA, solteira, inscrita no OAB/RJ sob o nº 55.627 e no C.P.F. nº 751.655.517-10; 17) ROSÂNGELA DE SOUZA PEREIRA, solteira, inscrita no OAB/RJ sob o nº 83.467 e no C.P.F. nº 813.882.707-50; 18) JOÃO BATISTA DA SILVA, casado, inscrito no OAB/RJ sob o nº 05.843 e no C.P.F. nº 338.905.377-20; 19) JORGE LUIZ COSTA SOARES, divorciado, inscrito no OAB/RJ sob o nº 75.830 e no C.P.F. nº 900.290.927-02; 20) SUZANA DA SILVA BASTOS, solteira, inscrita no OAB/RJ sob o nº 79.300 e no C.P.F. nº 894.355.487-87; 21) ALEXANDER RODRIGO DA SILVA VIEIRA, casado, inscrito no OAB/RJ sob o nº 82.809 e no C.P.F. nº 020.457.747-08; 22) VITOR AUGUSTO DE SOUZA BAPTISTA, casado, inscrito no OAB/RJ sob o nº 55.214 e no C.P.F. nº 765.462.207-78; 23) DANIELLY CHRISTINE GOMES CALDAS, solteira, inscrita no OAB/RJ sob o nº 101.519 e no C.P.F. nº 032.683.017-11; 24) ROGERIO DE SA FERREIRA, solteiro, inscrito no OAB/RJ sob o nº 65.823 e no C.P.F. nº 254.794.987-00; 25) JOSE HENRIQUE FERNANDES DO AMARAL, solteiro, inscrito no OAB/RJ sob o nº 95.837 e no C.P.F. nº 031.938.067-09; 26) ANTONIO LUIZ PEREIRA TEIXEIRA, casado, inscrito no OAB/RJ sob o nº 63.006 e no C.P.F. nº 742.677.177-46; 27) VANESSA MOTTA RUST, solteira, inscrita no OAB/RJ sob o nº 74.954 e no C.P.F. nº 010.500.167-61; 28) MARUANGELA DE MENEZES NUNES VIEIRA DE SOUSA, casada, inscrito no OAB/RJ sob o nº 73.441 e no C.P.F. nº 77.1614.987-85; 29) ERIKA GRESS DE SOUZA



[illegible]

2014-15-12-13-14-15-16-17-18-19-20-21-22-23-24-25-26-27-28-29-30-31-32-33-34-35-36-37-38-39-40-41-42-43-44-45-46-47-48-49-50-51-52-53-54-55-56-57-58-59-60-61-62-63-64-65-66-67-68-69-70-71-72-73-74-75-76-77-78-79-80-81-82-83-84-85-86-87-88-89-90-91-92-93-94-95-96-97-98-99-100-101-102-103-104-105-106-107-108-109-110-111-112-113-114-115-116-117-118-119-120-121-122-123-124-125-126-127-128-129-130-131-132-133-134-135-136-137-138-139-140-141-142-143-144-145-146-147-148-149-150-151-152-153-154-155-156-157-158-159-160-161-162-163-164-165-166-167-168-169-170-171-172-173-174-175-176-177-178-179-180-181-182-183-184-185-186-187-188-189-190-191-192-193-194-195-196-197-198-199-200-201-202-203-204-205-206-207-208-209-210-211-212-213-214-215-216-217-218-219-220-221-222-223-224-225-226-227-228-229-230-231-232-233-234-235-236-237-238-239-240-241-242-243-244-245-246-247-248-249-250-251-252-253-254-255-256-257-258-259-260-261-262-263-264-265-266-267-268-269-270-271-272-273-274-275-276-277-278-279-280-281-282-283-284-285-286-287-288-289-290-291-292-293-294-295-296-297-298-299-300-301-302-303-304-305-306-307-308-309-310-311-312-313-314-315-316-317-318-319-320-321-322-323-324-325-326-327-328-329-330-331-332-333-334-335-336-337-338-339-340-341-342-343-344-345-346-347-348-349-350-351-352-353-354-355-356-357-358-359-360-361-362-363-364-365-366-367-368-369-370-371-372-373-374-375-376-377-378-379-380-381-382-383-384-385-386-387-388-389-390-391-392-393-394-395-396-397-398-399-400-401-402-403-404-405-406-407-408-409-410-411-412-413-414-415-416-417-418-419-420-421-422-423-424-425-426-427-428-429-430-431-432-433-434-435-436-437-438-439-440-441-442-443-444-445-446-447-448-449-450-451-452-453-454-455-456-457-458-459-460-461-462-463-464-465-466-467-468-469-470-471-472-473-474-475-476-477-478-479-480-481-482-483-484-485-486-487-488-489-490-491-492-493-494-495-496-497-498-499-500-501-502-503-504-505-506-507-508-509-510-511-512-513-514-515-516-517-518-519-520-521-522-523-524-525-526-527-528-529-530-531-532-533-534-535-536-537-538-539-540-541-542-543-544-545-546-547-548-549-550-551-552-553-554-555-556-557-558-559-560-561-562-563-564-565-566-567-568-569-570-571-572-573-574-575-576-577-578-579-580-581-582-583-584-585-586-587-588-589-590-591-592-593-594-595-596-597-598-599-600-601-602-603-604-605-606-607-608-609-610-611-612-613-614-615-616-617-618-619-620-621-622-623-624-625-626-627-628-629-630-631-632-633-634-635-636-637-638-639-640-641-642-643-644-645-646-647-648-649-650-651-652-653-654-655-656-657-658-659-660-661-662-663-664-665-666-667-668-669-670-671-672-673-674-675-676-677-678-679-680-681-682-683-684-685-686-687-688-689-690-691-692-693-694-695-696-697-698-699-700-701-702-703-704-705-706-707-708-709-710-711-712-713-714-715-716-717-718-719-720-721-722-723-724-725-726-727-728-729-730-731-732-733-734-735-736-737-738-739-740-741-742-743-744-745-746-747-748-749-750-751-752-753-754-755-756-757-758-759-760-761-762-763-764-765-766-767-768-769-770-771-772-773-774-775-776-777-778-779-780-781-782-783-784-785-786-787-788-789-790-791-792-793-794-795-796-797-798-799-800-801-802-803-804-805-806-807-808-809-810-811-812-813-814-815-816-817-818-819-820-821-822-823-824-825-826-827-828-829-830-831-832-833-834-835-836-837-838-839-840-841-842-843-844-845-846-847-848-849-850-851-852-853-854-855-856-857-858-859-860-861-862-863-864-865-866-867-868-869-870-871-872-873-874-875-876-877-878-879-880-881-882-883-884-885-886-887-888-889-890-891-892-893-894-895-896-897-898-899-900-901-902-903-904-905-906-907-908-909-910-911-912-913-914-915-916-917-918-919-920-921-922-923-924-925-926-927-928-929-930-931-932-933-934-935-936-937-938-939-940-941-942-943-944-945-946-947-948-949-950-951-952-953-954-955-956-957-958-959-960-961-962-963-964-965-966-967-968-969-970-971-972-973-974-975-976-977-978-979-980-981-982-983-984-985-986-987-988-989-990-991-992-993-994-995-996-997-998-999-1000-1001-1002-1003-1004-1005-1006-1007-1008-1009-1010-1011-1012-1013-1014-1015-1016-1017-1018-1019-1020-1021-1022-1023-1024-1025-1026-1027-1028-1029-1030-1031-1032-1033-1034-1035-1036-1037-1038-1039-1040-1041-1042-1043-10

Parte V - Publicações e Produtos	
ALBUQUERQUE SEMEADORA DE MILHO AZUL	
SEMENTES DE MILHO AZUL	12 234,00
SEMENTES DE MILHO AZUL	14 185,00
FUSOS DE MILHO AZUL	102 540,00
SEMENTES DE MILHO AZUL	112 130,00
TOTAL DA PARTE V - PUBLICAÇÕES E PRODUTOS	
R\$ 238.889,00	

[illegible][illegible][illegible]

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Revista para a publicação de atos administrativos e leis do Município de 2008

ATAS, CERTIDÕES
E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Associações, Entidades e Pessoas

Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal de Ensino Fundamental "Nossa Senhora do Carmo" - Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal de Ensino Fundamental "Nossa Senhora do Carmo" - Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal de Ensino Fundamental "Nossa Senhora do Carmo"

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL "NOSSA SENHORA DO CARMO" - Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal de Ensino Fundamental "Nossa Senhora do Carmo" - Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal de Ensino Fundamental "Nossa Senhora do Carmo"

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL "NOSSA SENHORA DO CARMO" - Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal de Ensino Fundamental "Nossa Senhora do Carmo" - Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal de Ensino Fundamental "Nossa Senhora do Carmo"

SUMÁRIO

Atas, Certidões e Demonstrações Financeiras
Associações, Entidades e Pessoas

SUMÁRIO
Atas, Certidões e Demonstrações Financeiras
Associações, Entidades e Pessoas

Atas, Certidões e Demonstrações Financeiras
Associações, Entidades e Pessoas



em 1959, para 1961, 1962, 1963, 1964, 1965, 1966, 1967, 1968, 1969, 1970, 1971, 1972, 1973, 1974, 1975, 1976, 1977, 1978, 1979, 1980, 1981, 1982, 1983, 1984, 1985, 1986, 1987, 1988, 1989, 1990, 1991, 1992, 1993, 1994, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, 2025, 2026, 2027, 2028, 2029, 2030, 2031, 2032, 2033, 2034, 2035, 2036, 2037, 2038, 2039, 2040, 2041, 2042, 2043, 2044, 2045, 2046, 2047, 2048, 2049, 2050, 2051, 2052, 2053, 2054, 2055, 2056, 2057, 2058, 2059, 2060, 2061, 2062, 2063, 2064, 2065, 2066, 2067, 2068, 2069, 2070, 2071, 2072, 2073, 2074, 2075, 2076, 2077, 2078, 2079, 2080, 2081, 2082, 2083, 2084, 2085, 2086, 2087, 2088, 2089, 2090, 2091, 2092, 2093, 2094, 2095, 2096, 2097, 2098, 2099, 2100, 2101, 2102, 2103, 2104, 2105, 2106, 2107, 2108, 2109, 2110, 2111, 2112, 2113, 2114, 2115, 2116, 2117, 2118, 2119, 2120, 2121, 2122, 2123, 2124, 2125, 2126, 2127, 2128, 2129, 2130, 2131, 2132, 2133, 2134, 2135, 2136, 2137, 2138, 2139, 2140, 2141, 2142, 2143, 2144, 2145, 2146, 2147, 2148, 2149, 2150, 2151, 2152, 2153, 2154, 2155, 2156, 2157, 2158, 2159, 2160, 2161, 2162, 2163, 2164, 2165, 2166, 2167, 2168, 2169, 2170, 2171, 2172, 2173, 2174, 2175, 2176, 2177, 2178, 2179, 2180, 2181, 2182, 2183, 2184, 2185, 2186, 2187, 2188, 2189, 2190, 2191, 2192, 2193, 2194, 2195, 2196, 2197, 2198, 2199, 2200, 2201, 2202, 2203, 2204, 2205, 2206, 2207, 2208, 2209, 2210, 2211, 2212, 2213, 2214, 2215, 2216, 2217, 2218, 2219, 2220, 2221, 2222, 2223, 2224, 2225, 2226, 2227, 2228, 2229, 2230, 2231, 2232, 2233, 2234, 2235, 2236, 2237, 2238, 2239, 2240, 2241, 2242, 2243, 2244, 2245, 2246, 2247, 2248, 2249, 2250, 2251, 2252, 2253, 2254, 2255, 2256, 2257, 2258, 2259, 2260, 2261, 2262, 2263, 2264, 2265, 2266, 2267, 2268, 2269, 2270, 2271, 2272, 2273, 2274, 2275, 2276, 2277, 2278, 2279, 2280, 2281, 2282, 2283, 2284, 2285, 2286, 2287, 2288, 2289, 2290, 2291, 2292, 2293, 2294, 2295, 2296, 2297, 2298, 2299, 2300, 2301, 2302, 2303, 2304, 2305, 2306, 2307, 2308, 2309, 2310, 2311, 2312, 2313, 2314, 2315, 2316, 2317, 2318, 2319, 2320, 2321, 2322, 2323, 2324, 2325, 2326, 2327, 2328, 2329, 2330, 2331, 2332, 2333, 2334, 2335, 2336, 2337, 2338, 2339, 2340, 2341, 2342, 2343, 2344, 2345, 2346, 2347, 2348, 2349, 2350, 2351, 2352, 2353, 2354, 2355, 2356, 2357, 2358, 2359, 2360, 2361, 2362, 2363, 2364, 2365, 2366, 2367, 2368, 2369, 2370, 2371, 2372, 2373, 2374, 2375, 2376, 2377, 2378, 2379, 2380, 2381, 2382, 2383, 2384, 2385, 2386, 2387, 2388, 2389, 2390, 2391, 2392, 2393, 2394, 2395, 2396, 2397, 2398, 2399, 2400, 2401, 2402, 2403, 2404, 2405, 2406, 2407, 2408, 2409, 2410, 2411, 2412, 2413, 2414, 2415, 2416, 2417, 2418, 2419, 2420, 2421, 2422, 2423, 2424, 2425, 2426, 2427, 2428, 2429, 2430, 2431, 2432, 2433, 2434, 2435, 2436, 2437, 2438, 2439, 2440, 2441, 2442, 2443, 2444, 2445, 2446, 2447, 2448, 2449, 2450, 2451, 2452, 2453, 2454, 2455, 2456, 2457, 2458, 2459, 2460, 2461, 2462, 2463, 2464, 2465, 2466, 2467, 2468, 2469, 2470, 2471, 2472, 2473, 2474, 2475, 2476, 2477, 2478, 2479, 2480, 2481, 2482, 2483, 2484, 2485, 2486, 2487, 2488, 2489, 2490, 2491, 2492, 2493, 2494, 2495, 2496, 2497, 2498, 2499, 2500, 2501, 2502, 2503, 2504, 2505, 2506, 2507, 2508, 2509, 2510, 2511, 2512, 2513, 2514, 2515, 2516, 2517, 2518, 2519, 2520, 2521, 2522, 2523, 2524, 2525, 2526, 2527, 2528, 2529, 2530, 2531, 2532, 2533, 2534, 2535, 2536, 2537, 2538, 2539, 2540, 2541, 2542, 2543, 2544, 2545, 2546, 2547, 2548, 2549, 2550, 2551, 2552, 2553, 2554, 2555, 2556, 2557, 2558, 2559, 2560, 2561, 2562, 2563, 2564, 2565, 2566, 2567, 2568, 2569, 2570, 2571, 2572, 2573, 2574, 2575, 2576, 2577, 2578, 2579, 2580, 2581, 2582, 2583, 2584, 2585, 2586, 2587, 2588, 2589, 2590, 2591, 2592, 2593, 2594, 2595, 2596, 2597, 2598, 2599, 2600, 2601, 2602, 2603, 2604, 2605, 2606, 2607, 2608, 2609, 2610, 2611, 2612, 2613, 2614, 2615, 2616, 2617, 2618, 2619, 2620, 2621, 2622, 2623, 2624, 2625, 2626, 2627, 2628, 2629, 2630, 2631, 2632, 2633, 2634, 2635, 2636, 2637, 2638, 2639, 2640, 2641,

Parte V. Publications

ASSOCIACAO DAS FRONTIERAS SOCIAIS
CENTRO NACIONAL DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCACAO

1. <u>Administrative</u> 2. <u>Financial</u> 3. <u>Personnel</u> 4. <u>Public Relations</u> 5. <u>Security</u> 6. <u>Training</u> 7. <u>Transportation</u> 8. <u>Utilities</u> 9. <u>Waste Management</u> 10. <u>Water Supply</u> 11. <u>Food Service</u> 12. <u>Medical Services</u> 13. <u>Legal Services</u> 14. <u>Insurance</u> 15. <u>Accounting</u> 16. <u>Information Systems</u> 17. <u>Facilities Management</u> 18. <u>Procurement</u> 19. <u>Construction</u> 20. <u>Maintenance</u> 21. <u>Energy Management</u> 22. <u>Environmental Services</u> 23. <u>Community Development</u> 24. <u>Public Works</u> 25. <u>Police</u> 26. <u>Fire Department</u> 27. <u>Public Safety</u> 28. <u>Emergency Services</u> 29. <u>Health Services</u> 30. <u>Elder Care</u> 31. <u>Child Welfare</u> 32. <u>Adult Services</u> 33. <u>Substance Abuse</u> 34. <u>Mental Health</u> 35. <u>Rehabilitation</u> 36. <u>Correctional Services</u> 37. <u>Probation</u> 38. <u>Parole</u> 39. <u>Detention</u> 40. <u>Prison</u> 41. <u>Jail</u> 42. <u>Court</u> 43. <u>Judge</u> 44. <u>Lawyer</u> 45. <u>Prosecutor</u> 46. <u>Defense Attorney</u> 47. <u>Public Defender</u> 48. <u>Law Enforcement</u> 49. <u>Police Officer</u> 50. <u>Firefighter</u> 51. <u>Paramedic</u> 52. <u>Nurse</u> 53. <u>Doctor</u> 54. <u>Pharmacist</u> 55. <u>Therapist</u> 56. <u>Counselor</u> 57. <u>Social Worker</u> 58. <u>Case Manager</u> 59. <u>Program Coordinator</u> 60. <u>Project Manager</u> 61. <u>Operations Manager</u> 62. <u>Quality Assurance</u> 63. <u>Compliance</u> 64. <u>Regulatory Affairs</u> 65. <u>Public Affairs</u> 66. <u>Media Relations</u> 67. <u>Press Secretary</u> 68. <u>Spokesperson</u> 69. <u>Publicist</u> 70. <u>Event Planner</u> 71. <u>Conferences</u> 72. <u>Workshops</u> 73. <u>Seminars</u> 74. <u>Webinars</u> 75. <u>Podcasts</u> 76. <u>YouTube Channel</u> 77. <u>Facebook Page</u> 78. <u>Twitter Account</u> 79. <u>LinkedIn Profile</u> 80. <u>Instagram Account</u> 81. <u>Website</u> 82. <u>Blog</u> 83. <u>Newsletter</u> 84. <u>Press Release</u> 85. <u>Press Conference</u> 86. <u>Press Briefing</u> 87. <u>Press Interview</u> 88. <u>Press Photo</u> 89. <u>Press Video</u> 90. <u>Press Conference</u> 91. <u>Press Briefing</u> 92. <u>Press Interview</u> 93. <u>Press Photo</u> 94. <u>Press Video</u> 95. <u>Press Conference</u> 96. <u>Press Briefing</u> 97. <u>Press Interview</u> 98. <u>Press Photo</u> 99. <u>Press Video</u> 100. <u>Press Conference</u>	1. <u>Administrative</u> 2. <u>Financial</u> 3. <u>Personnel</u> 4. <u>Public Relations</u> 5. <u>Security</u> 6. <u>Training</u> 7. <u>Transportation</u> 8. <u>Utilities</u> 9. <u>Waste Management</u> 10. <u>Water Supply</u> 11. <u>Food Service</u> 12. <u>Medical Services</u> 13. <u>Legal Services</u> 14. <u>Insurance</u> 15. <u>Accounting</u> 16. <u>Information Systems</u> 17. <u>Facilities Management</u> 18. <u>Procurement</u> 19. <u>Construction</u> 20. <u>Maintenance</u> 21. <u>Energy Management</u> 22. <u>Environmental Services</u> 23. <u>Community Development</u> 24. <u>Public Works</u> 25. <u>Police</u> 26. <u>Fire Department</u> 27. <u>Public Safety</u> 28. <u>Emergency Services</u> 29. <u>Health Services</u> 30. <u>Elder Care</u> 31. <u>Child Welfare</u> 32. <u>Adult Services</u> 33. <u>Substance Abuse</u> 34. <u>Mental Health</u> 35. <u>Rehabilitation</u> 36. <u>Correctional Services</u> 37. <u>Probation</u> 38. <u>Parole</u> 39. <u>Detention</u> 40. <u>Prison</u> 41. <u>Jail</u> 42. <u>Court</u> 43. <u>Judge</u> 44. <u>Lawyer</u> 45. <u>Prosecutor</u> 46. <u>Defense Attorney</u> 47. <u>Public Defender</u> 48. <u>Law Enforcement</u> 49. <u>Police Officer</u> 50. <u>Firefighter</u> 51. <u>Paramedic</u> 52. <u>Nurse</u> 53. <u>Doctor</u> 54. <u>Pharmacist</u> 55. <u>Therapist</u> 56. <u>Counselor</u> 57. <u>Social Worker</u> 58. <u>Case Manager</u> 59. <u>Program Coordinator</u> 60. <u>Project Manager</u> 61. <u>Operations Manager</u> 62. <u>Quality Assurance</u> 63. <u>Compliance</u> 64. <u>Regulatory Affairs</u> 65. <u>Public Affairs</u> 66. <u>Media Relations</u> 67. <u>Press Secretary</u> 68. <u>Spokesperson</u> 69. <u>Publicist</u> 70. <u>Event Planner</u> 71. <u>Conferences</u> 72. <u>Workshops</u> 73. <u>Seminars</u> 74. <u>Webinars</u> 75. <u>Podcasts</u> 76. <u>YouTube Channel</u> 77. <u>Facebook Page</u> 78. <u>Twitter Account</u> 79. <u>LinkedIn Profile</u> 80. <u>Instagram Account</u> 81. <u>Website</u> 82. <u>Blog</u> 83. <u>Newsletter</u> 84. <u>Press Release</u> 85. <u>Press Conference</u> 86. <u>Press Briefing</u> 87. <u>Press Interview</u> 88. <u>Press Photo</u> 89. <u>Press Video</u> 90. <u>Press Conference</u> 91. <u>Press Briefing</u> 92. <u>Press Interview</u> 93. <u>Press Photo</u> 94. <u>Press Video</u> 95. <u>Press Conference</u> 96. <u>Press Briefing</u> 97. <u>Press Interview</u> 98. <u>Press Photo</u> 99. <u>Press Video</u> 100. <u>Press Conference</u>
---	---

MARIA FÁTIMA MORENO DE
 ROSA DE OLIVEIRA
 BRADSHAW AUTOMOBILE COMPANY
 DE SECURAS
 11071 ALVARO DE ARAUJO ST.
 NOME 11.000 212.501
 CERTIFICADO

[illegible][illegible]

BRADESCO CAPITALIZAÇÃO S/A
CNPJ 31.049.914/0001-34
RUA 13.500 871-416
Cidade de São Paulo

1. PERSONAL DATA: Name: [redacted] Date of Birth: [redacted] Sex: [redacted] Nationality: [redacted] Address: [redacted]

[illegible]

CONFIDENCIAL - SEGURANÇA NACIONAL - EXCLUSÃO DE ACESSO PÚBLICO

BRASECO SEITURIN SA
CALLE 11003 BARRIO DE

CONFIDENTIAL

[illegible][illegible][illegible]

the 1990s, the number of people in the world who are illiterate has increased from 750 million to 850 million. The number of illiterate people in the world is still increasing, and the rate of increase is still high. The number of illiterate people in the world is still increasing, and the rate of increase is still high.

2/2018 13:24:52
1613242975900000005903844

[illegible]

134

Secretaria de Ass. da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16.01.2009, Junta Geral do Rio de Janeiro - RJ, para G.M. Serra - Secretário Geral.

COMPANHIA INDUSTRIAL E DE DESENVOLVIMENTO URBANO DE CRUZ ALTA
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 2008
RESOLUÇÃO Nº 001/2008
A COMPANHIA INDUSTRIAL E DE DESENVOLVIMENTO URBANO DE CRUZ ALTA - CINDUA, inscrita no CNPJ nº 06.908.000/0001-00, com sede na Rua da Assembleia, 100, Bairro Alto - Cruz Alta - RS, 95.000-000, inscrita no CNPJ nº 06.908.000/0001-00, por meio da Assembleia Geral Extraordinária de 2008, realizada em 16.01.2009, no Hotel de Turismo de Cruz Alta, situada na Av. General Câmara, 111 - Centro, com o seguinte texto: 1º - A Assembleia Geral Extraordinária de 2008, realizada em 16.01.2009, no Hotel de Turismo de Cruz Alta, RS, aprovou e ratificou:

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO E AFINS
ANEXO
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL
Constitui-se a Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins - CONTA, inscrita no CNPJ nº 06.908.000/0001-00, com sede na Rua da Assembleia, 100, Bairro Alto - Cruz Alta - RS, 95.000-000, inscrita no CNPJ nº 06.908.000/0001-00, por meio da Assembleia Geral Extraordinária de 2008, realizada em 16.01.2009, no Hotel de Turismo de Cruz Alta, situada na Av. General Câmara, 111 - Centro, com o seguinte texto: 1º - A Assembleia Geral Extraordinária de 2008, realizada em 16.01.2009, no Hotel de Turismo de Cruz Alta, RS, aprovou e ratificou:

ASSOCIAÇÃO DE FÁBRICAS DE CIGARROS
CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO E AFINS
ANEXO
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL
Constitui-se a Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins - CONTA, inscrita no CNPJ nº 06.908.000/0001-00, com sede na Rua da Assembleia, 100, Bairro Alto - Cruz Alta - RS, 95.000-000, inscrita no CNPJ nº 06.908.000/0001-00, por meio da Assembleia Geral Extraordinária de 2008, realizada em 16.01.2009, no Hotel de Turismo de Cruz Alta, situada na Av. General Câmara, 111 - Centro, com o seguinte texto: 1º - A Assembleia Geral Extraordinária de 2008, realizada em 16.01.2009, no Hotel de Turismo de Cruz Alta, RS, aprovou e ratificou:

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO E AFINS
ANEXO
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL
Constitui-se a Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins - CONTA, inscrita no CNPJ nº 06.908.000/0001-00, com sede na Rua da Assembleia, 100, Bairro Alto - Cruz Alta - RS, 95.000-000, inscrita no CNPJ nº 06.908.000/0001-00, por meio da Assembleia Geral Extraordinária de 2008, realizada em 16.01.2009, no Hotel de Turismo de Cruz Alta, situada na Av. General Câmara, 111 - Centro, com o seguinte texto: 1º - A Assembleia Geral Extraordinária de 2008, realizada em 16.01.2009, no Hotel de Turismo de Cruz Alta, RS, aprovou e ratificou:

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO E AFINS
ANEXO
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL
Constitui-se a Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins - CONTA, inscrita no CNPJ nº 06.908.000/0001-00, com sede na Rua da Assembleia, 100, Bairro Alto - Cruz Alta - RS, 95.000-000, inscrita no CNPJ nº 06.908.000/0001-00, por meio da Assembleia Geral Extraordinária de 2008, realizada em 16.01.2009, no Hotel de Turismo de Cruz Alta, situada na Av. General Câmara, 111 - Centro, com o seguinte texto: 1º - A Assembleia Geral Extraordinária de 2008, realizada em 16.01.2009, no Hotel de Turismo de Cruz Alta, RS, aprovou e ratificou:

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO E AFINS
ANEXO
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL
Constitui-se a Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins - CONTA, inscrita no CNPJ nº 06.908.000/0001-00, com sede na Rua da Assembleia, 100, Bairro Alto - Cruz Alta - RS, 95.000-000, inscrita no CNPJ nº 06.908.000/0001-00, por meio da Assembleia Geral Extraordinária de 2008, realizada em 16.01.2009, no Hotel de Turismo de Cruz Alta, situada na Av. General Câmara, 111 - Centro, com o seguinte texto: 1º - A Assembleia Geral Extraordinária de 2008, realizada em 16.01.2009, no Hotel de Turismo de Cruz Alta, RS, aprovou e ratificou:

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO E AFINS
ANEXO
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL
Constitui-se a Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins - CONTA, inscrita no CNPJ nº 06.908.000/0001-00, com sede na Rua da Assembleia, 100, Bairro Alto - Cruz Alta - RS, 95.000-000, inscrita no CNPJ nº 06.908.000/0001-00, por meio da Assembleia Geral Extraordinária de 2008, realizada em 16.01.2009, no Hotel de Turismo de Cruz Alta, situada na Av. General Câmara, 111 - Centro, com o seguinte texto: 1º - A Assembleia Geral Extraordinária de 2008, realizada em 16.01.2009, no Hotel de Turismo de Cruz Alta, RS, aprovou e ratificou:

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO E AFINS
ANEXO
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL
Constitui-se a Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins - CONTA, inscrita no CNPJ nº 06.908.000/0001-00, com sede na Rua da Assembleia, 100, Bairro Alto - Cruz Alta - RS, 95.000-000, inscrita no CNPJ nº 06.908.000/0001-00, por meio da Assembleia Geral Extraordinária de 2008, realizada em 16.01.2009, no Hotel de Turismo de Cruz Alta, situada na Av. General Câmara, 111 - Centro, com o seguinte texto: 1º - A Assembleia Geral Extraordinária de 2008, realizada em 16.01.2009, no Hotel de Turismo de Cruz Alta, RS, aprovou e ratificou:

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO E AFINS
ANEXO
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL
Constitui-se a Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins - CONTA, inscrita no CNPJ nº 06.908.000/0001-00, com sede na Rua da Assembleia, 100, Bairro Alto - Cruz Alta - RS, 95.000-000, inscrita no CNPJ nº 06.908.000/0001-00, por meio da Assembleia Geral Extraordinária de 2008, realizada em 16.01.2009, no Hotel de Turismo de Cruz Alta, situada na Av. General Câmara, 111 - Centro, com o seguinte texto: 1º - A Assembleia Geral Extraordinária de 2008, realizada em 16.01.2009, no Hotel de Turismo de Cruz Alta, RS, aprovou e ratificou:

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO E AFINS
ANEXO
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL
Constitui-se a Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins - CONTA, inscrita no CNPJ nº 06.908.000/0001-00, com sede na Rua da Assembleia, 100, Bairro Alto - Cruz Alta - RS, 95.000-000, inscrita no CNPJ nº 06.908.000/0001-00, por meio da Assembleia Geral Extraordinária de 2008, realizada em 16.01.2009, no Hotel de Turismo de Cruz Alta, situada na Av. General Câmara, 111 - Centro, com o seguinte texto: 1º - A Assembleia Geral Extraordinária de 2008, realizada em 16.01.2009, no Hotel de Turismo de Cruz Alta, RS, aprovou e ratificou:

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO E AFINS
ANEXO
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL
Constitui-se a Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins - CONTA, inscrita no CNPJ nº 06.908.000/0001-00, com sede na Rua da Assembleia, 100, Bairro Alto - Cruz Alta - RS, 95.000-000, inscrita no CNPJ nº 06.908.000/0001-00, por meio da Assembleia Geral Extraordinária de 2008, realizada em 16.01.2009, no Hotel de Turismo de Cruz Alta, situada na Av. General Câmara, 111 - Centro, com o seguinte texto: 1º - A Assembleia Geral Extraordinária de 2008, realizada em 16.01.2009, no Hotel de Turismo de Cruz Alta, RS, aprovou e ratificou:

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO E AFINS
ANEXO
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL
Constitui-se a Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins - CONTA, inscrita no CNPJ nº 06.908.000/0001-00, com sede na Rua da Assembleia, 100, Bairro Alto - Cruz Alta - RS, 95.000-000, inscrita no CNPJ nº 06.908.000/0001-00, por meio da Assembleia Geral Extraordinária de 2008, realizada em 16.01.2009, no Hotel de Turismo de Cruz Alta, situada na Av. General Câmara, 111 - Centro, com o seguinte texto: 1º - A Assembleia Geral Extraordinária de 2008, realizada em 16.01.2009, no Hotel de Turismo de Cruz Alta, RS, aprovou e ratificou:



Investimentos Bemo S.A.[illegible]

SIDERURGICA J. L. ALPERTI S.A.
 Siderurgia Italiana
 S.p.A. - 40138 Bologna - Italia
 Siderurgia Italiana S.p.A. - 40138 Bologna - Italia

[illegible][illegible]

1990-1991. The following table shows the number of students who were enrolled in the program during the 1990-1991 school year. The table is organized by grade level and by gender. The total number of students enrolled in the program during the 1990-1991 school year was 1,234. The table shows that the number of students enrolled in the program during the 1990-1991 school year was 1,234. The table shows that the number of students enrolled in the program during the 1990-1991 school year was 1,234.

Fabricadora de Brinquedos Estrela S.A.
FABRICA DE BRINQUEDOS - LINDOYRANGA - SP
AV. BRUNO REVIS, 100 - JARDIM REVIS - LINDOYRANGA - SP

1. *Principio de la conservación de la materia*. La materia no se crea ni se destruye, solo se transforma. En un sistema cerrado, la masa total permanece constante.

2. *Principio de la conservación de la energía*. La energía no se crea ni se destruye, solo se transforma. En un sistema cerrado, la energía total permanece constante.

3. *Principio de la conservación de la carga eléctrica*. La carga eléctrica total en un sistema aislado permanece constante.

4. *Principio de la conservación del momento lineal*. El momento lineal total en un sistema aislado permanece constante.

5. *Principio de la conservación del momento angular*. El momento angular total en un sistema aislado permanece constante.

6. *Principio de la conservación de la entropía*. La entropía total en un sistema aislado nunca disminuye.

7. *Principio de la conservación de la información*. La información no se crea ni se destruye, solo se transforma.

8. *Principio de la conservación de la simetría*. Las leyes físicas son invariantes bajo ciertas transformaciones de simetría.

9. *Principio de la conservación de la identidad*. La identidad de un objeto permanece constante a lo largo del tiempo.

10. *Principio de la conservación de la salud*. La salud no se crea ni se destruye, solo se transforma.

Deborah S. Brown, B.A.

[illegible][illegible][illegible]

84111000 其他

ALL INFORMATION CONTAINED HEREIN IS UNCLASSIFIED DATE 23 DE APRIL 19 2005

ATO DE HONORARIO DE 10% DE 100.000,00

AND DECLARATION N° 4305, DE 24 JANUARY OF 2006

ATTN: BUREAU OF THE ARMY, WASHINGTON, D.C. 20315

ATO DECLARATORIO Nº 434, DE 28 DE ABRIL DE 1991.

ATO DECLARATÓRIO Nº 1.71, DE 28 DE ABRIL DE 2006

EDS FOR MR. MARSHALL LOHMEYER

ACTU HALLA LABORIO Nº 1274 DE SAN KR. ALBAH. DE SAN

LUIS ESTEBE MARQUES LOBATO

LEADS FROM: ALFONSO EMBELUNGAN

LENS ET AL. / NARRATIVE OF DEATH

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL.

1. DATE 12-12-2018

157 P. 2014-10-10
158 P. 2014-10-10

SUPERINTENDENCIA DE SERVICIOS PRIVADOS
POSTALIA Nº 2415 DE 3 DE MARZO DE 2006

O REPRESENTANTE EM EXERCÍCIO DO SENADO FEDERAL DO ESTADO DO RIO
 DE JANEIRO, SENHOR DEPUTADO FEDERAL, ALBERTO DE OLIVEIRA,
 nascido em Rio de Janeiro em 19/04/1944, com idade de 65, 66, 67,
 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86,
 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104,
 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119,
 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134,
 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149,
 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164,
 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179,
 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194,
 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209,
 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224,
 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239,
 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254,
 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269,
 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284,
 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299,
 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 314,
 315, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 328, 329,
 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 344,
 345, 346, 347, 348, 349, 350, 351, 352, 353, 354, 355, 356, 357, 358, 359,
 360, 361, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 369, 370, 371, 372, 373, 374,
 375, 376, 377, 378, 379, 380, 381, 382, 383, 384, 385, 386, 387, 388, 389,
 390, 391, 392, 393, 394, 395, 396, 397, 398, 399, 400, 401, 402, 403, 404,
 405, 406, 407, 408, 409, 410, 411, 412, 413, 414, 415, 416, 417, 418, 419,
 420, 421, 422, 423, 424, 425, 426, 427, 428, 429, 430, 431, 432, 433, 434,
 435, 436, 437, 438, 439, 440, 441, 442, 443, 444, 445, 446, 447, 448, 449,
 450, 451, 452, 453, 454, 455, 456, 457, 458, 459, 460, 461, 462, 463, 464,
 465, 466, 467, 468, 469, 470, 471, 472, 473, 474, 475, 476, 477, 478, 479,
 480, 481, 482, 483, 484, 485, 486, 487, 488, 489, 490, 491, 492, 493, 494,
 495, 496, 497, 498, 499, 500, 501, 502, 503, 504, 505, 506, 507, 508, 509,
 510, 511, 512, 513, 514, 515, 516, 517, 518, 519, 520, 521, 522, 523, 524,
 525, 526, 527, 528, 529, 530, 531, 532, 533, 534, 535, 536, 537, 538, 539,
 540, 541, 542, 543, 544, 545, 546, 547, 548, 549, 550, 551, 552, 553, 554,
 555, 556, 557, 558, 559, 560, 561, 562, 563, 564, 565, 566, 567, 568, 569,
 570, 571, 572, 573, 574, 575, 576, 577, 578, 579, 580, 581, 582, 583, 584,
 585, 586, 587, 588, 589, 590, 591, 592, 593, 594, 595, 596, 597, 598, 599,
 600, 601, 602, 603, 604, 605, 606, 607, 608, 609, 610, 611, 612, 613, 614,
 615, 616, 617, 618, 619, 620, 621, 622, 623, 624, 625, 626, 627, 628, 629,
 630, 631, 632, 633, 634, 635, 636, 637, 638, 639, 640, 641, 642, 643, 644,
 645, 646, 647, 648, 649, 650, 651, 652, 653, 654, 655, 656, 657, 658, 659,
 660, 661, 662, 663, 664, 665, 666, 667, 668, 669, 670, 671, 672, 673, 674,
 675, 676, 677, 678, 679, 680, 681, 682, 683, 684, 685, 686, 687, 688, 689,
 690, 691, 692, 693, 694, 695, 696, 697, 698, 699, 700, 701, 702, 703, 704,
 705, 706, 707, 708, 709, 710, 711, 712, 713, 714, 715, 716, 717, 718, 719,
 720, 721, 722, 723, 724, 725, 726, 727, 728, 729, 730, 731, 732, 733, 734,
 735, 736, 737, 738, 739, 740, 741, 742, 743, 744, 745, 746, 747, 748, 749,
 750, 751, 752, 753, 754, 755, 756, 757, 758, 759, 760, 761, 762, 763, 764,
 765, 766, 767, 768, 769, 770, 771, 772, 773, 774, 775, 776, 777, 778, 779,
 780, 781, 782, 783, 784, 785, 786, 787, 788, 789, 790, 791, 792, 793, 794,
 795, 796, 797, 798, 799, 800, 801, 802, 803, 804, 805, 806, 807, 808, 809,
 810, 811, 812, 813, 814, 815, 816, 817, 818, 819, 820, 821, 822, 823, 824,
 825, 826, 827, 828, 829, 830, 831, 832, 833, 834,

[illegible]

Num. 6056215 - Pág. 97

Citicorp Merchant's Participation Corp.

[illegible]

Usina São Francisco S.A.

[illegible]

Gradano Saguro S.A.

[illegible][illegible]

MITSUBI MOTION MAQUINAS 6.A

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

Entre a empresa **MITSUBI MOTION MAQUINAS 6.A**, inscrita no CNPJ nº 08.000.000/0001-00, com sede em São Paulo, SP, e a empresa **BRADERCO SEGUROS S.A.**, inscrita no CNPJ nº 08.000.000/0001-00, com sede em São Paulo, SP, celebraram o presente contrato de locação de máquinas e equipamentos, nos termos e condições seguintes:

1. DO OBJETO: O presente contrato tem por objeto a locação de máquinas e equipamentos necessários para a execução das atividades de seguro da BRADERCO SEGUROS S.A.

2. DO PRAZO: O prazo de locação é de 12 (doze) meses, iniciando-se em 01/01/2018 e terminando em 31/12/2019.

3. DO VALOR: O valor mensal da locação é de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), a serem pagos em 10 (dez) parcelas mensais, no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) cada uma.

4. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: O pagamento deverá ser efetuado em dinheiro, em espécie, até o dia 10 (dez) de cada mês.

5. DAS OBRIGAÇÕES DO LOCATÁRIO: O locatário é responsável por manter as máquinas e equipamentos em bom estado de conservação e segurança, bem como por garantir a utilização adequada e segura dos mesmos.

6. DAS OBRIGAÇÕES DO LOCADOR: O locador é responsável por fornecer as máquinas e equipamentos em bom estado de conservação e segurança, bem como por garantir a entrega e a retirada dos mesmos no prazo e no local combinados.

7. DO CANCELAMENTO: O presente contrato poderá ser cancelado por qualquer das partes, desde que seja comunicada por escrito com antecedência de 30 (trinta) dias.

8. DO FORO: O foro para dirimir quaisquer controvérsias oriundas deste contrato é o foro da cidade de São Paulo, SP.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS: Este contrato é celebrado em duas vias, cada uma com o mesmo valor e conteúdo, ficando uma cópia em cada uma das partes.

10. DA ASSINATURA: O presente contrato é assinado por representantes legais das partes, com validade para todos os efeitos legais.

Braderco Seguros S.A.

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

Entre a empresa **MITSUBI MOTION MAQUINAS 6.A**, inscrita no CNPJ nº 08.000.000/0001-00, com sede em São Paulo, SP, e a empresa **BRADERCO SEGUROS S.A.**, inscrita no CNPJ nº 08.000.000/0001-00, com sede em São Paulo, SP, celebraram o presente contrato de locação de máquinas e equipamentos, nos termos e condições seguintes:

1. DO OBJETO: O presente contrato tem por objeto a locação de máquinas e equipamentos necessários para a execução das atividades de seguro da BRADERCO SEGUROS S.A.

2. DO PRAZO: O prazo de locação é de 12 (doze) meses, iniciando-se em 01/01/2018 e terminando em 31/12/2019.

3. DO VALOR: O valor mensal da locação é de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), a serem pagos em 10 (dez) parcelas mensais, no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) cada uma.

4. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: O pagamento deverá ser efetuado em dinheiro, em espécie, até o dia 10 (dez) de cada mês.

5. DAS OBRIGAÇÕES DO LOCATÁRIO: O locatário é responsável por manter as máquinas e equipamentos em bom estado de conservação e segurança, bem como por garantir a utilização adequada e segura dos mesmos.

6. DAS OBRIGAÇÕES DO LOCADOR: O locador é responsável por fornecer as máquinas e equipamentos em bom estado de conservação e segurança, bem como por garantir a entrega e a retirada dos mesmos no prazo e no local combinados.

7. DO CANCELAMENTO: O presente contrato poderá ser cancelado por qualquer das partes, desde que seja comunicada por escrito com antecedência de 30 (trinta) dias.

8. DO FORO: O foro para dirimir quaisquer controvérsias oriundas deste contrato é o foro da cidade de São Paulo, SP.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS: Este contrato é celebrado em duas vias, cada uma com o mesmo valor e conteúdo, ficando uma cópia em cada uma das partes.

10. DA ASSINATURA: O presente contrato é assinado por representantes legais das partes, com validade para todos os efeitos legais.





Bradesco
Seguros

SUBSTABELECIMENTO

Na qualidade de procurador da BRADESCO SEGUROS S.A., a seguir denominada **OUTORGANTE**, conforme instrumento de mandato anexo, substabeleço com reservas, aos Drs. **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/SP sob o nº 143.370, e no C.P.F. nº 132.070.808-06; **RODRIGO ALVARES DA SILVA CAMPOS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 108.513, e no C.P.F. nº 078.422.337-80; **MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/RJ sob o nº 135.132, e no C.P.F. 082.587.197-26, todos com escritório profissional à Rua Senador Denias nº 74, 5º andar - Centro - Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.031-205, independentemente da ordem de nomeação, os poderes, *ad iudicia et extra*, para atuar no foro em geral, em qualquer Instância, Juízo ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as medidas, ações ou recursos competentes, e defender a **OUTORGANTE** nas ações que lhe são contrárias, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, receber e dar quitação, nomear prepostos para representar a **OUTORGANTE** nas ações em que é parte, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitirlos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com reservas de poderes, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da **OUTORGANTE** nas ações que têm por objeto o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre - DPVAT.

Rio de Janeiro/RJ, 26 de novembro de 2007.

MARCO AURELIO MACHADO RODRIGUES
OAB/RJ nº 28.902

Marco Aurélio Machado Rodrigues
Marco Aurélio Machado Rodrigues
OAB/RJ nº 28.902



CPRODV





139

Substabelecimento

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o n.º 134.307. HENRIQUE ALBERTO FARIA MOTTA, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o n.º 113.815 e FABIO JOÃO DA SILVA SOITO, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o n.º 114.089, substabelecem, com reserva de iguais, nas pessoas dos Advogados JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o n.º 144.619. JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO, brasileira, casada, advogada inscrita na OAB/RJ sob n.º 144.620. NICOLE VIANNA VIENTE, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/RJ sob o n.º 162.543 e FERNANDO DE FREITAS BARBOSA, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o n.º 162.629, os poderes que lhe foram conferidos pelas Sociedades Seguradoras integrantes dos consórcios do seguro DPVAT, para o foro em geral, com a cláusula Ad Judicia, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, usando de todos os recursos legais para defesa dos interesses dos Outorgantes, em especial os poderes para substabelecer e nomear prepostos.

Rio de Janeiro, 29 de Fevereiro de 2012.

João Alves Barbosa Filho

OAB/RJ 134.307

Henrique Alberto Faria Motta

OAB/RJ 113.815

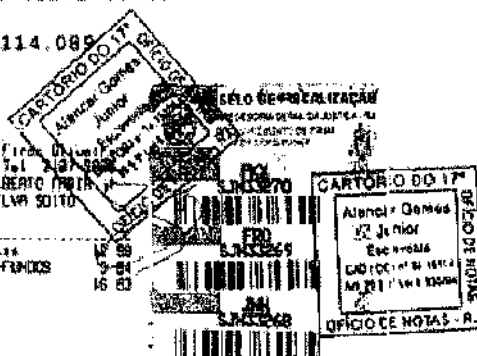
Fabio João da Silva Soito

OAB/RJ 114.089

17º OFÍCIO DE NOTAS
Rua de Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ Tel. 21-3083-8888
Reconhecido por assinatura em nome de HENRIQUE ALBERTO FARIA MOTTA, JOÃO ALVES BARBOSA FILHO e FABIO JOÃO DA SILVA SOITO
Cod. 001027000011

Rio de Janeiro, 05 de março de 2012. Conf. por
Em testemunha de verdade
Alencar Gomes Junior, Adv.

Serventia
087 15-FRANCIS
Total



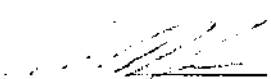


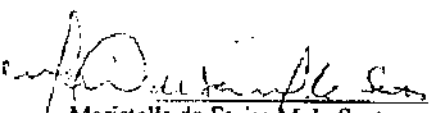
140

SUBSTABELECIMENTO

Na qualidade de procuradores da **BRDESCO SEGUROS S.A.**, doravante denominada Outorgante, conforme instrumento de mandado anexo, substabelecemos, com reservas de iguais, na pessoa dos Drs. **JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/PE sob o nº. 4.246; **HENRIQUE ALBERTO FARIA MOTTA**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 113.815; **FABIO JOÃO DA SILVA SOITO**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 114.089; todos integrantes da sociedade de advogados denominada **JOÃO BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, com escritório nesta Capital do Estado do Rio de Janeiro, na Rua São José, 90, 4º e 8º andares, Centro, CEP 20.010.020, todos os poderes que me foram conferidos para a plena defesa dos interesses da Outorgante nas ações que têm por objeto o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT.

Rio de Janeiro, 17 de julho de 2007


Marcelo Davoli Lopes


Maristella de Farias Melo Santos

22º OFÍCIO DE NOTAS - NOTÁRIO PÚBLICO DE RUA SENA
MATEUS, Rua Senador Dantas 29 - Centro-RJ - 20441-0377. Substituído
por semelhança as firmas dos: MARCELO DAVOLI LOPES e MARISTELLA DE
FARIAS MELO SANTOS

Data: 09/06/2007 (0020)

Em: 17 de julho de 2007.

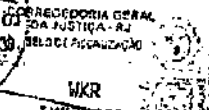
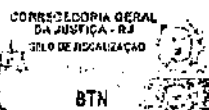
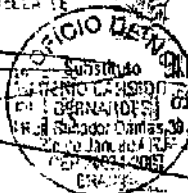
Em: 14/07/2007.

de verificação.

serventia

em 14-07-2007

LEITE CARLOS PEREIRA - EST - SUBSTITUIÇÃO





SUBSTABELECIMENTO

141

JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o N° 144.819, JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO, brasileira, casada, advogada inscrita na OAB/RJ sob o N° 140.522, NICOLE VIANNA RIENTE, brasileira, solteira, advogada inscrita na OAB/RJ sob o N° 162.543 e FERNANDO DE FREITAS BARBOSA, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/RJ sob o N° 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado FABIO POMPEU PEQUENO JUNIOR, inscrito na OAB/CE sob o n° 14.752, com escritório na AV. OLIVEIRA PAIVA, 2797 LOJA 23, CIDADE DOS FUNCIONARIOS CEP: 60.822-131 - FORTALEZA - CEARÁ os poderes que lhes foram conferidos por SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A e BRADESCO SEGUROS S.A, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move FRANCISCA GOMES DA SILVA, em curso perante o XII JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE FORTALEZA/CE, nos autos do Processo n° 2008.0032.82321.

Rio de Janeiro, 5 de dezembro de 2012.

JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS
OAB/RJ 144.819

JOSELAINE MAURA DE S. FIGUEIREDO
OAB/RJ 140.522

NICOLE VIANNA RIENTE
OAB/RJ 162.543

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA
OAB/RJ 152.629





ESTADO DO CEARÁ PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA		FERMOJU		GRF- GUIA DE RECOLHIMENTO FERMOJU Judicial	
1 - IDENTIFICAÇÃO DA SERVENTIA: 000242 - 12ª UNIDADE DO JUIZADO ESPECIAL - FIC - Faculdade Comarca: FORTALEZA				2 - VENCIMENTO 05/01/2013	
				3 - DATA EMISSÃO 06/12/2012	
				4 - SEQUENCIAL GUIA 0004583	
5 - RESPONSÁVEL PELO RECOLHIMENTO BRADESCO SEGUROS S.A				6 - PROCESSO/PROTOCOLO 2008.0032.8232-1	
7 - NATUREZA DA AÇÃO RECURSO INOMINADO				8 - VALOR DA CAUSA 2.204,00	
9 - ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA 161-CUSTAS PROCESSUAIS				10 - VALOR A RECOLHER 18.83	
11 - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES Documento válido até o VENCIMENTO. Após VENCIMENTO emitir nova Guia Através do site Tribunal de Justiça. Esta guia poderá ser paga nas agências do BB, CEF e agentes conveniados.				VIA PROCESSO Autenticação no Verso ou Lateral Direita	
12 - CÓDIGO DE BARRAS 85600000000-5 18830148201-7 30105000242-9 00045832161-9					

ESTADO DO CEARÁ PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA		FERMOJU		GRF- GUIA DE RECOLHIMENTO FERMOJU Judicial	
1 - IDENTIFICAÇÃO DA SERVENTIA: 000242 - 12ª UNIDADE DO JUIZADO ESPECIAL - FIC - Faculdade Comarca: FORTALEZA				2 - VENCIMENTO 05/01/2013	
				3 - DATA EMISSÃO 06/12/2012	
				4 - SEQUENCIAL GUIA 0004582	
5 - RESPONSÁVEL PELO RECOLHIMENTO BRADESCO SEGUROS S.A				6 - PROCESSO/PROTOCOLO 2008.0032.8232-1	
7 - NATUREZA DA AÇÃO RECURSO INOMINADO				8 - VALOR DA CAUSA 2.204,00	
9 - ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA 161-CUSTAS PROCESSUAIS				10 - VALOR A RECOLHER 641,07	
11 - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES Documento válido até o VENCIMENTO. Após VENCIMENTO emitir nova Guia Através do site Tribunal de Justiça. Esta guia poderá ser paga nas agências do BB, CEF e agentes conveniados.				VIA PROCESSO Autenticação no Verso ou Lateral Direita	
12 - CÓDIGO DE BARRAS 85600000006-2 41070148201-1 30105000242-9 00045822161-1					

DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO CEARÁ GUIA DE RECOLHIMENTO - DPGC		DPGC- GUIA DE RECOLHIMENTO DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO CEARÁ	
1 - IDENTIFICAÇÃO DA SERVENTIA: 000242 - 12ª UNIDADE DO JUIZADO ESPECIAL - FIC - Faculdade Comarca: FORTALEZA		2 - DATA EMISSÃO 06/12/2012	
		3 - SEQUENCIAL GUIA 0001821	
4 - RESPONSÁVEL PELO RECOLHIMENTO BRADESCO SEGUROS S.A		5 - PROCESSO/PROTOCOLO 2008.0032.8232-1	
6 - NATUREZA DA AÇÃO RECURSO INOMINADO		7 - VALOR DA CAUSA 2.204,00	
8 - ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA 930 - DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO CEARÁ		9 - VALOR A RECOLHER 73,26	
Esta guia poderá ser paga nas agências do BB, CEF e agentes conveniados.		Verso ou Lateral Direita	

010.080.012-15



145
A

EX
Banco



5

JACQ. 13°
JUNTADA
Folha Juntada a esta seção 102 5
que adiante se segue. (cont. ou não)
documentos, anexos: 201
Fortaleza, 22 de Jan de 1911
Diretoria de Secção



146

JOÃO BARBOSA Advogados Associados

João Barbosa
Henrique A. F. Motta
Fabio João Soito
João Paulo Martins
Joselaine Moura Figueiredo
Nicole Vianna Riente
Fernando de Freitas Barbosa
Flávia Nonato Roberto

Osmar da Silva Aquino
Adriana França da Costa
Cristina de Oliveira Ferreira
Evelyn I. Castillo Azeval
Gabrielle Gaimarões de Souza
Roberta Cunha Marinho
Ananda Dias Mendes
Alessandra Modolo

Amanda de Oliveira M. José
Noêmia Fraga Teixeira
Juliana Justo de Oliveira
Taísa Mery Silva
Rafaela F. Villas Boas Chagas
Klarissa M. C. Campos Ferreira
Deolindo Barreto Lima Neto
Michelle Góvão da Silva de Souza

Darian Alves Moulin
Giovanna de Andrade Ribeiro
Isabel Alves da Rocha
Isabel Teixeira das Chagas
Lidiane da Silva Erves
Cristiane M. Samier Flasi
Paloma Baptista de Oliveira

**EXMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 12ª JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
DA COMARCA DE FORTALEZA/CE**

Processo n.º 2008.0032.82321 TOMBO:55.470/2007

BRADESCO SEGUROS S.A., já qualificada nos autos, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, interposto por **FRANCISCA GOMES DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectiva Secretaria, vem, mui respeitosamente, à presença de V. Exa., requer a juntada da inclusa **guia de recolhimento de custas**, para que surta os devidos efeitos legais.

Nestes Termos,
Pede e espera deferimento.

Fortaleza, 17 de Dezembro de 2012.

João Barbosa
OAB/RJ 134.307.

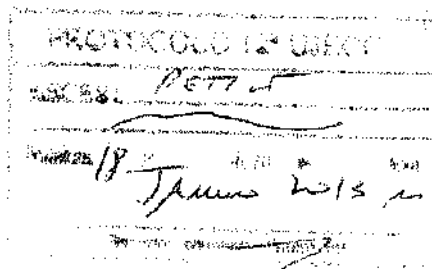
Henrique A F Motta
OAB/RJ 113.815

Fabio João Soito
OAB/RJ 114.089

FABIO POMPEU PEQUENO JUNIOR

OAB/CE 14752

Rua São José nº 90 grupo 810 a 812 Centro Rio de Janeiro/RJ Cep: 20010-020
PABX: 21-3265-5600 FAX: 21-3265-5622/3265-5628
corporativo@joaobarbosaadvass.com.br





148
8

	BacenJud 2.0 - Sistema de Atendimento ao Poder Judiciário	ejuce.060138563 terça-feira, 19/11/2013
Minutas Protocolamento Ordens judiciais Não Respostas Contatos de T. Financeira Relatórios Gerenciais Ajuda Sair		

Recibo de Protocolamento de Ordens Judiciais de Transferências, Desbloqueios e/ou Reiteraões para Bloqueio de Valores

 Clique aqui para obter ajuda na configuração da impressão, e clique aqui para imprimir.	
Dados do bloqueio	
Número do Protocolo:	20120001170401
Número do Processo:	55470/2007
Tribunal:	TRIB DE JUSTICA DO CEARA
Vara/Juizo:	20721 - 12ª Unidade do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Fortaleza
Juiz Solicitante do Bloqueio:	LUIZ ROBERTO OLIVEIRA DUARTE
Tipo/Natureza da Ação:	Ação Cível
CPF/CNPJ do Autor/Exequente da Ação:	025.595.813-70
Nome do Autor/Exequente da Ação:	FRANCISCA GOMES DA SILVA
Relação de réus/executados	
• Para exibir os detalhes de todos os réus/executados clique aqui . • Para ocultar os detalhes de todos os réus/executados clique aqui .	

33.055.146/0001-93 - BRADESCO SEGUROS S/A [Total bloqueado (bloqueio original e reiteraões): R\$3.899,90] [Quantidade atual de não respostas: 0]						
Respostas						
BCO BRADESCO / Todas as Agências/ Todas as Contas						
Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R\$)	Resultado (R\$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R\$)	Data/Hora Cumprimento
02/05/2012 16:12	Bloq. Valor	LUIZ ROBERTO OLIVEIRA DUARTE	3.899,90	(01) Cumprida integralmente. 3.899,90	3.899,90	02/05/2012 19:35
19/11/2013 11:17:39	Transf. Valor ID:072013000012210144 Instituição: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL SA Agência: 0152 Tipo cred. jud: Geral	LUIZ ROBERTO OLIVEIRA DUARTE	3.899,90	Não enviada		
BCO BRASIL / Todas as Agências/ Todas as Contas						
Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R\$)	Resultado (R\$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R\$)	Data/Hora Cumprimento
02/05/2012 16:12	Bloq. Valor	LUIZ ROBERTO OLIVEIRA DUARTE	3.899,90	(02) Réu/executado sem saldo positivo. 0,00	0,00	03/05/2012 05:27
BCO ESTADO RIO GRANDE DO SUL / Todas as Agências/ Todas as Contas						
Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R\$)	Resultado (R\$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R\$)	Data/Hora Cumprimento

<https://www3.bcb.gov.br/bacenjud2/protocolarOrdemBV.do?method=protocolarRegis...> 19/11/2013





147

ESTADO DO CEARÁ PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA		FERMOJU	GRF- GUIA DE RECOLHIMENTO FERMOJU Judicial
1 - IDENTIFICAÇÃO DA SERVIDADE: DEMANDA - 12ª VARA DE JUÍZO ESPECIAL - FIC - FURTO/ROUBA CIVIL - PORTALIZA			2 - VENCIMENTO 04/01/2018
			3 - DATA DEISSÃO 04/01/2018
			4 - SEQUÊNCIA DA 00000000
5 - RESPONSÁVEL PELO RECOLHIMENTO DEMANDA SEGURANÇA			6 - PROCESSO/PROTÓCOLO 00000000
7 - NATUREZA DA AÇÃO CUSTAS JUDICIAIS			8 - VALOR DA CORTE 00000000
9 - ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA CUSTAS JUDICIAIS			10 - VALOR A RECOLHER 00000000
11 - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DEMANDA FIC - FURTO/ROUBA. Após VENCIMENTO de 12 meses a partir da data de emissão do boleto, o valor a ser recolhido será de R\$ 100,00 (cem reais). A multa poderá ser paga em parcelas de R\$ 10,00 (dez reais) mensais.			VIA PROCESSO AUTENTICAÇÃO DO Valor no Lateral Direito
12 - CÓDIGO DE BARRAS			
00630050003-4 06510140701-0 00104000242-2 00045752161-3			

ESTADO DO CEARÁ PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA		FERMOJU	GRF- GUIA DE RECOLHIMENTO FERMOJU Judicial
1 - IDENTIFICAÇÃO DA SERVIDADE: DEMANDA - 12ª VARA DE JUÍZO ESPECIAL - FIC - FURTO/ROUBA CIVIL - PORTALIZA			2 - VENCIMENTO 04/01/2018
			3 - DATA DEISSÃO 04/01/2018
			4 - SEQUÊNCIA DA 00000000
5 - RESPONSÁVEL PELO RECOLHIMENTO DEMANDA SEGURANÇA			6 - PROCESSO/PROTÓCOLO 00000000
7 - NATUREZA DA AÇÃO CUSTAS JUDICIAIS			8 - VALOR DA CORTE 00000000
9 - ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA CUSTAS JUDICIAIS			10 - VALOR A RECOLHER 00000000
11 - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DEMANDA FIC - FURTO/ROUBA. Após VENCIMENTO de 12 meses a partir da data de emissão do boleto, o valor a ser recolhido será de R\$ 100,00 (cem reais). A multa poderá ser paga em parcelas de R\$ 10,00 (dez reais) mensais.			VIA CLIENTE AUTENTICAÇÃO DO Valor no Lateral Direito

010.080.012.15





144

02/05/2012 16:12	Bloq. Valor	LUIZ ROBERTO OLIVEIRA DUARTE	3.899,90	(02) Réu/executado sem saldo positivo. 0,00	0,00	03/05/2012 04:37
---------------------	-------------	---------------------------------------	----------	---	------	---------------------

BCO ESTADO SERGIPE / Todas as Agências/ Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R\$)	Resultado (R\$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R\$)	Data/Hora Cumprimento
02/05/2012 16:12	Bloq. Valor	LUIZ ROBERTO OLIVEIRA DUARTE	3.899,90	(02) Réu/executado sem saldo positivo. 0,00	0,00	03/05/2012 16:41

BCO HSBC BRASIL / Todas as Agências/ Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R\$)	Resultado (R\$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R\$)	Data/Hora Cumprimento
02/05/2012 16:12	Bloq. Valor	LUIZ ROBERTO OLIVEIRA DUARTE	3.899,90	(00) Resposta negativa: réu/executado não é cliente ou possui apenas contas inativas. 0,00	0,00	03/05/2012 07:00

BCO ITAÚ UNIBANCO / Todas as Agências/ Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R\$)	Resultado (R\$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R\$)	Data/Hora Cumprimento
02/05/2012 16:12	Bloq. Valor	LUIZ ROBERTO OLIVEIRA DUARTE	3.899,90	(02) Réu/executado sem saldo positivo. 0,00	0,00	03/05/2012 20:40

BCO MERCANTIL DO BRASIL / Todas as Agências/ Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R\$)	Resultado (R\$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R\$)	Data/Hora Cumprimento
02/05/2012 16:12	Bloq. Valor	LUIZ ROBERTO OLIVEIRA DUARTE	3.899,90	(00) Resposta negativa: réu/executado não é cliente ou possui apenas contas inativas. 0,00	0,00	02/05/2012 22:31

BCO SAFRA / Todas as Agências/ Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R\$)	Resultado (R\$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R\$)	Data/Hora Cumprimento
02/05/2012 16:12	Bloq. Valor	LUIZ ROBERTO OLIVEIRA DUARTE	3.899,90	(00) Resposta negativa: réu/executado não é cliente ou possui apenas contas inativas. 0,00	0,00	03/05/2012 16:25

<https://www3.bcb.gov.br/bacenjud2/protocolarOrdemBV.do?method=protocolarRegis...> 19/11/2013



Assinado eletronicamente por: CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA LOPES FILHO - 16/02/2018 13:24:52

<https://pje.tjce.jus.br:443/pje1grau/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1802161324297590000005903844>

Número do documento: 1802161324297590000005903844



150
X

BCO SANTANDER / Todas as Agências/ Todas as Contas						
Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R\$)	Resultado (R\$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R\$)	Data/Hora Cumprimento
02/05/2012 16:12	Bloq. Valor	LUIZ ROBERTO OLIVEIRA DUARTE	3.899,90	(05) Réu/executado sem saldo disponível devido a bloqueio total anterior. 0,00	0,00	03/05/2012 07:01
CAIXA ECONOMICA FEDERAL / Todas as Agências/ Todas as Contas						
Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R\$)	Resultado (R\$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R\$)	Data/Hora Cumprimento
02/05/2012 16:12	Bloq. Valor	LUIZ ROBERTO OLIVEIRA DUARTE	3.899,90	(02) Réu/executado sem saldo positivo. 0,00	0,00	03/05/2012 05:18
Não Respostas						
Não há não-resposta para este réu/executado						

Juiz Solicitante das Últimas Ações Selecionadas: LUIZ ROBERTO OLIVEIRA DUARTE





151



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE FORTALEZA
12ª Unidade do Juizado Especial Cível e Criminal
Rua Visconde de Mauá, 1940, Aldeota

Processo nº 55.470/2007

CERTIDÃO

CERTIFICO, na forma prevista em lei, que compulsando detidamente os presentes autos, verifiquei o recurso inominado constante às fls. 121-144, foi interposto tempestivamente no prazo de lei, bem como munido do devido preparo. O referido é verdade. Dou fé.

Fortaleza/CE, 19 de novembro de 2013.


Marcus Cristian de Queiroz e Silva
DIRETOR DE SECRETARIA





152
J



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE FORTALEZA
12ª UNIDADE DOS JUIZADOS ESPECIAIS
CÍVEIS E CRIMINAIS
Rua: Visconde de Mauá, 1940 - Aldeota**

Processo nº 55.470/2007

DESPACHO

R. h.

Recurso Inominado interposto dentro do prazo legal e com recolhimento integral do preparo, razão porque o recebo tão somente em seu efeito devolutivo.

Intime-se o advogado do recorrido para contrarrazoar, no prazo legal, querendo.

Decorrido o prazo, com ou sem manifestação do recorrido, façam as anotações necessárias e remetam os autos à consideração da douta Turma Recursal, com os nossos cumprimentos.

Expeça-se alvará judicial em prol da parte exequente da quantia bloqueada à disposição deste juízo, no importe R\$ 3.899,90 (três mil oitocentos e noventa e nove reais e noventa centavos).

Expedientes necessários.
Fortaleza, 19 de novembro de 2013.

**LUIZ ROBERTO OLIVEIRA DUARTE
JUIZ DE DIREITO**



11

JUNTADA

raço juntada a este autos
que adiante se segue. *PEREIRA*
documentos, anexo(s).
Fortaleza *03* de *DEC* de *2013*
[Assinatura]
Diretoria de Secre

11



JOÃO BARBOSA Advogados Associados

João Barbosa
João Paulo Martins
Jocelaine Maura Figueiredo
Nicole Vianna Riente
Fernando de Freitas Barbosa
Flávia Nonato Roberto
Osmar da Silva Aquino
Adriana França da Costa

Cristina de Oliveira Ferreira
Evelyn I. Castillo Arevalo
Gabrielle Guimarães de Souza
Roberta Cunha Marinho
Ananda Dias Mendes
Alessandra Modolo
Amanda de Oliveira M. José

Noêmio Fraga Teixeira
Juliana Justo de Oliveira
Taisa Nery Silva
Rafaela F. Villas Boas Chagas
Klarissa M. C. Campos Ferreira
Declindo Barreto Lima Neto
Michelle Galvão da Silva de Souza

Darlan Alves Moutin
Giovanna de Andrade Ribeiro
Isabel Alves da Rocha
Isabel Teixeira das Chagas
Lidiane da Silva Erves
Cristiane M. Saunier Flosi
Paloma Baptista de Oliveira

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 12ª JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
DA COMARCA DE FORTALEZA/CE

Processo: 55470/2007

PROTOCOLADO 12ª JUIZADO
RECEBI - <i>Retirado</i>
Em 16/11/13
<i>Edin</i>
Secretaria de Apoio Judiciário

BRANDESCO SEGUROS e SEGURADORA LIDER DOS CONSORCÍOS DE SEGURO DPVAT S.A., empresa seguradora já qualificada nos autos, neste ato representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, movida **FRANCISCO CORDEIRO DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem, respeitosamente, a presença de V. Exa., requerer o que segue:

Inicialmente, cumpre esclarecer que houve bloqueio on line nas contas bancárias nas contas da Ré. No dia 02/05/2012 na monta de **R\$ 3.899,90 (três mil oitocentos e noventa e nove reais e noventa centavos)**, e posteriormente houve do saldo remanescente conforme guia em anexo.

Assim, considerando o perfeito cumprimento da obrigação. Requer que V. Exa., defira a expedição do **COMPROVANTE DE DESBLOQUEIO** das contas da Ré, através da tela do **BACENJUD**, discriminando "ordem de desbloqueio - cumprida integralmente", e juntada da tela de **DESBLOQUEIO** aos autos atingindo-se a transparência e não restando indagações quanto ao perfeito cumprimento da obrigação.

Alternativamente, requer que V. Exa., expeda **ALVARÁ DE TRANSFERÊNCIA DIRETA** em favor da **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, CNPJ/MF: **09.248.608/0001-04**, autorizando ao Banco depositante a efetuar depósito ou TED na conta-corrente nº





644000-2, Agência: 1769-8, do (BANCO DO BRASIL S.A / 001).

Dessarte, requer que seja determinado que o banco depositante junte aos autos o comprovante de transferência ou depósito realizado em favor do réu, possibilitando a patrona da Ré DR.FABIO POMPEU PEQUENHO JUNIOR, inscrito na OAB/CE sob o n.º 147.52, substabelecido para realizar prestação de contas com maior clareza e transparência, informando o saldo líquido e a data exata da transferência realizada para identificação nas contas da ré. Segue substabelecimento em anexo.

Desta forma, caso V. Exa., entenda de modo diverso que o respectivo alvará, seja expedido em nome da ré e discriminado por extenso o nome do patrono DR.FABIO POMPEU PEQUENHO JUNIOR, inscrito na OAB/CE sob o n.º 147.52, para levantamento do ALVARÁ EXPEDIDO.

Por derradeiro, requer, ainda, seja observado o nome da patrona DR.FABIO POMPEU PEQUENHO JUNIOR, inscrito na OAB/CE sob o n.º 147.52, para efeito de intimações futuras, sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes Termos,
Pode Deferimento.

Fortaleza, 22 de novembro de 2013.

JOÃO BARBOSA
OAB/RJ 134.307

FABIO POMPEU PEQUENHO JUNIOR
OAB/CE 14.752

Rua São José nº 90 grupo 810 a 812 Centro Rio de Janeiro/RJ Cep: 20010-020
PABX: 21-3265-5600 FAX: 21-3265-5622/3265-3628
corporativa@ceobarbosaadvogados.com.br



SUBSTABELECIMENTO

JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINÉ MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/RJ sob o nº 140.522; e **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/RJ sob o nº 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa da advogada **FABIO POMPEU PEQUENO JUNIOR**, inscrita na OAB/CE sob o nº 14752, com escritório na AV. OLIVEIRA PAIVA, 2797 LOJA 23, CIDADE DOS FUNCIONÁRIOS CEP: 60.822-131 - FORTALEZA - CEARÁ os poderes que lhes foram conferidos por **BRADESCO SEGUROS S.A. e SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **FRANCISCA GOMES DA SILVA**, em curso perante o 12º Juizado Especial Cível da comarca de FORTALEZA/CE, nos autos do Processo nº 55470/2007.

Rio de Janeiro, 22 de novembro de 2013.

JOSELAINÉ MAURA DE S. FIGUEIREDO
OAB RJ 140.522

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA
OAB RJ 152.629

JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS
OAB RJ 144.819





136



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE FORTALEZA
12ª UNIDADE DOS JUIZADOS ESPECIAIS
CÍVEIS E CRIMINAIS
Rua: Visconde de Mauá, 1940 - Aldeota**

Processo nº 55.470/2007

R.h

Intime-se o patrono da parte executada, por meio do Diário da Justiça, no prazo de 10 (dez) dias, para juntar comprovante de depósito judicial alegado na petição de fls. 153/154.

Expedientes necessários.

Fortaleza, 08 de setembro de 2014.

**LUIZ ROBERTO OLIVEIRA DUARTE
JUIZ DE DIREITO**







127
= 157
/

ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE FORTALEZA
12ª Unidade do Juizado Especial Cível e Criminal
Rua Visconde de Mauá, 1940, Aldeota

Processo nº 55.470/7.

CERTIDÃO DE ENVIO PARA DJ

CERTIFICO, para os devidos fins, que foi enviado para publicação, despacho/sentença de fls. 130, expediente nº 043/2014. O referido é verdade. Dou fé.

Fortaleza/CE, 23/10/2014.

Marcus Cristian de Queiroz e Silva
DIRETOR DE SECRETARIA



JUNTADA
Paga junta de a este autos *PETICÃO*
que adiante se segue. *5* (com ou sem)
documentos, anexos
Parteira *31* de *10* de *14*
Direto



JOÃO BARBOSA Advogados Associados

João Barbosa
João Paulo Martins
Joselaine Mauro Figueiredo
Nicole Vianna Riente
Fernanda de Freitas Barbosa
Flávia Nonato Roberto
Osmar da Silva Aquino
Adriana França da Costa

Cristina de Oliveira Ferreira
Evelyn I. Castillo Arevalo
Gabrielle Guimarães de Souza
Roberta Cunha Martinho
Ananda Dias Mendes
Alessandra Mndola
Amanda de Oliveira M. José

Noêmia Fraga Teixeira
Juliana Justo de Oliveira
Taisa Nery Silva
Rafaela F. Villas Boas Chagas
Klarissa M. C. Campos Ferreira
Deolinda Barreto Lima Neto
Michelle Galvão da Silva de Souza

Darlan Alves Moultn
Giovanna de Andrade Ribeiro
Isabel Alves da Rocha
Isabel Teixeira das Chagas
Lidiane da Silva Erves
Cristiane M. Saunter Flosi
Patricia Baptista de Oliveira

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 12ª JUIZADO ESPECIAL-CÍVEL
DA COMARCA DE FORTALEZA/CE

Processo: 55470/2007

BRANDESCO SEGUROS S.A e SEGURADORA LIDER DOS
CONSORCIOS DE SUGURO DPVAT S.A, empresa seguradora já
qualificada nos autos, neste ato representada por seus
advogados que esta subscrevem, nos autos da AÇÃO DE COBRANÇA
DE SEGURO DPVAT, movida FRANCISCA GOMES DA SILVA E OUTRO, em
trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem,
respeitosamente, à presença de V. Exa., requerer o que segue:

Em manifestação ao despacho publicado, no dia
27/10/2014 vem solicitar a juntada do comprovante de depósito
judicial na monta de R\$ 3.831,44 (três mil oitocentos e trinta
e um reais e quarenta e quatro centavos) e o comprovante de
bloqueio e transferência na monta de R\$ 3.899,90 (três mil
oitocentos e noventa e nove reais e noventa centavos)
comprovando assim, o pagamento em duplicidade.

Desta forma, pretende a Ré que seja expedido
OFÍCIO DE TRANSFERÊNCIA DIRETA, com o intuito da
restituição do valor pago em excesso, na monta de R\$
3.831,44 (três mil oitocentos e trinta e um reais e quarenta e
quatro centavos) com as devidas correções legais, em
nome da SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT
S.A.

Cumpré destacar que a Seguradora Líder dos
Consórcios de Seguro DPVAT foi criada com a única finalidade
de atuar como administradora do Seguro Obrigatório DPVAT.

A Resolução CNSP de n.º 154 determinou a
constituição de uma Seguradora especializada para administrar





159-
139
os Consórcios do Seguro DPVAT - anteriormente conhecido como "Convênio do Seguro Obrigatório DPVAT".

Ademais, tem-se que a Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT já detém autorização da SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, para operar no que tange ao Seguro Obrigatório DPVAT, conforme Portaria n.º 2797/07.

Nesta senda, destaque-se o art. 5º, §3º, da referida Resolução, senão vejamos:

**"CAPÍTULO IV
DOS CONSÓRCIOS**

Art. 5º. Para operar no seguro DPVAT, as sociedades seguradoras deverão aderir, simultaneamente, aos dois Consórcios específicos, um englobando as categorias 1, 2, 9 e 10 e o outro, as categorias 3 e 4.
(...).

§ 3º. Cada um dos Consórcios terá como entidade líder uma seguradora especializada em seguro DPVAT, PODENDO A MESMA SEGURADORA SER A ENTIDADE LÍDER DOS DOIS CONSÓRCIOS PREVISTOS NO CAPUT DESTE ARTIGO." (g.n.).

Assim, os seguros e demais encargos provenientes de tal atributo são pagos pela Seguradora Líder, sendo certo que pagamentos para garantia do juízo são realizados pela empresa em comento.

Neste sentido, há de ser observado o art. 8º da Resolução:

"§ 8º. Os pagamentos de indenizações serão realizados pelos Consórcios, representados por seus respectivos líderes."

Faz-se mister, esclarecer que a expedição do alvará deverá ser nominal a SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, nos termos substabelecido para tal conforme anexo, verdadeira titular da obrigação de reembolso da quantia disponível ao juízo.





160
110

Assim, pretende a Ré que seja expedido Ofício de Transferência Direta de restituição do valor em excesso em nome da SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., para levantamento na importância de R\$ 3.831,44 (três mil oitocentos e trinta e um reais e quarenta e quatro centavos), e seus acréscimos legais até a data efetiva da transferência. Em favor da SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., CNPJ/MF: 09.248.608/0001-04, autorizando ao Banco depositante (Banco do Brasil) a efetuar transferência direta na conta-corrente nº 644000-2, Agência: 1769-8, do BANCO DO BRASIL S/A.

Outrossim, requer que seja determinado que o banco depositante junte aos autos o respectivo comprovante da transferência realizada, possibilitando ao patrono da Ré realizar prestação de contas com maior clareza e transparência. Informando o valor líquido transferido e a data exata da transferência, para identificação do valor nas contas da Seguradora.

Desta forma, caso V. Exa., entenda de modo diverso que, o respectivo Alvará seja expedido em nome da ré e discriminado por extenso o nome do patrono Dr. FABIO POMPEU PEQUENO JUNIOR inscrito na OAB/CE 147.52, para levantamento do ALVARÁ EXPEDIDO.

Por derradeiro, requer, ainda, a peticionante seja observado o nome do advogado Dr. João Alves Barbosa Filho, inscrito na OAB/CE 27954-A, para efeito de intimações futuras, sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes Termos,
Pede Deferimento.

Fortaleza, 29 de Outubro de 2014.

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO
OAB/CE 27954-A

FABIO POMPEU PEQUENO JUNIOR
OAB/CE 147.52

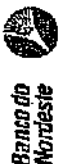
Rua São José nº 90 grupo 810 a 812 Centro Rio de Janeiro/RJ Cep: 20010-020
PAIX: 21-3265-5600 FAX: 21-3265-5622/3265-5628
corporativo@joaobarbosadvass.com.br



16/2
16/2
16/2
16/2
16/2







GUIA PARA DEPÓSITO JUDICIAL

NR DA CARTA JUDICIAL 278813	AGÊNCIA 152	DATA DE EMISSÃO 07/05/2012	TIPO DE JUSTIÇA Justiça Estadual	PROCESSO Nº 354702007		
TRIBUNAL TRIB DE JUSTIÇA DO CEARÁ - Depósito		ORGÃO NARA 12ª UNIDADE DO JUIZADO ESPECIAL CIVIL E				
NR IDENTIFICADOR DO DEPÓSITO - ID 12012050700000802						
DEPOSITANTE SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A						
NOME DO RECLAMANTE/RECLAMANTE/IMPETRANTE CPF/CNPJ 02559581370						
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO CPF/CNPJ 09248608000104						
TITULARIDADE NOME FRANCISCA GOMES DA SILVA						
☐ PRÓPRIO DEPOSITANTE ☐ OUTROS						
NOTA DO DEPOSITO						
2 1 - GARANTIA DE JUÍZO 2 - PAGAMENTO 3 - OUTROS (ESPECIFIQUE)						
DEPÓSITO EM DINHEIRO DEPÓSITO EM CHEQUE VALOR TOTAL (5) VALOR PRINCIPAL (2) FGTS/CONTA VINCULADA (3) JUROS (4) LEILOEIRO						
(5) EDITAIS	(6) INSS RECLAMANTE	(7) INSS RECLAMADO	(8) CUSTAS	(9) BROMUNTOS	(10) IMPOSTO DE RENDA	(11) MULTAS
R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
(12) HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS		(13) HONORÁRIOS PERICIAIS		(14) OUTRAS PERICIAS		
(A) ENGENHEIRO		(B) CONTADOR		(C) DOCUMENTOS CÓPIA		(D) INTERPRETE
R\$		R\$		R\$		R\$
(14) OUTROS						
OBSERVAÇÕES						
R\$						

Banco do Nordeste		004-3		RECIBO DO SACADO	
LOCAL DE PAGAMENTO Pagável em qualquer banco		VENCIMENTO 14/05/2012			
CEDENTE		AG/COD CEDENTE 152/228813			
DATA DO DOCUMENTO 07/05/2012	Nº DO DOCUMENTO 12012050700000802	ESPECIE DOC. MOEDA	ACEITE NÃO	NOSSO NÚMERO 201205070000008	DATA DE PROCESSAMENTO 07/05/2012
USO DO BANCO 12012050700000802	CARTEIRA	REAL	QUANTIDADE X	VALOR DO DOCUMENTO R\$ 3.831,44	VALOR
INSTRUÇÕES Não resgatar após data de vencimento					
		(1) DESCONTABILITAMENTO ****			
		(2) OUTRAS DEDUÇÕES ****			
		(3) MORAMULTA ****			
		(4) VALOR COBRADO R\$ 3.831,44			
SACADO		CPF/CNPJ			
FRANCISCA GOMES DA SILVA		02559581370			
		Autenticação Mecânica			

162
14/02



2007.12146

150177

Amanda Maia

183
~~183~~
5





164
144

BANCO DO NORDESTE DEPOSITO EM CONTA JUDICIAL
AB.064-08/05/2012-1548-T035 AUT 047 NSU 000277

INFORMACOES DO CODIGO DE BARRAS LEITORA
0049853330000383144120120507000000030200000007

ID DEP. 50700000000302000000
DATA VENC 14/05/2012
VALOR 3.831,44

VALOR DINHEIRO:	0,00
VALOR CHEQUE:	3.831,44
TOTAL:	3.831,44

Banco do Nordeste: Cliente Consulta e Ouvidoria
0800 728 3030 - www.bnb.gov.br

b00uHxcFLP8EYhk0BPRu (VIA DO BANCO)





185
#185
=





14

Protocolo de Desbloqueio de Dados Judiciais de Interesse Público

Date/Time Protocol	Host or Protocol	Port Number	Port ID	Source IP	Size Success/ Unsuccessful (Kb)	Date/Time Display
02/15/2013 19:12	192.168.1.1	80	80	192.168.1.1	4.100.00	02/15/2013 19:12
02/15/2013 19:17:28	192.168.1.1	80	80	192.168.1.1	4.100.00	02/15/2013 19:17:28

Data/Mês Entrada	Tipo de Ordem	Valor	Valor (R\$)	Saldo Disponível EQUIVALENTE (R\$)
09/2012 16-12	Canc. Yate	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00	0,00



137
148
=

BCO BANCO BRASILEIRO S.A. / Todas as Agências / Todas as Contas						
Data/Hora Protocolo	Tipos de Ordem	Valor (R\$)	Valor (R\$)	Resultado (R\$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R\$)	Data/Hora Cumprimento
01/05/2012 10:12	Paga Valor	1000,00	1000,00	0,00	0,00	01/05/2012 10:12
BCO ITAU UNIBANCO S.A. / Todas as Agências / Todas as Contas						
Data/Hora Protocolo	Tipos de Ordem	Valor (R\$)	Valor (R\$)	Resultado (R\$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R\$)	Data/Hora Cumprimento
02/05/2012 10:12	Paga Valor	1000,00	1000,00	0,00	0,00	02/05/2012 10:12
BCO MERCANTIL DO BRASIL S.A. / Todas as Agências / Todas as Contas						
Data/Hora Protocolo	Tipos de Ordem	Valor (R\$)	Valor (R\$)	Resultado (R\$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R\$)	Data/Hora Cumprimento
03/05/2012 10:12	Paga Valor	1000,00	1000,00	0,00	0,00	03/05/2012 10:12
BCO SAPRA S.A. / Todas as Agências / Todas as Contas						
Data/Hora Protocolo	Tipos de Ordem	Valor (R\$)	Valor (R\$)	Resultado (R\$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R\$)	Data/Hora Cumprimento
07/05/2012 10:12	Paga Valor	1000,00	1000,00	0,00	0,00	07/05/2012 10:12





158
158

Banco SANTANDER / Todas as Agências / Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Valor Debitado (R\$)	Valor Credito (R\$)	Saldo Disponível (R\$)	Data/Hora Cancelamento
21/05/2017 15:12	Boleto	1.000,00	0,00	0,00	21/05/2017 15:12

CAIXA ECONOMICA FEDERAL / Todas as Agências / Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Valor Debitado (R\$)	Valor Credito (R\$)	Saldo Disponível (R\$)	Data/Hora Cancelamento
21/05/2017 15:12	Boleto	1.000,00	0,00	0,00	21/05/2017 15:12

Assinado eletronicamente por: CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA LOPES FILHO - 16/02/2018 13:24:52





Código Tributário Nacional. Em consequência, declaro insubsistente a penhora, inclusive on line, e/ou a intransferibilidade, se efetivada(s), e determino o cancelamento da inscrição da dívida ativa. Condeno o executado ao pagamento dos honorários advocatícios, fixados em 10% do valor da causa, os quais se encontram devidamente pagos, conforme documento de fl. 06. Custas pelo devedor, já quitadas, conforme fl. 07. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, archive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Fortaleza/CE, 17 de outubro de 2014. Ana Cristina de Pontes Lima Esmeraldo Juíza de Direito

ADV: MARIA CARNEIRO SANFORD (OAB 4270/CE) - Processo 0183970-41.2012.8.06.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - EXEQUENTE: Fazenda Pública do Município de Fortaleza - EXECUTADO: Amelia Gomes Barbosa - Face ao exposto, extingo a presente ação, com fulcro no art. 794, I, e 795 do Código de Processo Civil c/c artigo 156, I, do Código Tributário Nacional. Em consequência, declaro insubsistente a penhora, inclusive on line, e/ou a intransferibilidade, se efetivada(s), e determino o cancelamento da inscrição da dívida ativa. Condeno o executado ao pagamento dos honorários advocatícios, fixados em 10% do valor da causa, os quais se encontram devidamente pagos conforme documento de fl. 12. Custas pelo devedor, já quitadas, conforme fls. 13. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, archive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Fortaleza/CE, 07 de outubro de 2014. Ana Cristina de Pontes Lima Esmeraldo

ADV: MARIA CARNEIRO SANFORD (OAB 4270/CE) - Processo 0188531-11.2012.8.06.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - EXEQUENTE: Fazenda Pública do Município de Fortaleza - EXECUTADA: Genelda Leilan Cavalcante Freires - Face ao exposto, extingo a presente ação, com fulcro no art. 794, I, e 795 do Código de Processo Civil c/c artigo 156, I, do Código Tributário Nacional. Em consequência, declaro insubsistente a penhora, inclusive on line, e/ou a intransferibilidade, se efetivada(s), e determino o cancelamento da inscrição da dívida ativa. Condeno o executado ao pagamento dos honorários advocatícios, fixados em 10% do valor da causa, os quais se encontram devidamente pagos, conforme documento de fl. 06. Custas pelo devedor, já quitadas, conforme fl. 07. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, archive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Fortaleza/CE, 17 de outubro de 2014. Ana Cristina de Pontes Lima Esmeraldo Juíza de Direito

VARAS DOS JUIZADOS ESPECIAIS

EXPEDIENTES DO JUIZADO ESPECIAL - 12ª UNIDADE COMARCA FORTALEZA - ALDEOTA

12ª UNIDADE DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS

JUIZ TITULAR: LUIZ ROBERTO OLIVEIRA DUARTE

DIRETOR DE SECRETARIA: MARCUS CRISTIAN DE QUEIROZ E SILVA

EXPEDIENTE Nº 43 DE 23/10/2014

1)PROCESSO Nº 1075-03.2012.8.06.0005 - CRIMINAL - QUEIXA CRIME. QUERELANTE: VICTOR GUTEMBERG NOLLA. QUERELADA: LACIANA FARIAS LACERDA. DESPACHO: R.H. ACATO O PARECER DA DOUTA REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO COM ASSENTO NESTE JUIZADO. FICA DESIGNADA DATA DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO PARA O DIA 03 DE NOVEMBRO DE 2014, ÀS 14:30 HORAS. INTIMEM-SE. INT. DR. GERARDO COELHO FILHO OAB/CE 3.795-B.

2)PROCESSO Nº 256-08.2008.8.06.0005 - AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. PROMOVENTE: MARIA IVONETE MARÇAL DE CASTRO. PROMOVIDO: PÂNICO DE DIRIGIR. SENTENÇA: VISTOS ETC. DIANTE DO EXPOSTO, DECRETO A EXTINÇÃO DO PRESENTE FEITO, SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, CONFORME O ARTIGO 267, INCISO III, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. INT. DR. AFONSO PAULO ALBUQUERQUE DE MENDONÇA OAB/CE 12.249.

3)TOMBO Nº 55.960/2007 - AÇÃO INDENIZATÓRIA. PROMOVENTE: ALESSANDRO BRITO DE SOUSA (PANQUECAS & CIA). PROMOVIDO: RV TECNOLOGIA E SISTEMAS CELLCARD. DESPACHO: R.H. EM FACE DA CERTIDÃO SUPRA, INTIME-SE O AUTOR PARA REQUERER A EXECUÇÃO DO JULGADO, NO PRAZO DE 10(DEZ) DIAS, SOB PENA DE ARQUIVAMENTO. INTIME-SE O CREDOR, POR SEU ADVOGADO, ATRAVÉS DO DIÁRIO DA JUSTIÇA, DESTE DESPACHO. INT. DR. HUGO ALVES BITTENCOURT OAB/CE 21.192, DRA. EMANUELLE ALENCAR CUNHA E SILVA 18.932 E DRA. LUCIANE BRITO DE SOUSA OAB/SP 249.661-A.

4)TOMBO Nº 53.052/2007 - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. PROMOVENTE: HANDERSON CHAGAS PEREIRA. PROMOVIDO: TAM LINHAS AÉREAS S/A. SENTENÇA: VISTOS ETC.(...)ISTO POSTO, DECRETO A EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO, O QUE FAÇO COM AMPARO NO ART. 794, INCISO I DO CPC. EXPEÇA-SE ALVARÁ DE LEVANTAMENTO DOS VALORES DEPOSITADOS ÀS FLS. 97, NO VALOR DE R\$ (...) INTIMEM-SE E APÓS COMPROVADA A ENTREGA DO COMPETENTE ALVARÁ, ARQUIVE-SE COM AS CAUTELAS LEGAIS. INT. DR. FABIANO PINTO RIBEIRO OAB/CE 15.290 E DR. RODRIGO SARAIVA MARINHO OAB/CE 15.807.

5)TOMBO Nº 41.458/2004 - AÇÃO DE COBRANÇA. PROMOVENTE: SEBASTIÃO DE ALMEIDA PINTO. PROMOVIDO: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS. SENTENÇA: VISTOS ETC. (...)ISTO POSTO, DECRETO A EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO, O QUE FAÇO COM AMPARO NO ART. 794, INCISO I, DO CPC. INT. DR. WILSON DE NORÕES MILFONTE NETO OAB/CE 15.248 E DR. SAMUEL MARQUES CUSTÓDIO DE ALBUQUERQUE OAB/CE 20.873.

6)TOMBO Nº 55.470/2007 - AÇÃO DE COBRANÇA. PROMOVENTE: FRANCISCA GOMES DA SILVA. PROMOVIDO: BRADESCO SEGUROS S/A. DESPACHO: R.H. INTIME-SE O PATRONO DA PARTE EXECUTADA, POR MEIO DO DIÁRIO DA JUSTIÇA, NO PRAZO DE 10(DEZ) DIAS, PARA JUNTAR COMPROVANTE DE DEPÓSITO JUDICIAL ALEGADO NA PETIÇÃO DE FLS. 153/154. INT. DR. FÁBIO POMPEU PEQUENO JÚNIOR OAB/CE 14.732.

7)TOMBO Nº 56.144/2007 - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. PROMOVENTE: JAN CARNEIRO BATISTA E SUELMA MENEZES GOMES. PROMOVIDO: GOL TRANSPORTES AÉREOS S/A. DESPACHO: R.H. INTIME-SE A PARTE EXECUTADA, NA PESSOA DO SEU PATRONO JUDICIAL, PARA NO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS, PAGAR O VALOR DE R\$ (...), COM







ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE FORTALEZA
12ª UNIDADE DOS JUÍZADOS ESPECIAIS
CÍVEIS E CRIMINAIS
Rua: Visconde de Mauá, 1940 - Aldeota

Processo nº 1339-83.2013.8.06.0005/0

Despacho

R.H.

Defiro em parte o pedido constante às fls. 138/140.

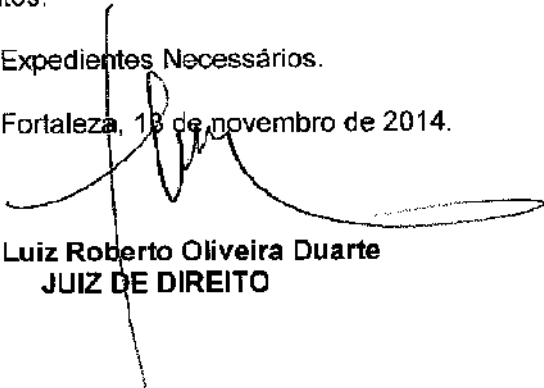
Expeça-se alvará em prol da parte credora, no valor de R\$3.831,44(três mil oitocentos e trinta e um reais e quarenta e quatro centavos), conforme valor bloqueado constante às fls. 148/150, à disposição deste juízo.

Expeça-se, de igual modo, alvará em prol da parte ré, no valor de R\$3.831,44(três mil oitocentos e trinta e um reais e quarenta e quatro centavos), conforme comprovante de depósito acostado às fls. 142/143. Ou seja, há duplicidade no pagamento.

Intime-se a parte recorrida para contrarrazoar, e após decurso do prazo, remetam-se estes autos à apreciação da douta Turma Recursal com os nossos cumprimentos.

Expedientes Necessários.

Fortaleza, 13 de novembro de 2014.


Luiz Roberto Oliveira Duarte
JUIZ DE DIREITO





171



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE FORTALEZA
12ª UNIDADE DOS JUIZADOS ESPECIAIS
CÍVEIS E CRIMINAIS
Rua: Visconde de Mauá, 1940 - Aldeota

ALVARÁ JUDICIAL

Processo nº 1339-83.2013.8.06.0005 (TOMBO 55.470/2007.

Promovente(s): FRANCISCA GOMES DA SILVA.

Promovido(s): BRADESCO SEGUROS S/A.

Beneficiário(s): FRANCISCA GOMES DA SILVA .(CPF 025.595.813-70) OU POR SUA PATRONA JUDICIAL DRA. KATARINA COSTA ALENCAR OAB/CE17.657.

Valor: R\$3.831,44(três mil oitocentos e trinta e um reais e quarenta e quatro centavos)

DR. LUIZ ROBERTO DE OLIVEIRA DUARTE, Juiz de Direito da 12ª Unidade dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais da Comarca de Fortaleza, no uso de suas atribuições legais, etc, manda ao gerente do Banco do Brasil, Banco do Nordeste do Brasil, ou Caixa Econômica Federal, ou a quem suas vezes fizer que, à vista do presente **ALVARÁ**, expedido nos autos em epígrafe, efetue o pagamento de **R\$3.831,44(três mil oitocentos e trinta e um reais e quarenta e quatro centavos)** e **acréscimos legais ao(s) beneficiários(s) acima mencionados(s), quantia esta** à disposição deste juízo. Cumpra-se na forma e sob as penas da Lei. Dado e assinado nesta cidade de Fortaleza aos 14 de Novembro de 2014. Eu, Joaquim Manoel Sampaio Gomes, Técnico Judiciário Matrícula, 200706, o digitei e eu Marcus Cristian de Queiroz e Silva, Diretor de Secretaria, matrícula TJ/CE 7130, o subscrevi.

LUIZ ROBERTO OLIVEIRA DUARTE
JUIZ DE DIREITO

válido somente com selo judicial

NE-0672479







**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE FORTALEZA
12ª UNIDADE DOS JUIZADOS ESPECIAIS
CÍVEIS E CRIMINAIS
Rua: Visconde de Mauá, 1940 - Aldeota**

Processo nº 55.470/07

ATO ORDINATÓRIO

Por ordem do MM. Juiz de Direito titular da 12ª Unidade dos Juizados Especiais da Comarca de Fortaleza, e com vistas ao integral cumprimento exarado no ofício nº 66/2015 da lavra da Coordenação dos Juizados Especiais da Comarca de Fortaleza e em face do Enunciado nº 129 do FONAJE, que preceitua: *"Nos juizados especiais que atuem com processo eletrônico, ultimado o processo de conhecimento em meio físico, a execução dar-se-á de forma eletrônica, digitalizando as peças necessárias"* e sendo a informatização processual uma realidade proeminente, consoante se infere do esforço empreendido pelo Poder Judiciário em incorporar novas tecnologias para garantir celeridade processual, esta Secretaria digitalizará integralmente os autos do processo físico em epígrafe, sem nenhum ônus às partes e/ou advogados, autuando-os virtualmente, através do sistema processual virtual PJ-E, prosseguindo-se na fase processual devida.

Empós cumprimento da diligência acima, as partes serão intimadas, bem como seus advogados constituídos do procedimento adotado, informando-lhes o número processual adquirido quando da autuação dos autos virtuais no sistema PJ-E.

Cumprido o mandamento acima, estes autos serão arquivados com as cautelas de estilo.

Fortaleza, 05 de agosto de 2015.

**Marcus Cristian de Queiroz e Silva
DIRETOR DE SECRETARIA**





EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA 1ª UNIDADE DOS
JUIZADOS ESPECIAIS CIVEIS E CRIMINAIS DA COMARCA DE FORTALEZA-CE.

SS. 470/07

12a UND. JECC-PRAIA IRACEMA
1339-83.2013.8.06.0006



AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA

FRANCISCA GOMES DA SILVA, brasileira, viúva, do lar, com endereço à Travessa São Miguel, nº229, Bairro Alagadiço Novo, Fortaleza-Ce, por intermédio de seus advogados, que ao final assinam, vem, respeitosamente, perante Vossa Excelência, propor a presente **AÇÃO DE COBRANÇA C/C COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA**, contra **BRADESCO SEGUROS S.A.**, com endereço à Av. Desembargador Moreira, 1250, Bairro Aldeota, Fortaleza-Ce, pelos fatos e fundamentos que passa a aduzir:

PRELIMINARMENTE

Requer o benefício de gratuidade de custas judiciais por ser pobre na forma da Lei, não podendo arcar com o ônus deste processo e demais emolumentos sem prejuízo de sua subsistência, bem como, a de sua família.

1. DOS FATOS

A Autora é beneficiária de **Francisco Cordeiro da Silva**, falecido em virtude de acidente de trânsito aos 10 (dez) de outubro de 2004.

Após o sinistro a Suplicante comprovou a ocorrência do evento através de exaustiva documentação apresentada a seguradora demandada, bem como, a legitimidade da Demandante para o recebimento de indenização securitária DPVAT/MORTE. Em decorrência, a Promovida efetivou o respectivo pagamento indenizatório no valor de R\$ 10.260,86 (dez mil, duzentos e sessenta reais e oitenta e seis centavos).

16451 26/09/2007 02:50:06 12a UNIDADE JEC. CIVA E CRIMINAL DE FOR

KL





03
4

Ocorre Meritíssimo, que a Seguradora responsável pelo pagamento do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas - DPVAT, aproveitando-se da situação emocional da Autora, pessoa sem condições financeiras e de pouca instrução, efetua o pagamento do seguro da maneira que querem.

Ora Douto Julgador, tal prática é abusiva e lesiva a legislação brasileira, vindo por desencadear um abalo moral na suplicante, que em não receber o que lhe é de direito viu-se abalada moralmente, tendo em vista que sua renda familiar lhe é insuficiente, visto que a mesma é dona de casa e sobrevive da ajuda dos filhos.

2. DO DIREITO

O procedimento da Seguradora demandada foi realizado em desconformidade com a legislação e em prejuízo da autora beneficiária.

Uma vez que sendo a mesma obrigada a despendar, para cobertura "morte" do seguro DPVAT, o equivalente a quarenta (40) salários mínimos, que representava, na data do pagamento R\$ 12.000,00 (doze mil reais), com base no salário mínimo da época de R\$ 300,00 (trezentos reais), ofertou como liquidação, e efetivamente pagou, apenas o *quantum* de R\$ 10.260,86 (dez mil, duzentos e sessenta reais e oitenta e seis centavos).

Conclui-se portanto, que o pagamento assim feito, representou não os 40 (quarenta), e sim, 34,20 (trinta e quatro vírgula vinte) salários mínimos, ficando como saldo remanescente 5,8 (cinco vírgula oito) salário mínimos, o que equivale nos dias de hoje à R\$ 2.204,00 (dois mil, duzentos e quatro reais), em favor da Autora.

Não seria justo Índito Magistrado, que o saldo remanescente fosse calculado com base no salário mínimo da época em que os autores receberam o pagamento parcial pois, a legislação prevê que o beneficiário receberá a indenização com base no salário mínimo da época da liquidação, o que se conclui, é que como este saldo remanescente não foi liquidado, os autores ao receber o saldo remanescente ao final deste processo receberão com base no salário mínimo vigente à época deste recebimento.

Dispõe a Lei 6.194 de 19 de dezembro de 1974, em seu artigo

5º:

" Art. 5º

Parágrafo 1º. A indenização referida neste artigo será paga com base no valor da época da liquidação do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça sucursal que fizer a liquidação, no prazo de quinze dias da entrega dos seguintes documentos:

a)- certidão de óbito, registro de ocorrência no órgão policial competente e a prova de qualidade de beneficiários no caso de morte."

12





Ch
2

Vale ressaltar, que a Demandante procurou a Demandada para tomar informações acerca da diferença não paga, tendo sido informada que o pagamento foi efetuado com base em resoluções criadas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP).

O Direito aqui auferido pelos Autores é incontroverso, uma vez que a legislação pertinente é bastante clara, não cabendo, data vênua, qualquer outra interpretação, senão vejamos:

Dispõe a Lei 6.194/74 em seu Artigo 3º, alínea "a":

"Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no artigo 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

a) 40 (quarenta) vezes o valor do maior salário-mínimo vigente no País - no caso de morte;"

Meritíssimo, somente o explicitado na legislação acima já seria suficiente para a condenação da Demandada, entretanto, vale ressaltar a este juízo, que às vezes em que o SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA foi instado a se manifestar sobre o tema, veio, reiteradamente, decidindo em conformidade com a legislação supramencionada, confirmando o disposto em lei, ou seja, a cobertura do seguro por morte em quarenta (40) salários mínimos, calculados à época do recebimento deste, como demonstraremos a seguir:

Processo RESP 296675 / SP ; RECURSO ESPECIAL2000/0142166-2

Relator(a)Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR (1110)

Órgão JulgadorT4 - QUARTA TURMA

Data do Julgamento20/08/2002

Data da Publicação/FonteDJ 23.09.2002 p.00367RJADCOAS VOL.:00040 p.00122

Ementa

CIVIL. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). VALOR QUANTIFICADO EM SALÁRIOS MÍNIMOS. INDENIZAÇÃO LEGAL. CRITÉRIO. VALIDADE. LEI N 6.194/74. RECIBO. QUITAÇÃO. SALDO REMANESCENTE. (GRIFO NOSSO)

I. O valor de cobertura do seguro obrigatório de responsabilidade civil de veículo automotor (DPVAT) é de quarenta salários mínimos, assim fixado consoante critério legal específico, não se confundindo com índice de reajuste e, destarte, não havendo incompatibilidade entre a norma especial da Lei n. 6.194/74 e aquelas que vedam o uso

do salário mínimo como parâmetro de correção monetária. Precedente da 2ª Seção do STJ (REsp n. 146.186/RJ, Rel. p/ Acórdão Min. Aldir Passarinho Junior, por maioria, julgado em 12.12.2001).

II. O recibo dado pelo beneficiário do seguro em relação à indenização paga a menor não o inibe de reivindicar, em juízo, a diferença em relação ao montante que lhe cabe de conformidade com a lei que rege a espécie.

III. Recurso especial conhecido e provido.

KJ





Processo RESP 129182 / SP ; RECURSO ESPECIAL 1997/0028417-4
Relator(a) Ministro WALDEMAR ZVEITER (1085)
Órgão Julgador T3 - TERCEIRA TURMA
Data do Julgamento 15/12/1997
Data da Publicação/Fonte DJ 30.03.1998 p.00045 LEXSTJ VOL.:00108 AGOSTO.1998
p.00217

Ementa

SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS - INDENIZAÇÃO POR MORTE - FIXAÇÃO EM SALÁRIOS-MÍNIMOS - LEI 6.194, ART. 3. - RECIBO DE QUITAÇÃO - RECEBIMENTO DE VALOR INFERIOR AO LEGALMENTE ESTIPULADO - DIREITO A COMPLEMENTAÇÃO.

I - PACIFICA A JURISPRUDENCIA DESTA CORTE NO SENTIDO DE QUE O ART. 3., DA LEI 6.194/1974, NÃO FORA REVOGADO PELAS LEIS 6.205/1975 E 6.423/1977, PORQUANTO, AO ADOTAR O SALÁRIO-MÍNIMO COMO PADRÃO PARA FIXAR A INDENIZAÇÃO DEVIDA, NÃO O TEM COMO FATOR DE CORREÇÃO MONETÁRIA, QUE ESTAS LEIS BUSCAM AFASTAR.

II - IGUALMENTE CONSOLIDADO O ENTENDIMENTO DE QUE O RECIBO DE QUITAÇÃO PASSADO DE FORMA GERAL, MAS RELATIVO A OBTENÇÃO DE PARTE DO DIREITO LEGALMENTE ASSEGURADO, NÃO TRADUZ RENÚNCIA A ESTE DIREITO E, MUITO MENOS, EXTINÇÃO DA OBRIGAÇÃO. PRECEDENTE DO STJ.

III - RECURSO ESPECIAL CONHECIDO PELA DIVERGÊNCIA E PROVIDO.

3. DO PEDIDO

3.1 - DA TUTELA ANTECIPADA

A verossimilhança está mais do que comprovada face a presença de provas inequívocas que fazem parte deste caderno, visto que os documentos aqui comprovam que a Autora já recebeu a quantia estipulada pela Resolução CNSP 35/2000, e que a Requerente é beneficiária do Falecido.

Dispõe o inciso II do artigo 273 do CPC:

" Art. 273. O juiz poderá, a requerimento da parte, antecipar, total ou parcialmente, os efeitos da tutela pretendida no pedido inicial, desde que, existindo prova inequívoca, se convença da verossimilhança da alegação e:

II - fique caracterizado o abuso de direito de defesa ou manifesto propósito protelatório do réu." (grifo nosso)

Ex positis, requer inicialmente a Autora que Vossa Excelência, digne-se a conceder tutela antecipada, determinando que a promovida deposite neste juízo, conta poupança judicial no prazo de cinco (5) dias úteis a partir da citação, o valor correspondente a **5,8 (cinco vírgula oito) salários mínimos vigentes na época da efetivação da medida concedida**, valor esse, correspondente a diferença de salários, acrescido de juros e correção monetária, contados desde a citação, sob pena de multa diária de um (1) salário mínimo em favor da promovente.





06
P

3.2- DOS PEDIDOS FINAIS

a) Citar a Demandada, para querendo apresentar defesa no prazo legal. Requer ainda, que após a audiência de conciliação e não havendo composição, Vossa Excelência anuncie o julgamento antecipado da lide, conforme preceitua o art. 330 do CPC, por tratar-se a questão de mérito unicamente de direito.

b) Condenar a promovida no pagamento do valor remanescente a que têm direito, a autora, tudo corrigido monetariamente, utilizando-se como índice o INPC, desde a data da citação da presente demanda.

c) A Inversão do ônus da prova, ficando ao encargo da **REQUERIDA** a produção de todas as provas que se fizerem necessárias ao andamento do feito;

d) Julgar procedente a presente Ação em todos os seus termos.

e) Requer, outrossim, provar o alegado por todos os meios em direito admitidos, ulterior juntada de documentos.

Dá-se à causa o valor de **R\$ 2.204,00 (Dois mil, duzentos e quatro reais)**.

Termos em que
Pede Deferimento

Fortaleza, 24 de julho de 2007.


Katarina Costa Alencar
OAB/CE nº 17.657

Liana Clodes Bastos Furtado
OAB/CE 16.897





207

PROCURAÇÃO AD JUDICIA et EXTRA			
NOME DO OUTORGANTE	FRANCISCA GOMES DA SILVA		
ENDEREÇO	TRAVESSA SÃO MIGUEL, Nº 229, ALAGADIÇO NOVO		
CIDADE	UF	CEP	E-MAIL 
FORTALEZA	CE		
CPF	NACIONALIDADE	RG	
025.595.813-70	BRASILEIRA	550.862 SSP-CE	
FONE COMERCIAL	FONE RESIDENCIAL	CELULAR	
NASCIMENTO	ESTADO CIVIL	PROFISSÃO	
31/12/1943	VIÚVA	DO LAR	
OUTORGADOS: KÁTIA MARIA BASTOS FURTADO , brasileira, casada, advogada inscrita na OAB/CE sob o Nº 9.334, LIANA CLODES BASTOS FURTADO , brasileira, casada, advogada inscrita na OAB/CE sob o Nº 16897, KATARINA COSTA ALENCAR , brasileira, casada, inscrita na OAB/CE 17.657, todos estabelecidos na Av. Santos Dumont, nº 2789, sala 608, Bairro Aldeota, Ed. Torre San Carlo, Fortaleza – CE.			
PODERES: Os da cláusula "ad judicium", "extra judicium" e "ad negotia", para o foro em geral, bem como os especiais para confessar, transigir, desistir, firmar compromisso, receber e dar quitação, reconhecer a procedência do pedido sobre o qual se funda a ação, receber citação, além de praticar todos os atos estipulados no artigo 7º da Lei nº 8.906/94, podendo, inclusive, substabelecer, com ou sem reservas de iguais poderes. Os outorgados poderão agir "in solidum" ou separadamente.			
OBJETO: Representar o Outorgante nos autos da ação.			

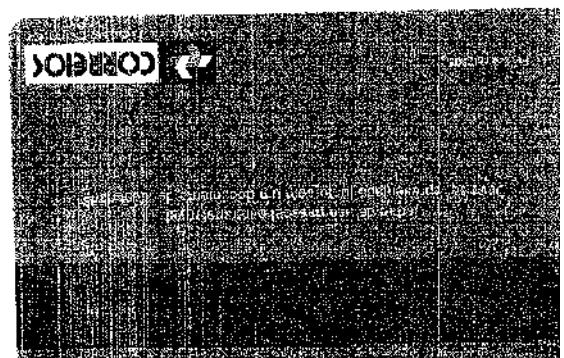
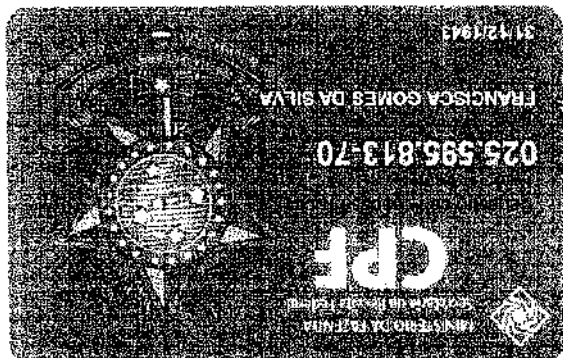
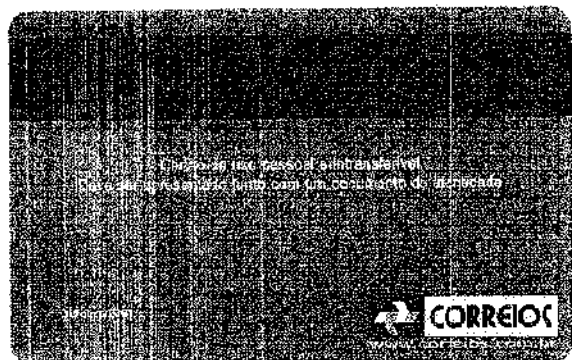
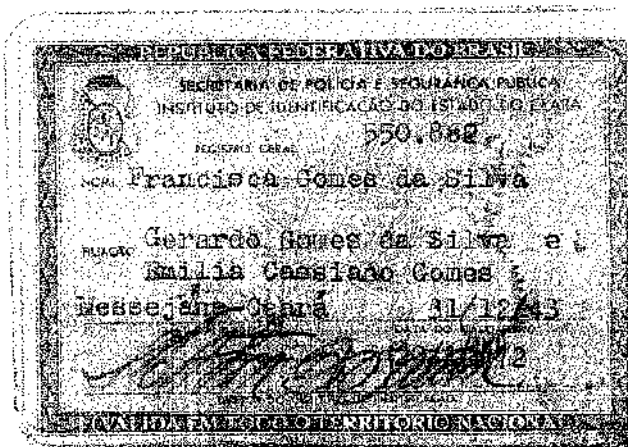
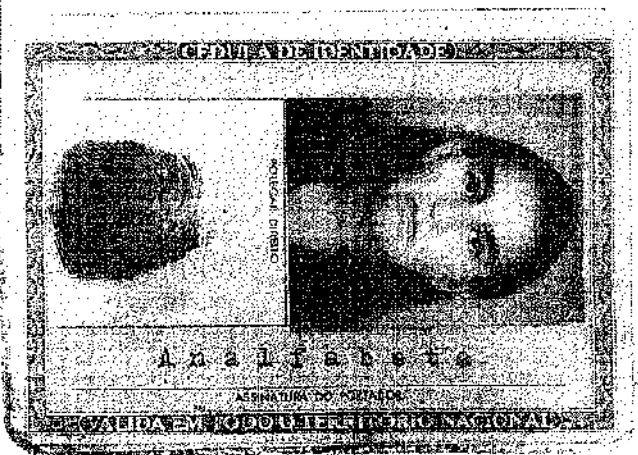
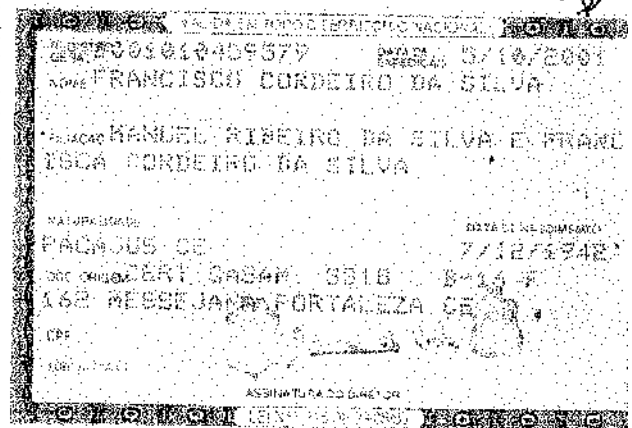
Fortaleza – CE, 01 de agosto de 2007.



OUTORGANTE









coelce

Companhia Energética do Ceará

Av. Brasil, 1000 - Fátima - CEP: 60120-000 - Fortaleza - CE
CNPJ: 07.040.881/0001-60

761588-4

Para agilizar seu atendimento, utilize o Nº
2011 sempre que entrar em contato conosco.

Indicadores de Continuidade

CONJUNTO	FORTALEZA SUL	MES	NOV/2006
PADRÃO MENSAL INDIVIDUAL			
DIE	19,00	HCE	10,00
APURAÇÃO MENSAL INDIVIDUAL			
	1,12		1,12

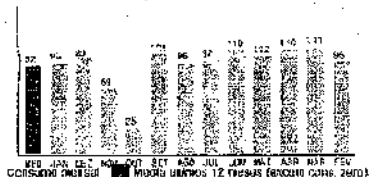
Área Reservada ao Controle Fiscal

206A.7175.F622.8706.4189.7802.F125.4160

Composição de Valor do Consumo

	Valor (R\$)
Energia	7,41
Transmissão	0,41
Distribuição	0,71
Encargos Setoriais	1,21
Impostos (ICMS, PIS e COFINS)	1,89
Total	19,73

Histórico de Consumo (Últimos 12 meses)



Nota Fiscal | Conta de Energia Elétrica | Grupo B | Série B.4 Nº 76060157

Rota 17 01260 06 030400 - B

Data de Emissão: 26/01/2007

Nome RAIMUNDO GOMES

End. Postal TR SAO MIGUEL 00229 - ALAGADICO NOVO - FORTALEZA

Medidor 5544955 0000 T54E

Dados da Unidade Consumidora

ENDEREÇO TR SAO MIGUEL 00229

CLASSE RESIDENCIAL MONOFASICO BAIXA RENDA

FATOR DE POTÊNCIA 0,90

RG/CPF/CNPJ 48210642-49

CGF

Informações sobre o faturamento do Consumo

LEITURA ATUAL	LEIT. ANTERIOR	CONST.	CONSUMO (kWh)	CONS. INCL.	CONS. FAT.	TARIFA (kWh)	VALOR (R\$)
20673	20478	1	95	0	90	0,13208	3,96
					90	0,22763	11,38
					15	0,22844	3,43
25/01/2007	27/12/2006	29 DIAS			95		18,77

ICMS

Dados

BASE DE CÁLCULO (R\$) ALÍQUOTA VALOR DO IMPOSTO MÊS DE REFERÊNCIA DATA APRESENTAÇÃO PREVISÃO PRÓX. LEITURA

ISENTO

JAN/2007

30/01/2007

26/02/2007

Descrição

Valor (R\$)

VR. CONSUMO DO MES PREÇO NORMAL	35,98
DESCONTO TARIFA SOCIAL BAIXA RENDA	-17,21
MULTA MORATORIA REF 12/2006	0,39
JUROS	0,04
ILUMINACAO PUBLICA MUNICIPAL	3,53
PIS-COFINS COMPLEMENTAR-TARIFA S. BAIXA RENDA	0,95
DOACAO STA CASA FORTALEZA-TEL 0800283222	5,00

76060157

71749 57/020947928

76060157

Valor

06/02/2007

Valor

28,69

Evite Acidentes

Evite empinar pipa próximo à rede elétrica.
Alfarras pode encostar na rede, provocar
curto-circuito e causar acidente grave.

Seu Direitos e Deveres

É seu dever informar as alterações da
situação existente na unidade consumidora
(comércio, residência, rural, serviços, etc).

Meio Ambiente

Ao viajar para um campo ou floresta, procure
sempre ajuda de guias locais, pois eles têm
conhecimento da área e sabem quais os locais
autorizados para visita.

Economize Energia

Instale a geladeira em local bem ventilado,
desconectada de paredes ou móveis,
longe de raios solares e fontes de calor,
como o fogão.

Atenção

Conforme Resolução ANEEL 485, de 29 de agosto de 2002, as auto
declarações em relação a COELCE para fins de benefício tarifa social
baixa renda, cujo consumo médio mensal está entre 80 e 220 kWh
mes, somente terão validade até 28 de fevereiro de 2007. Procure o
Gestor do Programa Bolsa Família em seu município para cadastrar-se

APÓS O VENCIMENTO, PAGUE SUA CONTA DE ENERGIA NAS FARMACIAS
PAGUE MENOS OU NÃO CHEGUE. PAGUE.

Consta desta fatura R\$ 1,99 referente a PIS e COFINS.
(Art. 9 Res. 100/2005 - ANEEL e leis n. 10.637/02 e 10.833/03)



Assinado eletronicamente por: CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA LOPES FILHO - 16/02/2018 13:24:53

https://pje.tjce.jus.br:443/pje1grau/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1802161324374090000005903847

Número do documento: 1802161324374090000005903847

Num. 6056218 - Pág. 15





FEDERAÇÃO NACIONAL DAS EMPRESAS DE
SEGUROS PRIVADOS E DE CAPITALIZAÇÃO
CONVÊNIO DO SEGURO DE DPVAT

PREZADO(A) SENHOR(A)

INFORMAMOS QUE CONSTA DE NOSSOS REGISTROS A ABERTURA DO
PEDIDO DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT ABAIXO DETALHADO:

SINISTRO N. - 2005/085418
DATA ACID. - 10/10/2004
VITIMA - FRANCISCO CORDEIRO DA SILVA
BENEFICIÁRIO - FRANCISCA GOMES DA SILVA
GARANTIA - MORTE
SEGURADORA - BRADESCO SEGUROS S/A
PROCURADOR - IZADORA MARIA LIMA DE ALBUQUERQUE

PARA ACOMPANHAR O ANDAMENTO DO PROCESSO, A CENTRAL DE
ATENDIMENTO DPVAT ESTÁ À DISPOSIÇÃO PELO TELEFONE 0800-
221204, DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA DAS 8H AS 20H E AOS
SABADOS DE 9H AS 15H. AO LIGAR, TENHA EM MÃOS ESTA
CARTA OU O NÚMERO DO SINISTRO INFORMADO ACIMA

FEDERAÇÃO NACIONAL DAS EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS
E DE CAPITALIZAÇÃO

CONVENIO DPVAT

ATENÇÃO:
NÃO É NECESSÁRIA A PARTICIPAÇÃO DE INTERMEDIÁRIO PARA
RECEBER A INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT. ACOMPANHE DE
PERTO O ANDAMENTO DE SEU PROCESSO.

@_M01







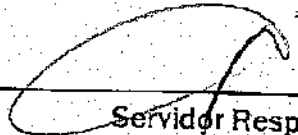
Poder Judiciário
Comarca de Fortaleza
12ª Unidade do Juizado Especial
RUA VISCONDE DE MAUÁ, 1940 - ALDEOTA
(Prédio da FIC - Faculdade Integrada do Ceará)

Processo nº. 55470/07

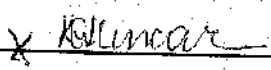
DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA

Fica designado o dia 22 de Outubro de 2007,
às 10.00 horas, para a AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO,
ficando de logo o(s) promoventes(s) intimado(s) da
referida data, conforme ciente abaixo.

Fortaleza, 26 de Setembro de 2007.



Servidor Responsável

X 

Promovente

CERTIDÃO

Certifico que nesta data expedi carta(s) de citação,
conforme cópia(s) que adiante segue(m). Dou fé.

Fortaleza, 05 de outubro de 2007.









PODER JUDICIÁRIO
Estado do Ceará
Comarca de Fortaleza
12ª. Unidade do Juizado Especial Cível e Criminal
Rua: Visconde de Mauá, nº 1940 – Aldeota.

CARTA DE CITAÇÃO

Fortaleza, 04 de OUTUBRO de 2007.

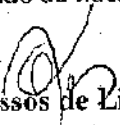
Processo n.º : 55.470/2007

Ação de ORDINÁRIA DE COBRANÇA C/ PEDIDO DE TUTELA

Promovente: FRANCISCA GOMES DA SILVA

Promovidos(as): BRADESCO SEGUROS S.A

Senhor(a) Promovido(a), levo ao vosso conhecimento que tem curso nesta Unidade Judiciária a ação com dados acima referidos, ficando V. Sª (a parte promovida) CITADO(A) do inteiro teor da petição inicial, cuja cópia segue anexa, bem como fica de logo INTIMADO(A) para comparecer à **AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO**, designada para o dia 22 de OUTUBRO de 2007, às 10:00 Horas, a ser realizada na sede deste Juizado, localizada na Rua Visconde de Mauá, 1940 – Aldeota (FIC), ficando, outrossim, ciente que terá de comparecer pessoalmente, podendo ser assistido por advogado. Tratando-se de pessoa jurídica ou titular de firma individual, poderá ser representado por preposto credenciado, através de autorização escrita do(a) promovido(a), para representá-lo(a). Esse documento deve ter firma reconhecida ou vir em papel timbrado da empresa/firma. O preposto tem todos os poderes, sem exceção alguma, que cabem ao(a) promovido(a). O não comparecimento à referida sessão acarretará a possibilidade de considerarem-se verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial e, conseqüentemente, o julgamento antecipado da lide.


Geysa Passos de Lima Souza
Diretora de Secretaria

IMO. SR. REPRESENTANTE LEGAL
BRADESCO SEGUROS S.A
AV. DES. MOREIRA, N: 1.250, ALDEOTA
FORTALEZA - CE, CEP -

“Válido somente com selo
de autenticidade”

AD 3443202







ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
12ª UNIDADE DO JUÍZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE FORTALEZA
Rua Visconde de Mauá, 1940 – Aldeota (FIC)

Processo nº : 55.470/07.

Ação: Cobrança

Promovente: Francisca Gomes da Silva

Promovido: Bradesco Seguros S/A

CERTIDÃO

Certifico que a audiência para hoje designada, às 10 00 horas, deixou de realizar-se em virtude da ausência do promovido, **Bradesco Seguros S/A**, não constando nos autos, até a presente data, a juntada do AR que comprove sua citação.

Certifico, ainda, que compareceu a promovente, **Sra. Francisca Gomes da Silva**, assistida por advogadas, **Dra. Liana Clodes Bastos Furtado, OAB/CE 16.897** e **Dra. Katarina Costa Alencar, OAB/CE 17.657**, que aguardarão a devolução do referido documento para tomar as devidas providências.

Com a juntada do AR aos autos, caso a parte promovida tenha sido devidamente citada, que seja decretada a revelia pelo MM. Juiz.

Aguarde-se o aviso de recebimento.

Fortaleza, 22 de outubro de 2007.

CONCILIADORA:

Promovente:

Advs. promovente:



U. J. C. C. 12ª

JUNTADA

Faço junta de a estes autos AR

que estão a seguir. _____ (com ou sem)

circunstâncias anexas.)

Fez junta, 25 de 02 de 2004

Carly
P. de J. C. C. 12ª



AR

15

Rip. Legal de Bradesco Seguros S/A

Ar. Des. Moreira, 1250 Aldeota

Fortaleza

Proc. 55.470/07 - Conc. 22.10

às 10h

15:40

X

13/10/12

1000 2122390

Cláudio
Carvalho
Nogueira

CDJ PRAIA / FORTALEZA

11/7 OUT/2012

DRICE

010.080.012.15





JOÃO BARBOSA Advogados Associados

João Barbosa
Henrique A. F. Motta
Fabio João Soito
Pedro Henrique Bandeira Sousa
Daniela Usiglio Pereira
Karoline Malafaia da Silva
Claudia Rodrigues Moia
Rachel Miranda Rosenberg
Daniela Raposo de Souza
Jose Paulo Ribeiro Martins
Fabiana Costa Maranhão

EXMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 12ª UNIDADE DO JUIZADO
ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE FORTALEZA / CE.

Processo n.º 55.470/2007

BRDESCO SEGUROS S/A, empresa seguradora com sede à Avenida Paulista nº 1.415 - parte, Bela Vista - São Paulo - SP, inscrita no CNPJ sob o nº 33.055.146/0001-93, neste ato representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **FRANCISCA GOMES DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem, mui respeitosamente, à presença de V. Exa., com fulcro nos artigos 30 e seguintes da Lei nº 9.099/95, e, demais cominações legais pertinentes à espécie, apresentar sua

CONTESTAÇÃO

consoante as razões de fato e de direito que passa a expor:

DOS FATOS

Alega a Autora em sua peça vestibular que seu ente querido, **FRANCISCO CORDEIRO DA SILVA**, foi vítima fatal de acidente automobilístico ocorrido em 10/10/2004.

A Autora alega, em sua peça vestibular, que de posse de todos os documentos necessários à regulação do sinistro, realizou o pedido administrativo referente ao valor da indenização correspondente ao Seguro Obrigatório de Veículos - DPVAT,





17

junto à Ré, assim lhe foi paga a quantia de R\$ 10.300,00 (Dez mil e trezentos reais) e não R\$ 10.260,86 (Dez mil duzentos e sessenta reais e oitenta e seis centavos), conforme alega na peça vestibular.

Conforme inequivocamente comprovado através do MEGADATA que ora se junta, que a própria Autora da presente demanda, recebeu desta Contestante a verba indenizatória do Seguro DPVAT na data de 01/08/2005, no importe de R\$ 10.300,00 (Dez mil e trezentos reais), equivalente à 34,33 salários mínimos, valor este muito superior ao disposto na alínea "a" do artigo 3º da Lei n.º 6.194/74.

O documento trazido à colação, qual seja, o MEGADATA, comprova cabalmente que o sinistro noticiado no qual a vítima FRANCISCO CORDEIRO DA SILVA, infelizmente veio a falecer, já foi objeto de análise e pagamento de sinistro pela Ré, não havendo qualquer complementação a ser realizada, sendo absolutamente certo que a Autora deliberadamente alterara a verdade dos fatos no intuito de ludibriar o atento Juízo e enriquecer ilícitamente às expensas da Ré, incorrendo no disposto dos artigos 17 e 18 da Lei Adjetiva Civil.

Desta forma, temos que o pedido contido na peça vestibular é descabido e absurdo, pois já houve o pagamento da referida indenização, a própria Autora da presente demanda.

Ante tal informação, prosseguimos arguindo preliminares.

PRELIMINARMENTE

REVELIA - EFEITOS - PRECLUSÃO DA MATÉRIA FÁTICA E NÃO DA QUESTÃO JURÍDICA

A REVELIA não implica, necessariamente, na procedência da ação. Quando ela ocorre, apenas a matéria fática se presume verdadeira. Este é o princípio estampado no artigo 319 do CPC, quando diz que "reputar-se-ão verdadeiros os fatos afirmados pelo autor".

Porque apenas os fatos são reputados verdadeiros, ao Juiz compete adequá-los ao direito, para ver se daí emerge a procedência da ação. Isto porque:

"o nosso direito prestigiu os princípios do "jura novit curia" e do "da mihi factum, dabo tibi jus". Isso significa que a qualificação jurídica dada aos fatos narrados pelo autor





não é essencial para o sucesso da ação. Tanto que o juiz pode conferir aos fatos qualificação jurídica diversa da atribuída pelo autor" (RSTJ 111/139, citada por Theotonio Negrão in Código de Processo Civil - 32ª edição - ano 2001 - pág. 370).

Portanto, mesmo diante da revelia, o juiz deve apreciar não só as questões que lhe cabe conhecer de ofício (por exemplo, artigos 13, 113, 219 § 5º, do CPC), como também a matéria jurídica não compulsória articulada pelo autor, com o propósito de avaliar se sua qualificação é adequada à pretensão.

A esse respeito, comporta trazer à lide a lição do mestre Vicente Greco Filho (Direito Processual Civil Brasileiro, 2º volume):

"A presunção de veracidade decorrente da revelia não é absoluta. Se há elementos nos autos que levem a conclusão contrária, não está o juiz obrigado a decidir em favor do pedido do autor. Na prática, o que ocorre é que a falta de contestação e a consequente confissão ficta esgotam o tema probatório, de modo que, de regra, a consequência é a sentença favorável ao demandante.

Não está, porém, excluída a hipótese de existência de outros elementos que levam à convicção contrária, daí se dizer que a presunção do art. 319 é relativa e não absoluta, tudo em consonância com o princípio da livre apreciação da prova e da persuasão racional (art. 131).

É necessário, ainda, observar que, conquanto presumidos os fatos em virtude da revelia, continua o juiz com a liberdade e responsabilidade de aplicar a eles a correta norma legal. Dos fatos alegados nem sempre decorrem as consequências jurídicas pretendidas, de modo que, nesse aspecto, a revelia nenhum efeito produz, porque de exclusiva atribuição do juiz, segundo o princípio *iura novit curia* (o juiz conhece o direito) ou da *mihi factum, dabo tibi jus* (dá-me os fatos que te darei o direito)."





19

Este é também o entendimento prevalecente em nossos Tribunais, consoante se constata pelos julgamentos a seguir aludidos:

"Em alguns casos, todavia, como naqueles em que ausente alguma das condições da ação ou haja evidente falta de direito, o não oferecimento oportuno da contestação não importa na procedência do pedido. É da melhor doutrina que 'não está no espírito da lei obrigar o juiz a abdicar de sua racionalidade e julgar contra a evidência, ainda que esta lhe tenha passado despercebida'. [STJ-4ª Turma, Al 123.413-PR- AgRg, rel. Min. Sálvio de Figueiredo, j. 26.2.97, negaram provimento, v.u., DJU 24.3.97, p. 9.037].

"Se o réu não contestar a ação, devem ser reputados verdadeiros os fatos afirmados pelo autor. Todavia, o juiz, apreciando as provas dos autos, poderá mitigar a aplicação do art. 319 do Cód. de Proc. Civil, julgando a causa de acordo com o seu livre convencimento." (RF 293/244).

"A falta de contestação conduz a que se tenham como verdadeiros os fatos alegados pelo autor. Não, entretanto, a que necessariamente deva ser julgada procedente a ação. Isso pode não ocorrer, seja em virtude de os fatos não conduzirem às consequências jurídicas pretendidas, seja por evidenciar-se existir algum, não cogitado na inicial, a obstar que aquelas se verifiquem." (STJ-3ª Turma, RESP 14.987-CE, rel. Min. Eduardo Ribeiro, j. 10.12.91, deram provimento, v.u., DJU 17.2.92, p. 1.377).

"O efeito da revelia não induz procedência do pedido e nem afasta o exame de circunstâncias capazes de qualificar os fatos fictamente comprovados." (RSTJ 53/335).

"A presunção de veracidade dos fatos alegados pelo autor em face à revelia do réu é relativa, podendo ceder a outras circunstâncias constantes dos autos, de acordo com o princípio do livre convencimento do juiz." (STJ-4ª Turma, RESP 47.107-MT, rel. Min. César Rocha, j. 19.6.97, deram provimento parcial, v.u., DJU 8.9.97, p. 42.504).

Conforme se constata, a lei, a doutrina e a jurisprudência são coerentes a respeito de o efeito preclusivo da revelia atingir





tão somente a matéria fática, não alcançando a questão jurídica.

É preciso salientar, em reforço, que a lei permite o ingresso do revel no processo em qualquer fase, obviamente para deduzir matéria jurídica oponente à pretensão do autor (CPC, art. 322, parte final). Essa matéria o revel tem o direito de ver analisada na decisão do feito, sob pena de a sentença não observar a regra integral do art. 458 da Lei Adjetiva Civil.

DO DESCABIMENTO DA ANTECIPAÇÃO DA TUTELA

A antecipação da tutela tem sua previsão legal no art. 273 do CPC, com as alterações introduzidas pela lei nº 10.444/01, vigente a partir de 08.08.2002. Referido artigo compõe-se do caput, dois incisos e seis parágrafos, de pleno conhecimento de V.Exa.

O regramento legal indica, em primeiro lugar, que a tutela não pode ser antecipada de ofício. Precisa ser requerida pela parte. Em seguida, o caput da norma trata da **verossimilhança da alegação** da autora (*fumus boni iuris*), da qual exige prova **inequívoca**. Além disso, a concessão exige **mais** um dos pressupostos contidos nos incisos I e II, o primeiro deles referente ao *periculum in mora* ("fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação") e o segundo no abuso de defesa ou manifesto propósito protelatório do réu (situação semelhante ao dano processual tratado no art. 17, I, do CPC, cuja caracterização é exigida rigorosamente).

Constata-se que não basta a presença de **apenas** um dos pressupostos. O do caput (*fumus boni iuris*) tem que ser **concomitante** com um dos dois incisos (*periculum in mora*) ou abuso de defesa. A jurisprudência é serena e pacífica quanto a isso. Vejam-se estes exemplos:

"A decisão de antecipar a tutela haverá de mostrar que, além de presente um dos requisitos dos itens I e II do art. 273 do CPC, havia razões suficientes, **baseadas em prova inequívoca** (grifamos), capazes de convencer da verossimilhança da alegação. O **não atendimento a essa exigência conduz à nulidade**" (idem). (STJ-3ª Turma, REsp 162.700-MT).

"Ainda que possível, em casos excepcionais, o deferimento liminar da tutela antecipada, **não se dispensa o preenchimento dos requisitos**





22

legais (grifamos), assim a 'prova inequívoca', a 'verossimilhança da alegação', o 'fundado receio de dano irreparável, o 'abuso de direito de defesa ou manifesto propósito protelatório do réu', ademais da verificação da existência de 'perigo de irreversibilidade do provimento antecipado', **tudo em despacho fundamentado de modo claro e preciso** (grifamos). O despacho que defere liminarmente a antecipação da tutela com apoio, apenas, na demonstração do 'fumus boni juris' e do 'periculum in mora' **malferre a disciplina do art. 273 do CPC** (grifamos), à medida que deixa de lado os rigorosos requisitos impostos pelo legislador para a salutar inovação trazida pela Lei 8.952/94" (STJ-3ª Turma - RESp 131.853-SC).

"1. O instituto da antecipação da tutela (art. 273, CPC) deve ser homenageado pelo juiz quando os pressupostos essenciais exigidos para a sua concessão se tornarem presentes, mesmo que a parte requerida seja a Fazenda Pública.

2. Prova inequívoca é aquela a respeito da qual não mais se admite qualquer discussão (grifamos).

3. Simples alegação feita por contribuinte de que recolheu contribuições previdenciárias, conforme DARF's apresentadas, não se constitui prova inequívoca enquanto não existir pronunciamento administrativo fiscal reconhecendo a liquidez e a certeza dos valores lançados ou pronunciamento judicial.

4. A simples demora na solução da demanda não pode, de modo genérico, ser considerada como caracterização da existência de fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação, salvo em situações excepcionalíssimas.

5. A execução da tutela antecipada há de se fazer com base nos mesmos princípios legais reguladores para a execução provisória: não se transfere o domínio do bem.

6. Tutela antecipada concedida para compensar contribuições previdenciárias que se revoga,





face à ausência dos pressupostos fundamentais para que possa prosperar.

7. Recurso provido".

{STJ - 1ª Turma - Resp 113.368-PR - Inteiro teor em anexo}.

Com todo o respeito, o pedido constante na peça vestibular **não demonstra a prova inequívoca**, não se detém na verificação da existência de "perigo de irreversibilidade do provimento antecipado". Além disso, não há a indispensável concomitância de pressupostos, **o que fulmina a decisão de nulidade, eis que malfeire a disciplina do art. 273 do CPC.**

Permissa máxima venia, não procede nenhum dos argumentos da parte Autoral, principalmente porque não discorre sequer quanto *fumus bonis iuris* e o *periculum in mora*.

Ressalte-se quanto ao *periculum in mora*, que a ora Contestante é uma empresa sólida, respeitada no meio securitário e possui todos os meios para suportar uma improvável condenação. Desta forma, não há qualquer perigo quanto a satisfação de crédito na hipótese de remota condenação.

Outrossim, quanto ao *fumus bonis iuris*, restará claramente comprovada a improcedência do pedido Autoral no corpo da peça de bloqueio, tendo em vista a plena validade da quitação outorgada no recibo de pagamento. Assim a fumaça do bom direito será discutida nos autos, ou seja, a ora Contestante utiliza-se de princípios Constitucionais, qual seja, o direito garantido da ampla defesa e do contraditório, devendo V.Exa., analisar as argumentações suscitadas para a aplicação da boa e esperada Justiça!!!

Assim, não deve a ora Contestante ser compelida a efetuar o pagamento antecipado, por total falta dos pressupostos concedentes da tutela antecipada.

Data venia, na hipótese de acolhimento da antecipação da tutela fundada em argumentos improcedentes, como visto, o que não se admite nem mesmo em processo executivo, no qual o devedor de obrigação líquida e certa, constante do título executivo, tem o direito de indicar o bem a ser penhorado, e a constrição só recai sobre dinheiro em situações muito especiais.

Na verdade, a concessão da tutela **"não antecipa simplesmente a sentença de mérito. Antecipa, sim, a própria execução dessa sentença, que, por si só, não produziria os efeitos que**





irradiam da tutela antecipada". (Resp 112.111-PR - Inteiro teor em anexo).

Diante da profunda consequência que tem o provimento da tutela, lei e a jurisprudência revestem de salutar precaução as condições imprescindíveis à sua concessão. Observe-se que o REsp 112.111-PR trata de uma ação em que a sentença já tinha sido proferida, confirmando as tutelas concedidas, baseadas no que, aliás, o Min. Relator votou pelo não provimento do recurso. O voto de vista contrariou fundamentalmente o voto do Min. Relator, e o REsp veio a ser julgado procedente, "porque não há relação de continência entre a tutela antecipada e a sentença de mérito"... "de outro modo, a parte não teria recurso relativamente à tutela antecipada". "Subsistente a tutela antecipada, deve ela ser cassada nos termos da jurisprudência da Turma", conclui o voto de vista vencedor.

No caso, verifica-se que a autora, que não tem título executivo, obteve liminarmente, o que ao credor, que ajuíza uma execução, porque já é titular de título executivo, **não se concede!**

No seguro obrigatório DPVAT, o pagamento da indenização exige um procedimento, denominado "regulação de sinistro", que consiste na apreciação e crítica de todas as situações fáticas e documentais, o mesmo acontecendo com o processo judicial, que deve ser precedido de fase instrutória com ampla oportunidade de contraditório.

O seguro obrigatório DPVAT não carrega consigo os pressupostos de liquidez e da certeza prévia. Não se traduz em crédito previamente líquidos e certos, incondicionados, eis que suscetível de muitas variantes e controvérsias, quer no que concerne à sua própria cobertura, quer ao nexo causal com o acidente de trânsito; legitimidade do beneficiário do seguro, quantum indenizável etc. O seguro DPVAT não reúne os matizes da liquidez, certeza e exigibilidade, imprescindíveis à concessão da tutela antecipada.

A tutela antecipada autorizada pelo comentado art. 273 do CPC tem por escopo a satisfação do direito subjetivo da autora, de modo a evitar o risco da sua inutilização e, em decorrência, o provimento judicial definitivo poderia restar frustrado.

Em absoluto, essa não é a hipótese dos autos, eis que:

a - não há prova inequívoca da verossimilhança do direito da autora, posto que a postulação indenizatória do seguro DPVAT é passível de controvérsia e do contraditório;





24

b - não há qualquer receio de dano irreparável ou de difícil reparação, pois, se eventualmente condenada irrecorivelmente, a ré tem condição financeira para prover sua obrigação;

c - não há abuso de direito de defesa, porque a pretensão da autora não encontra amparo na legislação aplicável ao fato que seria gerador da obrigação da ré. Inexiste qualquer evidência de resistência absurda ao direito da autora;

d - há, isto sim, perigo em potencial de irreversibilidade do provimento, o que se deduz de simples análise da situação econômico-financeira da parte Autoral.

Por isso, como já dito, o pedido de antecipação da tutela não se reveste dos pressupostos deferidores da sua concessão, previstos no art. 273 do CPC.

Acrescente-se que não assiste razão à parte autoral nem quanto ao recebimento do valor postulado, conforme será demonstrado no curso desta contestação.

Por tais razões, a ré requer que seja indeferido o pedido de tutela antecipada, como demonstrado no REsp 112.111-PR, antes comentada, haja vista que o pedido encontra-se em desacordo com a previsão legal pertinente e com a jurisprudência pátria, contraria também toda a sistemática processual.

DA IMPOSSIBILIDADE DE INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA

Acerca da comprovação das alegações, importa destacar o disposto no art. 333, I do CPC acerca da incumbência de produção de provas:

"Art. 333. O ônus da prova incumbe:
I - ao autor, quanto ao fato constitutivo
do seu direito"

Urge mencionar, ainda, que mostra-se totalmente descabida a inversão do ônus da prova contida no art. 6º, VIII, porquanto não passa de mera exceção à regra supra mencionada (art. 333, CPC), e se aplica, **exclusivamente**, na hipótese de consumidor hipossuficiente, e com relação à vícios do produto ou do serviço.

É pleno de logicidade que a inversão do ônus da prova, característica do Código de Defesa do Consumidor, não encontra guarida no caso sub judice.

Assim, o ônus da prova caberá integralmente à Demandante, ademais, temos que esta não possui qualquer contrato com a ora





Demandada, não podendo ser confundida como consumidora, não havendo qualquer relação de consumo entre as partes litigantes, e, em consequência caracterizando a inaplicabilidade da inversão do ônus da prova, característica do Código de Defesa do Consumidor.

Desta forma, restando descaracterizada a aplicação do referido diploma legal, e ruindo por completo tal fundamentação, prossegue a Ré com suas considerações.

**EXTINÇÃO DO FEITO - CARÊNCIA DE AÇÃO
FALTA DE INTERESSE DE AGIR**

Conforme aduzido pela própria Autora na exordial, a Ré já **efetuiu** o pagamento da indenização relativa ao sinistro em questão.

Como um ato jurídico perfeito, a quitação teria de ser previamente desconstituída pela Autora através da propositura da correspondente ação anulatória, na qual a mesma poderia alegar a ocorrência de vício de manifestação de vontade. Ocorre que a Autora jamais requereu a anulação da quitação, muito menos argüiu, ainda que superficialmente, a ocorrência de simulação, dolo, coação ou falsidade.

De fato, para que fossem afastados os efeitos extintivos da quitação, teria o subscritor do referido recibo de haver suscitado a ocorrência de simulação, dolo ou coação, o que é mais importante, por meio da competente ação anulatória do ato jurídico pretensamente inquinado do suposto vício de consentimento.

Isto porque, é fato notório, que as nulidades a que se refere o art. 171 do Novo Código Civil não têm efeito antes de declaradas por sentença e não se pronunciam de ofício (conforme art. 168 do mesmo código), somente podendo ser alegadas por aqueles que a aproveitam, e estando sujeita a manifestação do Juízo a um requerimento prévio e expresso dos eventuais interessados. Não obstante, a Autora não formulou pedido algum de anulação do ato jurídico liberatório, cuja validade é PRESUMIDA e somente poderia ser desconstituída por SENTENÇA!

Desta feita, haja vista que, ao decidir a lide, é vedado ao Juiz proferir sentença de natureza diversa da pedida pela Autora (ref. art. 460, do Código de Processo Civil), bem como que nenhum pedido foi expressamente feito no sentido de que a quitação fosse declarada nula em virtude de um defeito ou vício de consentimento, infere-se que o ato jurídico liberatório deve ser, por conseguinte, tido como inteiramente





válido, o que conduz à decretação da extinção do presente feito por carência do direito de ação.

E, como a quitação permanece válida em todos os seus termos, os devedores estão exonerados de toda e qualquer responsabilidade pela obrigação contraída pelas partes! Afinal, a eficácia da quitação e os seus efeitos jurídicos liberatórios constituem uma presunção *juris tantum*, que, à luz do acima exposto, somente poderia ser afastada mediante prova irretorquível da ocorrência de vício de consentimento.

Assim, aliás, preceitua o nosso Código Comercial, no seu artigo 435, *verbis*:

"Art. 435. Passando-se quitação geral a uma administração, não há lugar a reclamação alguma contra esta; salvo provando-se erro de conta, dolo ou fraude." (n.g.)

Neste sentido, leciona o eminente civilista CARVALHO SANTOS¹:

"(...) é preciso dar à transação toda extensão que comportar, por isso que, visando as partes com ela comprar a sua tranqüilidade, não se concebe que o litígio não ficasse definitivamente ultimado. Nem se compreenderia, muito menos, que a pretexto algum, pudesse uma das partes fazê-lo reviver, mesmo um simples detalhe, perturbando o sossego que a outra tinha procurado assegurar por meio da transação." (g.n.)

Por sua vez, a Jurisprudência também já se manifestou a esse respeito, tendo o Egrégio Supremo Tribunal Federal decidido que:

"se as partes desavindas, por meio de documentos hábeis, delimitaram os interesses em controvérsia e firmaram documento de transação, esse ato jurídico complexo envolve-se para as partes e para todas as questões versadas com a força de coisa julgada, só rescindível por dolo, violência ou erro essencial, conforme o artigo 1.030, do Código Civil. E também, se na transação as partes não tornaram expresso que excluía dela uma dada questão, esta questão não pode a vir a ser questionada em juízo, primeiro porque obrigada

¹ "Código Civil Brasileiro Interpretado", nota ao art. 1.027- não alterado substancialmente pelo Novo Código Civil.





27
928

pelos efeitos de coisa julgada da transação (artigo 1.030, do CC) e segundo por efeito do princípio da indivisibilidade da transação (art. 1.026, do CC)" (RE nº 93.861-3/RJ- 1ª Turma, DJU 18/12/81 - Rel. Min. Clóvis Ramalhete).

Na hipótese dos autos nada fez a Seguradora para constranger a Autora a celebrar acordo. Limitou-se a disponibilizar-lhe o valor que era o devido e, uma vez que este foi aceito pela Autora, efetuou de pronto o pagamento da importância convencionada.

Desta maneira, resta evidente que a parte Autoral não possui interesse de agir, pois já transigiu relativamente ao valor das verbas indenizatórias devidas pela Ré, nada havendo requerido ou alegado quanto à ocorrência de um vício do consentimento, de sorte que o feito deve ser **julgado extinto sem julgamento de mérito**, o que se requer com fundamento nos arts. 3º e 267, inciso VI, do Código de Processo Civil.

NO MÉRITO

Sem embargo da preliminar suscitada vem a Ré, em homenagem ao princípio da eventualidade debater o mérito da demanda.

DA COMPETÊNCIA DO CNSP PARA BAIXAR INSTRUÇÕES E EXPEDIR CIRCULARES RELATIVAS À REGULAMENTAÇÃO DAS OPERAÇÕES DE SEGURO

Inicialmente, cumpre ressaltar que o valor pago a Autora a título de indenização referente ao seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres, ou por sua carga, a pessoas transportadas, ou não - DPVAT foi efetuado em total consonância à Lei, não havendo qualquer embasamento jurídico que autorize a pretensão da Autora de receber complementação indenizatória, a qual caracteriza tentativa de enriquecimento sem causa.

A modalidade do seguro DPVAT possui as seguintes garantias: morte, invalidez permanente total ou parcial por acidente e despesas de assistência médica e suplementares.

Importante ressaltar que a atividade seguradora é fiscalizada pela SUSEP - SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS, entidade autárquica normatizadora e fiscalizadora da atividade securitária.

Com efeito, a atividade seguradora sofre forte intervenção estatal, de forma que as cláusulas contratadas não são





estipuladas ao livre arbítrio das seguradoras. Ao contrário, são fixadas pela SUSEP no exercício da competência que lhe confere o artigo 36, "b" do Decreto-Lei nº 73/66 (que dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de seguros e resseguros e dá outras providências) confere à SUSEP a prerrogativa de "baixar instruções e expedir circulares relativas a regulamentação das operações de seguro, de acordo com as diretrizes do CNSP".

Por meio do art. 6º do referido Decreto-Lei o Governo Federal delegou ao CNSP e SUSEP a regulamentação das operações de seguro.

Instituído pela Lei nº 6.194/74, que no art. 12 previu que "O Conselho Nacional de Seguros Privados expedirá normas disciplinadoras e tarifas que atendam ao disposto nesta Lei", o Seguro DPVAT teve sua disciplina assentada na Resolução CNSP nº 1/75, a qual aprovou suas normas disciplinadoras.

Destarte, o que a Autora pretende é usar a máquina do Judiciário para locupletar-se ilicitamente, vez que, além de já ter recebido a indenização, deram plena, rasa, geral, total e irrevogável quitação à Ré, agindo de forma contrária à Lei ao propor a presente demanda.

DA IMPOSSIBILIDADE DE SE VINCULAR A INDENIZAÇÃO AO SALÁRIO MÍNIMO

Quanto ao preceito contido no artigo 3º, alínea "a", da Lei nº 6.194/74, o qual estabelece o valor da indenização até 40 salários mínimos, esclarece a Ré que dita norma foi revogada pelas Leis nº 6.205/75 e 6.423/77, as quais, expressamente, proibem a vinculação e a correção baseada no salário mínimo.

Merece destaque a redação do art. 1º da Lei nº 6.205/75, assinale-se, EDITADA POSTERIORMENTE à Lei nº 6.194/74, e que veda a adoção do salário mínimo como base de cálculo:

"Art. 1º. Os valores monetários fixados com base no salário mínimo não serão considerados para quaisquer fins de direito".

Outrossim, inciso IV do art. 7º da Constituição Federal de 1988 igualmente proíbe a vinculação do salário mínimo para qualquer fim:

"Art. 7º.
(...)"





IV - Salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim."

Em suma, o controvertido artigo 3º, inciso "a", da Lei nº 6.194/74 sequer foi recepcionado pela CRFB/88.

Tal debate já foi objeto inclusive de julgamento pelo Superior Tribunal de Justiça que apreciando e julgando o Recurso Especial nº 4.394/SP (acórdão publicado no DJU de 03.12.90) manifestou entendimento desfavorável à pretendida vinculação do salário mínimo para efeito de pagamento do seguro DPVAT. Vejamos:

"SEGURO OBRIGATÓRIO. VALOR DA INDENIZAÇÃO. PRETENSÃO A QUE O VALOR SEJA FIXADO COM BASE NO SALÁRIO MÍNIMO. IMPOSSIBILIDADE, DIANTE DA LEI N. 6205/75, QUE DESCONSIDEROU, PARA QUAISQUER FINS, OS VALORES MONETÁRIOS FIXADOS COM BASE NO SALÁRIO MÍNIMO. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO."

(Rel. Min. Nilson Naves, Terceira Turma, RSTJ v. 23, p. 294) (n.g.)

Certo é, portanto, o artigo 3º, alínea "a", da Lei nº 6.194/74 não se aplica à hipótese vertente, seja porque não está mais em vigor, seja porque não foi recepcionado pela Carta Constitucional vigente.

Assim não há que se cogitar de indenização no valor equivalente a 40 (quarenta) salários mínimos para pagamento do seguro DPVAT.

Com efeito, o valor da indenização é aquele determinado por meio de cálculos atuariais pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, órgão integrante do Ministério da Fazenda, valor este fixado em tabela que foi inteiramente respeitada pela Ré ao efetuar o pagamento da indenização.

Portanto, resta claro que a Seguradora Ré efetuou, corretamente, o pagamento da indenização a Autora, não havendo qualquer complementação indenizatória a pagar, motivo pelo qual requer-se a improcedência do pedido inicial.





30

**DA AMEAÇA DE VIOLAÇÃO AO DIREITO DE PROPRIEDADE E AO PRINCÍPIO
DO DEVIDO PROCESSO LEGAL**

Ademais, acresça-se que os prêmios e as indenizações do seguro obrigatório DPVAT são sempre calculados tendo em vista a expectativa provável de sinistros a ocorrer no curso do exercício a que os mesmos se referem. Ou seja, à semelhança dos demais seguros em geral, o prêmio e a indenização do seguro obrigatório também são calculados com base em critérios estatísticos e atuariais, proporcionalmente à estimativa de sinistros passíveis de ocorrer durante o período de cobertura securitária correspondente.

Como o DPVAT tem base tipicamente atuarial, não se pode ignorar que o cálculo do valor do prêmio e da indenização levam necessariamente em conta a dimensão e a intensidade do risco assumido pela Seguradora. Assim, quando do cálculo do prêmio e da indenização referente ao exercício do ano em que ocorreu o presente sinistro foi considerada a extensão do risco que a Seguradora teria de suportar na vigência daquele período, à vista da legislação em vigor à época do seu começo.

Isto quer dizer que, para o ano em que ocorreu o presente sinistro, o prêmio e a indenização do seguro obrigatório foram calculados atuarialmente tendo por parâmetro a extensão de cobertura estimada para o exercício a que se referia.

Dúvida não há, portanto, de que o prêmio e a indenização do seguro obrigatório, como já dito, são calculados com base nos mesmos critérios estatísticos e atuariais aplicáveis aos demais seguros em geral. Ou seja, o valor do prêmio guarda estreita relação com a extensão do risco assumido pela Seguradora. A razão desta assertiva é simples: baseia-se o seguro na pulverização dos riscos a que os Segurados encontram-se sujeitos, de maneira que o prejuízo suportado por alguns deles venha a ser repartido entre todos. Não é correto, pois, tecnicamente, dizer-se que, no seguro, o risco é "transferido" à Seguradora; na verdade, o que a Seguradora faz é dividir, "pulverizar" as consequências patrimoniais decorrentes do implemento do risco entre os Segurados, recolhendo junto a estes o valor do prêmio com o qual formará o fundo necessário ao pagamento das indenizações.

No seguro obrigatório também é assim. O cálculo do valor do prêmio e da indenização do seguro relativo ao exercício do ano em que ocorreu o presente sinistro foi feito com lastro nos limites de responsabilidade que então se vislumbrava como





31

sendo imputáveis à Seguradora à luz da legislação em vigor. Ressalte-se que a aferição atuarial foi realizada não pelas Seguradoras, mas por órgão dotado de ampla capacidade técnica e legítima competência para tanto - o CNSP, que é quem define os valores das indenizações para cada exercício.

Enfim, a cogitada validade e aplicabilidade do artigo 3º da Lei nº 6.194/74, que, repita-se, foi revogado pelas Leis nº 6.205/75 e 6.423/77, ensejaria um desequilíbrio econômico e atuarial extremamente nocivo para as Seguradoras na medida em que o prêmio do seguro exigido dos proprietários de automóveis não incorporou em seu valor a fração correspondente à estimativa de indenizações fixadas em salários mínimos.

É patente, portanto, o intento da Autora de violar o direito de propriedade, igualmente assegurado a todos pelo art. 170 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Como decorrência, há flagrante tentativa de violação aos incisos II e IV, do art. 170, da Constituição, que tutelam a propriedade privada e a livre concorrência, respectivamente. Afinal, a prosperar a tese sustentada pela Autora, estarão todas as Seguradoras, de um lado, sendo indevidamente privadas da propriedade de seus bens, na medida em que terão de utilizar recursos próprios, sem direito a remuneração de nenhuma espécie, para arcar com as indenizações devidas aos beneficiários lastreadas em salários mínimos, e, de outro lado, estarão as Seguradoras que operam no seguro DPVAT sendo colocadas em flagrante desvantagem econômica em relação às demais, posto que estas últimas não serão constrangidas ao desembolso de igual quantia e, conseqüentemente, estarão ganhando em competitividade comparativamente àquelas outras.

E não se trata de ponderar entre o direito de assistência às vítimas e o direito de lucro das Seguradoras. Trata-se, isto sim, de invadir e confiscar-se o patrimônio das Seguradoras para a efetivação de indenizações cujos valores encontram-se em texto de Lei devidamente revogado pelas Leis nº 6.205/75 e 6.423/77.

Ademais, é cediço que no seguro obrigatório as normas editadas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP delimitam e prefixam a margem de resultados das Seguradoras, de maneira que não é correto dizer-se que, ao defenderem a não aplicabilidade do artigo 3º da Lei nº 6.194/74, estariam as Seguradoras vislumbrando um aumento da sua margem de lucros; afinal, estes, como visto, confinam-se nos percentuais estabelecidos pelo CNSP.

E, de mais a mais, também não se pode deixar de lado o comentário de que a aplicação do suso aludido artigo, com escopo nitidamente confiscatório do patrimônio das





32

Seguradoras, visando a compeli-las a arcarem com um "plus" na verba indenizável, pela qual não receberam o respectivo prêmio, ofende o princípio do devido processo legal, na sua concepção material ou substantiva, agasalhada pelo texto constitucional.

De fato, a nossa Constituição atual, inovando em relação às anteriores, consagrou, de maneira expressa, o princípio do devido processo legal. Este princípio pode ser compreendido sob duas óticas distintas: de um lado, como garantia de ordem processual, que objetiva assegurar a paridade total de condições entre os litigantes nos processos em geral, judiciais e administrativos; de outro, como garantia de fundo, com o fito de servir ao controle da edição de leis, atos ou decisões arbitrárias, despidas de razoabilidade.

Dáí que também este dispositivo, o art. 5º, inciso LIV, se quedaria violado com a aplicação de artigo de Lei devidamente revogado. Afinal, exigir-se que as Seguradoras indenizem sinistros sem perceber a remuneração equivalente nada mais significaria que impor-lhes uma medida claramente irrazoável e desproporcional aos objetivos almejados pelo Estado, isso porque qualquer limitação da liberdade de iniciativa econômica decorrente do exercício do poder de polícia e de direção e intervenção do Estado na economia deve necessariamente ter um fundamento racional e não pode suprimir os meios de subsistência econômica de uma sociedade com fins lucrativos.

Ora, como visto, em qualquer ramo de seguro - e o DPVAT, a despeito de ser obrigatório, não configura uma exceção -, deve haver uma equivalência atuarial entre o prêmio pago pelo proprietário do veículo e o benefício a ser recebido pelas vítimas. Por este motivo, DEIXAR-SE AS SEGURADORAS AO DESAMPARO DOS RECURSOS NECESSÁRIOS AO CUSTEIO DAS SUAS OBRIGAÇÕES TRARIA CONSEQUÊNCIAS DESASTROSAS PARA A SOBREVIVÊNCIA E O ÊXITO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT, BEM COMO, EM ÚLTIMA ANÁLISE, PARA OS SEUS BENEFICIÁRIOS, EM FAVOR DE QUEM ESSE SEGURO TEM SE REVELADO DEVERAS PROVEITOSO. Pelo todo exposto a ora Ré aguarda serenamente a total improcedência do pedido inicial.

QUANTO A MULTA DIÁRIA PRETENDIDA

Data maxima venia, resta evidente que o objetivo maior da Autora da presente demanda é perceber multa diária.

É de clareza meridiana que a Autora pretende enriquecer ilicitamente sob o manto do poder Judiciário e a expensas da Ré.





33

Conforme amplamente demonstrado no corpo da peça de bloqueio, a Ré quando do pedido e efetivo pagamento em âmbito administrativo, procedeu de forma transparente, claro e principalmente de boa-fé.

Certo é que todas as atitudes realizadas pela Ré obedeceram estritamente as **ordens** emanadas dos órgãos superiores, quais sejam, CNSP e SUSEP. Insta ressaltar que na hipótese da Ré **desobedecer** as ordens baixadas pelos anteditos órgãos, seria passível de severas punições, desde a suspensão para atuar no mercado securitário e quicá perder a licença para atuar no mercado, senão vejamos:

O Decreto-lei n.º 73, de 21 de novembro de 1965, estabelece no artigo 108, *in verbis*:

"Art. 108 - As infrações aos dispositivos deste Decreto-Lei sujeitam as sociedades seguradoras, seus diretores, administradores, gerentes e fiscais às seguintes penalidades, sem prejuízo de outras estabelecidas na legislação vigente:

I - advertência;

II - multa pecuniária;

III - suspensão do exercício do cargo;

IV - inabilitação temporária ou permanente para o exercício de cargo de direção, nas sociedades seguradoras ou no IRB;

V - suspensão da autorização em cada ramo isolado;

VI - perda parcial ou total de recuperação de resseguro;

VII - suspensão de cobertura automática;

VIII - suspensão de retrocessão;

IX - cassação de carta-patente"

Neste sentido, é pleno de logicidade que a Sociedade Seguradora ora Contestante, apenas cumpre com as ordens superiores emanadas pelo CNSP - Conselho Nacional de Seguros Privados e a SUSEP - Superintendência de Seguros Privados, órgãos normatizadores e fiscalizadores da matéria enfocada respectivamente.

No mesmo sentido temos o artigo 111 do mesmo dispositivo legal, que estabelece:





34

"Art. 111 - Serão aplicadas multas de até Cr\$50.000.000,00 (Cinquenta milhões de cruzeiros) às Sociedades Seguradoras que:

a) infringirem disposições das normas e instruções baixadas pelo CNSP, pela SUSEP ou pelo IRB, nos casos em que não estejam previstas outras penalidades..."

Na absurda hipótese de acolhimento do pedido, significaria um "plus" que não é devido a Autora e que certamente qualificaria um enriquecimento indevido em detrimento da Ré, pelo que espera e confia na improcedência do pedido Autoral.

DOS JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA

Com relação aos juros moratórios, bem como a correção monetária, em caso de eventual condenação, o que definitivamente não se espera, é crucial que seja analisada questão acerca da data de início da contagem dos respectivos.

Consoante o disposto no artigo 219 da Lei Processual Civil vigente, que, ao dispor constituir em mora o devedor a partir da citação válida, entende a Contestante que o dies a quo para o cômputo dos juros moratórios deve ser a data de sua citação para responder os termos da presente ação, como pode se ver no art. 405 do Código Civil, senão vejamos:

"Art. 405 Contam-se os juros de mora desde a citação inicial."

Até porque estamos tratando de responsabilidade contratual tendo em vista que as partes celebraram contrato de seguro, e não extracontratual, sendo inaplicável à espécie o Enunciado n.º 54, da Súmula do Egrégio Superior Tribunal de Justiça.

Com relação à correção monetária, é curial que seja analisada questão acerca a forma da Lei 6.899/1981, ou seja, a partir da propositura da ação, senão vejamos:

"art. 1º . (...)

S2º Nos demais casos, o cálculo far-se-á a partir do ajuizamento da ação."





35

O Superior Tribunal de Justiça, através do REsp 43.640-0-SP, 6ª Turma, tendo como relator o Ministro Anselmo Santiago, retratou o seu entendimento sobre a correção monetária conforme ementa que passamos a transcrever:

"Não ofende o art. 6º da Lei de Introdução ao Código Civil o acórdão que restringe a incidência da correção monetária a partir do ajuizamento da ação e não antes, por falta de previsão legal" (STJ-6ª Turma, REsp 43.640-0-SP, rel. Ministro Anselmo Santiago, j. 21.6.94, não conheceram, v.u., DJU 28.11.94, p. 32.645).

Portando, na remota hipótese de condenação da Ré, requer-se que os juros moratórios sejam computados a partir da citação válida, conforme disposto no art. 405 do Código Civil e que se incida correção monetária a partir do ajuizamento da ação, tendo em vista o esposado no §2º, do art. 1º da Lei 6.899/81, face aos argumentos suscitados na presente peça de bloqueio.

CONCLUSÃO

Ex positis, esta Contestante requer o indeferimento da tutela antecipada requestada, bem como repisa da impossibilidade da inversão do ônus da prova, haja vista que tais pedidos encontram-se em desacordo com a previsão legal pertinente e com a jurisprudência pátria, contrariando também toda a sistemática processual.

Ademais, aguarda-se, serenamente, pela extinção do feito sem julgamento do mérito, tendo em vista as preliminares argüidas, nos exatos termos dos arts. 3º e 267, inciso VI, do Código de Processo Civil, ou caso assim Vossa Excelência não entenda, o que se admite apenas por argumentar, pela improcedência da ação, tendo a Ré amplamente demonstrado o total descabimento de complementar-se a indenização já efetuada, pelo que requer seja a demanda ao final julgada **TOTALMENTE IMPROCEDENTE**, com julgamento de mérito, nos exatos termos do artigo 269, inciso I, 2ª parte do Código de Processo Civil.

Protesta, ainda, por todo o gênero de provas admitido em direito, especialmente documental suplementar e depoimento pessoal da Querelante, sob pena de confissão.

Para fins do exposto no artigo 39, inciso I, do Código de Processo Civil, fornece-se o endereço Av. Washington Soares nº





36

4567, Conjunto 05, Shop. Acapulco, Seis Bocas, CEP 60.830-641, Fortaleza - CE, tel./fax: (85) 3241.4535.

Por derradeiro, a contestante requer, ainda, que seja observado o nome do advogado FRANCISCO ARCELINO FILOMENO CALADO, inscrito na OAB/CE sob o n.º 16.075, para efeito de intimações futuras, sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes Termos,
Pede Deferimento.

Fortaleza, 10 de Junho de 2008.

João Barbosa
OAB/PE 4.246

Henrique A. F. Motta
OAB/RJ 113.815

Fabio João Soito
OAB/RJ 114.089

Cláudia Valente Soares
OAB/CE 9.314

Daniela Maria Costa Barbosa
OAB/CE 18.000

Francisco Arcelino Filomeno Calado
OAB-CE 16.075



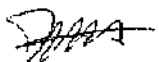


37

SUBSTABELECIMENTO

HENRIQUE ALBERTO FARIA MOTTA, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o n.º 113815, substabelece, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **FRANCISCO ARCELINO FILOMENO CALADO**, inscrito na OAB/CE sob o n.º 16075, com escritório à AV WASHINGTON SOARES, 4567, CONJ 05, SHOP. ACAPULCO SEIS BOÇAS, CEP 60.830-641, FORTALEZA, CEARA, CE os poderes que lhe foram conferidos por **BRDESCO SEGUROS S.A**, nos autos da Ação de Cobrança de Seguro DPVAT que lhe move **FRANCISCA GOMES DA SILVA**, em curso perante 12 - Jec DA COMARCA FORTALEZA - CEARA nos autos do Processo n.º 554702007.

Rio de Janeiro, 17 de junho de 2008.



HENRIQUE ALBERTO FARIA MOTTA
OAB/RJ sob o n.º 113815



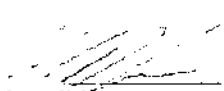


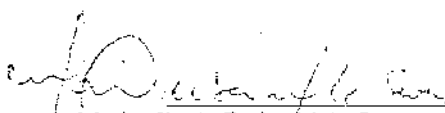
38

SUBSTABELECIMENTO

Na qualidade de procuradores da **BRABESCO SEGUROS S.A.**, doravante denominada Outorgante, conforme instrumento de mandado anexo, substabelecemos, com reservas de iguais, na pessoa dos Drs. **JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/PE sob o nº. 4.246; **HENRIQUE ALBERTO FARIA MOTTA**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 113.815; **FABIO JOÃO DA SILVA SOITO**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 114.089; todos integrantes da sociedade de advogados denominada **JOÃO BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, com escritório nesta Capital do Estado do Rio de Janeiro, na Rua São José, 90, 4º e 8º andares, Centro, CEP 20.010.020, todos os poderes que me foram conferidos para a plena defesa dos interesses da Outorgante nas ações que têm por objeto o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT.

Rio de Janeiro, 17 de julho de 2007


Marcelo Davoli Lopes


Maristella de Farias Melo Santos

72º OFÍCIO DE NOTAS - NOTÁRIO WILLIAM DE OLIVEIRA
Matrícula: Rua Senador Dantas 79 - Centro-RJ - 2044-0077. Reconhecido
por semelhança as firmas de: MARCELO DAVOLI LOPES e MARISTELLA DE
FARIAS MELO SANTOS
Cód. Notário: 100520
Estateira: 24 de julho de 2007.
Em testemunha do presente, de 2007, de 2007, de 2007.
LEMO CARLOS FERNANDES - ETC - Presidente



CORREGEDORIA GERAL
EX-JUSTIÇA RJ
SECRETARIA DE JUSTIÇA

BTN
IVK70260

WKR
IVK70261







Bradesco
Seguros

CS. Ofício de Notas-PATRIZ - Notários GILDO MACIEL
Av. Rilla Fecanha-Jo- LUGA A - RJ - Tel: 2532-7100 - Rec.no 40014085-3
Reconheço por semelhança a(s) firma(s) de:
MARCO AURELIO SAMPAIO SERGIO

Rio de Janeiro, 04/12/2007 às 10:27:03. Em Testemunho da Verdade.
SERGIO PEREIRA FELIPE-ESCREVENTE AUTORIZADO-SERGIO
Total 9,31



SUBSTABELECIMENTO

Na qualidade de procurador da **BRADESCO SEGUROS S.A.**, a seguir denominada **OUTORGANTE**, conforme instrumento de mandato anexo, substabeleço com reservas, aos Drs. **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/SP sob o nº 143.370, e no C.P.F. nº 132.870.808-06; **RODRIGO ALVARES DA SILVA CAMPOS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 108.513, e no C.P.F. nº 078.422.337-80; **MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/RJ sob o nº 135.132, e no C.P.F. 082.587.197-26, todos com escritório profissional à Rua Senador Dantas nº 74, 5º andar – Centro – Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.031-205, independentemente da ordem de nomeação, os poderes, *ad judicium et extra*, para atuar no foro em geral, em qualquer Instância, Juízo ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as medidas, ações ou recursos competentes, e defender a **OUTORGANTE** nas ações que lhe são contrárias, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, receber e dar quitação, nomear prepostos para representar a **OUTORGANTE** nas ações em que é parte, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com reservas de poderes, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da **OUTORGANTE** na ações que têm por objeto o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT.

Rio de Janeiro/RJ, 26 de novembro de 2007.

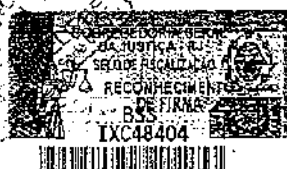
MARCO AURELIO MACHADO RODRIGUES
OAB/RJ nº 28.902

Marco Aurélio Sampaio Sérgio
Marco Aurélio Sampaio Sérgio
OAB/SP. 71.999-B

CS. Ofício de Notas-PATRIZ - Notários GILDO MACIEL
Av. Rilla Fecanha-Jo- LUGA A - RJ - Tel: 2532-7100 - Rec.no 40014085-3
Reconheço por semelhança a(s) firma(s) de:
MARCO AURELIO MACHADO RODRIGUES

Rio de Janeiro, 26/11/2007 às 12:23:29. Em Testemunho da Verdade.
SERGIO PEREIRA FELIPE-ESCREVENTE AUTORIZADO-SERGIO

Total 9,31



PRO.DIV

1 - MAIO/2008

CON. 4447 28 1572







Bradesco
Seguros

23. Ofício de Notas-PRIME - Notários LUIZ PAZIN
Av. Nilo Pedreira, 26- 10MA R - RJ - Tel: 2533-1001 - Ref. nº 9014035-5
Reconhecido por assinatura e(s) firma(e) de:
MARCO AURELIO SAMPAIO SERGIO

Rio de Janeiro, 04/12/2007 às 10:07:05. Em Testemunho da Verdade
SERGIO PEREIRA FELIPPE-ESCREVENTE AUTORIZADO-SERGIO

SUBSTABELECIMENTO

Na qualidade de procurador da **BRADESCO SEGUROS S.A.**, a seguir denominada **OUTORGANTE**, conforme instrumento de mandato anexo, substabeleço com reservas, aos Drs. **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/SP sob o nº 143.370, e no C.P.F. nº 132.870.808-06; **RODRIGO ALVARES DA SILVA CAMPOS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 108.513, e no C.P.F. nº 078.422.337-80; **MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/RJ sob o nº 135.132, e no C.P.F. 082.587.197-26, todos com escritório profissional à Rua Senador Dantas nº 74, 5º andar – Centro – Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.031-205, independentemente da ordem de nomeação, os poderes, *ad judicium et extra*, para atuar no foro em geral, em qualquer Instância, Juízo ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as medidas, ações ou recursos competentes, e defender a **OUTORGANTE** nas ações que lhe são contrárias, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, receber e dar quitação, nomear prepostos para representar a **OUTORGANTE** nas ações em que é parte, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com reservas de poderes, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da **OUTORGANTE** na ações que têm por objeto o Seguró Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT.

Rio de Janeiro/RJ, 26 de novembro de 2007.

MARCO AURELIO MACHADO RODRIGUES
OAB/RJ nº 28.902

Marco Aurélio Sampaio Sérgio
OAB/SP. 71.999-B

23. Ofício de Notas-PRIME - Notários LUIZ PAZIN
Av. Nilo Pedreira, 26- 10MA R - RJ - Tel: 2533-1001 - Ref. nº 9014035-5
Reconhecido por assinatura e(s) firma(e) de:
MARCO AURELIO MACHADO RODRIGUES

Rio de Janeiro, 29/11/2007 às 12:23:28. Em Testemunho da Verdade
SERGIO PEREIRA FELIPPE-ESCREVENTE AUTORIZADO-SERGIO

Total 4

PRO.DIV

14/01/2003





42



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL - ESTADO DO RIO DE JANEIRO
23º OFÍCIO DE NOTAS

GUIDO MACIEL - TABELIÃO

ARY SUCENA FILHO - SUBSTITUTO

MATRIZ: AV. NILO PEÇANHA, 28 - 3ª ANGRA - RIO DE JANEIRO - RJ

SUCURSAL TIJUCA: RUA SANTA SOFIA, 40 - LOJA A - RIO DE JANEIRO - RJ

SUCURSAL JACAREPAGUÁ: EST. DOS BARDEIRANTES, 209 LOJA C - RIO DE JANEIRO - RJ

NICOLAY, casada, inscrita na OAB/RJ sob o n.º 86.374 e no C.P.F. n.º 980.449.267-53; 30) RALPH GOMES DOS SANTOS, solteiro, inscrito na OAB/RJ sob o n.º 107.261 e no C.P.F. n.º 035.746.817-12; 31) SHEILA RIBEIRO MONTEIRO, casada, inscrita na OAB/RJ sob o n.º 103.042 e no C.P.F. 075.570.737-03; 32) ANA ROSA VIANA LOPES, casada, inscrita na OAB/RJ sob o n.º 127.712 e no C.P.F. n.º 966.556.017-53; 33) JÚLIA AGUIAR E SILVA, solteira, inscrita na OAB/SP sob o n.º 14.065 e no C.P.F. n.º 004.605.949-07; 34) ANTONIO TADEU NOVAES CERQUEIRA, casado, inscrito na OAB/RJ sob o n.º 38.143 e no C.P.F. n.º 375.831.317-15; 35) IVAN SANTOS LEAL FILHO, casado, inscrito na OAB/RJ sob o n.º 95.791 e no C.P.F. n.º 026.677.027-98; 36) RODRIGO FARAH GOULART, solteiro, inscrito na OAB/RJ sob o n.º 103.462 e no C.P.F. n.º 071.294.337-44; 37) CRISTIANE MARTINS DA SILVA, solteira, inscrita na OAB/RJ sob o n.º 113.073 e no C.P.F. n.º 016.289.997-13; 38) SIMONE GONÇALVES BITTENCOURT, solteira, inscrita na OAB/RJ sob o n.º 134.769 e no C.P.F. n.º 097.832.757-62; 39) RODRIGO BARROS MEIRELES, solteiro, inscrito na OAB/RJ sob o n.º 129.112 e no C.P.F. 081.279.367-66; 40) ANA PAULA DE SOUZA SILVA, solteira, inscrita na OAB/RJ sob o n.º 126.857 e no C.P.F. n.º 080.669.317-78; 41) CAROLINE STAVIS DE CASTRO, divorciada, inscrita na OAB/RJ sob o n.º 32.435 e no C.P.F. n.º 022.104.619-44; 42) CINTIA MARIA FRUTUOSO RAFAEL DA SILVA, solteira, inscrita na OAB/RJ sob o n.º 123.805 e no C.P.F. n.º 084.336.867-55; 43) LILIANE TEIXEIRA DE ALMEIDA, solteira, inscrita na OAB/RJ sob o n.º 82.704 e no C.P.F. n.º 000.440.377-08, todos com escritório na Cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Barão de Itapagipe n.º 234, Rio Comprido, aos quais concede, em conjunto ou separadamente, os poderes "Ad Judicia" para o foro em geral, em qualquer juízo, instância ou tribunal, podendo propor e variar de ações, contestar, postular o que necessário for em defesa dos direitos da OUTORGANTE, podendo representá-la em audiência de conciliação, instrução e julgamento para os efeitos dos artigos 447 e 448 do Código de Processo Civil, podendo transigir e acordar em juízo ou fora dele, desistir, receber e dar quitação, receber citações iniciais e notificações, bem como representar e requerer perante quaisquer repartições públicas, autarquias e empresas públicas, federais, estaduais e municipais, inclusive perante a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, IRB - Brasil Resseguros S.A. e Banco Central do Brasil, podendo ainda, qualquer um entre os onze primeiros nomeados acima, representar a OUTORGANTE em processos licitatórios praticando todos os atos necessários, inclusive solicitar e prestar esclarecimentos, assinar atas, cartas de credenciamento, documentos pertinentes, assinar contratos e documentos do seguro bem como declarações que venham a ser exigidas pelos licitantes, interpor impugnações, recursos, e desistir dos mesmos, firmar compromissos, celebrar acordos e transações extrajudiciais, assinar termos de penhora, bem como substabelecer, e ainda, em conjunto de dois entre os onze primeiros, ficam também concedidos os poderes para nomear preposto para ações de qualquer natureza. Lavrada sob minuta. Certifico que pelo presente são devidas custas no valor de R\$ 13,88 a que se refere a Tabela VII, n.º 2, letra "b"; R\$ 2,62 a que se refere a Tabela I item 9; R\$ 3,29 a que se refere a Lei 3.217/99; R\$ 7,82 a que se refere a Mútua dos Magistrados/ACOTERJ; R\$ 0,82 a que se refere ao FUNPERJ; R\$ 0,82 a que se refere ao FUNPERJ e R\$ 12,68 a que se refere a certidões. Assim o disse do que dou fé e me pediu lhe lavrasse a presente que lhe li em voz alta, aceita e assina, declarando dispensar o comparecimento de testemunhas, tal como faculta a legislação vigente. Eu, (MARIA TERESA A. DE ALMEIDA), Escrevente Autorizada, CTPS n.º 55177/117-RJ, lavrei, li e encerro o presente ato, colhendo as assinaturas. (ASS) REP. DA OUTORGANTE - SAMUEL MONTEIRO DOS SANTOS JUNIOR/ REP. DA OUTORGANTE - LUIZ TAVARES PEREIRA FILHO. E X T R A I D A NA MESMA DATA Eu, MARIA TERESA A. DE ALMEIDA, a digital e conferi. E eu, José Salmazo, Tabelião Substituto, a subscrevo e assino em público e raso.

[Assinatura]

DIÁRIO DE NOTAS
NOTA DE NOTAS
PRODUÇÃO
SALMAZO
JUNIOR
R\$ 13,88
R\$ 2,62
R\$ 3,29
R\$ 7,82
R\$ 0,82
R\$ 0,82
R\$ 12,68







ATA DA 108ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA E
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADAS CONJUNTAMENTE
EM 20.03.2015, POR RESOLUÇÃO Nº 001/RS, EM 05 de Maio de 2015,
em 2005, 2010, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022,
2023, 2024, 2025, 2026, 2027, 2028, 2029, 2030, 2031, 2032, 2033,
2034, 2035, 2036, 2037, 2038, 2039, 2040, 2041, 2042, 2043, 2044,
2045, 2046, 2047, 2048, 2049, 2050, 2051, 2052, 2053, 2054, 2055,
2056, 2057, 2058, 2059, 2060, 2061, 2062, 2063, 2064, 2065, 2066,
2067, 2068, 2069, 2070, 2071, 2072, 2073, 2074, 2075, 2076, 2077,
2078, 2079, 2080, 2081, 2082, 2083, 2084, 2085, 2086, 2087, 2088,
2089, 2090, 2091, 2092, 2093, 2094, 2095, 2096, 2097, 2098, 2099,
2100, 2101, 2102, 2103, 2104, 2105, 2106, 2107, 2108, 2109, 2110,
2111, 2112, 2113, 2114, 2115, 2116, 2117, 2118, 2119, 2120, 2121,
2122, 2123, 2124, 2125, 2126, 2127, 2128, 2129, 2130, 2131, 2132,
2133, 2134, 2135, 2136, 2137, 2138, 2139, 2140, 2141, 2142, 2143,
2144, 2145, 2146, 2147, 2148, 2149, 2150, 2151, 2152, 2153, 2154,
2155, 2156, 2157, 2158, 2159, 2160, 2161, 2162, 2163, 2164, 2165,
2166, 2167, 2168, 2169, 2170, 2171, 2172, 2173, 2174, 2175, 2176,
2177, 2178, 2179, 2180, 2181, 2182, 2183, 2184, 2185, 2186, 2187,
2188, 2189, 2190, 2191, 2192, 2193, 2194, 2195, 2196, 2197, 2198,
2199, 2200, 2201, 2202, 2203, 2204, 2205, 2206, 2207, 2208, 2209,
2210, 2211, 2212, 2213, 2214, 2215, 2216, 2217, 2218, 2219, 2220,
2221, 2222, 2223, 2224, 2225, 2226, 2227, 2228, 2229, 2230, 2231,
2232, 2233, 2234, 2235, 2236, 2237, 2238, 2239, 2240, 2241, 2242,
2243, 2244, 2245, 2246, 2247, 2248, 2249, 2250, 2251, 2252, 2253,
2254, 2255, 2256, 2257, 2258, 2259, 2260, 2261, 2262, 2263, 2264,
2265, 2266, 2267, 2268, 2269, 2270, 2271, 2272, 2273, 2274, 2275,
2276, 2277, 2278, 2279, 2280, 2281, 2282, 2283, 2284, 2285, 2286,
2287, 2288, 2289, 2290, 2291, 2292, 2293, 2294, 2295, 2296, 2297,
2298, 2299, 2300, 2301, 2302, 2303, 2304, 2305, 2306, 2307, 2308,
2309, 2310, 2311, 2312, 2313, 2314, 2315, 2316, 2317, 2318, 2319,
2320, 2321, 2322, 2323, 2324, 2325, 2326, 2327, 2328, 2329, 2330,
2331, 2332, 2333, 2334, 2335, 2336, 2337, 2338, 2339, 2340, 2341,
2342, 2343, 2344, 2345, 2346, 2347, 2348, 2349, 2350, 2351, 2352,
2353, 2354, 2355, 2356, 2357, 2358, 2359, 2360, 2361, 2362, 2363,
2364, 2365, 2366, 2367, 2368, 2369, 2370, 2371, 2372, 2373, 2374,
2375, 2376, 2377, 2378, 2379, 2380, 2381, 2382, 2383, 2384, 2385,
2386, 2387, 2388, 2389, 2390, 2391, 2392, 2393, 2394, 2395, 2396,
2397, 2398, 2399, 2400, 2401, 2402, 2403, 2404, 2405, 2406, 2407,
2408, 2409, 2410, 2411, 2412, 2413, 2414, 2415, 2416, 2417, 2418,
2419, 2420, 2421, 2422, 2423, 2424, 2425, 2426, 2427, 2428, 2429,
2430, 2431, 2432, 2433, 2434, 2435, 2436, 2437, 2438, 2439, 2440,
2441, 2442, 2443, 2444, 2445, 2446, 2447, 2448, 2449, 2450, 2451,
2452, 2453, 2454, 2455, 2456, 2457, 2458, 2459, 2460, 2461, 2462,
2463, 2464, 2465, 2466, 2467, 2468, 2469, 2470, 2471, 2472, 2473,
2474, 2475, 2476, 2477, 2478, 2479, 2480, 2481, 2482, 2483, 2484,
2485, 2486, 2487, 2488, 2489, 2490, 2491, 2492, 2493, 2494, 2495,
2496, 2497, 2498, 2499, 2500, 2501, 2502, 2503, 2504, 2505, 2506,
2507, 2508, 2509, 2510, 2511, 2512, 2513, 2514, 2515, 2516, 2517,
2518, 2519, 2520, 2521, 2522, 2523, 2524, 2525, 2526, 2527, 2528,
2529, 2530, 2531, 2532, 2533, 2534, 2535, 2536, 2537, 2538, 2539,
2540, 2541, 2542, 2543, 2544, 2545, 2546, 2547, 2548, 2549, 2550,
2551, 2552, 2553, 2554, 2555, 2556, 2557, 2558, 2559, 2560, 2561,
2562, 2563, 2564, 2565, 2566, 2567, 2568, 2569, 2570, 2571, 2572,
2573, 2574, 2575, 2576, 2577, 2578, 2579, 2580, 2581, 2582, 2583,
2584, 2585, 2586, 2587, 2588, 2589, 2590, 2591, 2592, 2593, 2594,
2595, 2596, 2597, 2598, 2599, 2600, 2601, 2602, 2603, 2604, 2605,
2606, 2607, 2608, 2609, 2610, 2611, 2612, 2613, 2614, 2615, 2616,
2617, 2618, 2619, 2620, 2621, 2622, 2623, 2624, 2625, 2626, 2627,
2628, 2629, 2630, 2631, 2632, 2633, 2634, 2635, 2636, 2637, 2638,
2639, 2640, 2641, 2642, 2643, 2644, 2645, 2646, 2647, 2648, 2649,
2650, 2651, 2652, 2653, 2654, 2655, 2656, 2657, 2658, 2659, 2660,
2661, 2662, 2663, 2664, 2665, 2666, 2667, 2668, 2669, 2670, 2671,<

[illegible]

cumento: 1802161324.







EXTRAIS DO DIÁRIO OFICIAL

ASSINATURAS SEMESTRAIS DO DIÁRIO OFICIAL

ADVOGADOS E ESTAGIÁRIOS R\$ 284,00
ARQUITETOS R\$ 129,00

ORGÃOS PÚBLICOS (Federal, Estadual, Municipal) R\$ 199,00.-
FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS (Federal, Estadual, Municipal)

085. An additional copy of the above mentioned report was submitted to the _____ \$5,199.00

Federal, Estadual, Municipal), mediante a apresentação de Gráfico Contracheque.

Deposito Oficial do Estado da Moeda da Jurisdição dispõe de pessoas autorizadas para verificação e liquidação. Exigido somente pagamento em dinheiro, em moeda de curso legal e em espécie.

Parque de Cima 1° 29. Grato - Vilhena, RJ. ATENCÃO: C

relações estruturais do D.O.

IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Rua Marquês de Olinda 29,
Centro-Miterê - RJ - CEP 20070-170. Tel.: 25 22 00 00. www.rj.gov.br

www.1020.com

100-443887-100

1. *Journal of the American Medical Association*, 277, 1996, 1033-1037.

1. *Journal of Management Studies*, 1991, 28, 1, 1-14.

1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, 2025, 2026, 2027, 2028, 2029, 2030, 2031, 2032, 2033, 2034, 2035, 2036, 2037, 2038, 2039, 2040, 2041, 2042, 2043, 2044, 2045, 2046, 2047, 2048, 2049, 2050, 2051, 2052, 2053, 2054, 2055, 2056, 2057, 2058, 2059, 2060, 2061, 2062, 2063, 2064, 2065, 2066, 2067, 2068, 2069, 2070, 2071, 2072, 2073, 2074, 2075, 2076, 2077, 2078, 2079, 2080, 2081, 2082, 2083, 2084, 2085, 2086, 2087, 2088, 2089, 2090, 2091, 2092, 2093, 2094, 2095, 2096, 2097, 2098, 2099, 2100, 2101, 2102, 2103, 2104, 2105, 2106, 2107, 2108, 2109, 2110, 2111, 2112, 2113, 2114, 2115, 2116, 2117, 2118, 2119, 2120, 2121, 2122, 2123, 2124, 2125, 2126, 2127, 2128, 2129, 2130, 2131, 2132, 2133, 2134, 2135, 2136, 2137, 2138, 2139, 2140, 2141, 2142, 2143, 2144, 2145, 2146, 2147, 2148, 2149, 2150, 2151, 2152, 2153, 2154, 2155, 2156, 2157, 2158, 2159, 2160, 2161, 2162, 2163, 2164, 2165, 2166, 2167, 2168, 2169, 2170, 2171, 2172, 2173, 2174, 2175, 2176, 2177, 2178, 2179, 2180, 2181, 2182, 2183, 2184, 2185, 2186, 2187, 2188, 2189, 2190, 2191, 2192, 2193, 2194, 2195, 2196, 2197, 2198, 2199, 2200, 2201, 2202, 2203, 2204, 2205, 2206, 2207, 2208, 2209, 2210, 2211, 2212, 2213, 2214, 2215, 2216, 2217, 2218, 2219, 2220, 2221, 2222, 2223, 2224, 2225, 2226, 2227, 2228, 2229, 2230, 2231, 2232, 2233, 2234, 2235, 2236, 2237, 2238, 2239, 2240, 2241, 2242, 2243, 2244, 2245, 2246, 2247, 2248, 2249, 2250, 2251, 2252, 2253, 2254, 2255, 2256, 2257, 2258, 2259, 2260, 2261, 2262, 2263, 2264, 2265, 2266, 2267, 2268, 2269, 2270, 2271, 2272, 2273, 2274, 2275, 2276, 2277, 2278, 2279, 2280, 2281, 2282, 2283, 2284, 2285, 2286, 2287, 2288, 2289, 2290, 2291, 2292, 2293, 2294, 2295, 2296, 2297, 2298, 2299, 2300, 2301, 2302, 2303, 2304, 2305, 2306, 2307, 2308, 2309, 2310, 2311, 2312, 2313, 2314, 2315, 2316, 2317, 2318, 2319, 2320, 2321, 2322, 2323, 2324, 2325, 2326, 2327, 2328, 2329, 2330, 2331, 2332, 2333, 2334, 2335, 2336, 2337, 2338, 2339, 2340, 2341, 2342, 2343, 2344, 2345, 2346, 2347, 2348, 2349, 2350, 2351, 2352, 2353, 2354, 2355, 2356, 2357, 2358, 2359, 2360, 2361, 2362, 2363, 2364, 2365, 2366, 2367, 2368, 2369, 2370, 2371, 2372, 2373, 2374, 2375, 2376, 2377, 2378, 2379, 2380, 2381, 2382, 2383, 2384, 2385, 2386, 2387, 2388, 2389, 2390, 2391, 2392, 2393, 2394, 2395, 2396, 2397, 2398, 2399, 2400, 2401, 2402, 2403, 2404, 2405, 2406, 2407, 2408, 2409, 2410, 2411, 2412, 2413, 2414, 2415, 2416, 2417, 2418, 2419, 2420, 2421, 2422, 2423, 2424, 2425, 2426, 2427, 2428, 2429, 2430, 2431, 2432, 2433, 2434, 2435, 2436, 2437, 2438, 2439, 2440, 2441, 2442, 2443, 2444, 2445, 2446, 2447, 2448, 2449, 2450, 2451, 2452, 2453, 2454, 2455, 2456, 2457, 2458, 2459, 2460, 2461, 2462, 2463, 2464, 2465, 2466, 2467, 2468, 2469, 2470, 2471, 2472, 2473, 2474, 2475, 2476, 2477, 2478, 2479, 2480, 2481, 2482, 2483, 2484, 2485, 2486, 2487, 2488, 2489, 2490, 2491, 2492, 2493, 2494, 2495, 2496, 2497, 2498, 2499, 2500, 2501, 2502, 2503, 2504, 2505, 2506, 2507, 2508, 2509, 2510, 2511, 2512, 2513, 2514, 2515, 2516, 2517, 2518, 2519, 2520, 2521, 2522, 2523, 2524, 2525, 2526, 2527, 2528, 2529, 2530, 2531, 2532, 2533, 2534, 2535, 2536, 2537, 2538, 2539, 2540, 2541, 2542, 2543, 2544, 2545, 2546, 2547, 2548, 2549, 2550, 2551, 2552, 2553, 2554, 2555, 2556, 2557, 2558, 2559, 2560, 2561, 2562, 2563, 2564, 2565, 2566, 2567, 2568, 2569, 2570, 2571, 2572, 2573, 2574, 2575, 2576, 2577, 2578, 2579, 2580, 2581, 2582, 2583, 2584, 2585, 2586, 2587, 2588, 2589, 2590, 2591, 2592, 2593, 2594, 2595, 2596, 2597, 2598, 2599, 2600, 2601, 2602, 2603, 2604, 2605, 2606, 2607, 2608, 2609, 2610, 2611, 2612, 2613, 2614, 2615, 2616, 2617, 2618, 2619, 2620, 2621, 2622, 2623, 2624, 2625, 2626, 2627, 2628, 2629, 2630, 2631, 2632, 2633, 2634, 2635, 2636, 2637, 2638, 2639, 2640, 2641, 2642, 2643, 2644, 2645, 2646, 2647, 2648, 2649, 2650, 2651, 2652, 2653, 2654, 2655, 2656, 2657, 2658, 2659, 2660, 2661, 2662, 2663, 2664, 2665, 2666, 2667, 2668, 2669, 2670, 2671, 2672, 2673, 2674, 2675, 2676, 2677, 2678, 26

1000

1. *Journal of the American Medical Association*, 1997; 278: 1039-1044.

...and the β parameter is estimated as follows:

1. *Chlorophyll a* (Chl *a*)

1. *Journal of the American Medical Association*, 277, 1996, 1000-1001.

2/2019 12:24:52

2/2018 13:24:53 Nu

1613243740900000005903847









Art. 1º Homologar, em integralidade, as declarações impositivas pelo
 acionistas da **BRASESCO SECURITIES S.A.**, CNPJ
 13.073.148/0001-93, com sede social na cidade de São Paulo - SP, e
 da **BRASESCO VIDA E PREVIDÊNCIA S.A.**, CNPJ e
 11.990.695/0001-17, com sede registral na cidade de Curitiba - PR, que
 são **Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias** realizadas durante
 o período compreendido entre 30 de março de 2005 e 31 de março de 2005, e
 as **Assembleias Gerais**







Assinado eletronicamente por: CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA LOPES FILHO - 16/02/2018 13:24:53
<https://pje.tje.jus.br:443/pje1grau/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18021613243740900000005903847>
Número do documento: 18021613243740900000005903847









Poder Judiciário
Comarca de Fortaleza
12ª Unidade do Juizado Especial Cível e Criminal
Rua: Visconde de Mauá, nº 1.940 – Aldeota

Processo: 55.470/07

CERTIDÃO

Certifico, para os devidos fins, que a promovida foi devidamente intimada para comparecer à audiência de conciliação, consoante AR de fls. 15, porém, mesmo assim se fez ausente. Outrossim, informo que a mesma apresentou sua contestação às fls. 16/56. O referido é verdade. Dou fé.

Fortaleza, 11 de setembro de 2008.

Geysa Passos de Lima Souza
Diretora de Secretaria

010.080.012.150





JOÃO BARBOSAJoão Barbosa
Fábio João Soito
Henrique Motta
Pedro SouzaCláudia Moia
Rachel Rosenberg
Daniela Raposo
Rodrigo AlmeidaJoão Martins
Paula Queiroz
Rafaela Barbosa
Sabrina KleinKendra Barreto
Danielle Nogueira
Pedro Andrade
Lilian Kozlowski**EXMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO 12º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA
COMARCA DE FORTALEZA / CE**

Processo n.º 55470/2007

BRADESCO SEGUROS S.A, empresa seguradora, por seu advogado que esta subscreve já devidamente qualificada nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, movida por **FRANCISCA GOMES DA SILVA**, vem, mui respeitosamente, à presença de V. Exa., dizer para ao final requerer o que segue:

Requer que futuras publicações sejam devidamente dirigidas ao patrono **FRANCISCO ARCELINO FILOMENO CALADO**, inscrito na OAB/CE sob o n.º 16.075, com endereço Av. Washington Soares nº 4567, Conjunto 05, Shop. Acapulco, Seis Bocas, CEP 60.830-641, Fortaleza - CE, tel./fax: (85) 3241.4535, **sob pena de nulidade das mesmas**, evitando-se desta forma futuras arguições de nulidade dos atos praticados.

Nestes Termos,
Pede Deferimento.
Fortaleza, 14 de agosto de 2008.

João Barbosa
OAB/RJ 134.307Henrique A F Motta
OAB/RJ 113.815Fábio João Soito
OAB/RJ 114.089Cláudia Valente Soares
OAB/CE 9.314Daniela Maria Costa Barbosa
OAB/CE 18.000Francisco Arcelino Filomeno Calado
OAB/CE 16.075

2007/1/23

10-20-78

30

30 Dorset W. 9



59



JOÃO BARBOSA Advogados Associados

João Barbosa
Henrique A. F. Motta
Fabio João Soito
Pedro H. B. Sousa
João Paulo Martins
Kendra Barreto

Pedro Andrade
Joselaine Maura
Claudia Moia
Rachel Rosenberg
Danielle Nogueira
Antonia Costa

Andresa Sena
Julia Lins
Juliana Rolim
Cristiane Oliveira
Felipe Sherman
Flavia Nonato

Paula Pinheiro
Osmar Aquino
Fernanda Passarelli
Liliah Fonseca
Caroline Caldas

**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO XII JUIZADO ESPECIAL CIVIL
DA COMARCA DE FORTALEZA / CE.**

Processo n.º 554702007

**BRDESCO SEGUROS S.A e SEGURADORA LÍDER DOS
CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, já qualificadas nos autos
da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove
FRANCISCA GOMES DA SILVA, em trâmite perante este Douto
Juízo e Respectivo Cartório, vem, à presença de V. Exa.,
revogar expressamente todos os poderes outorgados ao
patrono **FRANCISCO ACELINO FILOMENO CALADO, OAB/CE 16.075**,
na forma do artigo 682 e seguintes do Código de Processo
Civil.

Outrossim, pugna que todas as publicações e intimações
futuras sejam realizadas em nome do DR. EMANUEL MENDES
DIOGO, OAB/CE 21.154, com seu domicílio profissional a Rua
Pedro Borges, nº 33, sala 213, Centro - Edifício Palácio e
Progresso, Fortaleza - Ceará / CEP: 60.055-110, sob pena de
nulidade das mesmas.

Por derradeiro, requer, ainda, a juntada dos instrumentos
de mandato em nome do Dr. EMANUEL MENDES DIOGO, OAB/CE
21.154, para que produza os seus devidos efeitos legais.

02/01/2009 09:45:59 IN AUTOMÁTICO. CANCELAMENTO DE 90

Neste Termos,
Pede Deferimento.

Fortaleza, 23 de Setembro de 2009.

João Barbosa Henrique A F Motta Fabio João Soito
OAB/RJ 134.307 OAB/RJ 113.815 OAB/RJ 114.089

Emanuel Mendes Diogo
OAB/CE 21.154

Rua São José nº 90 grupo 810 a 812 Centro Rio de Janeiro / RJ cep: 20010020
PABX: 21 - 3265-5600 Fax: 21 - 3265-5622/3265-5628
corporativo@joao-barbosaadvass.com.br







**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE FORTALEZA
12ª UNIDADE DOS JUÍZADOS ESPECIAIS
CÍVEIS E CRIMINAIS
Rua: Visconde de Mauá, 1940 - Aldeota**

Processo nº 55470/07

DESPACHO

R. h.

Converto o julgamento em diligência e determino a intimação da promovente, por meio de seu procurador, para que **no prazo improrrogável de 10(dez) dias e sob as penas da lei, apresente original ou cópia autenticada da certidão de óbito, da certidão de casamento e do boletim de ocorrência**, a fim de comprovar a morte e o nexo causal, tudo nos termos do art.5º da Lei 6194/74, bem como a apresentação do **comprovante de pagamento administrativo da indenização, sob pena de extinção.**

Decorrido o prazo, retornem os autos conclusos para julgamento.

Expedientes necessários.

Fortaleza, 18 de maio de 2010.

Luiz Roberto Oliveira Duarte
Juiz de Direito



Ciente desde de: 20/05/2010,
às 10:01 horas.

Plenar
OAB/rel. 17.657



10-2
61
**EXCELENTÍSSIMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 12ª
UNIDADE DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E
CRIMINAIS DA COMARCA DE FORTALEZA-CE**

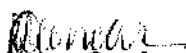
PROCESSO Nº 2007.17.01436-3 (55470-07)

Francisca Gomes da Silva, devidamente representada por sua patrona abaixo assinada, vem através desta requerer a juntada dos documentos anexos, quais sejam Certidão de óbito, Certidão de Casamento, Comprovante de Pagamento Administrativo da Indenização, todos em cópias autenticadas.

Informo ainda que, devido ao decurso do tempo, o Boletim de Ocorrência extraviou-se não estando mais em posse da Requerente, porém o mesmo encontra-se no Inquérito Policial, sendo que o mesmo já foi arquivado.

Nestes Termos
Pede e Espera deferimento.

Fortaleza, 26 de maio de 2010.


Katarina Costa Alencar
OAB/Ce 17.657

16/12/20/05/2010 15:59:59 124 NUNAN ESP. CUNHA E GOMES DE MORAES



≡|⊙=⊙=z⊙⊙ⁿ L|⊙=>⊙=|♥α°>♥α°♥α°♥α°·▼0v0v0w210v_π⊙=L♥α▼■>⊙=|▼√#⊙♥αⁿ↔⊙=|♥α°♥α⊙=♥α



62

Valido somente com
selo de autenticidade

PR.277 - PAGAMENTO POR CONTA DE TERCEIROS
08/08/2005 12.43.41 1295-16873 3456150 0146
9996-1 2559581370 FRANCISCA GOMES DA SILVA
FONTE PAGADORA: FEDERACAO NAC EMPRESAS DE
VALOR CPHE..... 39,14
VALOR A PAGAR..... 10.260,86
237 VALOR PAGAMENTO SUPERIOR LIMITE
AUTORIZADO POR 0396270 NIVEL 03

SERVO REGISTRO DE MESSEJANA
RUA CARLOS DE MESSEJANA, 123
RUA DEL JOACQUINHA
FONE: 3229-1811 / 3474-0510
Vale para ser usado com Selo de Autenticidade

Autentico para os devidos fins, pois a presente
cópia reproduzida do documento que me foi
apresentado pela Sr. Francisca
Dout. Moisés
de verdade

Em test.

24 MAR 2018

SILVANA MARY FARIAS GOMES - 21/01/1978
VANIA MARIA GOMES DE MENEZES - 21/01/1978
ELUZINETE DE ARAUJO - 21/01/1978
STEFANIA MARIA GOMES SILVA - 21/01/1978







PODER JUDICIÁRIO

Norões Milfont

CASAMENTOS - NASCIMENTOS - ÓBITOS - PROCURAÇÕES - AUTENTICAÇÕES
E RECONHECIMENTO DE FIRMA

REGISTRO CIVIL DA 4ª ZONA DE FORTALEZA - Rua Castro e Silva, 38 - Fone: (85) 3226-4172 - Centro - Fortaleza - Ceará

Dr. Antônio Tomás de Norões Milfont

Escrivão

Roberto Martins de Norões Milfont - Marcelo Martins de Norões Milfont

Substitutos

CERTIDÃO DE ÓBITO

Certifico que, sob o nº 222302 às folhas 248 do
livro C254 do Registro de Óbito arquivado em meu car-
tório, nesta cidade de Fortaleza, capital do estado
do Ceará, consta que faleceu de:
POLITRAUMATISMO

FRANCISCO CORDEIRO DA SILVA

na data de 10 de outubro de 2004, às 17:30 horas
em FORTALEZA,
na(o); BR-116, KM-11 MESSEJANA
do sexo MASCULINO com 61 ANOS de idade
filho(a) de MANUEL RIBEIRO DA SILVA
e de dona FRANCISCA CORDEIRO DA SILVA
de profissão PAVIMENTADOR
e estado civil CASADO
sendo natural de PACAJUS-CE
Tendo atestado o óbito o(a)
Dr.(a) ALMIR GOMES DE CASTRO CRM-3126
foi sepultado no cemitério: PARQUE POTIRA

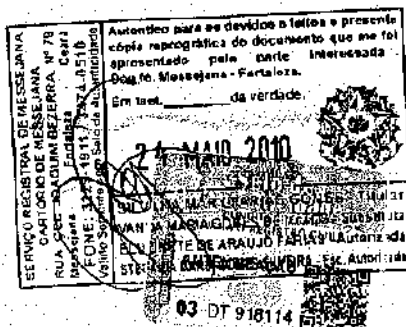
Observações: Registro feito aos 18 de outubro de 2004.

O referido é verdade. Dou fé.
Fortaleza, 25 DE JUNHO DE 2007

Oficial do Registro Civil

CARTÓRIO NORÕES MILFONT
Marcelo Martins de Norões Milfont
Escrivão Substituto

VÁLIDO SOMENTE COM
SELO DE AUTENTICIDADE



CARTÓRIO NORÕES MILFONT
REGISTRO CIVIL DA 4ª ZONA
Rua Castro e Silva, 38 - Fone: 3226.4172
Centro - CEP: 60.030-010
Cidade de Fortaleza - Ceará







Registro Civil das Pessoas Naturais

MESSEJANA - FORTALEZA - CEARÁ

64

Belª Silvana Mary Farias Gomes
OFICIAL

Vanda Maria Gomes de Matos
SUBSTITUTA

CERTIDÃO DE CASAMENTO

Certifico que, no livro nº B-16 de REGISTROS DE CASAMENTOS, as folhas 162, sob o número de ordem 3318, consta o termo de casamento de FRANCISCO CORDEIRO DA SILVA e FRANCISCA GOMES CASSIANO que passou a usar o nome de FRANCISCA GOMES DA SILVA, realizado no dia dezanove de janeiro de mil novecentos e sessenta e três, (19-01-1963), perante o(a) Sr(a). Juiz(a) de Casamentos Pedro Araújo Lima, e as testemunhas constantes no termo sendo:

O NUBENTE:
estado civil solteiro, nascido em Pacajus, Estado do Ceará aos sete de dezembro de mil novecentos e quarenta e dois, (07-12-1942), profissão agricultor, domiciliado e residente neste Distrito, filho de MANUEL RIBEIRO DA SILVA e FRANCISCA CORDEIRO DA SILVA.

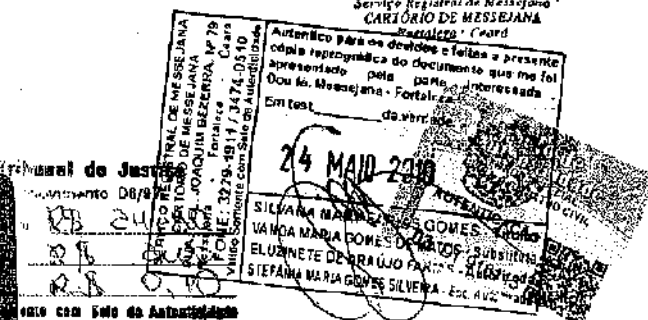
A NUBENTE:
estado civil solteira, nascida em Lagoa Redonda, Fortaleza, Estado do Ceará aos trinta e um de dezembro de mil novecentos e quarenta e três, (31-12-1943), profissão doméstica, domiciliada e residente neste Distrito, filha de GERARDO GOMES DA SILVA e EMÍLIA CASSIANO GOMES.

O casamento foi realizado sob o regime da: Comunhão de Bens

O referido é verdade e dou fe
Messejana 17 de novembro de 2000

(O Oficial)

VANDA MARIA GOMES DE MATOS
Substituta
Serviço Registral de Messejana
CARTEIRO DE MESSEJANA
Messejana - Ceará



DIGITADO POR:
VISTO

RUA CORONEL JOAQUIM BEZERRA, 111 - FONE: (85) 229 1911
CEP 60.842-010 - MESSEJANA - FORTALEZA - CEARÁ





102

65

**EXCELENTÍSSIMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 12ª
UNIDADE DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E
CRIMINAIS DA COMARCA DE FORTALEZA - CE**

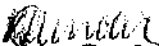
PROCESSO Nº 2007.14.01436-3 (55470) 07

Francisca Gomes da Silva, devidamente representada por sua patrona abaixo assinada, vem através desta requerer a juntada do documento anexo, qual seja o Boletim de Ocorrência, em original.

Informo ainda que este documento havia sido extraviado devido ao decurso do tempo, como foi informado na petição passada porém, a requerente conseguiu reaver o mesmo junto à Delegacia de Polícia.

Nestes Termos
Pede e Espera deferimento.

Fortaleza, 27 de maio de 2010.


Katarina Costa Alencar
OAB/CE 17657

09/14 27/05/2010 03:59:73 12a JUIZADO ESP. CÍVEL E CRIMINAL DE FOR









GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA DO 35. DISTRITO POLICIAL

BOLETIM DE OCORRÊNCIA N° 130 - 10534 / 2004

Registrado na DELEGACIA DO 35. DISTRITO POLICIAL

Dados da Ocorrência

Natureza do Fato: HOMICÍDIO CULPOSO NO TRÂNSITO

Data : Hora da Comunicação: 13/10/2004 10:17:09

Data : Hora da Ocorrência : 10/10/2004 17:27:09

Endereço da Ocorrência: AV BR-116

JANGURUSSU FORTALEZA /CE

Ponto de Referência: POSTO MARATÁ

Dados da(s) Vítima(s)

Nome: FRANCISCO CORDEIRO DA SILVA

Nascimento : 07/12/1942

RG: 2091010459579 Órgão Emissor: SSP - UF: CE - CPF:

Filiação: MANUEL RIBEIRO DA SILVA

FRANCISCA CORDEIRO DA SILVA

Endereço: R OLEGARIO MEMORIA

EDSON QUEIROZ

FORTALEZA CE BRASIL

Telefone:

Histórico

QUE COMPARECEU A ESTA DELEGACIA A PESSOA ACIMA IDENTIFICADA PARA COMUNICAR QUE FOI VITIMA DE ATROPELAMENTO FANTAL SEU PAI NA HORA E LOCAL ACIMA MENCIONADO, PELO VEICULO DE PLACA HUN-1473.E NADA MAIS DISSE.

Notificante(s)

Nome : FERNANDO ANTONIO GOMES DA SILVA

Endereço : TV SAO MIGUEL 129

Bairro : MESSEJANA

Município/UF : FORTALEZA CE BRASIL

Telefone: 2747350

DELEGACIA DESTINO: DELEGACIA DO 10. DISTRITO POLICIAL

RESPONSÁVEL PELO REGISTRO:

MATRÍCULA: 099697-1-3

RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO:

VISTO DO DELEGADO(A):

DELEGACIA DO 35. DISTRITO POLICIAL
R. Manoel de Sá, 100

Pág. 1 de 1

Impresso em 26/05/2010 09:12

010.080.012.150







ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE FORTALEZA
12ª UNIDADE DOS JUIZADOS ESPECIAIS
CÍVEIS E CRIMINAIS
Rua: Visconde de Mauá, 1940 - Aldeota

Processo nº 55.470/2007

SENTENÇA

Vistos etc.

Dispensado o relatório, com base no art. 38, da Lei 9.099/95.

Trata-se de Ação de Cobrança c/c com Pedido de Tutela Antecipada proposta por FRANCISCA GOMES DA SILVA contra BRADESCO SEGUROS S/A, ambos qualificados na inicial.

Em sede de inicial, a promovente alega ser beneficiária de FRANCISCO CORDEIRO DA SILVA, tendo o mesmo falecido em decorrência de acidente de trânsito no dia 10 de OUTUBRO de 2004. Alega ainda que após a comprovação do evento danoso, através de exaustiva documentação apresentada a promovida, bem como a legitimidade da promovente, tendo a mesma recebido pagamento indenizatório, no valor de R\$ 10.260,86 (dez mil, duzentos e sessenta reais e oitenta e seis centavos).

Afirma a promovente que o referido pagamento foi realizado em desconformidade com a legislação aplicável, uma vez que para a cobertura de "morte" do seguro DPVAT, o equivalente a 40 (quarenta) salários mínimos, que à época, representava a





quantia de R\$ 12.000,00 (doze mil reais).

68

Assim, requereu a complementação da quantia devida à título de Seguro Obrigatório - DPVAT, no valor de R\$ 2.204,00 (dois mil, duzentos e quatro reais).

É a síntese do necessário. Decido.

Inicialmente, cumpre esclarecer que, necessário se faz a decretação da revelia do promovido **BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS** já que, regularmente citado acerca da presente demanda, não compareceu à audiência conciliatória.

Neste sentido a jurisprudência:

"CIVIL - PROCESSO CIVIL - COBRANÇA - DIREITO DISPONÍVEL - REVELIA. 1. Em sede de Juizado Especial, a revelia é medida que se impõe quando a parte ré, a despeito de regularmente citada e intimada, não comparece à audiência de conciliação e tampouco apresenta justificativa plausível e imediata para sua ausência. 2. "A presunção de verdade que emana da revelia só pode ser descredenciada nos casos de alegações insustentáveis ou de colisão com elementos de convicção invencíveis constantes dos autos. Inexistindo nos autos evidências contrastantes com a veracidade fática oriunda da revelia, descabe cogitar da possibilidade de recusar os consectários jurídicos que lhe são consagrados pela ordem jurídica vigente." (20060110982017ACJ, Relator JAMES EDUARDO OLIVEIRA, Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do D.F., julgado em 21/08/2007, DJ 02/10/2007 p. 141) 3. Recurso conhecido e provido, por unanimidade. (TJDF, ACJ 682599720088070001 DF, Relatora: Maria de Fátima Rafael de Aguiar Ramos, Julgamento: 17/02/2009, 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do DF, Publicação: 16/03/2009)".

Posto isto, decreto a revelia da promovida restando verdadeiros os fatos afirmados pelo autor, conforme dispõe o art. 319 do CPC.





Da análise detida dos autos, vê-se assistir razão em parte, a promovente quanto à procedência das alegativas que sustenta na presente demanda.

A indenização decorrente do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais, causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres/DPVAT deve ser paga, sem dúvida, com base no salário mínimo, e em caso de morte o patamar é de 40 (quarenta) salários, nos termos do art. 3º, letra a, da Lei N.º 6.194/74, verbis:

"Art. 3º - Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no artigo 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

a) 40 (quarenta) vezes o valor do maior salário mínimo vigente no País - no caso de morte".

As Leis 6.205/75 e 6.423/77, diferentemente da enfadonha e descabida tese defendida pela seguradora demandada, não revogaram o art. 3º da Lei 6.194/74, pois a vedação daquelas cinge-se à utilização do salário mínimo como coeficiente de atualização monetária e, por isso, não implicou em revogação ao art. 3º, letra a, da Lei N.º 6.194/74, que serve apenas como critério para o cálculo indenizatório do seguro obrigatório.

Farta a jurisprudência nesse tocante:

"CIVIL - SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) - VALOR QUANTIFICADO EM SALÁRIOS MÍNIMOS - INDENIZAÇÃO LEGAL - CRITÉRIO - VALIDADE - LEI N.º 6.194/74 - RECIBO - QUITAÇÃO - SALDO REMANESCENTE - I. O valor de cobertura do seguro obrigatório de responsabilidade civil de veículo automotor (DPVAT) é de quarenta salários mínimos, assim fixado consoante critério legal específico, não se confundindo com índice de reajuste e, destarte, não havendo incompatibilidade entre a norma especial da Lei n.º 6.194/74 e aquelas que vedam o uso do salário mínimo como parâmetro de correção monetária. Precedente da 2ª Seção do STJ (RESP n.º 146.186/RJ, Rel. P/ Acórdão Min. Aldir Passarinho Junior, por maioria, julgado em 12.12.2001). II. O recibo dado pelo beneficiário do seguro em relação à indenização paga a menor não o inibe de reivindicar, em juízo, a diferença em relação ao montante que lhe cabe de conformidade com a Lei que rege a espécie. III. Recurso Especial conhecido e provido". (STJ - RESP





70

296675 - SP - 4ª T. - Rel. Min. Aldir Passarinho Junior -
DJU 23.09.2002).

"AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT - MORTE - PAGAMENTO PARCIAL - NOS CASOS DE ACIDENTE DE TRÂNSITO EM QUE HAJA MORTE, INVALIDEZ PERMANENTE OU LESÕES CORPORAIS, O PAGAMENTO DO SEGURO DPVAT É DEVIDO NOS TERMOS DO ART. 3º DA LEI Nº 6.194/74 - FIXAÇÃO - PARÂMETRO EM SALÁRIO MÍNIMO - ADMISSIBILIDADE - RECURSO DA PARTE AUTORA NÃO CONHECIDO POR FALTA DE INTERESSE RECURSAL. RECURSO DA SEGURADORA RÉ CONHECIDO E IMPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA." (RECURSO CÍVEL Nº 32.2008.907.506-6, 6ª TURMA RECURSAL DOS JUÍZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS DO ESTADO DO CEARÁ, RELATOR: FRANCISCO LUCIANO LIMA RODRIGUES, JULGADO EM 19/08/2009).

Evidente, em face da clareza da norma (art. 3º a, da Lei nº 6.194/74), que a Resolução nº 35 da Superintendência de Seguros Privados/SUSEP, não poderia fixar, em caso de morte ou invalidez permanente, quantia inferior a 40(quarenta) salários mínimos, visto que cristaliza a infringência ao **princípio da hierarquia das normas**. Conclui-se, dessarte, que deve prevalecer a lei federal.

Em, a Lei que rege a matéria exige para o pagamento do seguro apenas registro de ocorrência policial e a prova de qualidade de beneficiários no caso de invalidez permanente. Tais exigências, conforme consta nos autos estão supridas pela autora.

In casu, é de se reconhecer a diferença a ser recebida pela autora deve tomar por base o valor do salário mínimo à época em que deveria ter recebido a indenização, conforme fartamente explicitado pela ré em sua contestação, o que implica que o saldo devedor importa na diferença entre o que foi recebido e os quarenta salários mínimos vigentes àquela época.

Assim, a verba a que a parte autora tem direito não foi devidamente paga, tomando-se por base o **salário mínimo vigente à época da liquidação do sinistro**, uma vez que recebeu apenas a quantia de R\$ 10.260,86 (dez mil, duzentos e sessenta reais e oitenta e seis centavos), fazendo jus ao recebimento da diferença, que importa em R\$ 1.739,14 (um mil, setecentos e trinta e nove





reais e catorze centavos).

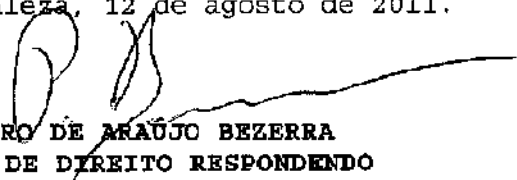
71

Diante do exposto, julgo **PROCEDENTE**, o pedidos formulado por **FRANCISCA GOMES DA SILVA** para condenar a promovida **BRADESCO SEGUROS S/A**, no pagamento de **R\$ 1.739,14 (um mil, setecentos e trinta e nove reais e catorze centavos)**, com incidência de juros legais e de correção monetária pelo INPC, desde a citação.

Sem custas processuais e demais despesas de sucumbência, nos termos da lei. Eventual recurso sujeito ao recolhimento das custas processuais, sob pena de deserção.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

Fortaleza, 12 de agosto de 2011.


PEDRO DE ARAÚJO BEZERRA
JUIZ DE DIREITO RESPONDENDO



CAVALHEIRO
Certifico que RECEBI e PUBLICUEI a
SENTENÇA do Juiz 67/91. Dom El.
Poderes. 27 1 09 1 A

João

Diretor de Secretaria





ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE FORTALEZA
12ª Unidade do Juizado Especial Cível e Criminal
Rua Visconde de Mauá, 1940, Aldeota

Handwritten signature

Processo nº 55.470/2007

CERTIDÃO DE ENVIO PARA DJ

CERTIFICO que foi enviado para publicação de despacho de fl.67/71,
expediente nº 095/2011. O referido é verdade. Dou fé.

Fortaleza/CE, 25 de outubro de 2011.

Handwritten signature
Marcos Cristian de Queiroz e Silva
p. DIRETOR DE SECRETARIA





DE MENDONÇA SILVA - VÍTIMA: O ESTADO. INTIMAR DA SENTENÇA DE FLS. 26: "VISTOS E ETC... CONSIDERANDO QUE O AUTOR DO FATO, ROBERTO WALLACE DE MENDONÇA SILVA, CUMPRIU INTEGRALMENTE A PENA IMPOSTA NA TRANSAÇÃO PENAL OFERTADA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO, CONFORME SE VERIFICA ÀS FLS. 21/24, DECLARO, POR SENTENÇA, EXTINTA A PUNIBILIDADE DO AUTOR DO FATO ACIMA CITADO, COM OBSERVÂNCIA COM O QUE DISPÕE O § 6º DO ART. 76 DA MENCIONADA LEI 9.099/95, DETERMINANDO, EM CONSEQUÊNCIA, O CANCELAMENTO DAS ANOTAÇÕES EFETUADAS EM FACE DESTA PROCESSO, COM BAIXA NA DISTRIBUIÇÃO, ARQUIVEM-SE OS AUTOS, APÓS O TRÂNSITO EM JULGADO DESTA SENTENÇA. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. INTIME-SE FORTALEZA, 12 DE SETEMBRO DE 2011. DRA. MARIA CRISTIANE COSTA NOGUEIRA, JUÍZA DE DIREITO". INTIMAR DR. FRANCISCO ANTONIO QUEIROZ DOS SANTOS OAB/CE 7.030.

EXPEDIENTES DO JUIZADO ESPECIAL - 10ª UNIDADE COMARCA FORTALEZA - BAIRRO DE FATIMA

10ª UNIDADE DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL / JUIZADO MÓVEL
JUIZ TITULAR: MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO
DIRETORA DE SECRETARIA: ADRIANA FLÁVIA NOGUEIRA PINTO

PROCESSO Nº 5939-64.2010.8.06.0002/0 (TOMBO Nº 74.099/10). AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS. PROMOVENTE(S): WALDIR LEONOV TEIXEIRA LELIS. PROMOVIDO(A)(S): JOSE HUMBERTO LOPES RABELO. DESPACHO: R.H. (...) Intimar o(a) credor(a) para, querendo, manifestar-se sobre impugnação do devedor no prazo de 15 dias. Exp. Nec. Fortaleza-CE, 18/10/2011. INT. DRA. ANA MICHELLE BORGES FONTENELE, OAB/CE 16.766 (advogada do promovente).

PROCESSO Nº 6362-24.2010.8.06.0002/0 (TOMBO Nº 75.019/10). AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS. PROMOVENTE(S): WALESKA DAMASCENO DE AZEVEDO. PROMOVIDO(A)(S): TALITA MARIANE DE CASTRO GILLO. Fica intimado o advogado da promovente para se manifestar sobre a certidão de fls.26, no prazo de cinco dias. Fortaleza-CE, 26/10/2011. INT. DR. VALDECY TELES DA SILVA, OAB/CE 7.940 (advogado da promovente).

PROCESSO Nº 6388-22.2010.8.06.0002/0 (TOMBO Nº 76.023/10). AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS. PROMOVENTE(S): LEANDRO SOUSA REIS e LEONARDO SOUSA REIS. PROMOVIDO(A)(S): CRISTIANE ALVES DE ARAUJO. SENTENÇA: Vistos, etc... (...) Assim, em face da revelia acima declarada, julgo PROCEDENTE a presente ação, condenando a demandada na obrigação de pagar aos autores a quantia de R\$ 6.407,12 (...), valor este referente ao orçamento apresentado pelos mesmos. (...) P.R.I. Fortaleza-CE, 08/04/2011. INT. DR. WILSON MARQUES DE MATOS, OAB/CE 14.837 (advogado da promovida).

PROCESSO Nº 7087-85.2011.8.06.0002/0 (TOMBO Nº 77.496/11). AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS. PROMOVENTE(S): ANTONIO SIMÃO DA SILVA. PROMOVIDO(A)(S): DANIEL LAMOUNIER BEZERRA PAIM. Decisão Interlocutória: (...) Isto posto, dou por improcedente o pedido do exipiente, devendo o processo continuar nos seus ulteriores termos, oportunizando a Secretaria a certificação acerca da ocorrência do prazo para interposição do instrumento previsto no art.475-J, § 1º, do CPC. Int. Nec. Fortaleza-CE, 21/10/2011. INT. DR. PAULO HENRIQUE NUNES LIMA, OAB/CE 5.555 (advogado do promovente). INT. DR. PAULO FRANCO ROCHA DE LIMA, OAB/CE 9.378; DRA. CÍCIANE ROCHA DE LIMA, OAB/CE 18.159 e DRA. FATIMA WESLLYA FREIRE DE OLIVEIRA, OAB/CE 23.346 (advogados do promovido).

EXPEDIENTES DO JUIZADO ESPECIAL - 12ª UNIDADE COMARCA FORTALEZA - ALDEOTA

12ª UNIDADE DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS
JUIZ TITULAR: LUIZ ROBERTO OLIVEIRA DUARTE
DIRETOR DE SECRETARIA: MARCUS CRISTIAN DE QUEIROZ E SILVA
EXPEDIENTE Nº095 EM 25 DE OUTUBRO DE 2011

1) 2006.17.02234-8 - TOMBO: 52.000/2006 - AÇÃO INDENIZATÓRIA. PROMOVENTE: ANA ISABEL PEQUENO COSTA LIMA. PROMOVIDO: UNIMED DE FORTALEZA- COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO. DESPACHO: R.H. (...) ATUALIZE-SE O DÉBITO E INTIME-SE A UNIMED FORTALEZA- COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA, POR SEU ADVOGADO, ATRAVÉS DO DIÁRIO DA JUSTIÇA, NOS TERMOS DO ART. 475-J DO CPC. (...), FORTALEZA, 13 DE JULHO DE 2011. INT. DRA. CINTHIA ANDRÉIA MESQUITA SILVA OAB/CE 19.083.

2) 2005.0004.9456-7/0 - TOMBO: 26.974/2001 - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. PROMOVENTE: MARIA ARACI PORTO MACIEL. PROMOVIDO: PEDRO A.C. MONTEIRO INVEST ESP. ETHEL. DESPACHO: R. H. (...) FACE AO EXPOSTO. DETERMINO QUE SEJA REALIZADO O DESBLOQUEIO, VIA SISTEMA BACENJUD, DA QUANTIA ACIMA CERTIFICADA, NA CONTA DO BANCO SANTANDER. (...) FORTALEZA, 22 DE AGOSTO DE 2011. INT. DRA. ANGERT CARNEIRO OAB/CE 19.617 E DR. GUILHERME ROLA FARIAS OAB/CE 19.999.

3) 2004.17.02511-4 - TOMBO: 41.816/2004- AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS. PROMOVENTE: LUCIANA DE ALCÂNTARA DUMMAR AVELINO DE AZEVEDO. PROMOVIDA: BRADESCO SAÚDE S/A. DESPACHO: R.H. (...) INTIME-SE A PARTE EXECUTADA ACERCA DA CONSTRIÇÃO CONTRA SI EFETUADA, BEM COMO PARA APRESENTAR IMPUGNAÇÃO À EXECUÇÃO, EM 15 (QUINZE) DIAS, NOS TERMOS QUE DISPÕE O ARTIGO 475-J DO CPC. (...) FORTALEZA, 20 DE OUTUBRO DE 2011. INT. DRA. KILVIA MARA AGUIAR OAB/CE 14.608 E DR. RENATO TADEU RONDINA MANDALINI OAB/SP 115.762.

4) 2006.17.01981-9 - TOMBO: 51.664/2006 - ORDINARIA DE INDENIZAÇÃO. PROMOVENTE :EMANUEL DE JESUS BATISTA CARVALHO. PROMOVIDO: UNIMED. DESPACHO: R.H. (...) ANTE O EXPOSTO, CONVERTO EM PENHORA O VALOR ACIMA REFERIDO, NOS TERMOS DO ENUNCIADO 93 DO FONAJE, AO TEMPO EM QUE DETERMINO A TRANSFERÊNCIA DOS VALORES BLOQUEADOS PARA CONTA JUDICIAL REMUNERADA, À DISPOSIÇÃO DESTA JUIZADO, ATRAVÉS DO SISTEMA BACENJUD, BEM COMO O DESBLOQUEIO DO VALOR EXCEDENTE. (...) FORTALEZA, 24 DE OUTUBRO DE 2011." INT. DR. DAVID SOMBRA PEIXOTO OAB/CE 16.477 E DRA. PAULA OLIVEIRA COSTA SOUZA OAB/CE 17.778.

5) 2007.17.01436-3 - TOMBO: 55.470/2007- AÇÃO DE COBRANÇA - PROMOVENTE: FRANCISCA GOMES DA SILVA.





PROMOVIDO : BRADESCO SEGUROS S.A. SENTENÇA. VISTOS ETC. (...) DIANTE DO EXPOSTO, JULGO PROCEDENTE, O PEDIDO FORMULADO POR FRANCISCA GOMES DA SILVA PARA CONDENAR A PROMOVIDA BRADESCO SEGUROS S/A, NO PAGAMENTO DE R\$ 1.739,14 (UM MIL, SETECENTOS E TRINTA E NOVE REAIS E CATORZE CENTAVOS), COM INCIDÊNCIA DE JUROS LEGAIS E DE CORREÇÃO MONETÁRIA PELO INPC, DESDE A CITAÇÃO. (...) FORTALEZA, 12 DE AGOSTO DE 2011. INT. DRA. KATARINA COSTA ALENCAR OAB/CE 17.657 E DR. ARCELINI CALADO OAB/CE 16.075.

6) 2003.17.00915-0 - TOMBO: 29.240/2002 - AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C DE TUTELA. PROMOVENTE: LÚCIO FLÁVIO MOURA LOPES. PROMOVIDA: UNIMED. DESPACHO R.H. (...) INTIME-SE A PARTE EXECUTADA ACERCA DA CONSTRUÇÃO CONTRA SI EFETUADA, BEM COMO PARA APRESENTAR IMPUGNAÇÃO À EXECUÇÃO, EM 15(QUINZE) DIAS, NOS TERMOS QUE DISPÕE O ARTIGO 475-J DO CPC.(...) FORTALEZA, 20 DE OUTUBRO DE 2011. INT. DRA. KILVIA MARA AGUIAR OAB/CE 14.608 E DRA. MARTHA SALVADOR DOMINGUEZ OAB/CE 13.717.

7) 2007.17.01225-5 - TOMBO: 55.156/2007 - AÇÃO DE EXECUÇÃO. PROMOVENTE: EDSON APARECIDO PALHARES. PROMOVIDO: SAMUEL N. REPRESENTAÇÕES LTDA. DESPACHO R.H.(...) INTIME-SE A PARTE PROMOVENTE, POR SEU ADVOGADO, ATRAVÉS DO DIÁRIO DA JUSTIÇA, NO PRAZO DE 10(DEZ) DIAS, PARA REQUERER O QUE FOR DE DIREITO, SOB PENA DE ARQUIVAMENTO.(...) FORTALEZA, 21 DE SETEMBRO DE 2011. INT. DR. OSVALDO DE SOUSA ARAÚJO FILHO OAB/CE 3.542.

8) 2007.17.01596-3 - TOMBO: 55.754/2007 - AÇÃO DE COBRANÇA. PROMOVENTE: PAULO HENRIQUE G. NASCIMENTO. PROMOVIDO: CIA EXCELSIOR DE SEGUROS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. VISTOS ETC.(...) DIANTE DO EXPOSTO, CONHEÇO DOS EMBARGOS DECLARATÓRIOS INTERPOSTOS PELA EMBARGANTE CONSTANTE ÀS FLS. 79/83, POR TEMPESTIVOS, PORÉM, DEIXO DE ACOLHER O RECURSO, POR NÃO HAVER QUALQUER OMISSÃO OU DÚVIDA A SER SUPRIDA, ESPECIALMENTE A APONTADA PELA EMBARGANTE, E NÃO VERIFICAR ALGUMA DAS HIPÓTESES ESTABELECIDAS NO ART. 48 DA LEI Nº 9.099/95.(...) FORTALEZA, 08 DE SETEMBRO DE 2011. INT. DR. SAMUEL MARQUES CUSTÓDIO DE ALBUQUERQUE OAB/PB 20.111-A E DR. AUDIC CAVALCANTE MOTA DIAS OAB/CE 16.100.

9) 2007.17.01483-5 - TOMBO: 55.544/2007 - AÇÃO DE COBRANÇA C/ PEDIDO DE JULGAMENTO ANTECIPADO. PROMOVENTE: EDULSON FERREIRA DE CASTRO. PROMOVIDO: CIA EXCELSIOR DE SEGUROS. DESPACHO R.H.(...) INTIME-SE O ADVOGADO DO RECORRIDO PARA CONTRARRAZOAR, NO PRAZO LEGAL, QUERENDO, DECORRIDO O PRAZO, COM OU SEM MANIFESTAÇÃO DO RECORRIDO, FAÇAM AS ANOTAÇÕES NECESSÁRIAS E REMETAM OS AUTOS À CONSIDERAÇÃO DA DOUTA TURMA RECURSAL, COM OS NOSSOS CUMPRIMENTOS.(...) FORTALEZA, 19 DE OUTUBRO DE 2011. INT. DR. SAMUEL MARQUES CUSTÓDIO DE ALBUQUERQUE OAB/PB 20.111-A E DR. AUDIC CAVALCANTE MOTA DIAS OAB/CE 16.100.

10) 2007.17.01445-2 - TOMBO: 55.494/2007 - AÇÃO DE COBRANÇA C/ PEDIDO DE JULGAMENTO ANTECIPADO. PROMOVENTE: ANTÔNIO ESMAEL GONÇALVES. PROMOVIDO: CIA EXCELSIOR DE SEGUROS. SENTENÇA. VISTOS ETC.(...) DIANTE DO EXPOSTO, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE A AÇÃO PARA CONDENAR A RECLAMADA NO PAGAMENTO DE R\$ 12.110,00(DOZE MIL E CENTO E DEZ REAIS), COM INCIDÊNCIA DE JUROS DE 1% AO MÊS E DE CORREÇÃO MONETÁRIA PELO INPC, DESDE A CITAÇÃO.(...) FORTALEZA, 28 DE JULHO DE 2011. INT. DR. SAMUEL MARQUES CUSTÓDIO DE ALBUQUERQUE OAB/PB 20.111-A E DR. AUDIC CAVALCANTE MOTA DIAS OAB/CE 16.100.

11) 2007.17.00380-4 - TOMBO: 53.294/2007 - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. PROMOVENTE: CARLOS HENRIQUE MOTA. PROMOVIDO: TAM LINHAS AÉREAS. DESPACHO (...) ATUALIZE-SE O DÉBITO E, CASO TENHA SALDO REMANESCENTE, INTIME-SE A TAM LINHAS AÉREAS S/A, POR SEU ADVOGADO, ATRAVÉS DO DIÁRIO DA JUSTIÇA, PARA QUE PROCEDA O PAGAMENTO DO VALOR REMANESCENTE, NO PRAZO DE 15(QUINZE) DIAS. INTIME-SE A PARTE CREDORA, POR SEU ADVOGADO, ATRAVÉS DO DIÁRIO DA JUSTIÇA, DESTE DESPACHO.(...) FORTALEZA, 08 DE SETEMBRO DE 2011. INT. DR. RODRIGO SARAIVA MARINHO OAB/CE 15.807 E DRA. ÉRIKA TORRES PASSOS MARINHO OAB/CE 17.042.

12) 2006.17.00962-7 - TOMBO: 49.554/2006 - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. PROMOVENTE: MICHEL KELSON TELES FROTA CAPOTE, PROMOVIDO: TIM NORDESTE. SENTENÇA. R.H. VISTOS ETC.(...) ANTE O EXPOSTO, COM ARRIMO NO ART. 269, I, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, JULGO IMPROCEDENTES OS PEDIDOS FORMULADOS PELO AUTOR, COMO MEDIDA DE DIREITO E DE JUSTIÇA.(...) FORTALEZA, 08 DE SETEMBRO DE 2011. INT. DRA. CHRISTIANNE GOMES DA ROCHA OAB/PE 20.335.

13) 2007.17.01599-8 - TOMBO: 55.758/2007 - AÇÃO DE COBRANÇA. PROMOVENTE: ANTÔNIO ALVES GADELHA. PROMOVIDO: CIA EXCELSIOR DE SEGUROS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. VISTOS ETC.(...) DIANTE DO EXPOSTO, CONHEÇO DOS EMBARGOS DECLARATÓRIOS INTERPOSTOS PELA EMBARGANTE CONSTANTE ÀS FLS.85/88, POR TEMPESTIVOS, PORÉM, DEIXO DE ACOLHER O RECURSO, POR NÃO HAVER QUALQUER OMISSÃO OU DÚVIDA A SER SUPRIDA, ESPECIALMENTE A APONTADA PELO (A) RECURSANTE, E NÃO VERIFICAR ALGUMA DAS HIPÓTESES ESTABELECIDAS NO ART. 48 DA LEI Nº 9.099/95.(...) FORTALEZA, 30 DE DEZEMBRO DE 2010. INT. DR. SAMUEL MARQUES CUSTÓDIO DE ALBUQUERQUE OAB/PB 20.111-A E DR. AUDIC CAVALCANTE MOTA DIAS OAB/CE 16.100.

14) 2007.17.01252-2 - TOMBO: 55.146/2007 - AÇÃO DE COBRANÇA. PROMOVENTE: FRANCISCO EVALDO GÔES DE CARVALHO. PROMOVIDO: CIA EXCELSIOR DE SEGUROS. SENTENÇA. VISTOS ETC.(...) DIANTE DO EXPOSTO, JULGO PROCEDENTE A AÇÃO, PARA O FIM DE CONDENAR A PROMOVIDA COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS A PAGAR AO PROMOVENTE FRANCISCO EVALDO GÔES DE CARVALHO A QUANTIA DE R\$ 12.837,50(DOZE MIL, OITOCENTOS E TRINTA E SETE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS), COM INCIDÊNCIA DE JUROS DE 1% AO MÊS E DE CORREÇÃO MONETÁRIA PELO INPC, DESDE A CITAÇÃO.(...) FORTALEZA, 05 DE AGOSTO DE 2011. INT. DR. SAMUEL MARQUES CUSTÓDIO DE ALBUQUERQUE OAB/PB 20.111-A E DR. AUDIC CAVALCANTE MOTA DIAS OAB/CE 16.100.

15) 2007.17.00347-7 - TOMBO: 53.292/2007 - AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS. PROMOVENTE: MARIA DE FÁTIMA SAMPAIO FROTA. PROMOVIDO: BANCO BRADESCO S/A. SENTENÇA. VISTOS ETC.(...) DIANTE DO EXPOSTO, E





ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE FORTALEZA
12ª Unidade do Juizado Especial Cível e Criminal
Rua Visconde de Mauá, 1940, Aldeota

76

Processo nº 55.470/2007

CERTIDÃO DE ENVIO PARA DJ

CERTIFICO que foi enviado para publicação, despacho de fls. 67/71,
expediente nº 099/2011. O referido é verdade. Dou fé.

Fortaleza/CE, 18 de Novembro de 2011.

Marcus Cristian de Queiroz e Silva
DIRETOR DE SECRETARIA





2) 2003.0011.9046-1/0 - TOMBO: 31.112/2002 - AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER E REPARAÇÃO DE DANOS MORAIS. PROMOVENTE: CLAUDIONOR PEREIRA PINHO. PROMOVIDO: ACC CARD ADMINISTRADORA DE CARTÕES E SERVIÇOS. DESPACHO. R. H. (...) ANTE O EXPOSTO, CONVERTO EM PENHORA O VALOR ACIMA REFERIDO, NOS TERMOS DO ENUNCIADO 93 DO FONAJE, AO TEMPO EM QUE DETERMINO A TRANSFERÊNCIA DOS VALORES BLOQUEADOS PARA CONTA JUDICIAL REMUNERADA, À DISPOSIÇÃO DESTE JUÍZADO, ATRAVÉS DO SISTEMA BACENJUD, BEM COMO O DESBLOQUEIO DO VALOR EXCEDENTE. INTIME-SE O DR. IRAPUÁ CARVALHO DANTAS ACERCA DA CONSTRUÇÃO CONTRA SI EFETUADA, BEM COMO PARA APRESENTAR IMPUGNAÇÃO À EXECUÇÃO, EM 15 (QUINZE) DIAS, NOS TERMOS QUE DISPÕE O ARTIGO 475-J DO CPC. (...) FORTALEZA, 11 DE NOVEMBRO DE 2011. INT. DR. IRAPUÁ CARVALHO DANTAS OAB/CE 17.048.

3) 2006.17.00836-1 - TOMBO: 49.230/2006 - AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. PROMOVENTE: BRAUBEN PATRÍCIO MENEZES. PROMOVIDA: EDIFÍCIO MONTREAL I. SENTENÇA (...) DIANTE DO EXPOSTO, DECLARO A INCOMPETÊNCIA DO JUÍZADO ESPECIAL DE IGUAU PARA JULGAR O FEITO E, EM CONSEQUÊNCIA, NA FORMA DO ART. 61, II DA LEI Nº 9.099/95, EXTINGO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DE MÉRITO. (...) FORTALEZA, 31 DE OUTUBRO DE 2011. INT. DR. GRAUBEN PATRÍCIO MENEZES OAB/CE 10.893 E DR. RAIMUNDO ARIMATÉRIO AZEVEDO LIMA OAB/CE 10.099.

4) 2005.17.02405-5 - TOMBO: 47.038/2005 - AÇÃO DE COBRANÇA. PROMOVENTE: VALMIR GUEDES DE MOURA E RITA GOMES DE MOURA. PROMOVIDO: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS. SENTENÇA (...) DIANTE DO QUE FOI EXPOSTO ACIMA, E À LUZ DE TUDO O MAIS QUE CONSTA NOS AUTOS E DEMAIS PRINCÍPIOS E REGRAS PERTINENTES À ESPÉCIE, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO CONTIDO NA EXORDIAL PARA CONDENAR A RECLAMADA AO PAGAMENTO DE R\$ 12.000,00, COM INCIDÊNCIA DOS JUROS LEGAIS E DA CORREÇÃO MONETÁRIA DESDE A CITAÇÃO. (...) FORTALEZA, 08 DE SETEMBRO DE 2011. INT. DR. WILSON DE NORÕES MILFONTE NETO OAB/CE 15.248 E DR. SAMUEL MARQUES CUSTÓDIO OAB/PB 20.111-A.

5) 2007.17.01436-3 - TOMBO: 55.470/2007 - AÇÃO DE COBRANÇA C/PEDIDO DE TUTELA. PROMOVENTE: FRANCISCA GOMES DA SILVA. PROMOVIDO: BRADESCO SEGUROS S.A. SENTENÇA. VISTOS ETC. (...) DIANTE DO EXPOSTO, JULGO PROCEDENTE, O PEDIDO FORMULADO POR FRANCISCA GOMES DA SILVA PARA CONDENAR A PROMOVIDA BRADESCO SEGUROS S/A, NO PAGAMENTO DE R\$ 1.739,14 (UM MIL, SETECENTOS E TRINTA E NOVE REAIS E CATORZE CENTAVOS), COM INCIDÊNCIA DE JUROS LEGAIS E DE CORREÇÃO MONETÁRIA PELO INPC, DESDE A CITAÇÃO. (...) FORTALEZA, 12 DE AGOSTO DE 2011. INT. DRA. KATARINA COSTA ALENCAR OAB/CE 17.657 E DR. MANUEL MENDES DIOGO OAB/CE 21.154.

6) 2004.17.01187-3 - TOMBO: 38.738/2004 - AÇÃO DE COBRANÇA. PROMOVENTE: FRANCISCO LAURO HONÓRIO DE ABREU E ANTÔNIA ALDENICE ABREU. PROMOVIDA: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS. SENTENÇA (...) DIANTE DO QUE FOI EXPOSTO ACIMA, E À LUZ DE TUDO O MAIS QUE CONSTA NOS AUTOS E DEMAIS PRINCÍPIOS E REGRAS PERTINENTES À ESPÉCIE, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO CONTIDO NA EXORDIAL, PARA CONDENAR A RECLAMADA AO PAGAMENTO DE R\$ 1.245,20, COM INCIDÊNCIA DOS JUROS LEGAIS E DA CORREÇÃO MONETÁRIA DESDE A CITAÇÃO. (...) FORTALEZA, 31 DE OUTUBRO DE 2011. INT. DR. FRANCISCO JEAN OLIVEIRA DA SILVA OAB/CE 16.190 E DRA. LILIAN PAIVA CIDRÃO OAB/CE 13.115.

7) 2006.17.00665-6 - TOMBO: 48.698/2006 - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. PROMOVENTE: RAQUEL MENDONÇA WANDERLEY. PROMOVIDO: LAVANDERIA 5 À SEC. DESPACHO. R.H. (...) DIANTE DO QUE FOI EXPOSTO ACIMA, E À LUZ DE TUDO O MAIS QUE CONSTA NOS AUTOS E DEMAIS PRINCÍPIOS E REGRAS PERTINENTES À ESPÉCIE, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO CONTIDO NA EXORDIAL, PARA CONDENAR A RÉ AO PAGAMENTO DE R\$ 7.245,99, COM INCIDÊNCIA DOS JUROS LEGAIS E DA CORREÇÃO MONETÁRIA DESDE A CITAÇÃO. INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA, UMA VEZ QUE O AUTOR NÃO COMPROVOU OS REQUISITOS ESTABELECIDOS NO ART. 273 DO CPC. (...) FORTALEZA, 31 DE OUTUBRO DE 2011. INT. DR. JÚLIO DE ASSIS ARAÚJO BEZERRA LEITE OAB/CE 12.972 E DR. MANUEL MATEUS OAB/CE 17.180-B.

8) 2007.17.00029-1 - TOMBO: 52.586/2006 - AÇÃO DE COBRANÇA C/C TUTELA. PROMOVENTE: AMERINDA MARIA DIAS. PROMOVIDO: CIA EXCELSIOR DE SEGUROS. SENTENÇA (...) EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. VISTOS ETC. (...) DIANTE DO EXPOSTO, CONHEÇO DOS EMBARGOS DECLARATÓRIOS INTERPOSTOS PELA EMBARGANTE CONSTANTE ÀS FLS. 79/83, POR TEMPESTIVOS, PORÉM, DEIXO DE ACOLHER O RECURSO, POR NÃO HAVER QUALQUER OMISSÃO OU DÚVIDA A SER SUPRIDA, ESPECIALMENTE A APONTADA PELA EMBARGANTE, E NÃO VERIFICAR ALGUMA DAS HIPÓTESES ESTABELECIDAS NO ART. 48 DA LEI Nº 9.099/95. (...) FORTALEZA, 08 DE SETEMBRO DE 2011. INT. DR. SAMUEL MARQUES CUSTÓDIO DE ALBUQUERQUE OAB/PB 20.111-A E DR. AUDIC CAVALCANTE MOTA DIAS OAB/CE 16.100.

9) 2006.17.02475-8 - TOMBO: 52.505/2006 - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO C/C PEDIDO DE TUTELA. PROMOVENTE: FRANCISCA ROBERIA PAULA COSTA MONTENEGRO CARVALHO. PROMOVIDO: SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. SPC. SENTENÇA (...) DIANTE DO QUE FOI EXPOSTO ACIMA, E À LUZ DE TUDO O MAIS QUE CONSTA NOS AUTOS E DEMAIS PRINCÍPIOS E REGRAS PERTINENTES À ESPÉCIE, JULGO PROCEDENTE EM PARTE, O PEDIDO CONTIDO NA EXORDIAL, PARA O SÓ EFEITO DE CONDENAR O PROMOVIDO AO PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO AO PROMOVENTE EM RAZÃO DOS DANOS MORAIS A ELE CAUSADOS, NO VALOR DE R\$ 1.500,00. CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS MORATÓRIOS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DA SENTENÇA. (...) INT. DRA. ANA ELIZABETH MESQUITA MOREIRA OAB/CE 8.113 E DR. ANDRÉ LUIS NEGREIROS DE ALMEIDA OAB/CE 11.911.

10) 2006.17.02087-6 - TOMBO: 51.836/2006 - AÇÃO DE COBRANÇA. PROMOVENTE: CONDOMÍNIO ED. TABAJARA RESIDENCE SERVICE. PROMOVIDO: JOAQUIM LUCIANO R. DA FROTA. SENTENÇA (...) DESTA FORMA, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL, PARA O EFEITO DE CONDENAR O(A) REQUERIDO(A) NO PAGAMENTO DA QUANTIA DE R\$ 39.925,60 AO (À) PROMOVENTE, TUDO DE ACORDO COM OS DISPOSITIVOS LEGAIS CITADOS AO LONGO DESTE "DECISUM", REFERENTE AOS MESES DE CONDOMÍNIO EM ATRASO, MULTA E JUROS DE 01/02/2003 À 01/04/2010. (...) FORTALEZA, 08 DE SETEMBRO DE 2011. INT. DR. WAGNER BARREIRA FILHO OAB/CE 1.301 E DR. HERCULES SARAIVA DO AMARAL OAB/EC 13.643-B.





ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE FORTALEZA
12ª UNIDADE DOS JUÍZADOS ESPECIAIS
CÍVEIS E CRIMINAIS
Rua: Visconde de Mauá, 1940 - Aldeota

77

Processo nº 55.470/2007

CERTIDÃO

Certifico que a sentença de fls. 67/71 transitou em julgado, sem nada ter sido apresentado ou requerido. O referido é verdade. Dou fé.

Fortaleza, 13 de dezembro de 2011.

Queiroz
Marcus Cristian de Queiroz e Silva
[Diretor de Secretaria

CONCLUSÃO

Nesta data faço estes autos conclusos ao
MM. Juiz desta Unidade.
Fortaleza, 13 de dezembro de 2011

Queiroz
Marcus Cristian de Queiroz e Silva
[Diretor de Secretaria

R.h

Face a certidão supra, intime-se a parte autora para requerer a execução do julgado, no prazo de 10 dias, sob pena de arquivamento.

Intime-se o credor, por seu advogado, através do Diário da Justiça, deste despacho.

Expedientes necessários.

Fortaleza, 13 de dezembro de 2011.

[Assinatura]
LUIZ ROBERTO OLIVEIRA DUARTE
JUIZ DE DIREITO



J. C. C. 12ª Vara
JUNTADA
Foi juntada a este autos PETIÇÃO
que adiante se segue 5 (com os seus
documentos anexos.
Fortaleza 16 de DEZ de 2018.
[Assinatura]
Z. Storitz de Secretária



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO 12ª. UNIDADE DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE FORTALEZA-

CEARA
PROTOCOLO 12ª UJEC
RECEBI: PEDIDO
Data: 16 DE JUL DE 2018
Servidor: [assinatura]
Sistema: [assinatura]

781

Processo: 2007.17.01436-3 (TOMBO:55.470/2007)

Promovente: Francisca Gomes da Silva

Promovido: Bradesco Seguros S.A

FRANCISCA GOMES DA SILVA, já qualificada como autora nos autos desta AÇÃO DE COBRANÇA C/ PEDIDO DE TUTELA que move em face de **BRADESCO SEGUROS S.A.**, em trâmite perante este Ilmo. Juízo e respectivo cartório, vem à presença de V.Exa., requerer o **cumprimento da decisão** exarada no v. acórdão, conforme memória de cálculos em anexo, em estrita consonância com o julgado, onde se verifica que o valor final, atualizado até esta data, é de R\$ 3.136,06 (três mil, cento e trinta e seis reais e seis centavos).

Face ao exposto, a ora exequente requer que V. Exa. se digne:

- 1) Determinar a intimação do executado, Bradesco Seguros S.A., para pagamento do valor acima, no prazo legal, sob pena de incidência da multa de 10% sobre o valor da condenação prevista no art. 475J do CPC.
- 2) Acrescido da multa acima ao valor total da execução, que seja efetuado o bloqueio *on line* das contas bancárias do executado inadimplente pelo sistema BACENJUD e, havendo saldo, que seja penhorado e transferido para ficar a disposição deste nobre Juízo, em conta remunerada.
- 3) Da penhora, que seja intimado o executado para eventual oferecimento de impugnação e, decorrido o prazo *in albis*, que a quantia penhorada, devidamente corrigida, seja disponibilizada para saque da exequente, através do competente alvará, em nome de sua advogada, que subscreve este petição.

781





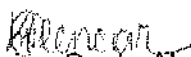
4) Havendo interposição de impugnação à presente execução, que ao final, sendo esta julgada improcedente, haja a condenação da executada/impugnante em honorários advocatícios da execução, no importe de 20%, além das custas e despesas processuais pelo não cumprimento voluntário da obrigação.

798

N. termos,

Pede e espera deferimento.

Fortaleza/Ce, 16 de Dezembro de 2011.


Katarina Costa Alencar

OAB/Ce nº. 17.657





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO 12ª. UNIDADE DO JUIZADO
ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE FORTALEZA-
CEARÁ

89

Processo: 2007.17.01436-3 (TOMBO:55.470/2007)

Promovente: Francisca Gomes da Silva

Promovido: Bradesco Seguros S.A

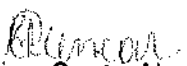
FRANCISCA GOMES DA SILVA, já qualificada como autora nos autos desta
AÇÃO DE COBRANÇA C/ PEDIDO DE TUTELA que move em face de
BRADESCO SEGUROS S.A, em trâmite perante este Ilmo. Juízo e
respectivo cartório, vem à presença de V.Exa., apresentar memória de
cálculo, conforme exposto a seguir:

Valor Principal: R\$ 1.739,14 (um mil, setecentos e trinta e nove
reais e quatorze centavos).

Juros Legais e Correção Monetária desde a data da citação em
25/02/2008: R\$ 1.396,92 (um mil, trezentos e noventa e seis reais e
noventa e dois centavos).

Valor atualizado até esta data: R\$ 3.136,06 (três mil, cento e trinta
e seis reais e seis centavos).

Fortaleza/CE, 16 de dezembro de 2011.


Katarina Costa Alencar

OAB/CE 17.657



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO 12ª. UNIDADE DO JUZADO
ESPECIAL CIVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE FORTALEZA-
CEARA

Processo: 2007.17.01436-3 (TOMBO:55.470/2007)

Promovente: Francisca Gomes da Silva

Promovido: Bradesco Seguros S.A

FRANCISCA GOMES DA SILVA, já qualificada como autora nos autos desta
AÇÃO DE COBRANÇA C/ PEDIDO DE TUTELA que move em face de
BRADESCO SEGUROS S.A, em trâmite perante este Ilmo. Juízo e
respeitivo cartório, vem à presença de V.Exa., apresentar memória de
cálculo, conforme exposto a seguir:

Valor Principal: R\$ 1.739,14 (um mil, setecentos e trinta e nove
reais e quatorze centavos).

Juros Legais e Correção Monetária desde a data da citação em
25/02/2008: R\$ 1.396,92 (um mil, trezentos e noventa e seis reais e
noventa e dois centavos).

Valor atualizado até esta data: R\$ 3.136,06 (três mil, cento e trinta
e seis reais e seis centavos).

Fortaleza/CE, 16 de dezembro de 2011.

Katrina Costa Alencar

OAB/CE 17.657





ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE FORTALEZA
12ª UNIDADE DOS JUIZADOS ESPECIAIS
CÍVEIS E CRIMINAIS
Rua: Visconde de Mauá, 1940 - Aldeota

Processo: 55.470/2007

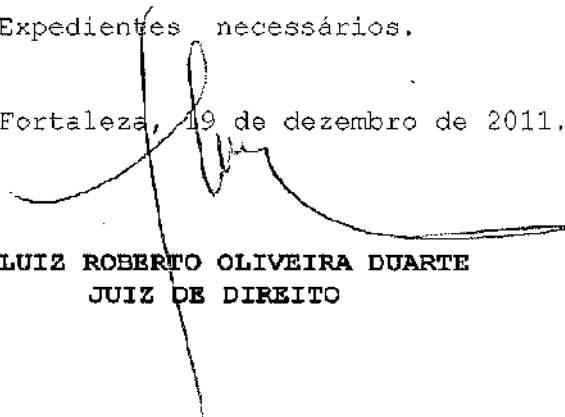
DESPACHO

R. h.

Atualize-se o débito e intime-se a **BRDESCO SEGUROS S/A**, por seu advogado, através do Diário da Justiça, nos termos do Art.475-J do CPC.

Expedientes necessários.

Fortaleza, 19 de dezembro de 2011.


LUIZ ROBERTO OLIVEIRA DUARTE
JUIZ DE DIREITO





82

**Cálculo de Atualização Monetária para simples verificação
Correção a partir de Março/1965
INPC atualizado até Dezembro/2011**

CORREÇÃO MONETÁRIA (dd/mm/aaaa)

Data Inicial....: 17/10/2007

Data Término.: 09/01/2012

RESULTADO DO CALCULO (em Real)

Total R\$ 3.338,43

Índices: INPC

PRINCIPAL (moeda da época - nnnnnn,nn)

Valor.....: 1736,14

PRINCIPAL (atualizado em Real)

Valor R\$ 2.210,88

ACESSÓRIOS (percentual - nn,nnnn)

Juros (am).....: 1 %

Multa.....: %

Advogado.....: %

ACESSÓRIOS (atualizado em Real)

Valor dos Juros R\$ 1.127,55

Calcular Limpar Ajuda

Processo nº 55.470/2007

Baseado em sentença de fls. 67/71.

João
605998







ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE FORTALEZA
12ª Unidade do Juizado Especial Cível e Criminal
Rua Visconde de Mauá, 1940, Aldeota

Processo nº 55470/07.

CERTIDÃO DE ENVIO PARA DJ

CERTIFICO que foi enviado para publicação, despacho/sentença
de fls. 85, expediente nº 02/2012. O referido é verdade. Dou fé.
Fortaleza/CE, 27/02/2012.

p/ Fº Wagner Silva 9248
Marcos Cristian de Queiroz e Silva
DIRETOR DE SECRETARIA





15) 2006.17.02142-2 - TOMBO: 51.792/2006 - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. PROMOVENTE: RICARDO DOMINGUES DE MATTOS. PROMOVIDO: TIM CELULAR S/A. SENTENÇA (...) A JUSTIFICATIVA DO AUTOR PARA FALTAR À AUDIÊNCIA DESIGNADA NÃO PODE SER ACEITA, UMA VEZ QUE TEVE O PRAZO APROXIMADO DE 20 DIAS PARA VIAJAR DE BRASÍLIA (SEU NOVO DOMICÍLIO) A FORTALEZA, A FIM DE CHEGAR TEMPESTIVAMENTE PARA O ATO, PRINCIPALMENTE SE LEVARMOS EM CONSIDERAÇÃO O TEMPO DA VIAGEM FEITA POR TRANSPORTE AÉREO, CONFORME MENCIONADO NA PETIÇÃO DE FLS. 119. ASSIM, ESTANDO CONFIGURADA A HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA LEGAL, DETERMINO A EXTINÇÃO DO FEITO, SEM JULGAMENTO DE MÉRITO COM BASE NO ARTIGO SUPRACITADO. (...). FORTALEZA, 15 DE NOVEMBRO DE 2011. INT. DR. JOAQUIM CABRAL DE MELO NETO OAB/PE 27.112 E DRA. CECÍLIA DINIZ GUERRA E SILVA OAB/BA 24.514 E DRA. CRISTIANE PINHEIRO DIOGENES OAB/CE 13.446 E DRA. MARIA CRISTIANE MEIRELES DE OLIVEIRA OAB/CE 15.511.

16) 3632-75.2011.8.06.9000/0 - TOMBO: 34.784/2007 - AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA COM PEDIDO DE JULGAMENTO ANTECIPADO. PROMOVENTE: NAZIRA MESQUITA DE OLIVEIRA. PROMOVIDO: CIA EXCELSIOR DE SEGUROS S/A. SENTENÇA R.H. (...). ISTO POSTO, HOMOLOGO POR SENTENÇA O ACORDO CELEBRADO PELAS PARTES ACIMAMENCIONADAS, PARA QUE SURTA SEUS EFEITOS JURÍDICOS E LEGAIS, E EM CONSEQUÊNCIA, JULGO EXTINTO O PRESENTE FEITO, COM JULGAMENTO DO MÉRITO, NOS TERMOS DO ARTIGO 269, III DO CPC. (...). FORTALEZA, 11 DE JANEIRO DE 2012. INT. DR. AUDIC CAVALCANTE MOTA DIAS OAB/CE 18.100 E DR. SAMUEL MARQUES CUSTÓDIO DE ALBUQUERQUE OAB/CE 20.873-A.

17) 2007.17.01436-3 - TOMBO: 55.470/2007 - AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA. PROMOVENTES: FRANCISCA GOMES DA SILVA. PROMOVIDA: BRADESCO SEGUROS S.A. DESPACHO. R.H. (...) ATUALIZE-SE O DÉBITO E INTIME-SE O BRADESCO SEGUROS S/A, POR SEU ADVOGADO, ATRAVÉS DO DIÁRIO DA JUSTIÇA, NOS TERMOS DO ART. 475-J DO CPC. (...) FORTALEZA, 19 DE DEZEMBRO DE 2011. INT. DR. EMANUEL MENDES DIOGO OAB/CE 21.154 E DR. JOÃO BARBOSA OAB/RJ 134.307

12ª UNIDADE DOS JUÍZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS
JUÍZA RESPONDENDO: MARIA LÚCIA FALCÃO NASCIMENTO
DIRETOR DE SECRETARIA: MARCUS CRISTIAN DE QUEIROZ E SILVA
EXPEDIENTE Nº003 EM 17 DE FEVEREIRO DE 2012

1) 2007.17.01716-8 - TOMBO: 56.082/2007 - AÇÃO DE COBRANÇA COM PEDIDO DE JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. PROMOVENTE: EDERSON DA SILVA DUTRA. PROMOVIDO: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS. SENTENÇA (...) ISTO POSTO, DECRETO A EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO, O QUE FAÇO COM AMPARO NO ART. 794, INCISO I DO CPC. EXPEÇA-SE ALVARÁ DE LEVANTAMENTO DA QUANTIA DEPOSITADA ÀS FLS. 83/84, NO VALOR DE R\$ 17.952,33 (DEZESSETE MIL, OITOCENTOS E CINQUENTA E DOIS REAIS E TRINTA E TRÊS CENTAVOS), EM PROL DA PARTE CREDORA. (...) FORTALEZA, 17 DE AGOSTO DE 2011. INT. DR. JEFERSON CAVALCANTE DE LUCENA OAB/CE 18.340 E DR. AUDIC CAVALCANTE MOTA DIAS OAB/CE 18.100 E DR. MARQUES CUSTÓDIO DE ALBUQUERQUE. OAB/CE 20.873-A E DR. SAMUEL MARQUES OAB/CE 20.873-A

2) 2006.17.00490-0 - TOMBO: 48.436/2006 - AÇÃO DE COBRANÇA COM PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. PROMOVENTE: RAIMUNDA MUNIZ VIEIRA. PROMOVIDO: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS. SENTENÇA (...) DIANTE DO EXPOSTO, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE A AÇÃO, PARA O FIM DE CONDENAR A PROMOVIDA COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS A PAGAR A PROMOVENTE RAIMUNDA MUNIZ VIEIRA A QUANTIA DE R\$ 5.245,99 (CINCO MIL, DUZENTOS E QUARENTA E CINCO REAIS E NOVENTA E NOVE CENTAVOS), COM INCIDÊNCIA DE JUROS LEGAIS E DE CORREÇÃO MONETÁRIA PELO INPC, DESDE A CITAÇÃO. (...) FORTALEZA, 09 DE AGOSTO DE 2011. INT. DR. EMANUEL MENDES GUEDES DIOGO OAB/CE 21.154 E DR. PEDRO HENRIQUE BANDEIRA SOUSA OAB/RJ 155.834 E DR. WILSON DE NORÕES MILFONTE NETO OAB/CE 15.248

3) 2005.17.02368-7 - TOMBO: 47.036/2005 - AÇÃO DE COBRANÇA COM PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. PROMOVENTE: LUCIANO DA SILVA PEREIRA E MARILENE COSTA PEREIRA. PROMOVIDO: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS. SENTENÇA (...) DIANTE DO EXPOSTO, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE A AÇÃO, PARA O FIM DE CONDENAR A PROMOVIDA COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS A PAGAR AOS PROMOVENTES LUCIANO DA SILVA PEREIRA E MARILENE COSTA PEREIRA A QUANTIA DE R\$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS), ACRESCIDOS DE JUROS DE 1% (UM POR CENTO) AO MÊS E DE CORREÇÃO MONETÁRIA PELO INPC, DESDE A CITAÇÃO. (...) FORTALEZA, 09 DE AGOSTO DE 2011. INT. DR. SAMUEL MARQUES CUSTÓDIO DE ALBUQUERQUE OAB/PE 20.111-A E DR. WILSON DE NORÕES MILFONTE NETO OAB/CE 15.248

4) 2003.17.00634-7 - TOMBO: 32.764/2003 - AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS. PROMOVENTE: ANA CRISTINA PELOSI SILVA DE MACEDO. PROMOVIDA: GRANISTONE. SENTENÇA. R.H. (...). ISTO POSTO, HOMOLOGO POR SENTENÇA, O ACORDO CELEBRADO PELAS PARTES ACIMAMENCIONADAS, PARA QUE SURTA SEUS EFEITOS JURÍDICOS E LEGAIS, E EM CONSEQUÊNCIA, JULGO EXTINTO O PRESENTE FEITO, COM JULGAMENTO DO MÉRITO, NOS TERMOS DO ARTIGO 269, III DO CPC. (...) FORTALEZA, 26 DE OUTUBRO DE 2011. INT. DRA. MARIA IRACI SAMPAIO BARRETO OAB/CE 13.416 E DRA. LILIAN MARQUES SARMENTO OAB/CE 14.016.

5) 2006.17.01316-9 - TOMBO: 45.062/2005 - AÇÃO DE COBRANÇA. PROMOVENTE: CONDOMÍNIO EDIFÍCIO CHAMPS ELYSÉES. PROMOVIDO: JOSÉ FRANCISCO LOBO. SENTENÇA. R.H. (...) EM REQUERIMENTO DE FL. 87, A PARTE PROMOVENTE INFORMOU QUE O PROMOVIDO REALIZOU O PAGAMENTO INTEGRAL DA DÍVIDA, REQUERENDO A EXTINÇÃO DA PRESENTE AÇÃO. ISTO POSTO, DECRETO A EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO, O QUE FAÇO COM AMPARO NO ART. 794, INCISO I DO CPC. (...) FORTALEZA, 18 DE AGOSTO DE 2011. INT. DR. RAIMUNDO GUALBERTO CARDOSO FILHO OAB/CE 11.331 E DR. JOSÉ FRANCISCO FERREIRA REBOUÇAS OAB/CE 4.697.

6) 3495-93.2011.8.06.9000/0 - TOMBO: 54.910/2007 - AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA. PROMOVENTE: ELIAS CLAYTON R. PESSOA. PROMOVIDO: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS. SENTENÇA (...) ISTO POSTO, DECRETO A EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO, O QUE FAÇO COM AMPARO NO ART. 794, INCISO I DO CPC. EXPEÇA-SE ALVARÁ DE

JUNTADA

depo juntado a este autos *PERÍCIAS*
que diante de segue *5* (cinco ou mais)
documentos anexos.
Folha *02* de *MURCO 2012*

Director(a) do Departamento



11.16

150177 - CI / 2007-12146 / MOR

858

JOÃO BARBOSA Advogados Associados

João Barbosa	Flávia Nonato	Gabrielle Souza	Cristina Ferreira
Henrique A. F. Motta	Evelyn Castillo	Nicole Riente	Vivian S. de Araújo
Fábio João Soito	Osmar Aquino	Patricia Diogo	Augusto Acquarone
João Paulo Martins	Rafael Bandeira	Graziela Cruz	Wagner Rodrigues
Joselaine Maura Figueiredo	Fernando Silveira	Jonatã T. Brandão Lima	Amanda Mendes
Marcelo Côco	Flávia Seixas	Roberta Marinho	
Fernando Barbosa	Natália Quirino	Amanda Silva	
Alessandra Modolo	Cecília Chequer	Tiago Stoler	

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO XII JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE FORTALEZA / CE.

PROTOCOLO 12º UJEC
RECEBI <u>petição</u>
Data 01/03/2013 16:45

Secretaria de Administração

Processo nº 554702007

BRADESCO SEGUROS S.A., empresa seguradora já qualificada nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT**, que lhe promove **FRANCISCA GOMES DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem, respeitosamente, à presença de V. Exa., expor e ao final requerer o que segue:

Inicialmente, ressalta a ré que a r. sentença foi publicada no dia **22/11/2011**.

Contudo, a ré tomou ciência do teor do decisum tão somente com a publicação da intimação que determinou à exequente que atualize os cálculos da execução, ocorrida em **03/02/2012**.

Ocorre, a referida sentença **NÃO FOI PUBLICADA** em nome do patrono da Ré, **DR. EMANUEL MENDES GUEDES DIOGO, OAB/CE sob o nº 21.154**, conforme requerido pela ré, sob pena de nulidades das intimações.

Como se constata, a publicação da r. sentença se deu em nome do seguinte advogado: **DR. MANUEL MENDES DIOGO**.





86
Em razão do equívoco, a ré não foi intimada da r. sentença, não tomando ciência do decisum condenatório em momento hábil a prática de eventual recurso ou pagamento da condenação.

Cabe salientar o teor do art. 183, caput, e §§ 1º e 2º, do Código de Processo Civil, que assim dispões:

"Art. 183 - Decorrido o prazo, extingue-se, independentemente de declaração judicial, o direito de praticar o ato, ficando salvo, porém, à parte provar que não realizou por justa causa.

§ 1º - Reputa-se justa causa o evento imprevisto, alheio à vontade da parte, e que a impediu de praticar o ato por si ou por mandatário.

§ 2º - Verificada a justa causa o juiz permitirá à parte a prática do ato no prazo que lhe assinar."

Isto posto, haja vista a justa causa na ausência de interposição de recurso, requer a republicação da sentença, e por conseguinte, a devolução do prazo recursal, possibilitando a ré o exercício de seu direito de defesa, consubstanciado no seu direito a revisão de sentença.

Para fins do exposto no artigo 39, inciso I, do Código de Processo Civil, fornece-se o endereço Rua João Carvalho, n 775, Aldeota, CEP: 60140-140, Fortaleza-CE, tel./fax: (85) 3021-6855 e ainda, que seja observado exclusivamente o nome do advogado EMANUEL MENDES GUEDES DIOGO, inscrito na OAB/CE sob o n.º 21.154, para efeito de intimações futuras, sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes Termos,
Peda Deferimento.
Fortaleza, 08 de fevereiro de 2012.

João Barbosa
OAB/PE 4.246

Henrique A F Motta
OAB/RJ 113.815

Fabio João Soito
OAB/RJ 114.089


Emanuel Mendes Guedes Diogo
OAB/CE 21.154

Rua São José nº 90 grupo 810 a 812 Centro Rio de Janeiro/RJ Cep: 20010-020
PABX: 21-3265-5600 FAX: 21-3265-5622/3265-5628
corporativo@joaobarbosaadvass.com.br



